

Liana Bohn

**INSERÇÃO FEMININA NA TEORIA E NA PRÁTICA:
ENSAIOS SOB O OLHAR DA ECONOMIA FEMINISTA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Economia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bohn, Liana

Inserção feminina na teoria e na prática :
Ensaaios sob o olhar da Economia Feminista / Liana
Bohn ; orientadora, Eva Yamila da Silva Catela,
2017.

241 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós
Graduação em Economia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Economia. 2. Feminismo na Economia. 3. Cota
de participação política. 4. Diferenciais de gênero
no desempenho escolar. I. da Silva Catela, Eva
Yamila. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

Liana Bohn

**INSERÇÃO FEMININA NA TEORIA E NA PRÁTICA:
ENSAIOS SOB O OLHAR DA ECONOMIA FEMINISTA**

Esta Tese foi julgada adequada para a obtenção do Título de Doutora, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Economia.

Florianópolis, 17 de março de 2017.

Prof. Jaylson Jair da Silveira, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Eva Yamila A. S. Catela, Dr.^a
Orientadora
UFSC

Prof.^a Brena P. M. Fernandez, Dr.^a
UFSC

Prof. Guilherme Valle Moura, Dr.
UFSC

Prof.^a Solange Regina Marin, Dr.^a
UFSC

Prof.^a Patrícia Bonini, Dr.^a
UDESC

Prof. Marco Tulio A. França, Dr.
PUCRS

Àquela que, mesmo se perdendo aos poucos,
continua sendo o melhor de mim.

Àqueles que, mesmo sendo “o outro”,
compartilham comigo a busca por uma sociedade
mais igual.

A vocês, Marili, Alfeu, Felipe e Cassiano.

*Quem traz na pele essa marca possui a estranha
mania de ter fé na vida.
(Milton Nascimento e Fernando Brant, 1978)*

RESUMO

Composto por três ensaios, este trabalho tem por finalidade abordar a representação das mulheres na Ciência Econômica e em duas esferas limítrofes – na educação, em que a participação feminina já ultrapassou a média de inserção masculina, e na política, espaço em que é necessário avançar para ser possível falar em igualdade de gênero. Trazendo como referencial teórico conceitos da Economia Feminista, a partir dos quais se compreende as limitações da discussão econômica de gênero, os capítulos trazem, respectivamente: (i) a mulher enquanto sujeito da Ciência Econômica no Brasil, questionando-se a existência de uma possível “Economia Feminista” no país; (ii) a participação política das mulheres nas últimas duas eleições municipais – 2012 e 2016 –, avaliando-se a eficiência das cotas de gênero no legislativo e como estas se relacionam com a configuração regional; e, por fim (iii) o diferencial de desempenho escolar por sexo, de modo a identificar se as médias entre meninos e meninas são semelhantes, com maior concentração dos meninos nas caudas da distribuição das notas. Como resultado, observa-se que a Economia Feminista, ainda incipiente no Brasil, tem grande potencial para promover o discernimento das diferenças entre homens e mulheres, seja no ambiente político, no qual as cotas, embora ineficientes, são importantes para lançar a mulher como sujeito político, ou no ambiente educacional, para o qual as diferenças de desempenho, sendo reforçadas, podem se traduzir na reprodução de estereótipos sexuais.

Palavras-chave: Feminismo na Economia; Cota de Participação Política; Diferenciais de Gênero no Desempenho Escolar.

ABSTRACT

Comprising three essays, the present work aims to address a portrait of women in Economic Science and in two polar dimensions – in education, where female participation has already exceeded the male insertion average; and in politics, space in which it is necessary to move forward to be able to speak on gender equality. Bringing concepts of Feminist Economics as theoretical reference, from which the limitations of the economic discussion of gender are understood, the chapters present respectively: (i) the woman as subject of Economic Science in Brazil, questioning the existence of a “Feminist Economy” in the country; (ii) the political participation of women in the last two municipal elections - 2012 and 2016 -, assessing the efficiency of gender quotas in the legislature and how these are related to the regional configuration; and (iii) the differential of school performance by sex, in order to identify if the averages between boys and girls are similar, with a higher concentration of boys in the tails of the grades distribution. As a result, it can be observed that Feminist Economics, still incipient in Brazil, has great potential to promote the discernment of the differences between men and women, be it in the political environment, in which quotas, although inefficient, are important to promote the woman as a political subject, or in the educational environment, in which differences in performance, being reinforced, can be translated into the reproduction of sexual stereotypes.

Keywords: Feminism in Economics; Political Participation Quota; Gender Differentials in School Performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Síntese da distinção entre a Economia de Gênero e a Economia Feminista.....	51
Figura 2 – Distribuição das publicações avaliadas, por estrato e classificação	58
Figura 3 – Evolução do número de artigos associados à Economia Feminista, por estrato avaliado (1990-2015)	63
Figura 4 – Sexo dos autores associados aos artigos classificados em Economia de Gênero e Economia Feminista	65
Figura 5 – Distribuição dos artigos associados à Economia Feminista, por instituições de ensino do Brasil	66
Figura 6 – Comparação da participação feminina no poder legislativo nacional, 1945 a 2015 (Brasil e média mundial)	118
Figura 7 – Evolução da representação feminina entre os vereadores eleitos, por regiões do Brasil (1992-2016)	119
Figura 8 – Fronteira de eficiência para a cota de participação política	127
Figura 9 – Relação entre o desvio da cota de participação e o índice de eficiência nos municípios brasileiros (2012 e 2016)	129
Figura 10 – A eficiência das cotas nos municípios brasileiros em 2012 e 2016, respectivamente	136
Figura 11 – <i>Clusters</i> de eficiência da inserção feminina no legislativo municipal em 2012 e 2016, respectivamente	139
Figura 12 – Diagrama do modelo biopsicossocial	173
Figura 13 – Distribuição dos desempenhos dos alunos, por sexo, disciplina e série avaliada	181
Figura 14 – Valores dos coeficientes das regressões quantílicas em Língua Portuguesa, por séries avaliadas	202
Figura 15 – Valores dos coeficientes das regressões quantílicas em Matemática, por séries avaliadas	203

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação entre a Economia de Gênero e a Feminista	46
Tabela 2 – Periódicos nacionais com ênfase em gênero e feminismo	54
Tabela 3 – Periódicos com maior inserção média de assuntos que remetem às questões de gênero, por estrato avaliado	56
Tabela 4 – Representatividade dos artigos associados à Economia de Gênero e à Economia Feminista	58
Tabela 5 - Periódicos com maior inserção média de artigos associados à Economia Feminista no 1º recorte, por estrato avaliado	60
Tabela 6 – Autores com maior participação de artigos dentre os classificados como Economia Feminista	70
Tabela 7 – Variáveis utilizadas na análise	114
Tabela 8 - Configuração política de gênero dos países da América Latina	117
Tabela 9 – Representação média feminina de candidatas e eleitas aos cargos executivos nas eleições de 2012 e 2016	122
Tabela 10 – Representação média feminina de candidatas e eleitas aos cargos legislativos nas eleições de 2012 e 2016	123
Tabela 11 – Configuração política dos <i>benchmarks</i> de inserção feminina no legislativo municipal de 2012 e 2016	128
Tabela 12 – Municípios por grupos de eficiência das cotas de participação política	131
Tabela 13 – Destaques municipais nos extremos da inserção das mulheres nas eleições e nos resultados de 2016	132
Tabela 14 - Configuração política das capitais na inserção feminina no legislativo municipal de 2012 e 2016	134
Tabela 15 – UFs com maiores médias de eficiência em 2012 e 2016	137
Tabela 16 – Correlação da eficiência calculada com variáveis que caracterizam os municípios em termos de configuração geral, desenvolvimento e arranjo de gênero	142
Tabela 17 – Variáveis incluídas na análise dos desempenhos escolares	177
Tabela 18 – Desempenho dos alunos, por sexo, disciplina e série avaliada	182

Tabela 19 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo, localização e tipo de escola	185
Tabela 20 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo, localização e tipo de escola	186
Tabela 21 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e características da organização familiar	189
Tabela 22 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e características da organização familiar	190
Tabela 23 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e contexto familiar	193
Tabela 24 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e contexto familiar	194
Tabela 25 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e relação familiar	197
Tabela 26 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e relação familiar	198

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA – Alto-Alto
AB – Alto-Baixo
AEDE – Análise Exploratória de Dados Espaciais
Aneb – Avaliação Nacional de Educação Básica
ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero
ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia
BA – Baixo-Alto
BAR – Brazilian Administration Review
BB – Baixo-Baixo
BCC - Banker, Charnes e Cooper
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDAW – Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CEDE - Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMPM – Conselho Municipal de Política para Mulheres
CNAM – Conservatoire national des arts et métiers
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique
CRESPPA – Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEA – Análise Envoltória de Dados
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DMU – Decision Making Unit
EE – Edições Especiais
EF – Economia Feminista
EFC – Economia Feminista de Conciliação
EFR – Economia Feminista de Ruptura
EG – Economia de Gênero
EM – Ensino Médio
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

ES – Ensino Superior
Esalq/USP – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da
Universidade de São Paulo
FCC – Fundação Carlos Chagas
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FGV – Fundação Getulio Vargas
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FNH – Faculdade Novos Horizontes
GGI – Gender Gap Index
IAFFE – International Association for Feminist Economics
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IIBMS – Indian Institute of Management and Business
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
Teixeira
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPU – Inter-Parliamentary Union
ITESO – Universidade Jesuíta de Guadalajara
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e
Transgêneros
MAM – Mecanismos para o Avanço da Mulher
MEC – Ministério da Educação
MQO – Mínimos Quadrados Ordinários
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento
Econômico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PDT – Partido Democrático Brasileiro
PEA – População Economicamente Ativa
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PISA – Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP – Planejamento e Políticas Públicas
PROMUL – Procuradoria Especial da Mulher
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RAC – Revista de Administração Contemporânea
RAE – Revista de Administração de Empresas
RAM – Revista de Administração Mackenzie
RBEE – Revista Brasileira de Economia de Empresas
RC&C – Revista de Contabilidade e Controladoria
RECONT – Registro Contábil
REF – Revista de Estudos Feministas
REGE – Revista de Gestão
REN – Revista Econômica do Nordeste
Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UEMA – Universidade Estadual do Maranhão
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UnB – Universidade de Brasília
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESP – Universidade Estadual Paulista
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio
UNIP – Universidade Paulista
UNISA – Universidade de Santo Amaro
USP – Universidade de São Paulo
USP-RP – Universidade de São Paulo, campus de Ribeirão Preto

LISTA DE SÍMBOLOS

- ♀ Mulher/Feminino
- ♂ Homem/Masculino

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	25
2 HÁ ECONOMIA FEMINISTA NA CIÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA ENTRE 1990-2015	29
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	29
2.1.1. Problema de pesquisa e sua importância	32
2.1.2 Organização do ensaio	35
2.2 DESBRAVANDO A ECONOMIA FEMINISTA	36
2.2.1. A mulher enquanto sujeito da Ciência Econômica – antecedentes à Economia Feminista	36
2.2.2 Delimitação da diferença entre Economia de Gênero e Economia Feminista	40
2.2.2.1 A Economia de Gênero	42
2.2.2.2 A Economia Feminista	43
2.2.2.3 A Economia Feminista de Conciliação (EFC)	46
2.2.2.4 A Economia Feminista de Ruptura (EFR)	49
2.3 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	52
2.4 A ECONOMIA FEMINISTA À LA BRASILEIRA	53
2.4.1 A inserção das questões de gênero na pesquisa acadêmica dos estratos avaliados na área de Economia	53
2.4.2 Existe Economia Feminista na Economia Brasileira?	57
2.4.3 O perfil dos pesquisadores	64
2.4.4 Personificando a Economia Feminista no Brasil	69
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 1	75
APÊNDICE A – Representatividade do 1º recorte nas revistas brasileiras do Qualis em Economia	83
APÊNDICE B – Representatividade do 2º recorte nas revistas brasileiras do Qualis em Economia	88
APÊNDICE C – Distribuição internacional das publicações associadas à Economia Feminista nos periódicos avaliados	93
3 INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: EFICIÊNCIA DAS COTAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO PÓS-2009	95
3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	95
3.1.1 O problema de pesquisa e sua importância	97
3.1.2 As cotas de gênero enquanto instrumento de inserção	

das mulheres na política - justificativas teóricas e formato	100
3.1.3 Organização do ensaio	103
3.2 O PODER POLÍTICO DA MULHER PELA ÓTICA DA ECONOMIA FEMINISTA	104
3.3 METODOLOGIA	108
3.3.1 Análise Envoltória de Dados (DEA)	108
3.3.1.1 Método de detecção de observações extremas	112
3.3.2 Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)	112
3.3.3 Base de dados	113
3.4 AS EVIDÊNCIAS DA INTER-RELAÇÃO ENTRE PODER POLÍTICO E GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2012 E 2016	114
3.4.1 A inserção política das mulheres no Brasil: quadro geral	115
3.4.2 As eleições municipais do pós-2009: as tendências do país	120
3.4.3 A eficiência das cotas nos municípios brasileiros	125
3.4.3.1 A construção da fronteira de eficiência	126
3.4.3.2 A avaliação dos índices de eficiência em grupos específicos	130
3.4.3.3 A alocação espacial dos índices de eficiência	135
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 2	148
APÊNDICE D – Comparação entre os níveis de inserção das mulheres na eleição e entre as eleitas (2012-2016)	155
APÊNDICE E – Comparação entre a Taxa Relativa de Sucesso e o índice de eficiência das cotas	157
APÊNDICE F – Comparação dos indicadores municipais de inserção feminina na política de acordo com critérios de análise	158
APÊNDICE G – Comparação entre as variações dos índices de eficiência de 2012 e 2016	159
APÊNDICE H – Ranking dos níveis médios de eficiência por unidade federativa (2012 e 2016)	160
4 A INTERSEÇÃO DE ESCOLA E FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR: INDÍCIOS DO DIFERENCIAL DE GÊNERO NO BRASIL	162
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	162
4.1.1 O problema de pesquisa e sua importância	165
4.1.2 Organização do ensaio	168
4.2 AS DIFERENÇAS DE DESEMPENHO E O ENTRELAÇAMENTO COM OUTRAS DIFERENÇAS	168

4.2.1 Uma escola possível para meninos e meninas	168
4.2.2 As diferenças dos desempenhos nas curvas de sino	171
4.2.3 A esfera doméstica como um espaço de compartilhamento de experiências	174
4.3 METODOLOGIA	176
4.3.1 Base de dados e variáveis	176
4.3.2 Métodos de análise	177
4.4 AS DIFERENÇAS SÃO RELEVANTES?	179
4.4.1 A distribuição de desempenho por sexo	179
4.4.2 A distribuição de desempenho por sexo a partir de interações com variáveis sociais	183
4.4.2.1 Localização e tipo de escola	184
4.4.2.2 Características da organização familiar	189
4.4.2.3 Contexto familiar	192
4.4.2.4 Características da organização familiar	197
4.4.3 A verificação da validade da diferença a partir da regressão quantílica	201
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 3	207
APÊNDICE I – Numero de observações de acordo com as características	213
APÊNDICE J – A distribuição dos desempenhos de acordo com a localização e o tipo de escola	214
APÊNDICE L – A distribuição dos desempenhos de acordo com as características da organização familiar	217
APÊNDICE M – A distribuição dos desempenhos de acordo o contexto familiar	221
APÊNDICE N – A distribuição dos desempenhos de acordo as relações familiares	225
APÊNDICE O – Resultados das Regressões Quantílicas	229
5 À GUIA DE CONCLUSÃO	239

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para nós, a mulher define-se como ser humano em busca de valores no seio de um mundo de valores, mundo cuja estrutura econômica e social é indispensável conhecer.
(Simone de Beauvoir, 1949)

Muitas foram as transformações pelas quais as mulheres passaram a partir do século XX. Da invisibilidade social, adentraram as esferas educacionais, políticas e econômicas, de tal forma que, atualmente, representam mais de 40% da população economicamente ativa, são maioria entre os universitários de 18 a 24 anos e apresentam um nível de instrução maior que o dos homens. Da invisibilidade teórica, denunciaram o viés androcêntrico da Ciência e assumiram para si a necessidade de repensar o marco científico, com o feminismo invadindo as universidades para problematizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Nestes espaços, formalizou-se a noção de que o gênero, enquanto categoria de análise, representa uma construção histórica e social apoiada nas noções do feminino e masculino, de modo a diferenciar o sexo biológico da construção social. Na Ciência Econômica, este conceito tardou a ser utilizado (em comparação às outras áreas das Sociais) e, quando o foi, trouxe consigo um caráter acrítico que, apesar de discutir as diferenças, o fazia como uma expansão da Economia para um campo restrito, como se deslocado do debate principal.

A atitude crítica e política parece se fortalecer nos anos 1990, com o adensamento de pesquisas que, por sua convergência teórica, se constituiriam nas bases da Economia Feminista. Esta corrente, diferentemente da mera inserção do gênero no campo de estudos econômicos, não adiciona a mulher aos modelos estabelecidos, mas conclama pela mudança no modo de pensar a Ciência Econômica e na forma de conduzir a construção de seu conhecimento.

É a partir desse olhar que este trabalho se apoia. Sendo diversa, já que não cria um bloco teórico monolítico, e defendendo uma epistemologia em que não há explicações únicas, a Economia Feminista se associa à ideia de que há muita economia fora dos mercados e muito trabalho fora daquele que é remunerado. Ao tentar superar as desigualdades entre homens e mulheres mediante a percepção de como o viés de gênero atravessa as estruturas econômicas, esta corrente de pensamento compreende que a equidade verdadeira somente será alcançada quando direitos, responsabilidades e oportunidades forem

dissociados do fato de um indivíduo ter nascido homem ou mulher, o que, na atual disposição de poderes, implicaria na necessidade de *empoderamento* feminino.

Este termo, que ganha popularidade especial a partir de 1985 na Conferência Mundial de Mulheres em Nairóbi, não possui um conceito fechado, mas faz referência à capacidade de o indivíduo realizar, por si mesmo, as ações e transformações necessárias à sua evolução e fortalecimento. A fim de persegui-lo, organismos internacionais determinaram linhas de ação orientadas às áreas de saúde, educação, participação política e econômica, o que implicou em medidas como as quotas de inserção feminina na política e o estímulo a educação das mulheres.

Este trabalho nasce, portanto, da conjunção teórica dos esforços de repensar como se dá a desigualdade de gênero nas distintas esferas da sociedade – o que perpassa a internalização dos conhecimentos e adequação dos mesmos às realidades específicas - com as manifestações limítrofes das diferenças entre homens e mulheres (o acesso à educação e à política¹). Delimitado ao Brasil, busca-se fazer uma contribuição ao debate nacional de gênero que, no âmbito econômico, é restrito em termos de temática e pouco expressivo no que concerne à força acadêmica. Para isso, três ensaios são desenhados.

O primeiro deles, intitulado *Há Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015*, tem por objetivo geral mapear a produção acadêmica nos periódicos brasileiros que possuem as melhores avaliações na área de Economia (B1, B2 e B3), identificando aqueles que convergem para a Economia Feminista. Mediante a explanação dos conceitos que apoiam a classificação na área, é possível ainda delimitar o perfil da disciplina no país, bem como perceber em que nível o debate se encontra.

O segundo ensaio, apoiado no indicador de maior diferencial de gênero no Brasil do *Gender Gap Index*, compreende *A inserção das mulheres nos espaços de poder dos municípios brasileiros: eficiência das cotas de participação política no pós-2009*. Mediante a avaliação dos ciclos eleitorais de 2012 e 2016, busca-se mensurar o nível de eficiência municipal da cota de participação política, assim como identificar o modo

¹ De acordo com o *Global Gender Gap Index* de 2016, o índice referente à educação encontra-se em 0,998 (em uma escala que vai de 0 a 1, no qual valores mais altos indicam melhores níveis de equidade de gênero no país) e o de empoderamento política em 0,138.

que a distribuição geográfica se associa com o olhar da Economia Feminista.

Por fim, o terceiro ensaio, *A interseção de escola e família no desempenho escolar: indícios do diferencial de gênero no Brasil*, se volta ao espaço que, no país, é identificado com as maiores igualdades de gênero. Ao transitar na fronteira entre os diferenciais biológicos e socioculturais, tanto em termos do objeto avaliado quanto nos aspectos teóricos, testa-se a validade da hipótese levantada por alguns autores de que a performance escolar de meninos e meninas não difere na média, mas as caudas de distribuição captam diferenças que justificariam a menor representação de mulheres em posições de poder. Para isso, não apenas recorre-se às notas obtidas pelos estudantes, mas as associa com parâmetros que tratam de exemplificar o cenário onde pode estar se processando a reprodução das hierarquias de gênero.

Cabe ressaltar que, embora o principal aporte teórico esteja no desafio de trazer conceitos da Economia Feminista para o espaço de discussão da Economia de Gênero, utilizam-se também referências de diferentes áreas do conhecimento, justamente porque o conceito de gênero traz consigo um caráter multidisciplinar. Isso não significa, portanto, que os autores e as considerações feitas se enquadram na discussão principal ou que convergem entre si, apenas que, no debate, trazem ideias que contribuem com a discussão.

Ao promover um olhar sobre as relações entre homens e mulheres em espaços públicos – na Academia, na política e no cenário educacional –, não se rompe com o debate já consolidado da análise de gênero no *mainstream* da Economia, mas busca-se, como principal contribuição, avançar na interação destas esferas com a ótica da reprodução, tão bem estruturada na crítica feminista. Os ensaios possuem o desafio de evidenciar como o trabalho não remunerado, fundamental às interações sociais, limita a participação das mulheres em atividades específicas e serve de barreira para representações igualitárias nos espaços historicamente ocupados pelos homens e por seu conhecimento consolidado. Em outras palavras, este estudo deve destacar como a equidade de gênero, enquanto processo de redistribuição de forças entre homens e mulheres, é necessária para se ter igualdade de oportunidades.

Além desta introdução, este trabalho é composto por mais quatro seções. Tal segmentação tem por objetivo expor separadamente os ensaios propostos, finalizando com as conclusões gerais.

2 HÁ ECONOMIA FEMINISTA NA CIÊNCIA ECONÔMICA BRASILEIRA? AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA ENTRE 1990-2015

Feminist theory raises questions about the adequacy of economic practice not because economics is in general too objective, but because it is not objective enough.
(Julie Nelson, 1995)

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Abordar, nas Ciências Econômicas, questões relacionadas às mulheres esteve, durante muito tempo, apoiado nos conceitos de diferenciais salariais entre os sexos e de como estes poderiam ser explicados pela lógica de mercado. Antes disso, ignoravam-se quaisquer outras discussões que saíam da esfera produtiva e de circulação, simplesmente porque, fora destas, abandonava-se o constructo conhecido pelo *Econômico* para enveredar na “caixa negra” das relações pessoais.

Com o forte incremento das mulheres no mercado de trabalho – inclusive nos Departamentos de Economia² – e o fortalecimento dos movimentos feministas que se dão entre os anos 1960 e 1970, os impactos sobre a produção acadêmica começam a ser percebidos. Há maior deslocamento da compreensão das relações entre homens e mulheres como meras diferenças biológicas para a noção de gênero, que apreende as construções sociais que são geradas a partir do sexo. O resultado dessa mudança implica, nestes enfoques, uma passagem da visão econômica tradicional, que vê os resultados do mercado e das famílias refletindo apenas os diferenciais de sexo, para a Economia Feminista, que passa a discutir em que medida tal configuração pode ser reflexo de estereótipos e de restrições sociais (Nelson, 2008).

Este novo olhar vem, portanto, da insatisfação com a interpretação do *mainstream* sobre os diferenciais entre homens e mulheres, lançando-se luz à dinâmica de gênero e da vida econômica (POWER, 2013). Para Barker (2013), atribuir o título de feminista à Economia significa, em

² De acordo com o último ciclo do Enade (2011-2013), a representação de mulheres nos cursos de Ciências Econômicas do país é de 41,4%.

referência às definições de Beauvoir (2009)³, tomar o espaço do *outro* diante das visões neoclássicas, marxistas e institucionalistas, utilizando o gênero como categoria analítica e constatando que todos os eventos econômicos promovem impactos diferenciados nos grupos masculinos e femininos. A crítica, portanto, não recai à Ciência Econômica em si, mas à construção da mesma apoiada em *má ciência*, com desvios androcêntricos – supostamente eliminados pela objetividade – e pela aderência cega às ideologias, que estão imbricadas por pré-conceitos sociais.

Feminism provides the conceptual framework that allows feminist economics to reveal the androcentric, classist, racist and heterosexist values that have shaped economics. It also allows us to put the work that woman do at the center of the analysis rather than at the margin (BARKER, 2013, p. 20).

Este reconhecimento da Economia enquanto produto da visão de indivíduos específicos traz consigo limitações cognitivas, sociais, culturais e políticas que marcarão as proposições econômicas. Neste sentido, o domínio masculino da comunidade acadêmica durante grande parte da Economia enquanto Ciência se reflete no conhecimento produzido – experiências negligenciadas historicamente pelos homens são, também, negligenciadas teoricamente, com a invisibilização da mulher e da família na análise econômica do comportamento humano, bem como do trabalho doméstico (FERBER e NELSON, 1993). A Economia androcêntrica daí resultante não impacta apenas o marco teórico da disciplina, mas, enquanto base para a compreensão da produção e distribuição de riqueza das nações, molda também estatísticas viesadas, que servem de base para políticas públicas que se revelam não neutras quanto a seus impactos sobre homens e mulheres (SEN, 1996; CARRASCO, 2012). Tem-se, portanto, a metáfora de Mies (1986): a Economia é um iceberg. Uma porção faz referência à economia visível e do trabalho assalariado, enquanto outra, submersa e invisível, está associada ao trabalho doméstico.

O descompasso entre a teoria econômica “masculina” estabelecida e a compreensão da importância de espaços invisibilizados nela (e que

³ “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2009, p. 16-17).

são socialmente feminizados) passam a ser constatações que aparecerem em diversos trabalhos isolados ao longo da década de 1980, a tal ponto de inserir esse debate nas reuniões da *Southern Economic Association* e da *American Economic Association* no ano de 1989. A formalização da Economia Feminista não tardaria a ocorrer: em 1992 é criada a *International Association for Feminist Economics* (IAFFE) e, em 1995, é lançada a revista da associação, *Feminist Economics*⁴.

No Brasil, entretanto, o espaço reservado à discussão de gênero na Economia é bastante incipiente, de tal modo que se supõe que os trabalhos em Economia Feminista ocupem espaços ainda mais restritos. Neste sentido, é possível questionar sua presença com o intento de identificar a produção científica que pode ser associada a esta corrente, definindo a forma de inserção da temática na disciplina. É justamente sobre isso que se debruça o presente ensaio.

Atualmente, a Economia Feminista é reconhecida como uma forma de pensamento crítica na Ciência Econômica, que traz consigo a interdisciplinariedade da temática de gênero e a diversidade teórica, de modo a não lidar com interpretações unificadas da realidade. Apesar de destacar a importância da conquista de direitos e da igualdade de gênero, avança ao propor que a compreensão deva ser feita mediante o olhar do sujeito invisibilizado, para que não se destaque apenas o que falta para ser conquistado na esfera pública, mas também se recupere a experiência feminina, especialmente a partir do reconhecimento da economia não-monetária (CARRASCO, 2012).

Sua essência, portanto, pode ser resumida em três eixos: (i) crítica a divisão sexual do trabalho, dando um grande aporte à esfera doméstica; (ii) tenta entender e superar as desigualdades entre mulheres e homens, percebendo como o viés de gênero perpassa as estruturas econômicas; e (iii) propõe outra economia, que tenha como eixo central a vida das pessoas. Estes postulados lançam luz aos espaços e relações que no desenvolver da Ciência Econômica foram sendo ignorados de forma crescente, o que será explorado na próxima subseção.

⁴ De acordo com *Ngram Viewer*, ferramenta de busca que analisa as ocorrências de palavras nos livros do Google Books, o termo *Feminist Economics* aparece pela primeira vez em 1978, tendo uma forte trajetória de crescimento até 2002. Em espanhol, o aumento dessas ocorrências se dá entre 1986 e 2006. Após isso, o número de referências decresce. Esse comportamento pode estar associado ao impulso inicial de teorização da nova corrente, que tem suas principais referências despontando neste período.

2.1.1 Problema de pesquisa e sua importância

Ainda que o termo Economia seja derivado da junção das palavras gregas *oikos* (casa) e *nomos* (regras/administração), a Ciência Econômica que busca descrevê-la distanciou-se sobremaneira do conceito que traz as *regras da casa* ou a *administração do lar*. Com a compreensão da disciplina cada vez mais voltada à avaliação dos mercados, a valorização das esferas domésticas e do trabalho reprodutivo e não remunerado (como o *care*⁵) acabou por se tornar marginal (e muitas vezes inexistente) naquilo que se considera ambiente econômico.

Embora a mulher tenha se inserido enquanto categoria nos trabalhos acadêmicos da área nos últimos 50 anos, foi somente a partir da década de 1990 que muitas ideias convergiram no sentido de perceber a Economia como uma ciência androcêntrica e de repensá-la a partir de outro marco analítico – o feminista. Entretanto, esse desenvolvimento se deu a partir de uma identidade geográfica específica, uma vez que é originalmente pensada pela compreensão americana e europeia da relação entre os sexos.

A noção de que a apreensão e formalização da realidade não é tão objetiva quanto se propõe, leva a crer que a discussão da Economia Feminista deva ganhar espaço também nos países da periferia global, inicialmente com a *colonialidade do saber* (ou colonialidade epistêmica), na qual os conhecimentos advindos de fora estabelecem-se no país como padrão (CALDERÓN, 2016). De acordo com Connel e Pearse (2015), grande parte dos teóricos do Sul Global tem trabalhado suas ideias a partir da negociação com as teorias no Norte, mas essa extravessão tem certos limites pela necessidade de adaptar dados saberes à realidade onde se aplicam e de quem os produz – a centralidade e sustentabilidade da vida humana, por exemplo, tão caras às versões mais avançadas da Economia Feminista, precisam ser repensadas em termos de diferentes níveis de desenvolvimento do capitalismo, das forças produtivas e do bem-estar dos países. Deste modo, importar estas ideias traz a necessidade de adaptar

⁵ O termo *care*, embora não tenha um acordo definido para sua tradução, está associada pelas autoras da Economia Feminista ao cuidado, ou trabalho de cuidado (CARRASCO, BORDERÍAS e TORNS, 2011). Este conceito é parte do trabalho não remunerado, correspondendo às atividades que envolvem relações de afeto e que, quando transferidas para o mercado, terão seu conteúdo afetado (STAVAREN, 2005).

suas conclusões para contextos que podem vislumbrar distintas posições de poder entre homens e mulheres.

Diferentemente da institucionalização do gênero nas Ciências Sociais, que mantém forte afinidade com os problemas produzidos no campo político (HEILBORN e SORJ, 1999) e da legitimação a partir da publicação de Saffiotti, *A Mulher na Sociedade de Classes*, em 1969 (SORJ, 1995), a avaliação mais profunda e crítica das relações de gênero na Economia ainda é incipiente e em curso, sem marco teórico bem definido. A mera leitura do referencial da Economia Feminista no Brasil não se traduz em pensar a disciplina enquanto parte das discussões acadêmicas que se processam no país, de tal modo que se torna fundamental, e consequência, a produção interna de conhecimento específico na área, promovendo a colonialidade que contribui com a inserção de novos conceitos e olhares, adaptados aos diferenciais próprios do país. A importação de ideias não implica na reprodução fiel das mesmas, mas serve como aporte para que a discussão do viés androcêntrico na Economia brasileira tome consistência.

A difusão de uma nova corrente dentro de um espaço específico pode ser avaliada a partir dos resultados acadêmicos obtidos na área, de tal modo a ser possível verificar seu nível de inserção. Como isso perpassa a admissão e aceitação nos espaços tradicionais – os periódicos mais reconhecidos –, tende-se a subestimar a representação, embora estes meios de valoração utilizados sejam fundamentais para a difusão de um tema e para o seu reconhecimento mediante a comunidade acadêmica. Dito isso, o presente ensaio tem como pergunta de pesquisa: é possível afirmar que há Economia Feminista na Ciência Econômica do Brasil?

Sob a hipótese de que, dentro da grande limitação da produção que coloca a mulher como sujeito de pesquisa na Economia, os trabalhos com enfoque em Economia Feminista são ainda mais restritos, seja porque o marco teórico é mais recente, ou porque não há uma definição bem clara da disciplina. O objetivo geral consiste, assim, em analisar a produção acadêmica nos periódicos brasileiros que possuem as melhores avaliações na área de Economia (B1, B2 e B3), de tal modo a identificar os trabalhos que, desde a década de 1990, têm se debruçado sobre as mulheres, distinguindo aqueles que podem ser associados à Economia Feminista da inserção mais comum do tema – a Economia de Gênero.

Além deste, são objetivos específicos: (i) delimitar teoricamente a fronteira entre a Economia de Gênero e a Economia Feminista, (ii) avaliar as características por detrás dessa produção, com o intuito de identificar o perfil da disciplina no país; e (iii) reconhecer as pesquisadoras mais atuantes de acordo com a classificação realizada.

Os recortes utilizados para perseguir o problema de pesquisa se apoiam no período e na definição da produção avaliada. Para o primeiro caso, delimita-se o intervalo entre 1990 e 2015 por considerá-lo como o espaço temporal em que a Economia Feminista é reconhecida como uma corrente crítica da Economia, limitando ao ano em que, no levantamento das informações, grande parte dos periódicos teriam suas publicações anuais finalizadas. Neste sentido, os trabalhos publicados na área estarão se apoiando nos debates que se passam nos centros americanos e europeus ou, com uma defasagem, nas repercussões nos países periféricos.

De acordo com o sistema Qualis, que é utilizado para classificar a produção científica dos programas de Pós-Graduação no país a partir dos artigos publicados em periódicos científicos, são consideradas revistas de alto impacto aquelas enquadradas nos estratos A1, A2 e B1. Como, no Qualis 2014⁶, nenhuma revista brasileira foi classificada entre os dois primeiros grupos, procede-se com a manutenção do mesmo número de estratos para os quais há representação, de tal modo a abarcar os critérios B1, B2 e B3. Nestes periódicos, que valem 60%, 50% e 30%, respectivamente, da pontuação máxima (A1), preza-se pela originalidade e por procedimentos de avaliação bem definidos, de tal modo a ser possível inferir que suas revistas possuem um rigor científico.

A importância de avaliar apenas os melhores periódicos brasileiros está atrelada à verificação de difusão da crítica internamente, como uma forma de propagação da Economia Feminista desde o centro - Europa e Estados Unidos. Isso não impede, entretanto, que pesquisadores estrangeiros estejam publicando em revistas nacionais, assim como não abarca a produção externa de pesquisadores brasileiros, que inclusive o fazem nos estratos A1 e A2 nas revistas de fora. A opção por não incluir os periódicos estrangeiros na amostra está no fato de que isso levaria a discussão para outro debate: embora seja realizada em território nacional, quando lançada internacionalmente e em outra língua, passa a concorrer por espaço com os temas de pesquisa que trazem outros tipos de debate,

⁶ A consolidação da avaliação dos periódicos de 2015 não havia sido finalizada quando do início do levantamento dos artigos analisados neste ensaio. A nova listagem teve o número de revistas nos estratos B1, B2 e B3 duplicado, dentre as quais 81 são periódicos brasileiros de outras áreas de pesquisa e apenas 11 da Economia – 3 delas no estrato B1, 2 no estrato B2 e 6 no estrato B3. Das revistas incluídas nesta análise, 8 não fazem mais parte dos grupos selecionados.

adequados aos interesses dominantes do país a que o periódico está atrelado.

Não se ignora, portanto, que essa limitação pode promover o não reconhecimento de autores que têm maior inserção internacional, mas crê-se que a demarcação de fronteira seja mais representativa do conhecimento que está sendo debatido pela Ciência Econômica do país, lançando-se luz a suas limitações, vieses e temas de interesse. Caso contrário, o problema de pesquisa deveria ser adaptado para a busca de economistas feministas brasileiros e as comparações entre as formas de inserção da produção seriam analisadas separadamente, uma no formato já perseguido, e outra que colocasse os trabalhos dos Economistas brasileiros na lógica da produção da Economia Feminista internacional e desta, por seu turno, no restante da produção científica.

Além disso, a ideia de privilegiar as revistas que possuem avaliação no Qualis em Economia está associada à necessidade de fazer da disciplina um espaço de discussão para repensá-la enquanto Ciência Social perpassada pelo viés de gênero, ainda que o tema traga implícita a noção de interdisciplinariedade. Mesmo com o grande esforço teórico já colocado em prática fora do país, é perceptível o pequeno espaço que a Economia ocupa no debate quando comparado a outras áreas do conhecimento (como Antropologia, História e Ciência Política). Nas palavras de Barker (2013, p.21), é mister a necessidade de transformar a disciplina e trabalhar dentro dela – “(...) *we are insider/outsider to the profession*” –, de modo que este ensaio permite evidenciar em que condição a Ciência Econômica do Brasil está no que concerne à Economia Feminista.

2.1.2 Organização do ensaio

Para cumprir com seus objetivos, o presente ensaio está dividido, além desta introdução, em quatro partes. Na segunda, situa a mulher enquanto sujeito da Economia em dois momentos – o período antecedente à Economia Feminista e a partir de seu reconhecimento enquanto corrente de pensamento –, destacando, especialmente, o que difere a Economia de Gênero da versão crítica que é foco do trabalho. A terceira seção descreve os procedimentos utilizados para a definição da presença da disciplina no Brasil, o que culmina na Economia Feminista *à la* brasileira, na qual se revelam os níveis de inserção dos trabalhos na área de Economia dos periódicos nacionais, bem como o perfil dessa produção e como ele se personifica entre os principais pesquisadores. A última parte compreende as considerações finais.

2.2 DESBRAVANDO A ECONOMIA FEMINISTA

2.2.1. A mulher enquanto sujeito da Ciência Econômica – antecedentes à Economia Feminista

A generificação do sujeito na Economia perpassa, na história econômica recente, três fases: (i) a tímida presença das mulheres entre os pensadores clássicos, embora a representação da esfera da reprodução estivesse atrelada com o sistema de produção; (ii) a invisibilização e normatização dos indivíduos entre os neoclássicos, na figura do *homo economicus*; e, por fim, (iii) o reconhecimento da necessidade de incorporar as mulheres na análise em virtude da ampliação de sua participação na Economia visível, seja dentro da família em uma postura passiva (como em Becker (1965)), ou no mercado de trabalho, mediante os diferenciais salariais e as possíveis explicações para o fenômeno.

Tais inflexões sugerem que o espaço reservado às mulheres, enquanto foco de atenção econômica, esteve atrelado às ideias que, em momentos específicos, ganharam força na Economia. Neste sentido, acompanham as mudanças observadas no Capitalismo, de tal modo que, no *pré-capitalismo*, a unidade de produção é familiar e as mulheres e crianças desempenham papéis econômicos fundamentais (SAFFIOTI, 2013); no *capitalismo industrial*, com a ampliação do espaço da esfera pública e o foco na produção, ainda se mantem algumas articulações com a esfera da reprodução; e no *capitalismo monopolista*, com a valorização da esfera da circulação – o mercado – e o distanciamento entre trabalho e o resultado do trabalho, rompe-se com a integração econômica à esfera doméstica. No limite, a produção de valores de troca torna-se a principal atividade da economia, e o trabalho associado a ela, que é remunerado, constitui-se na única forma de trabalho percebida (OROZCO, 2005).

Entre os clássicos, contemporâneos da consolidação do movimento de industrialização, há a concentração na compreensão do processo produtivo e do mercado. Mesmo com algumas referências às mulheres, elas ocupam espaços reduzidos na interpretação do sistema econômico (CARRASCO, 1999). Para Smith (1996), embora o trabalho feminino na esfera doméstica fosse considerado muito importante, especialmente em termos de educação dos filhos com vistas à formação de trabalhadores produtivos (que se converterão na riqueza das nações), não há qualquer atribuição de valor a ele no sistema. Ainda assim, Smith percebeu a rivalidade entre o tempo gasto nestas atividades e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, especialmente em termos da burguesia. Às mulheres mais pobres, entretanto, era facilitado o emprego mal

remunerado, talvez porque a invisibilidade do gênero na análise das classes mais baixas fosse acentuada, constituindo-as apenas por operários (TEIXEIRA, 2008).

De acordo com Marçal (2015), outra característica que revela um olhar androcêntrico de Smith está no conceito de autointeresse que se torna um dos pilares da Economia. Dado que grande parte das atividades domésticas envolve relações pessoais, o benefício associado a elas é distinto daquele voltado ao lucro, de modo que a sua contribuição econômica para a reprodução do sistema não entra na lógica da interpretação do que corresponde à economia de mercado, circunscrevendo a mulher a um espaço restrito e não valorizado.

Mediante esta interpretação, que passará a balizar as reflexões subsequentes, estabelece-se a divisão entre o público e o privado, de tal modo que o universo a ser compreendido pelos economistas delimita-se a um espaço específico da interação social. Ocultam-se, assim, as práticas realizadas nos lares, bem como a articulação destas com a manutenção do sistema. Em função disso, nega-se a categoria econômica do trabalho não remunerado, de tal modo a ser excluída nas análises econômicas posteriores (CARRASCO, 2009).

Em Marx, quando a produção e a troca passam a ser a essência do capitalismo, levanta-se a questão do trabalho não remunerado como importante para o bem-estar das famílias, mas é justamente por suas características que as mulheres são percebidas como trabalhadoras de segundo nível, porque podem facilmente voltar para a esfera tradicional, o lar, quando não forem demandadas na esfera de mercado. Seguindo a divisão estabelecida por Smith, não se reconhece o trabalho doméstico como aquele que gera valor e, tentando-se classificá-lo entre produtivo e improdutivo, reforça-se o conceito de que tais atividades são improdutivas, inferiores hierarquicamente às produtivas (TEIXEIRA, 2008). A partir disso, passa-se, portanto, da noção de trabalho não-produtivo para não-trabalho.

Marx também reconhece o sinal da opressão das mulheres, mas o associa apenas como consequência da propriedade privada e dos interesses do capital, sem dar-se conta de que estes fatores são adjuntos à esfera masculina de dominação, no formato do que se conhece por patriarcado – opressão sexual como um produto da economia baseada nas relações de classe (PHILLIPS e TAYLOR, 1980). Ainda assim, para Williams (1993), há uma percepção de que a posição que a mulher ocupa na sociedade é uma medida do desenvolvimento social, de tal modo que a superação do capitalismo, que levaria à abolição das classes, também se constituiria no fim da sobreposição masculina sobre as mulheres.

Dentre os clássicos, o ponto de inflexão da compreensão da vivência feminina é dado por Stuart Mill. Embora haja especulações de que seus escritos mais feministas tenham sido elaborados por Harriet Taylor, sua esposa e defensora dos direitos das mulheres, é inegável que sua obra *A Sujeição das Mulheres* se transformou em uma forte tentativa de argumentação pela justiça sexual, inclusive em termos de eficiência econômica, seja mediante a visão sufragista ou a partir do apoio à inserção feminina em todas as profissões (MILL, 2006). A marca de pertencimento ao pensamento clássico, entretanto, é percebida mediante a visão da mulher como agente independente e pela defesa de que a origem da dominação masculina estava na superioridade física (BODKIN, 1999).

Havia entre os economistas clássicos, portanto, uma preocupação com as estruturas sociais do mercado, o que se reflete, por exemplo, na incorporação das necessidades familiares e da reprodução do trabalhador e dependentes na determinação dos salários. Isso implicava em uma tensão diante da contradição de reconhecer o trabalho reprodutivo das mulheres na esfera doméstica, mas não o incorporar em sua análise do que representava o sistema socioeconômico. Esse conflito, como destacado por Carrasco (2008), desaparece em grande parte da economia neoclássica, sendo substituído pelas forças de oferta e demanda.

Nesta, a forma como homens e mulheres são socialmente organizados continuará tendo muita relação com as partes da experiência humana que será incluída (ou não) na análise. Entretanto, os neoclássicos institucionalizarão a separação entre a esfera de produção/circulação e a produção doméstica (ENGLAND, 1993; CARRASCO, 1999).

De acordo com Pujol (2003), as visões que esta Escola tinha sobre as mulheres podem ser resumidas em quatro características:

1. *Todas as mulheres ou são ou serão casadas e todas elas têm ou terão filhos. Em decorrência disso, todas as mulheres são economicamente dependentes, seja dos pais ou dos maridos.* Esta definição leva economistas da ordem de Marshall, Pigou e Edgeworth a retratarem a mulher como um agente não-autônomo e a defender a não inserção das mesmas no mercado de trabalho, o que é suportado pela ideia do *salário família* aos homens, independentemente de eles serem, ou não, casados.
2. *As mulheres são ou serão donas de casa, haja vista que as capacidades reprodutivas as especializam para esta função.* Em decorrência disso, qualquer ocupação externa ao lar é percebida como interferindo em suas obrigações o que, por seu turno, promove uma perda econômica e de bem-estar ao sistema. Assim, justifica-se a oposição dos economistas neoclássicos a salários

iguais ou a um salário mínimo para as mulheres, bem como treinamento industrial, de tal modo a mantê-las dependentes e domesticadas.

3. *As mulheres são improdutivas na força de trabalho industrial.* O argumento de que os menores salários são justificados pela baixa produtividade se reforçava com o pressuposto de competição perfeita no mercado de trabalho. Neste sentido, os menores salários constituíam-se em provas do menor nível de produção. Isso, entretanto, não implicou no debate sobre as possibilidades de ampliar essa produtividade, com treinamento ou educação, por exemplo, especialmente porque seu *status* de dependente e de dona de casa desestimulava qualquer iniciativa pró-mulher na esfera laboral.
4. *As mulheres são irracionais, não agindo como agentes econômicos e, portanto, não perseguindo decisões econômicas corretas.* Ao congregiar as noções anteriores, as mulheres são fragilizadas e infantilizadas em torno da dependência, ao fato de sua vivência estar atrelada ao pertencimento a uma família, o que reduz seu acesso ao mercado e, mais ainda, à necessidade de tomar decisões nele.

Essa percepção das mulheres auxilia na compreensão das premissas utilizadas que serão, em grande medida, alvo da crítica da Economia Feminista. Entre os neoclássicos, ganha força a noção de que os agentes econômicos são racionais, autônomos, anônimos e com preferências estáveis, desconsiderando as relações sociais e outras características que ampliam a noção do *ceteris paribus*. Sobre isso se apoia o desenho do *homo economicus* que, não tendo infância nem velhice ou interferência do meio – apenas mediante o mercado e os preços –, não descreve as mulheres, ao mesmo tempo que também não se constitui em uma boa representação dos homens (FERBER, 1995; NELSON, 1995; HEWITSON, 2001a).

A separação nos modelos neoclássicos (*separative models*), portanto, considera unicamente as relações estabelecidas na esfera de mercado (ENGLAND, 1993). Isso delimita teoricamente os espaços econômicos e não-econômicos, a partir dos quais se formaliza o que deve, ou não, ser considerado na valoração econômica (servindo como referência, por exemplo, às definições das Contas Nacionais das nações e a invisibilização do trabalho doméstico nas mesmas). De acordo com Orozco (2006), mostra a passagem de uma economia em que a família é parte da infraestrutura do capitalismo, por permitir que o trabalhador tenha condições de estar disponível no mercado de trabalho, para outra

em que o trabalhador, masculino e disponível, passa a ser a norma, com a exclusão econômica de tudo aquilo que está socialmente associado à feminilidade.

A reavaliação da esfera doméstica é retomada especialmente por Becker (1965, 1974) que se constituirá no principal nome da Nova Economia Doméstica (*New Home Economics*) que ganha impulso na década de 1970. Nesta, o papel produtivo da família que opera num mercado implícito é destacado, embora se faça uso de analogia para compará-lo com empresas do mundo explícito da economia (TEIXEIRA, 2008).

Ao incorporar o lar na análise neoclássica, colocando todas as decisões familiares como resultado da maximização da utilidade da família, reforça o homem como chefe, acentuando ainda mais a divisão social do trabalho. De acordo com a análise de Becker, as mulheres, tendo vantagens comparativas na esfera doméstica, acabam por se especializar no trabalho do lar e os homens na produção de bens e serviços. Em função disso, o nível de instrução e treinamento delas pode ser menor, de modo que os salários mais baixos estão relacionados às decisões ótimas individuais. Neste sentido, ainda que esta visão traga a discussão econômica para a família, a utilização de uma linha de raciocínio centrada na modelagem microeconômica reforça a diferença sexual (NELSON, 1995; HEWITSON, 2001b).

Foram necessários mais alguns anos para que o diferencial de salários passasse a ser analisado mediante variáveis que não apenas considerassem a desigualdade de produtividade, mas também refletisse sobre isso em termos de discriminação de gênero no mercado laboral. Mais tempo ainda decorreu até que se avolumasse o número de explicações desse diferencial apoiado nas limitações que as mulheres possuem para dedicarem-se integralmente às atividades na esfera pública, quando grande parte das amarras domésticas ainda são mantidas e invisibilizadas na esfera do lar. É sobre este último movimento que se apoia teoricamente o presente ensaio.

2.2.2 Delimitação da diferença entre Economia de Gênero e Economia Feminista

A inserção da mulher enquanto sujeito de pesquisa promove um deslocamento dos trabalhos que a classificam apenas como oposto aos homens, especialmente em seu sentido essencialista, para aqueles em que as diferenças entre homens e mulheres são percebidas no marco das desigualdades de poder e como produto de construção cultural. Este

esforço, portanto, adentra nos estudos de gênero, que servem de ponto de partida à crítica androcêntrica.

Deste reconhecimento das diferenças, vislumbram-se dois tipos de pensamento feminista – aquele que acha que a equidade pode ser conquistada pela inserção da mulher na *esfera masculina*; e aquele que acredita na necessidade de reconhecimento da importância da *esfera feminina* na economia, na sociedade e na política. Embora aparentemente ocupando polos opostos, as duas visões são compatíveis porque permitem que em ambas as atividades haja liberdade para homens e mulheres atuarem (ENGLAND, 1993).

Tal diferencial se consolida teoricamente na Economia a partir dos trabalhos de Hewitson (2001b) e Orozco (2005, 2006), para os quais há duas possíveis saídas no debate em torno da equidade de gênero:

1. A *economia de gênero* – em que as diferenças sociais entre homens e mulheres são eliminadas mediante a manutenção do sistema econômico na forma como ele é compreendido, com a promoção da igualdade de oportunidades em espaços específicos. Trata-se, portanto, da extensão dos paradigmas da Ciência Econômica para uma nova área de análise.
2. A *economia feminista* – em que são necessárias mudanças na forma de entender o sistema econômico e seu funcionamento, com a reformulação do discurso androcêntrico (no caso da Economia Feminista de Conciliação – EFC), ou na ruptura do mesmo (característica da Economia Feminista de Ruptura – EFR).

Embora esta classificação não compreenda uma progressão cronológica nem argumentativa, já que os trabalhos coexistem e não há invalidade nas definições até então adotadas, parece ser possível associá-las aos grandes aportes das ondas do movimento feminista, que renovam as prioridades, os métodos e os protagonistas em destaque. Neste sentido, a Economia de Gênero poderia fazer alusão teórica às discussões da primeira onda, a Economia Feminista de Conciliação à segunda e, por fim, a Economia Feminista de Ruptura à terceira onda.

Na primeira e mais longa onda, que vai desde o século XVIII até as lutas sufragistas do século XX, já é observada certa crítica à suposta neutralidade universal, com os discursos apoiados na lógica masculina. Entretanto, o foco é dado à identificação da categoria *Mulher*, que promove uma crítica ao androcentrismo a partir do reconhecimento de um novo sujeito político, apoiado na coletividade das mulheres e na afirmação de que todos são iguais. Assim, discutem-se as disparidades legais e sociais, tendo por finalidade atingir os mesmos direitos políticos e econômicos para ambos os sexos (PEDRO, 2005; SANTOS, 2014).

No feminismo de segunda onda, que toma forma a partir da 2ª Guerra Mundial e que tem como lema *o pessoal é político*, o conceito de gênero se torna a principal contribuição, problematizando as diferenças sexuais (PISCITELLI, 2004). Embora permaneça apoiado em um fundacionalismo biológico, já que sua lógica está ligada à ideia dicotômica dos sexos, ganha espaço na teoria social pela possibilidade de compreender as diferenças não apenas a partir da oposição de homens e mulheres, mas na necessidade de reconhecer que as vivências e construções sociais/culturais em torno do sujeito feminino limitam as possibilidades de este ter os mesmos direitos legais e sociais perseguidos na primeira onda.

No fim do século XX, ganha espaço a terceira onda, trazendo consigo novas discussões que se traduzem na retomada do sujeito Mulher, mas agora no plural. As *Mulheres* servem como instrumento de rejeição das categorias e conceitos abstratos de racionalidade utilizados até então nas discussões de gênero, recusando-se as generalizações universais. Busca-se, portanto, uma aproximação com a diversidade sociocultural, dando espaço a vozes dissonantes, o que é realizado a partir da revisão da linguagem e da corporeidade, com destaque à performance de gênero (SANTOS, 2014; BUTLER, 2016).

As principais características desses movimentos e do pensamento feminista nelas delineado, somado às distintas interpretações econômicas, constituirão os pilares que balizam a separação entre Economia de Gênero e a Economia Feminista, analisadas separadamente, mas com ênfase principal na segunda corrente.

2.2.2.1 A Economia de Gênero

A inserção da mulher enquanto sujeito econômico está associada aos trabalhos classificados como Economia de Gênero, que tomam forma a partir da década de 1960. Em seu formato *assimilacionista* (LAKE, 1992), recrimina a ausência feminina na análise econômica, mas sem criticar as noções que são suporte a essa invisibilização. De acordo com Orozco (2006), trata-se de um discurso despolitizado e objetivo – o chamado *feminismo domesticado* –, voltado à análise dos diferenciais de participação e da discriminação feminina nos espaços tradicionalmente econômicos, visando direitos e oportunidades iguais para homens e mulheres, o que se dá mediante a participação feminina equitativa nos espaços historicamente ocupados pelos homens.

Ao ser uma ampliação da análise econômica tradicional, que tem como foco a relação de gênero, adere aos paradigmas androcêntricos,

mantendo-se as dicotomias *Economia – Não-Economia* e *Trabalho – Não-Trabalho*. A esfera doméstica, portanto, continua sendo um espaço não integrado à explicação da inserção das mulheres nos espaços públicos, assim como o trabalho nela realizado permanece fora de qualquer análise que reclame para si a mulher como agenda da Economia.

A Economia de Gênero abarca duas correntes centrais de análise, que se alinham ao fato de o crescimento dos estudos e a inserção das mulheres como objeto de análise dar-se justamente diante da ampliação delas enquanto fazedoras da ciência (OROZCO, 2006). São elas:

1. Os estudos de equidade: tem como objetivo analisar a exclusão feminina na comunidade acadêmica, seja na forma de participação física ou como sujeito epistemológico. Assim, questiona a diferença, mas não a forma da criação dessa diferença (OROZCO, 2005)
2. O empirismo feminista: questiona a sub-representação no mercado de trabalho, utilizando o método científico e os marcos teóricos da economia androcêntrica, embora critique o viés que existe nela no sentido de expor a obliquidade da agenda dos problemas de pesquisa, das informações e dos métodos. Sua maior contribuição é considerar as relações de gênero importantes para a compreensão dos mercados, assim como variável relevante de análise, mas ao se limitar à Economia Tradicional acaba por circunscrever sua análise aos diferenciais salariais.

Sobre isso, duas críticas se apoiam: (i) o não questionamento da estrutura na qual se ancora a sub-representação feminina acaba por deslocar as estruturas dicotômicas, antes apoiadas no gênero, para outros espaços; e (ii) a visão da mulher como trabalhadora inferior pode se manter, ainda que elas passem a compartilhar os mesmos espaços dos homens. A nível de conteúdo, portanto, a economia de gênero compreende um subconjunto da Economia Feminista (ROBEYNS, 2000, p. 10).

2.2.2.2 A Economia Feminista

A Economia Feminista está ancorada na noção de que ideologias específicas delimitam a definição dos problemas de pesquisa a serem discutidos pela Ciência Econômica, a forma como esses trabalhos são operacionalizados e o modo de interpretação de seus resultados (FERBER, 1995). Isso porque a disciplina fez da personalidade masculina (o homem), das atividades masculinas (a ciência) e dos valores masculinos (objetividade e racionalidade), noções universais. Neste

sentido, não basta adicionar personalidades, atividades e valores femininos à ciência para corrigir seu viés de gênero, é necessário repensá-la desde a sua origem (JENNINGS, 1993).

Diante disso, a Economia Feminista caracteriza-se pelo questionamento dos conceitos de Economia e Trabalho, mediante a desconstrução das dicotomias que apoiam o pensamento econômico tradicional e a valorização das atividades invisibilizadas (e feminizadas) historicamente (OROZCO, 2006). Entretanto, como afirma Barker e Kuiper (2003), não se refere apenas a questões econômicas das mulheres, mas a fenômenos econômicos associados às mulheres que influenciam homens e mulheres de distintas formas.

Ao feminizar o sujeito econômico, esta corrente crítica descentraliza o foco dos mercados para tornar as atividades da esfera doméstica economicamente significativas. Rompe-se, portanto, com a relação de poder entre homens e mulheres estabelecida na Economia tradicional, perpassando três estratégias: recuperação dos elementos invisibilizados da economia, reversão das hierarquias entre as esferas da sociedade e busca pela sustentabilidade da vida⁷, que vai além das noções de crescimento e desenvolvimento econômico. Este último intento é percebido apenas na Economia Feminista de Ruptura, enquanto os demais são constantes nesta e na de Conciliação.

Para que seja possível a reavaliação crítica da disciplina, as duas principais inflexões da visão feminista da Economia se ancoram em uma ontologia diferenciada, assim como em uma proposta metodológica nova para dar conta de explicar os campos de investigação que se abrem. Ontologicamente, abandona-se o enfoque heteropatriarcal, hierárquico e dualista (homem *versus* mulher; trabalho *versus* não trabalho, produção *versus* reprodução, entre outros) em detrimento de uma percepção de mundo que considere as diferentes formas de interação social, de tal modo que o sistema econômico não pode ser avaliado apenas por sua parte produtiva, mas é necessário percebê-lo como reflexo das óticas da

⁷ De acordo com Carrasco (2009, p. 183), a sustentabilidade da vida “(...) representa un proceso histórico de reproducción social, un proceso complejo, dinámico y multidimensional de satisfacción de necesidades en continua adaptación de las identidades individuales y las relaciones sociales, un proceso que debe ser continuamente reconstruido, que requiere de recursos materiales pero también de contextos y relaciones de cuidado y afecto, proporcionados éstos en gran medida por el trabajo no remunerado realizado en los hogares”.

reprodução e socialização.

Ao criticar a construção teórica apoiada na escolha racional e em modelos parciais e seletivos, a Economia Feminista rompe com os pressupostos do *mainstream*, que racionalizam as diferenças entre homens e mulheres, colocando-os sob o marco androcêntrico do *homo economicus*⁸. De acordo com Nelson (1995, p. 136), a nova disciplina vem para preencher este espaço ignorado – “*what is needed is a conception of human behavior that can encompass both autonomy and dependence, individuation and relation, reason and emotion, as they are manifested in economic agents of either sex*”.

A percepção neoclássica não apenas serviu de referência para a definição dos temas econômicos a serem trabalhados na Economia – focados no indivíduo e no mercado –, mas também delimitou seus métodos científicos, fortemente apoiados na matemática, na lógica e na econometria. Embora na visão de conciliação seja possível continuar fazendo-se uso de tais técnicas, a Economia Feminista direciona a pesquisa para uma maior aproximação com o objeto de estudo, valorizando análises qualitativas. Essa abordagem traz consigo a interdisciplinariedade e a análise multinível, no sentido de refletir sobre estruturas sistêmicas, ampliando o campo de análise da Economia. Dada a complexidade das normas sociais, abandonam-se alguns modelos em detrimento de ferramentas que sejam capazes de avaliar as experiências vivenciadas pelas mulheres, adicionando metáforas e histórias individuais aos fatos econômicos, assim como valorizando estudos direcionados à interação entre pesquisador e pesquisado (HARDING, 1987; McCLOSKEY, 1993).

A Tabela 1 resume de forma bastante breve as distinções já delineadas até aqui entre a Economia de Gênero e a Economia Feminista, embora uma melhor compreensão deverá ser possível mais adiante. Cabe destacar novamente que a corrente crítica, por sua definição, comporta-se de modo mais radical em relação à Economia de Gênero e, por diversificar a metodologia e ontologia, promove maior resistência por parte da comunidade acadêmica, rompendo com algumas das premissas que servem de base à Ciência Econômica.

⁸ Dentre os pressupostos, deve-se destacar a crítica ao enfoque no mercado, às preferências serem exógenas e estáveis (já que, embora sejam individuais, muitas delas são criadas e institucionalizadas socialmente) e à caracterização da utilidade (com as preferências podendo ser alteradas pelas emoções e dependentes de outras funções de utilidade).

Tabela 1 – Comparação entre a Economia de Gênero e a Feminista

	<i>Economia de Gênero</i>	<i>Economia Feminista</i>
<i>Relação com o mainstream</i>	Introduz o gênero em vez do sujeito econômico padrão – o <i>homo economicus</i> -, criando políticas conscientes dos diferenciais	Posiciona-se criticamente, podendo ser marginalmente diferente ou diferir em todos os aspectos.
<i>Uso do Gênero</i>	Em sua definição estreita	Em sua ampla definição
<i>Metodologia</i>	<i>Mainstream</i>	Pluralista
<i>Ontologia</i>	Marginalmente diferente do <i>mainstream</i>	Incompatível com muitos dos pressupostos do <i>mainstream</i>
<i>Aceita pelos economistas</i>	Sim	Muitas vezes não
<i>Público</i>	Geralmente formada por economistas neoclássicos	Multidisciplinar

Fonte: Adaptado de Robeyns (2000, p. 12)

A distinção entre estes dois caminhos, assim como as diferenças existentes dentro da Economia Feminista, revela o nível de descontentamento com a Economia *mainstream*, bem como a pluralidade de posições dentro do pensamento feminista em decorrência da diversidade de visões do feminismo e das interpretações econômicas (CARRASCO, 2005). A fim de verificar mais apuradamente os desdobramentos da crítica, faz-se necessário abordá-la de modo separado, mas sem olvidar que essa separação não é estrita, já que a Economia Feminista de Ruptura advoga as mesmas críticas que a visão de Conciliação, mas dá a estas uma interpretação mais radical.

2.2.2.3 A Economia Feminista de Conciliação (EFC)

Como o próprio nome sugere, esta corrente persegue a revalorização da esfera feminizada e sua união com o espaço masculino, já valorado, de tal modo a ser possível chegar a um conjunto melhor e mais completo em termos teóricos e políticos – com o reconhecimento dos mercados e do trabalho doméstico. Mantem-se a estrutura dicotômica, mas transforma-se seu conteúdo: há uma mesma relevância analítica entre produção e reprodução, com a posição das mulheres se qualificando como dupla presença, e uma reversão das hierarquias (OROZCO, 20016).

A nível epistemológico, a EFC promove uma crítica ao processo de criação do conhecimento econômico, já que seu conteúdo está

imbricado pelas noções daquele que o produziu – os homens. O discurso androcêntrico daí resultante advém da exclusão da feminilidade na elaboração científica, que se deve à divisão sexual do trabalho e ao enfoque positivista da Ciência Econômica. A construção do conhecimento androcêntrico, apoiado no cientificismo e na matematização da Ciência, reforçou uma hierarquia generificada, tendo seu ápice na figura do *homo economicus*, que encarna para si apenas as características masculinas (NELSON, 1993).

Tornar a Economia menos masculina não implica em torná-la menos objetiva, apenas requer novas visões sobre o gênero, sobre o que é valor e conhecimento. Para Nelson (1993), isso perpassa a manutenção dos elementos masculino positivos, associado à incorporação de elementos femininos, eliminando-se tudo aquilo que é negativo nas duas esferas⁹. Essa noção está muito próxima da retórica tétrede defendida por McCloskey (1993), para quem o conhecimento compreende uma parte já entendida como ciência – referente à evidência empírica e à lógica – e outra formada pela parte criativa, composta de metáforas e histórias, aos quais se costuma associar as experiências masculinas e femininas, respectivamente. A referência feminina, entretanto, foi sendo cada vez mais deslocada na Ciência Econômica como não ciência, de tal forma a negar a parte criativa, embora a sua utilização implique em mais racionalidade e ampliação de seu poder de persuasão.

Strassmann (1993) defende a reafirmação da parte criativa citada por McCloskey (1993), mas reconhece que, ainda assim, todo o conhecimento é parcial, de tal modo que mesmo a objetividade perseguida tradicionalmente pela Economia não significa ausência de influências (FERNANDEZ, 2008). Isso se reafirma porque as teorias econômicas predominantes são aquelas que resistiram às críticas, mas com “juízes” que também estão imbricados por valores, sejam eles quais forem.

Em termos conceituais, a EFC revaloriza as atividades exercidas na esfera doméstica, com o trabalho não compreendendo apenas o que é remunerado. Neste sentido, a palavra *trabalho* percorre desde a ideia de uma atividade que pode ser delegada a outra pessoa, como referenciado

⁹ A autora cita como exemplo a dureza (associada ao masculino) e a suavidade (percebida em termos femininos). Na visão positiva, poderiam indicar, respectivamente, força e flexibilidade, enquanto a visão negativa associaria com rigidez e debilidade. O ideal, portanto, seria reunir a compreensão de força e flexibilidade para se ter durabilidade.

por Reid (1934), até a visão mais específica de Himmelweit (1995), que a associa a uma atividade com propósito determinado, passível de divisão (a ser processada dentro ou fora da residência) e separável da pessoa que o realiza, já que o objetivo é o resultado final.

Ao possuir características próprias (produtividade limitada, maior liberdade de realização e circunscrição ao âmbito privado), o trabalho doméstico dificulta sua valoração, mas ainda assim diversas já foram as possibilidades levantadas para sua mensuração. A mais utilizada pelos teóricos da Economia Feminista é o tempo total de trabalho, que permite a comparação direta na repartição de tarefas entre homens e mulheres, a partir do qual se observa uma atribuição extremamente desigual que é identificada como principal responsável pelo menor nível de participação e representação feminina no mercado laboral e nas esferas de poder. Assim, a desigualdade no mercado de trabalho não é apenas consequência do trabalho doméstico, mas auxilia na promoção de uma retroalimentação que reproduz identidades, de tal modo que a divisão sexual do trabalho não decorre apenas de negociações individuais que se processam no interior das residências, mas é resultado de um sistema de gênero (OROZCO, 2006).

A noção de trabalho delineada pela EFC elimina, portanto, a carga hierárquica que existe entre as esferas doméstica e de mercado mediante uma igual valoração de ambas, mas não acaba, na prática, com as representações entre trabalho e não trabalho. A dependência entre a *produção das coisas* e a *reprodução das pessoas* exige uma participação feminina, ora combinada, ora superposta, que recai na dupla jornada de trabalho, que passa a ser uma das principais discussões dentro da disciplina (BORDERÍAS e CARRASCO, 1994).

Embora seja possível vislumbrar um núcleo duro na Economia Feminista, ela é pensada por pesquisadores de distintas orientações dentro do feminismo e diferentes correntes do pensamento econômico. Essa diversidade acaba por se refletir em enfoques que adicionam contribuições ao marco inicial da corrente, indo desde os debates sobre o trabalho doméstico que, tendo um cunho marxista, investiga a forma de opressão das mulheres e desenha políticas públicas de libertação, até a Economia Feminista de corte neoclássico, que amplia o debate para a Macroeconomia, sendo um de seus desdobramentos as discussões em torno da invisibilidade feminina nas contas nacionais.

Muitas críticas já foram tecidas à EFC, dentre as quais se destacam três: (i) os mercados continuam sendo o centro da análise; (ii) não há ruptura das dicotomias, mas alteração das mesmas; e (iii) o trabalho doméstico ainda é definido em termos de um paradigma mercantil

androcêntrico. Embora estas apreciações acabem por refletir a estrutura que a EFC tem delineado, sua principal debilidade está na universalização das experiências femininas, como se houvesse uma identidade própria às mulheres, sem considerar as diferentes formas de dominação (como classe, raça e orientação sexual). Neste caso, estar-se-ia passando de um *homo economicus* padrão para um sujeito que representa a experiência das mulheres brancas, burguesas, ocidentais, heterossexuais e não deficientes, localizadas na divisão sexual que se processa em uma família nuclear.

2.2.2.4 A Economia Feminista de Ruptura (EFR)

A Economia Feminista de Ruptura assume que perceber a atividade doméstica como atividade econômica não modifica sua importância secundária na análise. É necessário, portanto, romper com todas as construções prévias de tal modo a reverter a lógica que guia o sistema econômico. Ao fazer isso, transcende a dicotomia existente nas discussões anteriores – mesmo na Economia Feminista de Conciliação – apoiando-se na interseção dos valores monetizados (e masculinizados) com os elementos invisibilizados (e feminizados), a partir do qual emerge o foco na sustentabilidade da vida. Neste sentido, o núcleo duro passa para os processos de satisfação das necessidades humanas, com o trabalho perdendo seu caráter mercantil porque direcionado para as atividades que vão ao encontro deste grande objetivo (OROZCO, 2006).

Epistemologicamente, avança na construção de conhecimentos situados, mediante a busca de explicações não apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres, criando um maior espaço para a política de localização. A partir da marcação histórica, geográfica e cultural, ganha importância na análise os feminismos pós-modernos, antirracistas e pós-coloniais, que destacam a necessidade de perceber a Economia como um discurso, minado de significados, categorias e crenças, o que exige mais do que a mera inserção dos elementos femininos, mas a desconstrução das estruturas existentes e a formalização de um novo conhecimento (BARKER, 2003).

Metodologicamente, a ruptura também se dá pelo avanço em termos de multidisciplinariedade, bem como no possível descolamento do gênero em relação ao sexo, sendo factível a aproximação com campos da

sexualidade e mesmo de uma economia *queer*¹⁰. Além disso, tem preferência por técnicas qualitativas, que se orientam para a solução de problemas, não voltadas ao método quantitativo (ROBEYNS, 2000).

A sustentabilidade da vida como objetivo (definida como provisão social para Nelson (1995) ou como reprodução social em Picchio (1999)), desloca a centralidade do mercado, transformando-o apenas em um dos espaços onde os processos podem se dar. Isso promove uma aproximação com a abordagem das capacitações de Sen (1999) e Nussbaum (2000), embora aqui esteja focada na promoção da equidade de gênero. Para Robeyns (2003), a listagem das capacitações de Nussbaum assume o formato de prescrição universal que pode ser adaptada a contextos específicos, sendo necessário avançar em diversidade e flexibilidade, de tal modo a ser possível valorizar as diferentes experiências percebidas pelas mulheres¹¹.

De acordo com Orozco (2006), a eliminação das noções de trabalho e não-trabalho, assim como de trabalho assalariado e doméstico, é, portanto, substituída por outra que se volta às atividades consumidas enquanto são realizadas, perdendo sentido as fronteiras entre trabalho e consumo, trabalho e ócio e trabalho e vida. Neste ínterim, ganha destaque o *trabalho de cuidado* que, ao mesclar o trabalho e a gestão doméstica com componentes subjetivos, pode ser motivado pelo altruísmo (o que exige a compreensão dentro das normas sociais e das identidades de gênero) ou pela necessidade, extravasando a lógica de dependência. Por este último e considerando-se que todos os indivíduos são dependentes em algum momento da vida, fica evidente que não há uma separação clara entre “quem cuida” e “quem é cuidado”, de tal modo a destacar a interdependência entre os indivíduos e a necessidade de questionar a estrutura de direitos sociais e econômicos na promoção da cidadania.

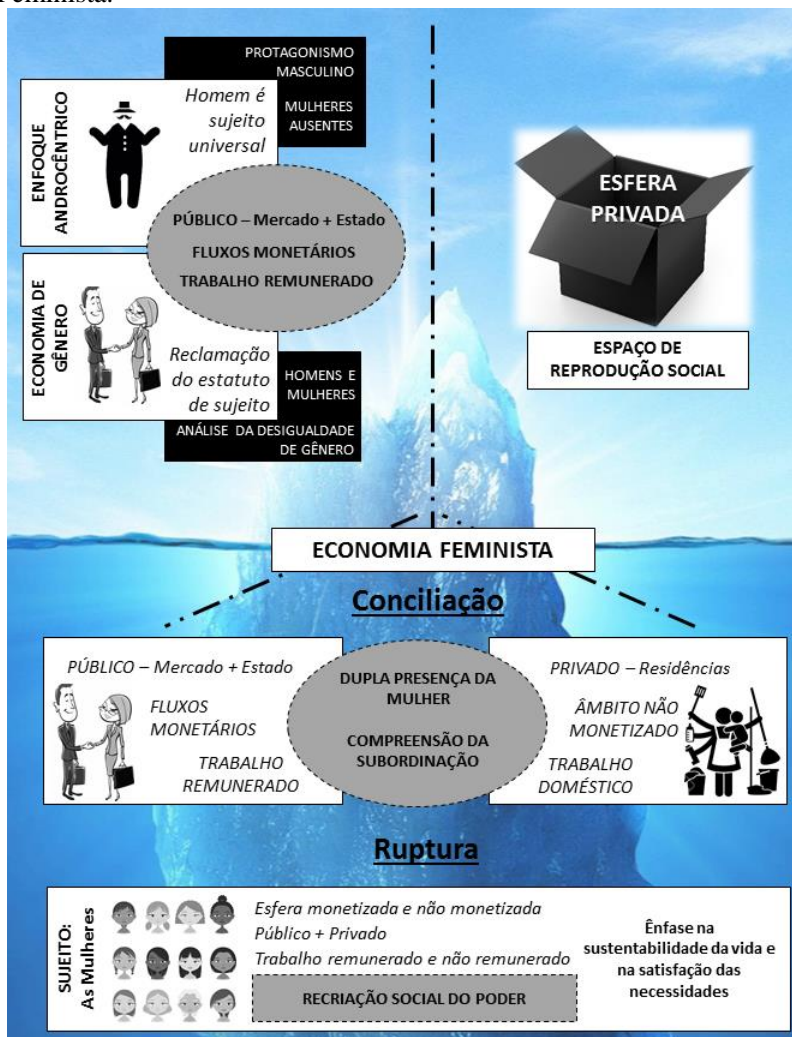
Este novo olhar sobre a Economia, dissociado de todas as construções prévias, reconstrói socialmente as noções de poder, porque não mais é possível fazer uma distinção clara entre as hierarquias que se

¹⁰ A teoria *queer* compartilha alguns aspectos relacionados aos estudos de gênero, mas os critica a partir da percepção de que eles reforçam a heteronormatividade. Articulados com o pós-estruturalismo, questionam a ontologia do sujeito, avançando ainda mais no sentido de aproximar a sexualidade de uma construção social. Esses conceitos têm como principal referência o trabalho de Butler (1998, 2016).

¹¹ A tabela completa do comparativo entre as capacitações listadas pode ser encontrada em Robeyns (2003, p. 74).

confrontam, nem mesmo em posições equitativas. A teorização perpassa pela superação do sistema econômico em vigor, já que no capitalismo essa transcendência para uma organização focada na sustentabilidade da vida e na satisfação das necessidades é inconcebível.

Figura 1 – Síntese da distinção entre a Economia de Gênero e a Economia Feminista.



Fonte: Adaptado de Orozco (2006, p. 232)

Percorrendo desde este enfoque mais radical até a inserção sem qualquer crítica à Economia, fica evidente o quanto a discussão das relações de gênero avançou na disciplina. O debate, apesar de se tornar cada vez mais complexo, abre espaços para outras fronteiras até então inexploradas, assim como a aplicações difusas em contextos específicos, como ocorre quando do seu deslocamento para países que não estão nos centros onde a Economia Feminista está sendo pensada.

Para facilitar a compreensão nas próximas sessões, a Figura 1 sintetiza o marco teórico referenciado na classificação aqui adotada, de tal modo a distinguir os enfoques econômicos de Gênero e Feminista, bem como desenhá-los em termos da já citada metáfora de Mies (1986), ou seja, de que Economia é um iceberg.

2.3 DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A fim de investigar a presença da produção acadêmica em Economia Feminista no Brasil, a pesquisa foi realizada em três etapas. Na primeira delas, considerando-se apenas os três maiores estratos com periódicos nacionais avaliados em Economia (B1, B2 e B3) no Qualis 2014, procede-se com a separação das revistas brasileiras e estrangeiras, a fim de obter aquelas nas quais se fará o levantamento das informações. A representatividade dos periódicos nacionais foi de 22,1% em B1, 57,7% em B2 e 56,5% em B3, totalizando 84 revistas.

Dada as distintas disponibilidades de acesso em rede aos periódicos, passa-se para a segunda etapa, que se constituirá no 1º recorte com viés de sexo. Nesta, são distinguidos os trabalhos que fazem alguma referência à mulher no título ou nas palavras-chaves entre as publicações de 1990 a 2015, utilizando-se como critério de seleção, além da indicação específica (*Economia de Gênero* e *Economia Feminista*), termos como *gênero*, *sexo*, *economia do cuidado*, *feminino*, *feminismo* e *feminista*. Embora estes se constituam em bons filtros, faz-se necessário também um olhar individualizado por artigo, uma vez que alguns se utilizam de expressões ou metáforas que remetem ao universo analisado, sem citar literalmente os termos perseguidos. Dentre as revistas analisadas¹², que compreendem uma amostra de quase 44 mil artigos, são selecionados no 1º recorte um total de 1.312.

Apesar de estas publicações estarem em periódicos que são

¹² No caso das revistas multidisciplinares que discriminam os artigos por áreas, consideram-se apenas aqueles classificados em Economia.

avaliados em Economia, não necessariamente implicam proximidade com a matéria. Daí a necessidade de fazer o último recorte, eliminando aqueles que não tem relação direta com a área (e que abordam temas de sexualidade, saúde reprodutiva, psicologia materna, entre outros), bem como distinguindo os que estão no enfoque da disciplina, mas utilizam da noção de diferenciação sexual para explorar uma temática distinta em relação ao objeto proposto nesse ensaio.

Esta clivagem é fundamental para o delineamento do trabalho e serve como base para as conclusões posteriores. A classificação em termos de Economia de Gênero e Economia Feminista, entretanto, é *ad hoc*, haja vista que, na maioria dos casos, não há explicitação destes termos. Para a associação do artigo à visão crítica levam-se em conta: (i) a construção metodológica do trabalho, com uma ótica mais qualitativo e interdisciplinar; e/ou (ii) o enfoque utilizado, voltado às relações entre a esfera produtiva/pública e a necessidade de compreendê-la a partir da interação com a esfera privada e o trabalho não-remunerado, ou pelo destaque às atividades e cenários feminizados na divisão sexual do trabalho. Assim, essa categorização está apoiada na compreensão dos conceitos trazidos por Ferber e Nelson (1993), Warnecke (1993), Kuiper e Sap (1995), Figart e, Benería (2003), Barker e Kuiper (2003), Carrasco (2005), Orozco (2005, 2006), entre outros.

Os artigos que compõem a amostra resultante compreendem a fonte de informação para a caracterização e mapeamento da pesquisa associada à Economia Feminista, de modo que grande parte dos critérios de análise são extraídos dos dados disponibilizados pelos próprios autores na publicação. O delineamento posterior, que se apoia na amostra final, utiliza informações da Capes e do CNPq para melhor caracterizar os espaços e sujeitos que, a seu modo, promovem a Teoria Feminista nos periódicos classificados na área de Economia.

2.4 A ECONOMIA FEMINISTA À LA BRASILEIRA

2.4.1 A inserção das questões de gênero na pesquisa acadêmica dos estratos avaliados na área de Economia

O principal meio acadêmico de divulgação da corrente crítica feminista da Economia é o periódico americano *Feminist Economics*, ligado à *International Association for Feminist Economics* (IAFFE). No Brasil, esta revista foi avaliada pelo Qualis 2014 nas áreas de Direito (recebendo classificação A1) e Multidisciplinar (B1), o que significa que nenhum autor ligado aos centros de pós-graduação em Economia do

Brasil teve seu trabalho lá publicado no ciclo de avaliação considerado (1990-2015).

Tabela 2 – Periódicos nacionais com ênfase em gênero e feminismo

<i>Periódico</i>	<i>Classificações máximas e mínimas no Qualis</i>
Bagoas – Estudos Gays: Gênero e Sexualidade (UFRN)	B3 – Sociologia B5 – Psicologia
Caderno Espaço Feminino (UFU)	B2 – Interdisciplinar C – Ciências Agrárias
Cadernos Pagu (Unicamp)	A1 – Antropologia, Sociologia e Interdisciplinar B3 – Saúde Coletiva
Gênero (Niterói) (UFF) ¹³	B4 – Interdisciplinar C – Serviço Social
Gênero na Amazônia (UFPA)	B5 – Demografia C – Farmácia
Labrys – Estudos Feministas	B3 – Educação e Interdisciplinar B5 – Psicologia e Biologia
Revista Estudos Feministas (UFSC) ¹⁴	A1 – Antropologia, História, Interdisciplinar e Educação B4 – Serviço Social e Geografia
Revista Feminismos (UFBA)	B1 – História B5 – Geografia, RI e Geociências
Revista Gênero & Direito (UFPB)	B5 – História e Sociologia
Revista Latino-americana de Geografia e Gênero (UEPG)	B2 – Educação e Geografia B5 – Ensino
Revista Mulheres e Literatura	B2 – Interdisciplinar C – Letras

Fonte: Resultados da pesquisa.

¹³ Embora a revista não seja avaliada no Qualis 2014, faz-se necessário destacar que ela já publicou um grande número de artigos voltados à Economia Feminista. Estes são os casos, por exemplo, de Soares (2008), Teixeira (2008), Passos (2015), Castilho, Melo e Di Sabbato (2015) e Aquilini (2016), dentre tantos outros.

¹⁴ Assim como no caso de *Gênero*, a *Revista Estudos Feministas*, um dos mais reconhecidos periódicos de discussão de gênero, também já divulgou diversos estudos abordando a temática da Economia Feminista. Dentre estes, é necessário destacar os trabalhos de Fernandez (2008) e Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), que abordam, respectivamente, as discussões metodológicas da disciplina e a interseção da relação entre as atividades remuneradas e domésticas no Brasil.

Este também é o caso das revistas nacionais que possuem o enfoque em gênero e feminismo. Os onze periódicos listados pela Capes que se voltam diretamente a esta área, conforme Tabela 2, estão ausentes na classificação de Economia de 2014¹⁵ e, caso fossem avaliados, provavelmente seriam acompanhados pela marginalidade da valoração que aos mesmos é atribuída (já que um dos critérios para a definição do Qualis é a moda da classificação nas áreas em que o periódico já é avaliado). Com exceção do *Cadernos Pagu* e da *Revista de Estudos Feministas* (REF) – que são muito conceituadas no campo do estudo de gênero, sendo A1 em algumas áreas –, há uma predominância nos estratos mais baixos, sinalizando duas possibilidades não-excludentes: ou existe uma dificuldade de inserção desta temática nos distintos segmentos de pesquisa e/ou há uma baixa representação das mesmas, independentemente das disciplinas a que se referem.

Essas possibilidades poderão ser verificadas no campo da Economia ao se perseguir a presença da crítica feminista dentro dos limites da disciplina enquanto classificação da Capes. Após delimitadas as revistas nacionais enquadradas nos estratos B1, B2 e B3 de área (totalizando 84 periódicos), parte-se para a etapa do procedimento do ensaio que promove o 1º recorte dentre os artigos publicados nos periódicos entre 1990 e 2015, conforme a disponibilidade.

Ao investigar a presença de quaisquer referências ao sexo e ao gênero nos trabalhos publicados, reduz-se a amostra de artigos a 3,02% de seu valor inicial (o que equivale a 1.312 publicações divididas em 95 no primeiro estrato, 910 no segundo e 307 no terceiro)¹⁶. O estrato com maior média de participação de temáticas relacionadas à esfera feminina é o B3 (3,76%), seguido pelo B2 (3,34%) e, por fim, pelo B1, com 1,99%. Dentro deles, entretanto, as discrepâncias são bastante grandes.

¹⁵ As revistas *Gênero* e a *Estudos Feministas* tiveram avaliações no Qualis em outros anos e estão listadas na classificação dos periódicos de 2015, tendo avaliações B5 e B2, respectivamente.

¹⁶ Embora constem nas Tabelas, os artigos publicados em Edições Especiais (EE) não são contabilizados nos recortes. Essa opção visa minimizar possíveis distorções como resultado de um privilégio a publicações de um determinado assunto em um único número, o que faria a média geral de inserção da temática de gênero no periódico se ampliar acentuadamente, ainda que esta fosse em decorrência de somente uma edição.

A Tabela 3 traz os três periódicos com maior representatividade¹⁷ em cada estrato considerado, podendo-se encontrar as informações completas no Apêndice A. No grupo de maior impacto, todas as revistas contiveram pelo menos um artigo fazendo referência à diferenciação sexual, embora a inserção média seja a menor entre os grupos. Nele, a relevância do tema de interesse teve participação entre 3,53%, obtido na *Economia Aplicada*, e 0,30% na *Revista de Economia Política*, embora em quantidade e representatividade a *Pesquisa e Planejamento Econômico* lidere (12 artigos que compreendem 2,64% de suas publicações).

Tabela 3 – Periódicos com maior inserção média de assuntos que remetem às questões de gênero, por estrato avaliado

	<i>Periódico</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
B1	Economia Aplicada (Impresso)	2005-2015	10	3,53
	Revista Eletrônica Documento/Monumento	2009-2015	9	3,50
	Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro)	1990-2015	12	2,64
B2	Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)	1990-2015	65	14,01
	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	1990-2015	429+85 EE ¹	13,68
	Physis (UERJ. Impresso)	1991-2015	89	12,38
B3	Rever (PUCSP)	2011-2015	18	17,82
	Saúde em Debate	2012-2015	23+1 EE ¹	11,06
	Revista Brasileira de Reumatologia (Impresso)	2003-2015	36	9,47

¹EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nos estratos B2 e B3, as maiores inserções entre os periódicos superam acentuadamente aquelas observadas em B1, obtendo-se valores superiores a 9%. Entretanto, nenhuma destas revistas é tradicionalmente relacionada à Economia e três delas são da área de Saúde (em que o perfil

¹⁷ A representatividade é avaliada em termos da razão do número de artigos que obedecem ao quesito específico em relação ao número total de artigos da revista.

é distinto, com um número médio de artigos anuais publicados muito superior ao observado na pesquisa econômica). Além disso, estes estratos abarcam uma grande variabilidade de focos temáticos – conforme se avança à jusante no Qualis, maior se torna a diversidade de áreas contempladas originalmente pelos periódicos apropriadas à área de Economia. Assim, a noção de revistas com viés estritamente econômico vai perdendo espaço, o que não acontece tão acentuadamente no estrato B1, dado o protecionismo às publicações com maior aderência às teorias econômicas.

Ao competirem com um maior número de periódicos, dentre os quais alguns são muito associados às questões de sexo e gênero, as revistas atreladas diretamente à economia perdem espaço. Exemplo disso é que, no estrato B2, a primeira da área que aparece no recorte ocupa o 15º lugar, com 1,27% de inserção do tema pesquisado (*Revista Econômica do Nordeste – REN*) e, no estrato B3, sobe para a 6ª colocação, com 6,36% (*Econômica*). Cabe destacar, ainda, que nestes grupos, há 18 periódicos sem qualquer referência ao grande tema discutido, totalizando 21,43% das revistas avaliadas. Dentre estas, enfatiza-se a invisibilidade da temática em periódicos renomados, caso do *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP – IPEA), da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* (SEP) e da *Revista de Economia* (UFPR).

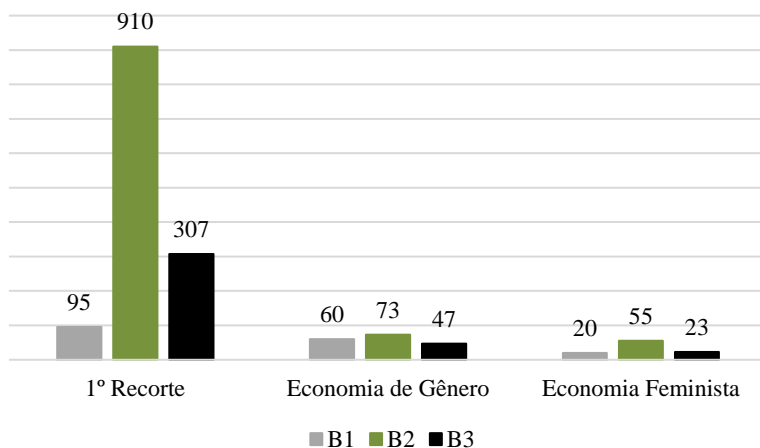
Embora seja importante destacar esse nível geral de inserção das questões de gênero na produção acadêmica, o mero fato de fazer referência a elas em artigos publicados em revistas classificadas na área de Economia não implica que estes estejam associados à pesquisa econômica voltada para as discussões de gênero, ainda mais quando a temática da economia feminista entra em pauta. Para isso, é necessário analisar a essência dos trabalhos selecionados no 1º recorte, buscando conectá-los à classificação da Economia utilizada neste trabalho. A isso se dedica a próxima subseção.

2.4.2 Existe Economia Feminista na Economia Brasileira?

A delimitação final para o levantamento da produção acadêmica que pode ser associada à Economia Feminista na área de Economia do Qualis 2014 perpassa, portanto, pela distinção daquilo que, dentre os artigos que fazem alguma referência à mulher, pode ser classificado como pertencente à corrente crítica analisada. Seguindo a distinção adotada por Orozco (2005, 2006), os números referentes aos trabalhos enquadrados

em Economia de Gênero e Economia Feminista são observados na Figura 2 e na Tabela 4 que a complementa.

Figura 2 – Distribuição das publicações avaliadas, por estrato e classificação



Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 4 – Representatividade dos artigos associados à Economia de Gênero e à Economia Feminista

	% do 1º recorte na amostra	% EG na amostra	% EG no 1º recorte	% EF na amostra	% EF no 1º recorte
B1	1,33%	0,84%	63,16%	0,28%	21,05%
B2	3,69%	0,30%	8,02%	0,22%	6,04%
B3	2,62%	0,40%	15,31%	0,20%	7,49%
TOTAL	3,02%	0,41%	13,72%	0,23%	7,47%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste esforço de classificação, o estrato B1 é o que, no 1º recorte (ou seja, entre os trabalhos com quaisquer referências ao sexo), tem maior representatividade de artigos ajustados à área de interesse do ensaio, indo ao encontro de seu perfil com periódicos de menor multidisciplinariedade. Dos 95 artigos selecionados na fase anterior, 84,21% puderam ser associados à reflexão econômica do gênero e destes, apenas 21,05% abordam tópicos destacados pela Economia Feminista. Em termos da amostra inicial, estas duas áreas de pesquisa compreendem,

individualmente, menos de 1% dos artigos publicados na área de economia no período considerado.

Este comportamento é observado nos demais estratos, embora com participações ainda menores. No segmento dos artigos classificados como B2, que reúne a maior quantidade de publicações associadas à Economia de Gênero e à Economia Feminista, a representatividade destes trabalhos no 1º recorte totaliza pouco mais de 14%, dois quais 43% se refere ao segundo grupo. A justificativa, novamente, está relacionada à multidisciplinariedade dentro dessa classificação, já que muitos estudos são voltados à área de saúde, de sexualidade e de reprodução, sem fazer menção às discussões feministas na Economia – considerando-se aqui o econômico como a inter-relação dos espaços que compõem o trabalho remunerado e não remunerado.

Por fim, no segmento B3 a representatividade dos trabalhos selecionados se amplia novamente, passando a compreender 22,8% do 1º recorte. Entretanto, no quesito de inserção nas revistas do estrato, os artigos associados à Economia Feminista têm aqui seu menor valor – apenas 0,20% dos trabalhos. Este número não se distancia da média de participação total: enquanto 3,02% dos artigos publicados em revistas valoradas na economia nos estratos selecionados fazem alguma referência às mulheres ou a questões de gênero, somente 0,64% reflete economicamente tais questões e pouco mais de um terço deste valor poderia ser associado ao escopo da Economia Feminista (0,23%).

Se a distinção entre os trabalhos atrelados à Economia de Gênero e à Feminista envolve parcela de subjetividade, a separação entre aqueles que se classificam como Economia Feminista de Conciliação e Ruptura é ainda menos nítida. Do total de trabalhos, a grande maioria se associa à forma teórica branda, sendo apenas 10% deles atrelados à versão mais radical da corrente. Essa delimitação, entretanto, esconde uma quantidade razoável que transita entre as duas esferas, ora se colocando de forma mais ativa, ora mais passiva, de tal modo a não ser possível identificar um enquadramento específico. Em função disso, as análises subsequentes guiar-se-ão apenas na distinção entre as áreas de gênero e feminista.

Primeiramente, a distribuição dos artigos nas revistas dos três estratos avaliados revela uma grande heterogeneidade. A Tabela 5 traz os periódicos com as maiores ocorrências de trabalhos classificados em Economia Feminista, de modo a ser possível identificar aqueles que, dado o 1º recorte, tiveram maior inserção da temática¹⁸. Mediante essas

¹⁸ A listagem de todos os periódicos pode ser visualizada no Apêndice B.

informações, constata-se que os principais difusores de ideias associadas à corrente crítica (ou que fazem uso de técnicas que, dentro da objetividade científica, são percebidas como feministas) são aqueles externos à Economia ou multidisciplinares. Em termos de quantidade, além dos já listados na Tabela, aparecem *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)*, *Physis*, *Tempo Social*, *Revista de Políticas Públicas* e *Psicologia: Reflexão e Crítica*.

Tabela 5 - Periódicos com maior inserção média de artigos associados à Economia Feminista no 1º recorte, por estrato avaliado

	<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte*</i>	<i>Peso na amostra</i>
B1	Revista de Economia e Sociologia Rural	EG = 0 EF = 3	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 1,60%
	RAC. Revista de Adm. Contemporânea	EG = 2 EF = 7+1EE	EG = 22,22% EF = 77,78%	EG = 0,32% EF = 1,13%
	RAE (Impresso)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,17% EF = 0,51%
B2	Crítica Marxista (São Paulo)	EG = 0 EF = 2	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,85%
	Contexto Internacional (on-line)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,28%
	Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,25% EF = 0,75%
B3	Econômica (Niterói)	EG = 3 EF = 4	EG = 42,86% EF = 57,14%	EG = 2,73% EF = 3,64%
	História Econômica & História de Empresas	EG = 1 EF = 1	EG = 50,00% EF = 50,00%	EG = 0,50% EF = 0,50%
	Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso)	EG = 2 EF = 2	EG = 40,00% EF = 40,00%	EG = 0,56% EF = 0,56%

* Para algumas revistas, o somatório entre Economia de Gênero e Economia Feminista pode não chegar aos 100%. Isso ocorre porque alguns trabalhos, dados os seus enfoques, são melhores enquadrados em outras áreas (como em Economia da Saúde e Economia da Educação)

Fonte: Resultados da pesquisa.

No extremo oposto estão os periódicos que tiveram representação no 1º recorte, mas não resistiram ao último filtro. Este é o caso de quase 29% das revistas do estrato B2 e de 20% do B3. Além destes, é significativo o número de periódicos que não possuem qualquer forma de referência à Economia Feminista, o que acontece em 30,8% das revistas do estrato B1, 14,3% do B2 e 36% do B3. Neste sentido, quando comparada à inserção acadêmica da Economia de Gênero, os trabalhos

que abordam aspectos teóricos relacionados à Economia Feminista possuem um espaço reduzido, superando a anterior em 30,8% dos periódicos B1, 45% dos B2 e 35% dos B3.

Esse comportamento ocorre porque há um predomínio dos estudos inserindo o gênero na economia apenas enquanto categoria analítica. Mesmo nas discussões referentes ao mercado de trabalho, não há a presença da crítica feminista, nem discussões em torno de como minimizar os diferenciais entre homens e mulheres para além da equidade salarial. Ainda assim, externo a esta preponderância da Economia de Gênero, alguns artigos merecem destaque especial por internalizarem na produção científica do país conceitos tão discutidos no âmbito da Economia Feminista.

No estrato B1, dois trabalhos são de grande relevo. Kon (2002), que denomina seu esforço dentro de uma Economia Política do Gênero, traz reflexões sobre as discussões resultantes da diversidade teórica e dos contextos históricos na construção de uma “(...) teoria econômica progressiva e voltada para as políticas públicas” (p. 90). Dentro disso, aborda a participação da mulher no mercado de trabalho, os diferenciais salariais e o papel fundamental do Estado como promotor de uma verdadeira equidade de gênero. A visão de De Melo, Considera e Di Sabbato (2007), por outro lado, tem um enfoque mais crítico, no sentido de repensar a valoração da produção de um país, propondo uma mensuração das atividades domésticas no Brasil. Através dos dados da PNAD, os autores concluem que o valor associado a tais afazeres aproxima-se de 11,2% do PIB nacional, o que mostra o tamanho e a força do trabalho invisibilizado e feminizado que ocorre fora da tradicional esfera econômica. Estes dois estudos foram publicados em revistas com viés heterodoxo – *Revista de Economia Política* e *Economia e Sociedade* –, o que vai ao encontro das propostas da Economia Feminista, mas não é possível afirmar que a participação da temática se restringe a ele.

O estrato B2 traz um contraponto a isso. O *Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)* sequer se caracteriza como um periódico da Economia, mas ao longo do período avaliado promoveu, além de artigos individuais, três espaços com temas em destaque que focam questões de gênero – “Gênero e Assistência na América Latina”, “Trabalho e Gênero” e “Conciliação entre Trabalho e Família”, o que significou, na classificação deste ensaio, nove publicações atreladas à Economia Feminista.

Essa prática de destacar uma discussão específica foi também observada em mais dois periódicos do estrato: na edição de número 11 de 2000 da revista *Crítica Marxista*, mediante um dossiê abordando a

relação do feminismo com o marxismo e, mais recentemente, no “Dossiê Trabalho e Gênero: Controvérsias”, da *Tempo Social*. No primeiro caso, os editores solicitaram a estudiosas da área que formulassem textos tematizando duas perguntas específicas: (i) “qual a contribuição que a teoria marxista produziu e pode oferecer para a análise e a crítica da situação das mulheres nas sociedades de classe, particularmente na sociedade capitalista”, e (ii) “da perspectiva marxista, qual a avaliação teórica e política que se pode fazer dos denominados estudos de gênero, cujo desenvolvimento e cuja influência têm se ampliado nos últimos tempos”. As cinco teorizações resultantes¹⁹ trazem consigo muito do caráter da Economia Feminista de Ruptura, mas estão essencialmente atreladas ao enfoque marxista em si, mais do que à análise crítica da Economia como um todo, fato este que dificulta sua classificação como tal. Na *Tempo Social*, por outro lado, são observados quatro artigos que convergem para a discussão da Economia Feminista, abordando as relações entre sujeição da mulher às atividades não remuneradas e a inserção no mercado de trabalho, além de destacar a necessidade de inserir essa discussão dentro do contexto da interseccionalidade que perpassa o trabalho de cuidado (BILAC, 2014; BORIS, 2014; HIRATA, 2014; SORJ, 2014).

A visibilização das atividades domésticas na compreensão das conexões entre a esfera privada e o mercado também se constitui no principal foco de pesquisa dos artigos classificados como Economia Feminista no estrato B3. Neste, a discussão específica ocorre na *Revista Econômica* em 2010, com o tema “A perspectiva feminista e os trabalhos sobre usos do tempo”, apoiado na quantificação do trabalho de cuidado e na importância deste para a implementação de políticas públicas mais conscientes de seus impactos diferenciados sobre homens e mulheres (BANDEIRA, 2010).

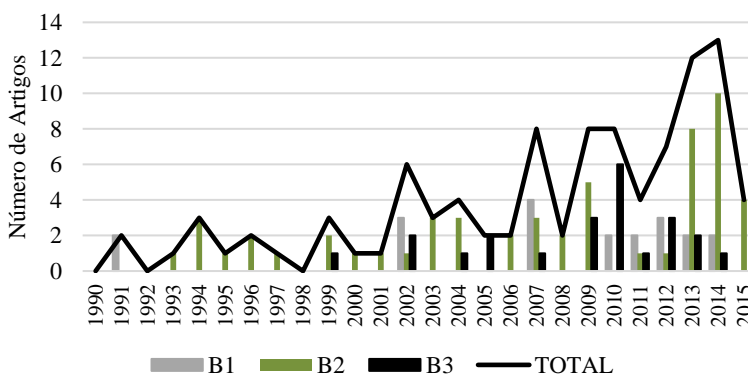
A partir dessa caracterização geral dos trabalhos já observados numericamente em termos de representatividade, é possível afirmar que há, de fato, uma difusão dos conceitos relacionados à Economia Feminista no Brasil, ainda que ela seja pouco representativa nos periódicos

¹⁹ Os estudos são: “Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero”, de Clara Araújo; “Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento?”, de Heleieth Saffioti; “Feminismo, gênero e revolução”, de Lelila Oliveira Benoit; “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”, de Maria Lygia Quartim de Moraes; e “Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos liberais”, de Mary Garcia Castro.

associados diretamente à Economia. Além disso, não se trata de uma evolução constante da disciplina nas publicações, muito embora haja uma lenta tendência de as discussões de gênero estarem se mostrando mais presentes no debate acadêmico.

A Figura 3 traz essa distribuição temporal dos trabalhos classificados por estrato, confirmando a maior referência às ideias relacionadas à Economia Feminista nos últimos anos no país. Ela se dá com um atraso de praticamente uma década em relação às discussões que se processam nos centros acadêmicos em torno das quais se formaliza a disciplina (Europa e Estados Unidos), ganhando espaço em todos os estratos avaliados. Deve-se ressaltar, entretanto, que este movimento não se deve apenas à abertura mais premente aos debates em vigor, mas também por um fenômeno exógeno: há um crescimento significativo no número de revistas avaliadas pelo Qualis e uma maior representação de volumes no período mais recente. A maior disponibilidade de publicações muda a dinâmica de representação dos temas porque abrem-se janelas de oportunidades para outras vertentes e campos de estudo em periódicos menos tradicionais, promovendo-se uma disseminação das mais diversas linhas de pesquisa, dentre as quais a Economia Feminista pode se encaixar.

Figura 3 – Evolução do número de artigos associados à Economia Feminista, por estrato avaliado (1990-2015)



Fonte: Resultados da pesquisa.

Por fim, cabe destacar que, embora os artigos tenham sido associados à Economia Feminista, a grande maioria dos autores não faz referência direta a ela. Nomeando por questões de gênero, teoria política

ou crítica feminista, fazem a análise seguindo as noções gerais discutidas pela corrente ou utilizando a metodologia proposta por ela, mas não citam ao longo do texto, nem em suas palavras-chave, que se trata de um estudo abordando um campo de pensamento já consolidado. Dado que os periódicos avaliados encontram-se associados à Economia, pode-se justificar essa falta de aderência aos seguintes motivos: (i) os autores não pertencem à área de Economia mas, pela interdisciplinariedade da temática de gênero, poderiam ter seus trabalhos enquadrados como tal; (ii) os autores, apesar de terem acesso aos textos de autoria de economistas feministas, desconhecem o contexto nas quais as mesmas estão inseridas, tomando as ideias individualizadas como se elas não formassem uma estrutura teórica definida; (iii) os autores, conhecendo a corrente crítica da Economia Feminista, divergem da análise já feita, de modo a citar apenas aqueles trabalhos que mais se aproximam do objeto de estudo a que se propõem; e (iv) os autores, conhecendo os vieses de gênero do espaço acadêmico, acabam optando por nomear o seu trabalho dentro da lógica de gênero, já que este tem um espaço mais cativo nas discussões econômicas e não causa tanto desconforto teórico por não ir de encontro com o *status quo* da Economia. Essa baixa visibilidade da Economia Feminista na área de Economia do Qualis 2014 reforça sua marginalidade na discussão científica da Ciência Econômica, dificultando a divulgação das ideias, a apropriação do debate para a realidade nacional e a definição de um marco teórico muito mais adequado às experiências dos homens e mulheres brasileiros, marcadas pela grande diversidade e pela interseccionalidade.

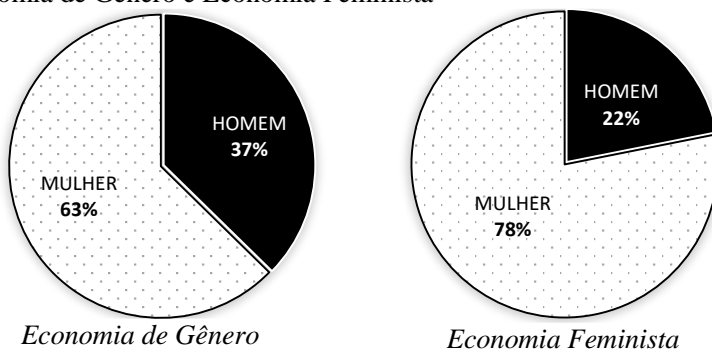
2.4.3 O perfil dos pesquisadores

Após identificada a presença, ainda que diminuta, de trabalhos que podem ser associados à Economia Feminista, cabe avaliar, a partir dos artigos classificados, qual é o perfil de quem os produziu e onde essa produção está localizada. No quesito sexo dos autores (considerando todos os envolvidos na produção), há um predomínio de mulheres na discussão do gênero na Economia, sendo de 63% nos trabalhos enquadrados na Economia de Gênero, valor que se torna ainda maior naqueles que trazem a crítica feminista, como pode ser visualizado na Figura 4.

O reconhecimento do viés de gênero na construção econômica e seus impactos sobre o delineamento de uma Economia Feminista passam, em grande parte das vezes, pela identificação do sujeito com a discussão. Embora seja possível, e mesmo desejado, que a atenção de autores

homens esteja presente nos debates, é muito mais frequente que essa revalorização dos papéis socialmente atribuídos tenha maior importância pelo gênero que busca sua visibilidade, daí essa maior discrepância entre a participação por sexo.

Figura 4 – Sexo dos autores associados aos artigos classificados em Economia de Gênero e Economia Feminista



Fonte: Resultados da pesquisa.

No que concerne à distribuição dos autores por instituições de ensino e pesquisa, é possível observar uma grande concentração de centros nacionais na produção acadêmica associada à Economia Feminista dos periódicos avaliados. Entre os autores de fora, o destaque fica para Estados Unidos, França, Espanha e Portugal²⁰. No Brasil, identifica-se um espraiamento da discussão por todo o território – com um claro predomínio das universidades do Sudeste e Sul, onde há a maior aglomeração de pesquisadores do país, embora, nestes estados, também haja uma variedade significativa de centros envolvidos. Como identificado na Figura 5, as unidades federativas com maior representação no total foram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, nas quais 38 instituições de ensino e pesquisa são citadas. Essa multiplicidade de atores não se reflete em fortes redes de contato, uma vez que a maioria dos trabalhos são realizados por autores que compartilham entre si o pertencimento a uma mesma instituição.

²⁰ A relação de todos os países com alguma publicação classificada como Economia Feminista pode ser encontrada no Apêndice C.

feminista, com a validação de métodos apropriados à temática e com a revalorização da esfera privada e do trabalho não remunerado.

Entre os economistas, os centros de destaque foram o IPEA e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Cabe, portanto, deslocar a discussão para a existência, ou não, de áreas de pesquisa específicas nas instituições, tendo em conta que isso poderia impulsionar o número de publicações com a abordagem de gênero. Dentre os dez centros de Economia com maiores representações, nove compreendem universidades e um é instituto de pesquisa – o IPEA²¹. De modo geral, há uma invisibilização da temática de gênero nos departamentos de economia, com a inexistência de uma referência direta à Economia Feminista, sendo exceção a isso as duas instituições citadas no parágrafo anterior. Na UFF, há a linha de pesquisa *Trabalho, Gênero e Raça*, compreendida dentro da área de Economia Social e Sustentabilidade, enquanto no IPEA, dentro da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, há um espaço para o debate da *Promoção da Igualdade de Gênero e Racial*. Fora da Economia, entretanto, há participação nestas universidades nos cursos de:

- 1) História, com a linha *Gênero, Família e População*, na USP;
- 2) Ciência Política, com as linhas *Reconhecimento, Gênero e Feminismo*, na UFMG; *Gênero, Orientação Sexual, Raça e Política Social*, na UFF; e *Teoria Política, Diversidades e Estudos de Gênero*, na UFRGS;
- 3) Antropologia, com as linhas *Antropologia do gênero e da sexualidade*, na UFRJ; *Sistemas simbólicos, socialidades e gênero*, na UFMG; e *Gênero, corpo e saúde*, na UFRGS;
- 4) Educação, com a linha *Classes sociais, gênero, raça e educação*, na UFF; e
- 5) Medicina, com *Processos sociais e saúde: gênero, classe e raça/etnia*, na USP;

além das linhas de pesquisas voltadas para as áreas da saúde, com o foco em questões essencialmente biológicas da divisão sexual.

Em termos de projetos de pesquisa, dentre os dez centros de Economia com maiores representações, apenas a UFMG tinha um trabalho ativo em 2015, intitulado *A estrutura dos diferenciais de gênero na América Latina: quem você é, o que você faz ou onde você está? Uma análise no tempo e no espaço de processos contemporâneos de*

²¹ Soma-se ao IPEA as seguintes universidades, por ordem de participações: UFMG, UFPEL, USP, FGV-SP, PUC-MG, UFF, UFRGS, UFRJ e UFV.

estratificação social, sob a coordenação da Prof. Ana Maria Hermeto. No que concerne às disciplinas, somente a UFF tem representatividade, a partir do tópico *Economia, Gênero e Raça*.

Por fim, no que se refere aos grupos de pesquisa²², dois são os enfoques aqui estabelecidos. No primeiro, ao focalizar somente a Economia Feminista, os seguintes registros são encontrados: o grupo *Autogestão, empoderamento e mulher: por uma sociedade socialista e feminista*, da UFT, que tem a linha de pesquisa voltada ao tema discutido no presente ensaio; e, na UCPEL, o grupo *Emancipação: Trabalho, Saberes, Outras Economias, Movimentos Sociais e Democracia*, com as discussões em torno de *Trabalho, outras economias, solidariedades e emancipações*. Embora eles sejam bem específicos, não é possível observar uma correlação com a produção acadêmica avaliada neste ensaio.

No segundo enfoque, é ampliada a busca para os grupos de pesquisa associados às Ciências Sociais dos dez centros com maior representatividade. Estes se mostram bastante diversos, seja na abordagem, mas especialmente na participação: cinco não possuem grupos que remetem à discussão (UFMG, UFPEL, PUC-MG, UFRGS e IPEA), enquanto do lado oposto se destaca a UFF, com 11 grupos envolvidos em 15 linhas de pesquisa, seguido pela UFRJ, com 7 grupos e 10 linhas de pesquisa.

Dada a identificação de artigos associados à Economia Feminista na produção acadêmica de periódicos nacionais enquadrados no escopo da avaliação econômica do Qualis Capes, a definição do perfil reforça que a discussão não é, em sua maioria, realizada por economistas, de modo que a representação da corrente feminista crítica é superestimada. Os trabalhos aqui associados à esta abordagem não são, em sua maioria, publicados em revistas de áreas afins como alternativa aos pesquisadores de Economia, mas são resultados da produção de outras áreas do conhecimento que, pela convergência da temática de gênero, poderiam ser associados ao rol teórico discutido na Ciência Econômica. Deste modo, a Economia Feminista é extremamente invisibilizada, já que, ainda que a produção do conhecimento esteja se dando dentro dos limites do academicismo econômico, há uma dispersão da crítica, o que se confirma

²² A consulta parametrizada realizada nos diretórios do CNPq foi baseada na presença das questões de gênero no nome dos grupos de pesquisa, nas linhas de pesquisa, nas palavras-chave das linhas de pesquisa e nos objetivos das mesmas.

pela baixíssima representação nas linhas de pesquisa e disciplinas dos departamentos de pós-graduação, nos projetos acadêmicos e nos grupos de discussão.

Essa configuração pode ser resultado de três fatores: (i) do baixo interesse pela discussão entre os acadêmicos – que, dado o viés de gênero da análise econômica, consideram-na fora dos limites econômicos; (ii) da dificuldade de inserir essa discussão em um espaço ainda masculinizado, a partir da desqualificação do debate e da marginalização do mesmo; e, por fim e como consequência, (iii) da migração daquelas que pensam a Economia Feminista do Brasil para espaços de discussão diferenciados, seja em áreas com menor resistência ao tema, ou mesmo a outras esferas, com a inserção em institutos de pesquisa e órgãos governamentais.

2.4.4 Personificando a Economia Feminista no Brasil

Nesta última seção, para exemplificar a personificação do debate, toma-se como referência aqueles autores que tiveram, dentre os artigos classificados como Economia Feminista, mais de uma publicação na área. Esse é o caso de sete pesquisadores (que representam menos de 5% do total de autores), dentre os quais cinco identificam as questões de gênero como linhas próprias de pesquisa. Neste grupo reduzido, entretanto, apenas uma é da Economia – a Prof. Hildete Pereira de Melo

Melo transita entre a Economia de Gênero e a corrente mais crítica, tendo trabalhos que percorrem diversas questões. A discussão mais aplicada, por exemplo, vai desde a avaliação da contabilização do trabalho reprodutivo e a delimitação de sua importância, até a identificação de quem o realiza – atividade feminizada que independe do nível de escolaridade, posição e grupo ocupacional e setor produtivo. Entretanto, não se limita a isso. A autora investiga também espaços externos à discussão tradicional da corrente, mas com o olhar da Economia Feminista, o que ocorre, por exemplo, em sua análise da Previdência Social do Brasil. Nesta, busca avaliar de que modo os diferenciais observados no mercado de trabalho são reproduzidos pelo sistema previdenciário e na inatividade, especialmente no sentido de a mulher, sendo a principal responsável pelo trabalho doméstico (não remunerado), perder parte da capacidade de contribuição.

Além de ser editora da *Revista Gênero*, cabe destacar aqui que Melo é a principal responsável pelo grupo de pesquisa *Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero* da UFF, onde desenvolve trabalhos relacionadas às áreas *Gênero e Relações Raciais*; *Memórias e História do Movimento LGBT no Brasil*; *Relações de Gênero e Trabalho*;

e *Relações de Gênero, Sexualidade e Política Social*. A pesquisadora, por todos os seus esforços realizados dentro da discussão feminista na Economia, consolidou-se nacionalmente como uma das principais referências, especialmente por ter essa temática como uma constante em sua trajetória acadêmica, ocupando espaços importantes dentro do marco da produção científica econômica, além de se fazer presente nos espaços multidisciplinares que são inerentes à temática de gênero.

As outras quatro pesquisadoras são de áreas diversas e seus trabalhos aproximam-se da Economia Feminista por vias distintas, como pode ser observado na Tabela 6. Quando as temáticas envolvem aplicações bastante próximas à essência econômica da disciplina, o destaque vai para as sociólogas Bila Sorj e Helena Hirata, que possuem olhares mais próximos às noções de conciliação e de ruptura, respectivamente.

Tabela 6 – Autores com maior participação de artigos dentre os classificados como Economia Feminista

<i>Instituição</i>	<i>Formação</i>	<i>Escopo de Trabalho na Economia Feminista</i>	<i>Trabalhos de Referência da Autora</i>
<i>Hildete Pereira de Melo</i>			
UFF	Economia	Definições teóricas – aproximação mais forte com a corrente de conciliação	Melo, Considera e Di Sabato (2007) Melo e Castilho (2009) Melo e Oliveira (2009)
<i>Nome</i>	<i>Instituição</i>	<i>Formação</i>	<i>Forma de aproximação com a EF</i>
Bila Sorj	UFRJ	Sociologia	Aproximação teórica com a corrente de conciliação
Helena S. Hirata	CRESPPA ¹ (França)	Filosofia e Sociologia	Aproximação teórica com a corrente de ruptura, dando atenção à interseccionalidade
Maria Eulina de Carvalho	UFPB	Educação	Avaliação de políticas que tratem da relação escola-famílias
Maria José Carneiro	UFRRJ	Antropologia e Ciências Sociais	Utilização de metodologia feminista através de discursos e aproximação com o objeto

¹ *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris*

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os trabalhos de Sorj são direcionados à avaliação do processo de conciliação entre trabalho e família no Brasil, de modo que a autora destaca o forte viés de gênero na divisão sexual do trabalho, mantido com a intensa inserção das mulheres na esfera laboral. Isso está associado à fraca legitimação social e política em torno da discussão da conciliação, o que resulta em práticas que deslocam a discussão para dilemas privados, assumidos quase exclusivamente pelas mulheres – e, especialmente, pelas mulheres pobres, haja vista que, ao fazer uso da interseccionalidade, a autora trata a questão do cuidado como perpassada pela dimensão da renda, concluindo que, quanto maior ela for, menos onerosa são as atividades domésticas para as mulheres. Em função disso, a atenção da esfera pública passa a ser fundamental.

No Brasil, as medidas que mais têm a possibilidade de problematizar a divisão sexual do trabalho são as licenças maternidades e o acesso a creches e pré-escolas. No primeiro caso, entretanto, a cobertura é limitada, haja vista que é válida apenas para o trabalho formal, além de estar restrita ao início da vida, com uma pequena participação dos homens neste processo. No segundo, mesmo com a insuficiência de vagas e desenhada para funcionar em tempo parcial, é possível perceber resultados expressivos na promoção das mulheres em trabalhos de melhor qualidade. Tais casos sintetizam a necessidade de as medidas políticas estarem voltadas à igualdade de gênero, não apenas servindo para compensar os efeitos daquelas que já estão em vigor.

Hirata, por seu turno, mostra uma reflexão bastante crítica quando aborda a construção do conceito da divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico, bem como da importância da inserção da interseccionalidade na avaliação das relações entre homens e mulheres. Neste sentido, por exemplo, ao avaliar o trabalho de cuidado, tem estabelecido relações com o fenômeno da globalização e da migração, haja vista que, em geral, há uma perspectiva comparada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento – o que é reflexo de sua inserção internacional no ambiente acadêmico.

Além de Sorj e Hirata, mais duas pesquisadoras, uma da área de Antropologia e outra da Educação, tiveram trabalhos que convergiram com a essência da Economia Feminista. Carneiro é a responsável por trazer as discussões sobre a mulher do campo para a academia, fazendo uso de uma aproximação com o objeto de estudo muito característico à proposição da corrente crítica. Através da análise do discurso e de entrevista direta com estas mulheres, busca definir a identidade da mulher rural e sua dupla exploração, com os delineamentos desta sendo mais sensíveis porque o trabalho doméstico e remunerado muitas vezes se

intersecciona ao abordar as questões do campo. Carvalho, por outro lado, trabalha com a educação brasileira e seus diferenciais de gênero, expressos não apenas nos sistemas educacionais, mas na relação destes com o núcleo familiar, de tal modo a reforçar ainda mais a divisão sexual do trabalho que se processa na família. Além disso, discute novas práticas da pesquisa científica aplicada aos sistemas educacionais, com destaque aqui para o Ensino Superior, de modo a trazer a metodologia feminista na forma de como se fazer pesquisa e na delimitação de novas perguntas, que tenham por finalidade visibilizar aspectos da inserção da mulher no ambiente público educacional ainda associados à divisão sexual do trabalho.

O destaque dado a estas pesquisadoras não tem por finalidade restringir o debate apenas às discussões realizadas por elas, embora seus trabalhos tenham tido uma grande representação. Além disso, não se pretende invisibilizar a força que tiveram, e que ainda têm, autores que discutem a Economia de Gênero no país, como são os casos, para exemplificar, de Ana Lúcia Kassouf (Esaq/USP), Carmem Barroso (USP), Cristina Bruschini (já falecida, e que era associada à Fundação Carlos Chagas), Lena Lavinias (UFRJ), Luiz Guilherme Scorzafave (USP-RP) e Naércio Menezes-Filho (IBMEC-RJ). Estes, e muitos outros pesquisadores, são responsáveis por fazerem da temática de gênero, pouco representativa, um campo de estudo importante dentro da Economia, que ainda pode ganhar muito espaço ao se inserir sua análise crítica.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ganharam visibilidade, enquanto sujeito da Ciência Econômica, não indo de encontro ao *status quo* da disciplina, mas mediante uma inserção acrítica. Nesta, denominada Economia de Gênero, adiciona-se a figura feminina à estrutura da economia desenhada anteriormente, de tal modo que a disciplina se expande para abarcar as experiências diferenciadas dos sexos no mercado de trabalho. Entretanto, grande parte destes diferenciais é decorrência do *ceteris paribus* que, na esfera doméstica, é representado pela divisão sexual do trabalho.

A percepção deste viés androcêntrico e a formulação de novas bases para a teoria econômica é, ainda, um fenômeno em curso que, sob o título de Economia Feminista, delimita uma corrente crítica que se volta à recuperação das experiências femininas para uma melhor compreensão da disciplina enquanto produto das interações sociais. No país, o espaço reservado a ela é bastante incipiente e diminuto, mas é possível afirmar

que ele já existe pontualmente, embora ainda precise de vigor para que seja possível pensar na Economia Feminista brasileira como campo de pesquisa estruturado.

A partir da análise de 84 periódicos nacionais classificados em Economia, pelo Qualis 2014, como B1, B2 e B3 entre 1990 e 2015, o que delimita uma amostra de mais de 40 mil artigos, tem-se apenas 3,2% deles perpassados pela questão de gênero. Nesta representação, entretanto, o que pode ser associado às ideias da Economia Feminista é ainda menor – somente 0,23% da produção acadêmica avaliada (valor que é de 0,41% para o caso da Economia de Gênero). Estes artigos podem ser encontrados em todos os estratos verificados, embora numericamente sua representação seja maior nos periódicos B2.

Assim, é possível aceitar a hipótese deste ensaio já que, dentro da grande limitação da produção que coloca a mulher como sujeito de pesquisa na Economia, os trabalhos com enfoque em Economia Feminista são ainda mais restritos. Entretanto, ressalta-se que, além de menos representativos, a influência deles no debate acadêmico é pequena, embora trazendo grandes contribuições teóricas.

Desenvolvidos, em sua maioria, por mulheres e nas instituições de pesquisa das regiões Sudeste e Sul, os trabalhos da área de Economia associados à Economia Feminista possuem uma defasagem de praticamente uma década em relação às discussões que se processam nos centros acadêmicos em torno dos quais se formaliza o núcleo duro da crítica da disciplina (Europa e Estados Unidos). Entretanto, a identificação dos autores e a delimitação de sua formação acadêmica – com apenas 22,1% sendo de economistas ou pós-graduados na área – mostra que a categorização da produção científica apoiada no foco dos artigos promove uma superestimação dos trabalhos em Economia Feminista enquanto desdobramento da Economia. Embora classificados como representações da disciplina, grande parte dos artigos não faz menção direta a ela. Apenas uma parcela dos 0,23% pode, portanto, ser de fato associado à Ciência Econômica, com os demais trabalhos tendo sua relação com a Economia Feminista pela tangência dos temas tratados pelo feminismo crítico nas áreas afins, onde a discussão é mais difundida. Em outras palavras, se a representatividade era diminuta quando apoiada na associação dos artigos às ideias da corrente, torna-se ainda mais invisibilizada no campo de pensamento específico.

Essa invisibilização pode estar associada a um ciclo de reforço estabelecido pela demanda e oferta da produção científica. Sendo a temática de gênero um tópico periférico na Economia, poucas pessoas se debruçam a estudá-lo o que, por seu turno, gera uma oferta de trabalhos

pequena sobre a temática, situação ainda mais limítrofe para a Economia Feminista, que é uma disciplina recente. Os periódicos, por sua vez, fazem uma seleção que pode, evidentemente, ser viesada, já que grande parte dos pareceristas são homens, o que promove um distanciamento das questões discutidas pela Economia de Gênero e, no limite, pela Economia Feminista. Assim, da pequena produção acadêmica existente, apenas uma parte se converterá em artigos a serem classificados como científicos.

Dado que, de acordo com Melo e Oliveira (2006), a trajetória acadêmica dos sexos é diferenciada, de tal modo que a inserção feminina no mundo científico e tecnológico exige um esforço específico, a dependência da difusão da corrente crítica com relação ao gênero do pesquisador também funciona como limitante à expansão da disciplina no país. Por isso, é importante que ela seja reconhecida por aqueles que, tradicionalmente, foram os sujeitos na Economia, validando as experiências diferenciadas pela ótica de homens e mulheres e traduzindo seu nome em termos das suposições originais do feminismo – ao não inverter a ordem de gênero, mas promover uma ação equitativa entre eles.

No formato que está, o principal efeito do jogo de oferta e demanda é o reforço à marginalização da discussão de gênero, limitando a extensão das ideias e o aprimoramento teórico da Economia Feminista no país, o que a tornaria mais adequada à configuração de forças e estruturas sociais que se tem internamente. Ainda assim, ao indicar uma dispersão nos limites estritos da Economia, a corrente crítica se revela como um campo de estudos inexplorado e fecundo que tem muito a contribuir com o debate econômico nacional.

A maior inserção da Economia Feminista no escopo da Ciência Econômica tradicional pode ir ao encontro, inclusive, de práticas pedagógicas feministas, especialmente porque grande parte da pesquisa acadêmica no Brasil está concentrada nas Universidades do país e é realizada por pesquisadores que são, ao mesmo tempo, parte de corpos docentes. De acordo com Aerni et al. (1999), isso permitiria uma formação mais inclusiva, que não apenas promova uma maior aproximação com as distintas configurações do agente econômico, mas também sirva para repensar os limites da própria disciplina, redefinindo-a dentro de seus marcos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 1

AERNI, A.L.; BARTLETT, R.L.; LEWIS, M.; MCGOLDRICK, K.M.; SHACKELFORD, J. Toward a Feminist Pedagogy in Economics. **Feminist Economics**, v. 5, n.1, p. 29-44, 1999.

AQUILINI, G. O trabalho não remunerado e as mulheres. **Gênero**, Niterói, v. 16, n.2, p. 149-171, 2016.

BANDEIRA, L. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n.1, p. 47-63, Jun./2010.

BARKER, D. Emancipatory for whom? A comment on critical realism. **Feminist Economics**, v. 9, n. 1, p. 103-108, 2003.

BARKER, D.K. Feminist economics as a theory and method. In: FIGART, D.M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

BARKER, D.K.; KUIPER, E. **Towarde a Feminist Philosophy of Economics**. Nova York: Routledge, 2003.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BECKER, G. A theory of allocation of time. **The Economic Journal**, v. 75, n. 299, p. 493-517, Set./1965.

BECKER, G.S. **Economics of Family: Marriage, Children and Human Capital**. Chicago: University of Chicago Press, 1974

BENERÍA, L. La mujer y el género en la economía: un panorama general. In: DE VILLOTA, P. (Ed.). **Economía y género: macroeconomía, política fiscal y liberalización análisis de un impacto sobre las mujeres**. Barcelona: Icaria, p. 23-74, 2003.

BILAC, E.D. Trabalho e família: articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014.

BODKIN, R.G. Women's agency in Classical Economic Thought: Adam Smith, Harriet Taylor Mill, and J. S. Mill. **Feminist Economics**, v. 5, n.1, p.45-60, 1999.

BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C. Introducción – Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas y económicas. In: BORDERÍAS, C.; CARRASCO, C.; ALEMANY, C. (Org). **Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales**. Barcelona: Icaria, p. 15-110, 1994.

BORIS, E. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CALDERÓN, A.A. Repensando la Economía Feminista desde las propuestas de(s)coloniales. **Revista de Economía Crítica**, n. 22, p. 92-107, 2016.

CARRASCO, C. Introducción: hacia una Economía Feminista. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 1999.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (Coord.) **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, p. 43-62, 2005.

CARRASCO, C. La Economía Feminista: uma aposta por outra economia. In: VARAM M.J. (Coord.) **Estudios sobre género y economía**. Madri: Akal, 2008.

CARRASCO, C. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. **Revista de Educación**, n. Extraordinário, p. 169-191, 2009.

CARRASCO, C. **Estatísticas sob Suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. SOF: São Paulo, 2012.

CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNS, T. El trabajo de cuidado: antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, C.; BORDERÍAS, C.; TORNS, T (Eds). **El trabajo de cuidados: historia , teoría y políticas**. Madrid: Catarata, 2011.

CARVALHO, M.E.P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 143-155, Jul./2000.

CARVALHO, M.E.P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, Jan./Abr. 2004.

CASTILHO, M.; MELO, H.P.; DI SABBATTO, A. Trabalho produtivo e reprodutivo na vida das operárias manauaras. **Gênero**, Niterói, v. 16, n.1, p.133-153, 2015.

CONNELL, R. PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

DONOSO-VÁZQUEZ, T.; CARVALHO, M.E.P. La perspectiva de género en la investigación educativa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 23, n.3, Set./Dez. 2016.

ENGLAND, P. The separative self: androcentric bias in Neoclassical Assumptions. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.A.; NELSON, J.A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

FERBER, M.A. The study of Economics: a feminist critique. **The American Economic Review**, v. 85, n.2, p. 357-361, Mai./1995.

FERNANDEZ, B.P.M. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 359-385, Mai./Ago. 2008.

FIGART, D.M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing,

2013.

HARDING, S. Introduction: Is There a Feminist Method? In: HARDING, S. (Ed) **Feminism and Methodology: Social Science Issues**. Indiana: Unversity Press, 1987.

HEILBORN, M.L.; SORJ, B. Estudos de Gênero no Brasil (1975-1995). In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, p. 183-221, 1999.

HEWITSON, G. Robinson Crusoe in the Family: Feminist Economics and *Lost in Space*. **Discussion Papers**, La Trobe University, Series A 01.02, 2001a.

HEWITSON, G. A survey of feminist economics. **Division Papers**, La Trobe University, Series A 01.01, 2001b.

HIMMELWEIT, S. The Discovery of “Unpaid Work”: the social consequences of the expansions of “Work”. **Feminist Economics**, v. 1, n.2, p.1-19, 1995.

HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v.9, n.1, p.111-128, Jul./Dez. 2005.

HIRATA, H. O desenvolvimento das políticas de cuidados em uma perspectiva comparada: França, Brasil e Japão. **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial, p.283-290, Out./ 2012.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v.26, n.1, p. 61-73, Jan./Jun. 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, Set./Dez. 2007.

JENNINGS, A.L. Public or private? Institutional Economics and Feminism. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

KON, A. A Economia Política do Gênero: Determinantes da Divisão do Trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3(87), p. 89-106, Jul/Set/2002.

KUIPER, E.; SAP, J. (Ed.) **Out of the Margin: Feminist Perspectives on Economics**. Nova York: Routledge, 1995.

LAKE, M. The Independence of women and the brotherhood of man: debates in the labour movement over equal pay and motherhood endowment in the 1920s. **Labour History**, v. 63, p. 1-25, Nov./1992.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S.R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 547-566, Mai./Ago. 2010.

MARÇAL, K. **Who cooked Adam Smith's dinner? A story about women and Economics**. Londres: Portobello Books, 2015.

McCLOSKEY, D. Some Consequences of a Conjective Economics. In: FERBER, M.A.; NELSON, J.A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MELO, H.P.; CONSIDERA, C.M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam? **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3(31), p. 435-454, Dez/2007.

MELO, H.P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p. 135-158, Jan./Abr. 2009.

MELO, H.P.; OLIVEIRA, A.B. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 301-331, Jul./Dez., 2006.

MELO, H.P.; OLIVEIRA, A.B. Mercado de Trabalho e a Previdência Social – um olhar feminista. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 79-110, Dez./2009.

MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a World Scale: Women in the international division of labour**. Londres: Zed Books, 1986.

MILL, J.S. **A Sujeição das Mulheres**. São Paulo: Escala, 2006.

NELSON, J.A. The Study of Choice or the Study of Provisioning? Gender and the Definition of Economics. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

NELSON, J.A. Feminism and Economics. **Journal of Economic Perspectives**, v. 9, n. 2, p. 131-148, 1995.

NELSON, J.A. Feminist Economics. In: DURLAUF, S. N.; BLUME, L. E. (Ed.) **The New Palgrave Dictionary of Economics**, 2ª Ed., 2008.

NUSSBAUM, M. **Women and Human Development: the capabilities approach**. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 2000.

OROZCO, A.P. Economía del Género y Economía Feminista: conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Caracas, v.10, n. 24, p.43-64, 2005.

OROZCO, A.P. **Perspectivas feministas en torno a la Economía: el caso de los cuidados**. Madrid: Consejo Económico y Social, Colección Estudios, 2006.

PASSOS, L. Conciliação entre trabalho e família e individualização das mulheres brasileiras. **Gênero**, Niterói, v. 16, n.1, p. 17-132, 2015.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PICCHIO, A. Visibilidade analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y Economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Barcelona: Icaria/Antrazyt, 1999.

PHILLIPS, A.; TAYLOR, B. Sex and Skill: Notes towards a Feminist Economics. **Feminist Review**, n. 6, p. 79-88, 1980.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C.L.; SCHMIDT, S.P. (Org.). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

POWER, M. A social provisioning approach to gender and economic life. In: FIGART, D. M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

PUJOL, M. Into the margin! BARKER, D.K.; KUIPER, E. **Towarde a Feminist Philosophy of Economics**. Nova York: Routledge, 2003.

REID, M.G. **Economics of Household Production**. Nova York: John Wiley & Sons, 1934.

ROBEYNS, I. Is there a Feminist Economics methodology? Workshop on Realism and Economics, **Anais**, 2000.

ROBEYNS, I. Sen's capability approach and gender inequality: selecting relevant capabilities. **Feminist Economics**, v. 9, n. 2-3, p. 61-92, 2003.

SAFFIOTTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, A.L.P.; CARVALHO, M.E.P. O currículo escolar e a culpabilização materna. **Espaço do Currículo**, v.2, n.2, p. 196-207, Set. 2009/Mar. 2010.

SANTOS, M.G. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológico. In: BORGES, M.L.; TIBURI, M. (Org.) **Filosofia: machismos e feminismos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

SEN, G. Reprodução: o desafio feminista para uma política social. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1/2, p. 179 – 194, 1996.

SEN, A. **Development as Freedom**. Nova York: Random House, 1999.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Gênero**, Niterói, v. 9, n.1, p. 9-29, 2008.

SORJ, B. O feminismo adentra a academia. **Estudos Feministas**, Ano 3, n. 1, p. 156-158, 1995.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 478-491, Mai./Ago. 2013.

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, v. 26, n.1, p. 123-128, Jun./2014.

SORJ, B. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. **Estudos Feministas**, v. 24(2), n. 292, p. 617-620, Mai./Ago. 2016.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D.C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, Set./Dez. 2007.

STAVAREN, I. van. Modelling Care. **Review of Social Economy**, v. 63, n. 4, p. 567-586, Dez. 2005.

STRASSMANN, D. Not a free market: the rhetoric of disciplinary authority in Economics. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

TEIXEIRA, M.O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Gênero**, Niterói, v. 9, n.1, p. 31-45, 2008.

WILLIAMS, R.M. Race, Deconstruction, and the Emergent Agenda of Feminist Economic Theory. In: FERBER, M. A.; NELSON, J. A. (Ed.) **Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

**APÊNDICE A – Representatividade do 1º recorte nas revistas
brasileiras do Qualis em Economia**

Tabela A1 – Revistas brasileiras no estrato B1 do Qualis em Economia

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
Economia Aplicada (Impresso)	1413-8050	2005-2015	10	3,53
Revista Eletrônica Documento/Monumento	2176-5804	2009-2015	9	3,50
Pesquisa e Planejamento Econômico (Rio de Janeiro)	0100-0551	1990-2015	12	2,64
Nova Economia (UFMG. Impresso)	0103-6351	1990-2015	10	2,46
Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)	0104-0618	2007-2015	5	2,44
Brazilian Review of Econometrics	1980-2447	1990-2015	6	2,33
Estudos Econômicos	1980-5357 0101-4161	2003-2015	7	1,85
Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso)	0103-2003	2011-2015	3	1,60
Revista Brasileira de Economia (Impresso)	0034-7140	1990-2015	10	1,50
RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)	1982-7849	1997-2015	9+1 EE ^I	1,45
Economia (Brasília) – ANPEC	1517-7580	2000-2015	5	1,19
RAE (Impresso)	0034-7590	1990-2015	6+1 EE ^I	1,03
Revista de Economia Política (Impresso)	0101-3157 1809-4538	1990-2015	3	0,30

^I EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A2 – Revistas brasileiras no estrato B2 do Qualis em Economia com pelo menos um artigo publicado na área de interesse

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)	0102-3098	1990-2015	65	14,01
Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	0102-311X	1990-2015	429+85 EE ¹	13,68
Physis (UERJ. Impresso)	0103-7331	1991-2015	89	12,38
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)	0100-1574	1999-2015	56	9,77
Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)	1413-8123	1996-2015	139+16EE	8,27
Tempo Social (USP. Impresso)	0103-2070	1990-2015	16	2,75
Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)	0102-6909	1997-2015	24	4,63
Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	0011-5258	1996-2015	20	3,92
Estudos Avançados (Online)	1806-9592	1990-2015	12	3,01
Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	0101-3300	1990-2015	14	1,80
Política & Sociedade (Impresso)	1677-4140	2002-2015	2+1 EE	1,57
Revista Brasileira de Estudos Políticos	0034-7191	2004-2015	3	1,55
Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)	1413-0580	1993-2015	6	1,50
Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)	0104-4478	1993-2015	4	1,45
Revista Econômica do Nordeste	0100-4956	1990-2014	9	1,27
Política Hoje (UFPE. Impresso)	0104-7094	2008-2015	1	1,11
Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	1415-9848	1997-2015	3	0,93
Critica Marxista (São Paulo)	0104-9321	1994-2015	2	0,85
Revista de Administração Pública (Impresso)	0034-7612	1990-2015	9	0,73

(Continuação)

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
Revista Brasileira de Inovação	1677-2504 2178-2822	2002-2015	1	0,68
Trans/Form/Ação (UNESP. Marília. Impresso)	0101-3173	1997-2015	2	0,55
Enfoque: Reflexão Contábil (Impresso)	1517-9087	2005-2015	1	0,52
Revista de Administração (FEA-USP)	0080-2107	1990-2015	4	0,48
Revista Brasileira de Finanças (Impresso)	1679-0731 1984-5146	2003-2015	1	0,47
Brazilian Dental Journal (Impresso)	0103-6440	2002-2015	4	0,38
Contexto Internacional (online)	1982-0240	1990-2015	1	0,28
Produção (São Paulo. Impresso)	0103-6513	1991-2015	2	0,26
Política Externa (USP)	1518-6660	2003-2105	1	0,19

¹ EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A3 – Revistas brasileiras no estrato B2 do Qualis em Economia sem artigos publicados na área

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>
Acta Scientiarum. Agronomy (Online)	1807-8621	1998-2015
Brazilian Journal of Biology (Impresso)	1519-6984	2001-2015
Brazilian Journal of Probability and Statistics	0103-0752	2010-2015
Contabilidade Vista & Revista	0103-734X	1990-2015
Economic Analysis of Law Review	2178-0587	2010-2015
Engenharia Agrícola (Impresso)	0100-6916	2004-2015
Engenharia Sanitária e Ambiental	1413-4152	2004-2015
Iheringia. Série Zoologia (Impresso)	0073-4721	2000-2015
Pesquisa Operacional (Impresso)	0101-7438	2000-2015
Planejamento e Políticas Públicas	0103-4138	1995-2015
Revista de Direito Administrativo	0034-8007	2006-2015

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A4 – Revistas brasileiras no estrato B3 do Qualis em Economia com pelo menos um artigo publicado na área de interesse

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
Rever (PUCSP)	1677-1222	2011-2015	18	17,82
Saúde em Debate	0103-1104	2012-2015	23+1 EE ^I	11,06
Revista Brasileira de Reumatologia (Impresso)	0482-5004	2003-2015	36	9,47
Saúde e Sociedade (USP. Impresso)	0104-1290	1992-2015	70	8,38
Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS. Impresso)	0102-7972	1997-2015	79	6,76
Econômica (Niterói)	1517-1302	1999-2015	7	6,36
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	2178-2865 0104-8740	1995-2015	20+6 EE ^I	4,85
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (Impresso)	1679-7361	1998-2015	1	4,76
Gestão Contemporânea	2177-3068	2009-2014	5	4,24
Textos e Debates - Revista de Filosofia e Ciências Humanas da UFRR	2317-1448	1995-2015	8	3,51
Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (UESB)	1808-3102	1997-2014 ^{II}	3	2,80
RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online)	1678-6971	2008-2015	9	2,40
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	0020-3874	2012-2015	1	1,41
Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso)	1414-7106	2007-2015	5	1,40
RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria	1984-6266	2009-2015	2	1,36
Pesquisa & Debate (PUCSP. 1985. Impresso)	0102-7603 1806-9029	1999-2015	3	1,30
REGE. Revista de Gestão USP	1809-2276	2010-2015	2	1,02
História Econômica & História de Empresas	1519-3314	1998-2015	2	1,00
Ensaio FEE	0101-1723 1980-2668	1990-2015	5	0,82
RBEE. Revista Brasileira de Economia de Empresas	1676-8000	2001-2014	1	0,70

(Continuação)

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>	<i>Nº de Artigos</i>	<i>Peso (%)</i>
Revista de Economia e Administração (Impresso)	1676-7608	2002-2014	2	0,66
Revista Brasileira de Agroecologia	1980-9735	2006-2015	2	0,65
BAR. Brazilian Administration Review	1807-7692	2004-2015	1	0,46
Gestão & Regionalidade	1808-5792	2005-2015	1	0,42
Revista Contabilidade & Finanças (Online)	1808-057X	2001-2015	1	0,35

^I EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais

^{II} A revista não possui edições contínuas para análise, de modo que, em alguns períodos do intervalo, não se dispõe de informações

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela A5 – Revistas brasileiras no estrato B3 do Qualis em Economia sem artigos publicados na área

<i>Periódico</i>	<i>ISSN</i>	<i>Período avaliado</i>
Registro Contábil - RECONT	2179-734X	2010-2015
Revista Brasileira de Energia	0104-303X	1990-2014
Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos	1981-3953	1999-2015
Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política	1415-1979	1996-2015
Revista de Economia (Curitiba)	0556-5782	1999-2014
Revista de Economia e Agronegócio	1679-1614	2003-2014
Semina. Ciências Agrárias (Online)	1679-0359	1990-2015

Fonte: Resultados da pesquisa.

APÊNDICE B – Representatividade do 2º recorte nas revistas brasileiras do Qualis em Economia

Tabela B1 – Representatividade das publicações associadas à Economia de Gênero e à Economia Feminista no estrato B1 do Qualis em Economia

<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte</i>	<i>Peso na amostra</i>
Economia Aplicada (Impresso)	EG* = 7 EF**= 1	EG = 70,00% EF = 10,00%	EG = 2,47% EF = 0,35%
Revista Eletrônica Documento/Monumento	EG = 1 EF = 2	EG = 11,11% EF = 22,22%	EG = 0,39% EF = 0,78%
Pesquisa e Planejamento Econômico	EG = 9 EF = 1	EG = 75,00% EF = 8,33%	EG = 1,98% EF = 0,22%
Nova Economia (UFMG. Impresso)	EG = 9 EF = 1	EG = 90,00% EF = 10,00%	EG = 2,21% EF = 0,25%
Economia e Sociedade (UNICAMP. Impresso)	EG = 4 EF = 1	EG = 80,00% EF = 20,00%	EG = 1,95% EF = 0,49%
Brazilian Review of Econometrics	EG = 5 EF = 0	EG = 83,33% EF = 0,00%	EG = 1,94% EF = 0,00%
Estudos Econômicos	EG = 7 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 1,85% EF = 0,00%
Revista de Economia e Sociologia Rural	EG = 0 EF = 3	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 1,60%
Revista Brasileira de Economia (Impresso)	EG = 10 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 1,50% EF = 0,00%
RAC. Revista de Adm. Contemporânea	EG = 2 EF = 7+1EE ¹	EG = 22,22% EF = 77,78%	EG = 0,32% EF = 1,13%
Economia (Brasília) - ANPEC	EG = 3 EF = 0	EG = 60,00% EF = 0,00%	EG = 0,71% EF = 0,00%
RAE (Impresso)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,17% EF = 0,51%
Revista de Economia Política (Impresso)	EG = 2 EF = 1	EG = 66,67% EF = 33,33%	EG = 0,20% EF = 0,10%

*EG faz referência à Economia de Gênero

**EF faz referência à Economia Feminista

¹ EE faz referência a artigos publicados em Edições Especiais.

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela B2 – Representatividade das publicações associadas à Economia de Gênero e à Economia Feminista no estrato B2 do Qualis em Economia

<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte</i>	<i>Peso na amostra</i>
Revista Brasileira de Estudos de População	EG* = 0 EF**= 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Cadernos de Saúde Pública (ENSP)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Physis (UERJ. Impresso)	EG = 1 EF = 6	EG = 1,12% EF = 6,74%	EG = 0,14% EF = 0,83%
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)	EG = 13 EF = 21	EG = 23,21% EF = 37,50%	EG = 2,27% EF = 3,66%
Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Tempo Social (USP. Impresso)	EG = 11 EF = 5	EG = 68,75% EF = 31,25%	EG = 2,12% EF = 0,97%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	EG = 3 EF = 4	EG = 12,50% EF = 16,67%	EG = 0,59% EF = 0,78%
Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	EG = 12 EF = 2	EG = 60,00% EF = 10,00%	EG = 3,01% EF = 0,50%
Estudos Avançados (Online)	EG = 6 EF = 3	EG = 50,00% EF = 25,00%	EG = 2,75% EF = 1,38%
Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	EG = 2 EF = 3	EG = 14,29% EF = 21,43%	EG = 0,26% EF = 0,39%
Política & Sociedade (Impresso)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Revista Brasileira de Estudos Políticos	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)	EG = 1 EF = 3	EG = 16,67% EF = 50,00%	EG = 0,25% EF = 0,75%
Revista de Sociologia e Política (UFPR)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 25,00%	EG = 0,00% EF = 0,36%
Revista Econômica do Nordeste	EG = 8 EF = 1	EG = 88,89% EF = 11,11%	EG = 1,13% EF = 0,14%
Política Hoje (UFPE. Impresso)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Revista de Economia Contemporânea (Impresso)	EG = 2 EF = 1	EG = 66,67% EF = 33,33%	EG = 0,62% EF = 0,31%
Crítica Marxista (São Paulo)	EG = 0 EF = 2	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,85%
Revista de Administração Pública	EG = 7 EF = 0	EG = 77,78% EF = 0,00%	EG = 0,57% EF = 0,00%

(Continuação)

<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte</i>	<i>Peso na amostra</i>
Revista Brasileira de Inovação	EG = 1 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 0,68% EF = 0,00%
Trans/Form/Ação (UNESP. Marília)	EG = 1 EF = 0	EG = 50,00% EF = 0,00%	EG = 0,28% EF = 0,00%
Enfoque: Reflexão Contábil (Impresso)	EG = 1 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 0,52% EF = 0,00%
Revista de Administração (USP)	EG = 3 EF = 1	EG = 75,00% EF = 25,00%	EG = 0,36% EF = 0,12%
Revista Brasileira de Finanças (Impresso)	EG = 1 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 0,47% EF = 0,00%
Brazilian Dental Journal	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Contexto Internacional (on-line)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 100,00%	EG = 0,00% EF = 0,28%
Produção (São Paulo. Impresso)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 50,00%	EG = 0,00% EF = 0,13%
Política Externa (USP)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%

*EG faz referência à Economia de Gênero

**EF faz referência à Economia Feminista

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela B3 – Representatividade das publicações associadas à Economia de Gênero e à Economia Feminista no estrato B3 do Qualis em Economia

<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte</i>	<i>Peso na amostra</i>
Rever (PUCSP)	EG* = 1 EF**= 1	EG = 5,56% EF = 5,56%	EG = 0,99% EF = 0,99%
Saúde em Debate	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 4,35%	EG = 0,00% EF = 0,48%
Revista Brasileira de Reumatologia (Impresso)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Saúde e Sociedade (USP. Impresso)	EG = 1 EF = 2	EG = 1,43% EF = 2,86%	EG = 0,12% EF = 0,24%
Psicologia: Reflexão e Crítica (UFRGS)	EG = 4 EF = 3	EG = 5,06% EF = 3,80%	EG = 0,34% EF = 0,26%
Econômica (Niterói)	EG = 3 EF = 4	EG = 42,86% EF = 57,14%	EG = 2,73% EF = 3,64%
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	EG = 12 EF = 6	EG = 60,00% EF = 30,00%	EG = 2,91% EF = 1,46%
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences (Impresso)	EG = 1 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 4,76% EF = 0,00%
Gestão Contemporânea	EG = 4 EF = 1	EG = 80,00% EF = 20,00%	EG = 3,39% EF = 0,85%
Textos e Debates - Revista de Filosofia e Ciências Humanas da UFRR	EG = 1 EF = 0	EG = 12,50% EF = 0,00%	EG = 0,44% EF = 0,00%
Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas (UESB)	EG = 0 EF = 1	EG = 0,00% EF = 33,33%	EG = 0,00% EF = 0,93%
RAM. Revista de Administração Mackenzie (Online)	EG = 4 EF = 0	EG = 44,44% EF = 0,00%	EG = 1,07% EF = 0,00%
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso)	EG = 2 EF = 2	EG = 40,00% EF = 40,00%	EG = 0,56% EF = 0,56%
RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria	EG = 1 EF = 0	EG = 50,00% EF = 0,00%	EG = 0,68% EF = 0,00%
Pesquisa & Debate (São Paulo. 1985. Online)	EG = 2 EF = 0	EG = 66,67% EF = 0,00%	EG = 0,87% EF = 0,00%

(Continuação)

<i>Periódico</i>	<i>Número de Artigos</i>	<i>Peso no 1º Recorte</i>	<i>Peso na amostra</i>
REG. Revista de Gestão USP	EG = 2 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 1,02% EF = 0,00%
História Econômica & História de Empresas	EG = 1 EF = 1	EG = 50,00% EF = 50,00%	EG = 0,50% EF = 0,50%
Ensaio FEE	EG = 4 EF = 1	EG = 80,00% EF = 20,00%	EG = 0,66% EF = 0,16%
RBEE. Revista Brasileira de Economia de Empresas	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Revista de Economia e Administração	EG = 2 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 0,66% EF = 0,00%
Revista Brasileira de Agroecologia	EG = 1 EF = 0	EG = 50,00% EF = 0,00%	EG = 0,33% EF = 0,00%
BAR. Brazilian Administration Review	EG = 1 EF = 0	EG = 100,00% EF = 0,00%	EG = 0,46% EF = 0,00%
Gestão & Regionalidade	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%
Revista Contabilidade & Finanças (Online)	EG = 0 EF = 0	EG = 0,00% EF = 0,00%	EG = 0,00% EF = 0,00%

*EG faz referência à Economia de Gênero

**EF faz referência à Economia Feminista

Fonte: Resultados da pesquisa.

APÊNDICE C – Distribuição internacional das publicações associadas à Economia Feminista nos periódicos avaliados

Tabela C1 – Países e suas respectivas instituições com publicação associadas à Economia Feminista nos periódicos avaliados

<i>País</i>	<i>Instituição</i>
Alemanha	<i>Krisis Journal</i>
Bélgica	Universidade Livre de Bruxelas
Chile	Universidade de Talca Universidade Católica do Chile
Espanha	Universidade de Vigo Universidade Autônoma de Barcelona
Estados Unidos	BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) Universidade de Quinncipiac Faculdade de Dartmouth Universidade da Califórnia
França	Universidade de Paris CNAM (Conservatoire national des arts et métiers) CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)
Índia	IIBMS (Indian Institute of Management and Business)
Inglaterra	Universidade de Londres
México	ITESO (Universidade Jesuíta de Guadalajara)
Portugal	Universidade Católica Portuguesa Universidade do Minho
Suíça	Universidade de Basileia

Fonte: Resultados da pesquisa.

3 INSERÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: EFICIÊNCIA DAS COTAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO PÓS-2009.

We not only want a piece of the pie, we also want to choose the flavor, and to know how to make it ourselves.

(Ela Bhatt, 1992)

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Brasil é um país de contradições. No que concerne à esfera política, conta com uma bancada majoritariamente ruralista e evangélica, enquanto institucionalmente é constituído de um Estado laico e que tem mais de 80% de sua população vivendo nas cidades. Soma-se a isso um fato mais perene: tem menos de 20% de representação feminina quando mais de 50% dos votantes são mulheres. Neste íterim, a manutenção de estruturas de poder e a forte rigidez para mudanças promoveram, em um contexto de ratificação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ações afirmativas para romper com pelo menos uma destas contradições – a baixa participação feminina nos cargos de poder – convertendo a promoção da equidade de gênero em um direito a ser perseguido e garantido pelo Estado brasileiro.

Ao longo dos anos 1990, as ações em torno das demandas das mulheres foram ampliadas e legitimadas, sendo seus resultados condicionados pela evolução das tendências globais no que concerne ao desenvolvimento social e econômico, ao papel que as mulheres possuíam neste paradigma e ao projeto político de cada país. Mesmo com os significativos avanços em termos de institucionalização da perspectiva de gênero na implementação de políticas públicas – pela inclusão das demandas das conferências internacionais nos planos de desenvolvimento plurianuais e pela integração da temática na formulação de políticas intersetoriais –, a assimetria nos espaços de poder está por detrás do reconhecimento público de que apenas os direitos legais básicos de cidadania são insuficientes para institucionalizar o poder político para homens e mulheres.

A participação ativa das mulheres na vida política não compreende apenas um espaço a mais a ser ocupado por elas, assim como foi o caso do mercado de trabalho e dos segmentos educacionais, mas representa um acesso às vias privilegiadas de mudança social. Principais responsáveis

pelo trabalho não-remunerado de reprodução e atuantes na sociedade civil, é a partir de sua inclusão na esfera de tomada de decisão que se reivindicam ações que, partindo do reconhecimento da diferença entre os indivíduos, possam promover o acesso a direitos universais e específicos, de tal modo a problematizar novos temas e identidades políticas. Em outras palavras, o progresso das mulheres na política deve implicar em uma ampliação da autonomia, com um avanço em termos de vida pública e privada.

Ao se reconhecer que a identidade política compreende marcas sociais que posicionam o sujeito em um determinado mundo social, modelando-o a partir de atributos que o classificam através do modo como se inserem nas significações e valores sociais (processo exterior e interior ao sujeito), a crítica feminista lança a identidade política das mulheres como um distanciamento do androcentrismo, em que o homem ocupa a posição de sujeito político (OLIVEIRA, 2010; HARDING, 1993). De acordo com Piscitelli (2004, p. 46), essa identidade se ancora em um reconhecimento político delas como coletividade, de tal modo que “(...) o que une as mulheres ultrapassa, em muito, as diferenças entre elas”.

De acordo com a Cepal (2006) e Veneziani (2006), os principais obstáculos à participação feminina encontram-se na diferença de mecanismos eleitorais, na ausência da perspectiva de gênero no processo político, na dificuldade de reconhecimento das mulheres nas agendas de governo, na limitada vontade institucional, na ideologia dos partidos e estrutura partidária, e na falta de formação e capacitação de lideranças. No Brasil, somam-se a estes fatores algumas características específicas: (i) o sistema eleitoral apresenta a forma de lista aberta, o que limita as chances de projeção das candidatas, (ii) há um baixo financiamento nas campanhas das mulheres, e (iii) a forma de seleção dos candidatos e distribuição de recursos dentro dos partidos não favorece as candidaturas femininas. Isso dá evidências do porquê de o país estar na posição 118 de 190 países na classificação mundial de participação política das mulheres da *Inter-Parliamentary Union* (IPU) e, no que concerne ao indicador de empoderamento político que compõe o *Global Gender Gap Index* (GGI), do Fórum Econômico Mundial, ocupar o 74º lugar, em um ranking que leva em conta 142 nações.

A lei de cota política de gênero se revela, portanto, como alternativa rápida de perseguir uma representatividade equânime entre homens e mulheres na política, perpassando a representação numérica (incremento nas médias de participação) e substantiva (com maior atenção aos interesses das mulheres) (DAHLERUP, 2006). No Brasil,

essa experiência tem significado uma inserção gradual e lenta apesar de 20 anos decorridos desde a sua criação, suscitando debates em torno de seus resultados e das possíveis mudanças da legislação, já em pauta no Congresso brasileiro e na Câmara dos Deputados, que alteram seus dispositivos legais. O presente ensaio vai nesta direção, objetivando refletir sobre as limitações à participação feminina nos espaços de poder, assim como explorando quão eficiente as cotas têm sido na promoção da igualdade de gênero.

3.1.1 O problema de pesquisa e sua importância

Delineados em torno das cotas eleitorais de gênero, os instrumentos criados para ampliar a participação feminina nos espaços públicos de poder ainda permanecem sendo motivo de contradições. Ao longo das últimas três décadas, houve um incremento generalizado na inserção das mulheres nos espaços de poder da América Latina, independentemente de os países terem, ou não, adotado a medida afirmativa. Entretanto, dentre aqueles que passaram a utilizá-la, o Brasil se configura como uma das experiências menos exitosas, mostrando que a lei, por si só, é incapaz de alterar a configuração de poder entre os indivíduos mediante alterações nos padrões de inserção política (ARAÚJO e GARCIA, 2006; COSTA, 2014).

Ainda que exista um reconhecimento de que as ações afirmativas têm um impacto positivo no fortalecimento da democracia e na maior pluralidade advinda da introdução de um novo sujeito político (CEPAL, 2013), muitas mulheres que adentram ativamente nesta esfera o fazem como forma de preencher o requisito legal e garantir que os partidos a que estão associadas não sofram problemas com a Justiça Eleitoral, muito embora não exista uma sanção para o não cumprimento da cota. Sendo este o caso, os partidos políticos, além de promoverem reduzida ação afirmativa, poderiam estar reforçando papéis tradicionais, tanto na inclusão das mulheres em posições com poucas chances de vitória, ou pela própria linha de ação do partido (sendo mais conservador, fortalece demandas que podem não contribuir para uma mudança das relações de gênero ou minimizar a importância das demandas das mulheres).

O que Varikas (1996) destaca, ainda que com base no modelo de cota de paridade adotado na França, é que o reconhecimento da sub-representação feminina não pode ser reduzido a uma lei, porque esta é incapaz de alterar o caráter estrutural de dominação de gênero, estabelecido pela divisão sexual do trabalho. Além disso, a pequena participação de mulheres é somente um dos flagrantes exemplos da

reduzida representação de outros grupos sociais, de modo que a tentativa de promover uma verdadeira democracia é fracassada, ou apenas estabelece novas premissas para a democracia que se estabelece, ao provocar distorções no sistema privilegiando interesses específicos.

No caso brasileiro, a origem das cotas de gênero está polarizada em alguns partidos políticos e sindicatos, tendo sido adotada no Partido dos Trabalhadores (PT), no Partido Democrático Brasileiro (PDT) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT) como forma de estabelecer a inserção feminina nos postos de direção (MARX, BORNER & CAMINOTTI, 2006). Na forma de projeto de lei de abrangência nacional, a primeira tentativa de implementação surge em 1995 para ser incluída nas regras eleitorais das eleições municipais de 1996, ainda que não se constituísse em uma medida compulsória pela legislação. Nela, estabelecia-se um mínimo de 20% de mulheres entre os candidatos às câmaras municipais, mas se ampliava para 120% a possibilidade de registro dos candidatos em relação ao número de lugares vagos.

Nas eleições seguintes, para as esferas estaduais e nacionais, a cota política de gênero estabelecida pelo terceiro parágrafo do artigo dez da Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, indicava que cada partido ou coligação deveria reservar um mínimo de 30% e um máximo de 70% para cada sexo para concorrer a cargos na Câmara dos Deputados (Deputados Federais), Câmara Legislativa (Deputados Distritais), Assembleias Legislativas (Deputados Estaduais) e Câmaras Municipais (Vereadores), aumentando-se o percentual de candidaturas para 150% do número de representantes. Como o cumprimento da lei era possível ainda que não houvesse uma mulher para completar a cota, ao se garantir um máximo de 70% de homens entre o limite de candidaturas, o parágrafo da Lei foi reescrito em 2009, obrigando a participação de mulheres entre os candidatos e garantindo que a reserva implicasse preenchimento efetivo. Neste mesmo ano uma nova lei eleitoral foi aprovada, propondo que 5% do orçamento dos partidos fossem gastos com a inserção política das mulheres e que um mínimo de 10% do tempo nos meios de comunicação deveria ser utilizado para promover a participação feminina.

Os efeitos da participação de pelo menos uma mulher nas candidaturas dos partidos ainda é um tema inexplorado, haja vista que a grande maioria dos trabalhos foca no efeito das cotas logo após a sua introdução (ARAÚJO, 1998; MARX, BORNER e CAMINOTTI, 2006; ALVES, CAVENAGHI e DE ALCÂNTARA, 2007; ARAÚJO e ALVES, 2007, além de muitas explanações de Luis Felipe Miguel). Destes trabalhos, há uma confirmação de um comportamento médio com acréscimos na representação feminina, embora se dê com baixas taxas de

crescimento. Além disso, comportamentos específicos são observados por Miguel (2008) e Górecki e Kukolowicz (2014), para os quais o incremento na participação das mulheres pode variar de acordo com o momento em que se analisa a efetividade da cota, sendo maior em seu início e dissipando-se com o tempo, ganhando espaço na esfera de decisão as mulheres que possuem alguma experiência, especialmente em termos políticos.

Duas outras orientações de trabalhos relacionados às cotas ganham destaque. O primeiro deles, referenciado por Mueller (2016), mostra que a inserção das mulheres na agenda política não tem implicado em modificação nas normas de gênero, que tornariam possível a ampliação do empoderamento feminino nos demais setores da sociedade. Às práticas institucionais locais associam-se comportamentos muito distintos, que acabam por se refletir nas chances de sucesso das mulheres nas eleições, bem como nas possibilidades de inserção da temática feminina após tomarem posse do cargo. O segundo destaque, tentando captar estes diferenciais, é dado ao trabalho de Miguel e De Queiroz (2006) que testa algumas hipóteses esperadas entre a maior participação de mulheres nos municípios e a configuração local (política tradicional, hiperqualificação e demografia), chegando à conclusão que estas variáveis pouco explicam a inserção feminina na política.

Da confluência destes trabalhos, o presente estudo questiona: dada a última mudança na lei eleitoral sobre as cotas de participação das mulheres (2009), qual é o nível de eficiência²³ municipal da lei e como sua distribuição geográfica se associa com o olhar da Economia Feminista?

A hipótese a ser testada é a de que, embora garantida a ampliação na participação nas eleições, não há uma representação feminina correspondente entre os eleitos às Câmaras de Vereadores. Para isso, o ensaio tem por objetivo geral analisar os ciclos eleitorais de 2012 e 2016, de modo a mensurar mudanças no padrão de participação feminina mediante dois olhares, o lado das candidaturas e o lado dos resultados. Para isso, utiliza-se a metodologia de análise envoltória de dados (DEA) que identificará quais unidades municipais estão conseguindo traduzir as regras de inserção das mulheres nas eleições em participação efetiva no

²³ A eficiência é aqui considerada em termos técnicos, sem qualquer juízo de valor. Neste sentido, é um conceito que compara os resultados políticos gerados a partir de dada representação feminina no processo eleitoral com o que poderia ser atingido de inserção entre os eleitos.

poder público.

Além disso, ao confrontar o antes e depois, é possível direcionar a discussão para o debate em torno da lei de cota de gênero, bem como explorar a forma como as melhores práticas concernentes à participação feminina se distribuem no Brasil. Neste sentido avançam dois objetivos específico: (i) identificar, a partir da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), se existe um padrão na distribuição das melhores práticas de inserção política; e (ii) confrontar tais resultados com características municipais discutidas pela Economia Feminista que estejam associadas à maior inserção da mulher na política.

Trazendo o enfoque da eficiência é possível ir além do questionamento sobre a média de representação feminina na política brasileira, permitindo discutir as possibilidades de que, mesmo sem cumprir a cota, alguns municípios podem estar sendo mais efetivos na eleição de mulheres aos postos de decisão. Se este realmente for o caso, coloca-se em discussão se é melhor uma grande representação nas campanhas sem que isso esteja significando representação efetiva, ou se, mesmo sendo pequena a inserção nas eleições, é factível atingir uma maior representatividade feminina entre os eleitos.

Em termos teóricos, o presente estudo avança ao trazer referências da Economia Feminista na avaliação da inserção das mulheres na esfera política, com esta sendo um desdobramento mais complexo do mercado laboral. Fazendo isso, é possível delinear que grande parte dos impedimentos políticos não são resultado do desinteresse feminino, mas da forma como a política se configurou em um espaço desenhado para a inserção dos homens, de tal modo que algumas das variações locais de representatividade feminina nos espaços públicos de decisão poderão ser explicadas pela configuração institucional e cultural, associadas com a rigidez como se dá a distribuição sexual do trabalho.

3.1.2 As cotas de gênero enquanto instrumento de inserção das mulheres na política – justificativas teóricas e formato

As cotas de participação política estão apoiadas em dois conceitos que convergem em seus significados: a cidadania como simetria política e a democracia paritária. Ambas fazem referência à ideia de que a cidadania não compreende apenas a conquista de direitos, mas negociações equitativas destes direitos políticos. Em outras palavras, a interação entre homens e mulheres deve também se refletir em espaços iguais de participação política, indo contra a percepção generalizada da irrelevância da desigualdade de gênero para o desenho de políticas

públicas e assegurando uma descolonização da política institucional (MONTAÑO, 2015; IPEA, 2015).

Assumindo-se que a representação política deveria ser um retrato reduzido da realidade, é premente a incorporação explícita de grupos marginalizados no corpo de poder (MIGUEL e DE QUEIROZ, 2006). De acordo com Phillips (1995), tal inserção implica a consideração de perspectivas identitárias na tomada de decisão, embora politizando as diferenças. Assim, as medidas no formato das cotas não se apoiam na institucionalização do grupo feminino nos espaços de poder, já que não garante que as eleitas incorporarão em suas plataformas medidas voltadas às demandas específicas das mulheres, mas amplia a probabilidade de que esta perspectiva seja considerada, já que os interesses delas são perpassados pela categoria do gênero (TOSOLD, 2012).

As estratégias afirmativas se colocam, portanto, como possibilidades de inserir grupos específicos aos espaços de poder, mas sem questionar o porquê de suas diferenças prévias. Neste sentido, “(...) a incorporação de perspectivas diferenciadas convive com a reprodução de concentração de poder que caracteriza esses campos, mas impõe novos desafios às formas como essa reprodução dá-se.” (MIGUEL, 2010, p. 40). Ainda que possa ser aplicada para quaisquer grupos que têm sua representação reduzida nas esferas de poder, a cota que é dirigida ao gênero traz consigo a facilidade de identificação dos indivíduos a serem contemplados, porque se apoia na divisão de sexo, bem como possui uma pequena variabilidade em sua representatividade na população, de modo a não ser necessário recalcular o *quantum* de participação.

Apesar destas constatações, as cotas são, em si, motivo de controvérsia, inclusive nos grupos feministas. De acordo com alguns autores (Bacchi (2006) e Miguel (2010)), os principais argumentos contra as medidas afirmativas são:

1. As cotas são inconstitucionais, indo contra o princípio de igualdade de oportunidades.
2. O tratamento especial dado pelas cotas cria uma imagem estigmatizada das mulheres, por terem um acesso facilitado, marcando um grupo específico como inerentemente débil.
3. É de natureza antidemocrática, por não levar em conta a meritocracia.
4. As cotas são conservadoras na medida em que perpetuam as diferenças em novos formatos.

Do lado oposto, estão os defensores da causa, colocando em pauta a diferença fundamental entre ter direito ao voto – uma igualdade fundamental – e ter participação política efetiva, com a valorização das

diferenças. Mais do que isso, discute a qualidade da representação política, já que o “(...) corpo de representantes espelha tão mal a diversidade do conjunto de representados” (MIGUEL, 2012, p. 103).

Os argumentos favoráveis às cotas de participação vão desde aspectos normativos a simbólicos (DAHLERUP e FREIDENVALL, 2003; BACCHI, 2006; MIGUEL, 2012):

1. Justiça – A cidadania apenas ocorre quando se tem simetria política.
2. Diferenças morais – Faz das diferenças biológicas e socialmente construídas uma necessidade de representação específica nas posições de poder, dado que seu engajamento deve ser diferenciado. Esta ideia foi apropriada do pensamento de Nancy Chodorow e de Carol Gilligan para a inserção política, intitulando-se por *política do desvelo* (RUDDICK, 1989).
3. Diferenças estruturais – As delimitações de ação associadas à divisão sexual do trabalho implicam em desigualdade na capacidade de intervenção feminina na esfera pública.
4. Grupo de interesse – Enquanto partes que se opõem entre si, aos homens não é possível representar as mulheres porque não defendem as demandas específicas delas (como a descriminalização do aborto, fomento a redes de assistência, ampliação da licença paternidade). Embora seja essencialista e ignore os diferentes interesses que existem entre as mulheres, a noção de identidade feminina gera possibilidade de representação, o que seria dificultado quando se interpretasse o grupo feminino como segmentado.
5. Referência – O incremento na participação feminina e a representante eleita passa a servir de modelo para outras mulheres, modificando institucionalmente o caráter masculino que a política tradicionalmente possui.

A partir destes argumentos, três possíveis soluções são consideradas pela literatura: (i) modificar a divisão sexual do trabalho, dando o mesmo peso à atividade produtiva e reprodutiva; (ii) alterar a forma de atuação política, ao possibilitar que a inserção se dê também para os indivíduos ativos nas responsabilidades familiares; ou (iii) eliminar a personalidade masculina assumida pelas atividades políticas, a partir da integração da mulher com peso suficiente para promover essa inversão (COSTA, 2014). É justamente sobre esta última alternativa que se apoiam as cotas.

Este formato de medida afirmativa já é adotado por grande parte dos países e aqueles que não possuem uma legislação específica fazem

uso informal delas dentro dos partidos, de forma voluntária. De modo geral, a cota formal assume dois formatos. O primeiro deles é a reserva de vagas nas listas partidárias, pela qual as siglas devem apresentar, em cada eleição, uma representação mínima de mulheres, o que não implica em elegibilidade. O segundo modo de inserção feminina, mais direto, corresponde à reserva de cadeiras, que pode se dar a partir de listas eleitorais distintas para homens e mulheres candidatos, da qual sairão representantes entre os mais votados de cada uma, ou mediante as cotas de ocupação dentre os eleitos. O Brasil adota o primeiro formato, embora esteja em votação a migração temporária para a reserva de cadeiras, com a Proposta de Emenda Constitucional 98/2015, já modificada para a PEC 134/2015, conhecida como PEC das Mulheres²⁴.

3.1.3 Organização do ensaio

Este ensaio está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção são explorados alguns conceitos importantes que colocam a Economia Feminista como base para a compreensão da mulher na esfera política, seguido da terceira parte que consiste na metodologia da análise envoltória de dados e do AEDE. Após isso, na quarta sessão, avalia-se a forma de inserção da mulher na esfera política do Brasil e as estatísticas eleitorais de 2012 e 2016, bem como são analisados os níveis de eficiência dos municípios e a forma como estes se distribuem espacialmente e se associam com o olhar da Economia Feminista. A

²⁴ Como não é objetivo deste ensaio discutir a nova proposta em votação, dá-se destaque apenas para as medidas a serem adotadas caso a PEC da Mulher seja aprovada. A emenda, ainda em processo de votação, assegura a cada gênero um percentual mínimo de participação nas cadeiras legislativas (representação na forma de deputado federal, distrital e estadual, e de vereador). Como tem foco na ampliação da participação política das mulheres, essa cota é válida por tempo determinado (de três legislaturas a contar da aprovação da emenda) e apresenta um nível de participação crescente – 10% na primeira, 12% na segunda e 16% na terceira. Caso este percentual não seja atingido, as vagas serão ocupadas pelas candidatas mais votadas (votação nominal individual dentre os partidos com quociente eleitoral), que substituirão o último candidato eleito pelo partido. De acordo com o Senador Romero Jucá, relator da medida, a existência de um prazo definido se associa à expectativa de que neste período as barreiras socioculturais que limitam a participação política das mulheres sejam mitigadas.

última seção traz as considerações finais.

3.2 O PODER POLÍTICO DA MULHER PELA ÓTICA DA ECONOMIA FEMINISTA

O espaço político foi, durante grande parte da história das civilizações, um ambiente de manifestação restrito que, em geral, excluía de sua participação todos aqueles que se enquadravam nos limites inferiores da interseção de gênero, raça e classe. No que concerne às mulheres, a justificativa era intuitiva, especialmente apoiada por filósofos como Hobbes, Locke e Rousseau, para os quais a alienação dos direitos políticos femininos estava atrelada à fragilidade, à irracionalidade e às limitações inatas (MOURA, 2014; MIGUEL, 2017).

Quando do nascimento do feminismo emancipacionista, representado por Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, surgem as críticas iniciais ao discurso dominante que apoiava a subordinação da mulher ao homem, de tal modo que a denúncia aos tratamentos desiguais e a busca da igualdade de oportunidades passariam a balizar o movimento feminista que surge a partir daí (WOLLSTONECRAFT, 2016). Esse posicionamento, entretanto, minimizou a importância da cisão entre a esfera pública e a esfera privada, de tal modo que as relações assimétricas de poder entre homens e mulheres permaneceram inquestionáveis, legitimando ainda mais a alocação dos indivíduos em espaços de vida distintos de acordo com suas diferenças sexuais (MOURA, 2014).

Mais de dois séculos depois do marco inicial do feminismo, a negação das teorias que atribuem as diferenças de gênero às características biológicas continua sendo um processo em curso, especialmente no que concerne ao acesso à renda via mercado de trabalho e aos espaços de poder, já que, para este último caso, a exclusão histórica da qual as mulheres foram alvo implicou em um déficit democrático que tem se mantido ao longo do tempo (ALVES e CAVENAGUI, 2012). Mais do que estar nas origens das reivindicações, a divisão sexual do trabalho e os padrões culturais daí resultantes continuam sustentando e reproduzindo a inequidade e a baixa participação das mulheres na vida política (CEPAL, 2006; GROSSI & MIGUEL, 2001).

Apoiada na crítica a esta divisão sexual do trabalho e na invisibilização das tarefas domésticas, responsáveis pela dinâmica de reprodução da economia, mesmo não sendo considerada parte dela, a Economia Feminista revela relações de poder de gênero, tentando inserir elementos que buscam avaliar a conciliação da vida laboral com a familiar (OROZCO, 2005; KUIPER e SAP, 1995). De acordo com Carrasco

(2009), a vida familiar é especialmente manifesta mediante o trabalho de cuidado, que consiste nas tarefas que não se podem catalogar, mas que representa um conjunto de necessidades que devem ser satisfeitas. Como ele está relacionado à dependência (física, econômica e emocional) e é percebido, pela divisão sexual do trabalho, como responsabilidade feminina, o trabalho de cuidado se constitui em uma das principais justificativas para a desigualdade de gênero, bem como na menor participação das mulheres no mercado de trabalho e na vida política e social.

Diferentemente dos estudos de gênero, a Economia Feminista não apenas interpreta os fenômenos quando a mulher se insere em lógicas tradicionalmente masculinas, mas busca identificar o viés androcêntrico das pressuposições e dos procedimentos metodológicos (HEWITSON, 2001b). Por estes termos, o cuidado e o trabalho doméstico são vitais no sistema econômico e devem ser incorporados na análise desde o seu começo. A partir disso, tenta-se entender e superar as desigualdades entre homens e mulheres, percebendo como o viés de gênero atravessa as estruturas econômicas, dando destaque ao modo pelo qual as relações de poder e acesso ao poder delineiam posições específicas dos indivíduos no sistema (FERBER e NELSON, 1993).

Para a esfera política, o ciclo vicioso de baixa participação feminina revela que a mulher, enquanto principal responsável pelo trabalho não remunerado, pela reprodução e cuidados domésticos, vê sua inserção como uma imposição da quebra de barreiras culturais e uma escolha entre a vida privada e pública/política. Conforme Miguel (2014, p. 94):

O insulamento na vida doméstica retira delas [das mulheres] a possibilidade de estabelecer a rede de contatos necessária para se lançar na carreira política. Aquelas que exercem trabalho remunerado permanecem em geral como responsáveis pelo lar, no fenômeno conhecido como dupla jornada de trabalho, tendo reduzido seu tempo para outras atividades, incluídas aí a ação política. Os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina inibem, entre as mulheres, o surgimento da vontade de participar.

Esse diferencial de incorporação feminina reside, portanto, nas possibilidades de escolha das mulheres, assim como em sua capacidade

de barganha entre elas. No primeiro caso, de acordo com Orozco (2006), as decisões femininas são resultado do confronto entre trabalho assalariado (e político), trabalho doméstico e ócio, enquanto o masculino se dá apenas entre trabalho assalariado e lazer. A eliminação de uma das *opções* amplia as chances e necessidades culturais de escolha pela inserção nos ambientes públicos, o que não é percebido para as mulheres.

Dentre elas, predomina o que Agarwal (1997) e Nussbaum (2000) definiram como limitada capacidade de barganha dentro das famílias. Para Agarwal (1997), isso ocorre porque, sendo força minoritária nas esferas de decisão, promove-se um reforço dessa posição nas residências, seja pela sua menor contribuição monetária nelas, ou pela reduzida valorização que as atividades feminizadas possuem. Neste sentido, se suas possibilidades de escolha estão limitadas pelo tempo gasto com trabalhos domésticos e de cuidado, as possibilidades de inserção política tornam-se ainda menores.

Nesta configuração, emergem alguns princípios que justificam o baixo poder de barganha das mulheres. Para Nussbaum (2000), eles perpassam três vias:

1. *A importância das opções* – estando circunscrita à esfera doméstica, as escolhas femininas são muito limitadas. O incremento na participação da mulher na esfera econômica funciona como promoção de bem-estar na família, por dar a ela maior liberdade, poder de barganha e, por seu turno, chances de escolha.
2. *A importância da contribuição percebida* – extremamente associada ao item anterior, a mensuração da contribuição se associa com o aporte econômico e emocional do indivíduo na família. Como o trabalho doméstico é invisibilizado e pouco valorizado, o poder de barganha delas fica circunscrito a um espaço diminuto.
3. *A importância da autoavaliação* – a percepção das mulheres de seu baixo poder de barganha está associada também ao valor que elas mesmas dão ao seu trabalho na esfera doméstica. Fazendo referência à Amartya Sen, o fato de o indivíduo acreditar não ter direito a alguma coisa e que os outros possuem metas mais importantes que as suas, promovem um enfraquecimento da capacidade de negociação na família.

Mediante o reduzido poder de barganha, as atividades domésticas acabam conferindo às mulheres uma integração periférica ao mercado de trabalho e, especialmente, aos espaços de poder. Em função disso, e reforçado pelos arquétipos femininos, “(...) a adaptação da mulher às duas

ordens de papéis que lhe cabe executar é tarefa complexa” (SAFFIOTTI, 2013, p. 96) e, muitas vezes, incompatível. Isso ocorre porque se exige dela uma hierarquização das funções entre as esferas domésticas e públicas, de tal modo que sua integração na sociedade é prejudicada por, na maioria das vezes, ter de abdicar das funções profissionais. Em outras palavras, “ao tornar o papel reprodutivo da mulher um substituto de seu papel produtivo, a sociedade potencia a determinação do sexo, distanciando, na esfera social, a mulher do homem” (SAFFIOTTI, 2013, p. 134).

A isso, soma-se o paradoxo entre a força de mobilização do movimento feminista e sua baixa representação na esfera política porque, estando fora da zona de negociação, as demandas das mulheres não conseguem ser atendidas de forma integral, a partir da criação de medidas que tenham, por finalidade, a mulher enquanto agente político. A ampliação do poder de barganha das mulheres, que perpassa uma ressignificação da divisão sexual do trabalho, necessita a inserção feminina das esferas de poder, especialmente para que as discussões referentes às atividades de reprodução tornem-se parte do debate.

Apropriando-se de Berne (2016), que analisa apenas os direitos reprodutivos, é possível inferir que a premência da representação feminina está associada à necessidade de gerar políticas que, atuando sobre a esfera doméstica, rompam com o ciclo associado ao baixo poder de barganha. Na medida em que uma maioria masculina está legislando sobre aspectos que afetam diretamente os interesses das mulheres, os homens acabam subordinando estes aos seus próprios interesses, de tal modo a dar a eles maior poder de decisão sobre os corpos femininos.

A inserção política, portanto, está relacionada a uma escolha a mais dentro do *rol* de possibilidades que se colocam para as mulheres entre o trabalho remunerado e a esfera doméstica, a partir da qual o espaço de poder passa a ser um desdobramento com limitações ainda maiores. O campo político foi delineado por e para os homens, de tal modo que a tomada de espaço pelas mulheres rompe com a lógica de pertencimento masculino, mas também cria novos desafios para essa política, tornando-a mais amigável às funções assignadas socialmente às mulheres. De acordo com Costa (2014), isso implica em uma mudança na forma de atuação dos agentes nas esferas de poder, com uma superposição das atividades políticas e domésticas, bem como com sua conciliação.

A feminização da política que é perseguida pelas cotas de participação de gênero traz consigo a noção de que a presença das mulheres no poder público, nos moldes de Phillips (1995, 2001), estará atrelada à inserção dos interesses femininos no espaço de tomada de

decisão, mas sem assumir coletivos particulares e cristalizados socialmente. Somado a isso, há um efeito simbólico relevante na ampliação da participação das mulheres nestas esferas, de tal modo a reforçar a representação feminina na política, com a mudança nas percepções das mulheres e em seus engajamentos políticos a partir de uma trajetória específica de sucesso (GILARD, 2015). Conjuntamente, estes fatores poderiam significar o rompimento da lógica de baixa participação porque dariam a elas melhores condições de barganhar na esfera privada. Nos termos de Sen (1985), estes movimentos representariam um aprimoramento das capacitações femininas.

A adoção da cota, entretanto, não implica uma capacidade de influência política igual à masculina, especialmente porque as mulheres se dedicam a temas de menor prestígio político, seja por opção ou por falta de opção – dada a dificuldade de se inserir de forma ativa em debates, ficam restritas às discussões menos valorizadas, “masculinizando-se” conforme avançam nas carreiras políticas para mais facilmente serem aceitas (MIGUEL e FEITOSA, 2009). Isso foi observado, inclusive, nos discursos da ex-presidenta Dilma Roussef que, ao tentar dissociar sua figura da visão masculinizada e dialogar com grupos mais conservadores da sociedade, reforçava a essência feminina e sustentava distinções históricas, naturalizando papéis hierárquicos de gênero o que, mesmo não intencionalmente, dificulta ainda mais a inserção das mulheres na política (MENDONÇA e OGANDO, 2013).

Ao dar um olhar privilegiado à interseção entre as responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres e as possibilidades de inserção política, a Economia Feminista lança luz à cota como um instrumento poderoso de promoção feminina em espaços ainda invisibilizados, especialmente pela possibilidade de essa presença se tornar agência. Entretanto, faz isso compreendendo que o espaço político depende de uma ressignificação dos espaços privados para que haja a reformulação de poderes entre homens e mulheres na esfera de decisão, de tal modo que a participação feminina nestes locais não signifique uma divisão sexual no espaço público.

3.3 METODOLOGIA

3.3.1 Análise Envoltória de Dados (DEA)

O presente estudo utiliza como procedimento empírico a análise envoltória de dados (DEA), que corresponde a uma abordagem não-paramétrica para a análise de eficiência, tendo por objetivo estimar as

melhores práticas observadas para as cotas de participação política de gênero nos municípios brasileiros (FERREIRA e GOMES, 2009). Trata-se, portanto, de uma apropriação das ideias de eficiência técnica, tradicionalmente desenvolvidas para empresas, para uma situação onde o produto final (*output*) passa a ser definido como a participação percentual das mulheres entre os eleitos para o legislativo municipal e o insumo (*input*) corresponde aos efeitos das cotas, já que identificados pela participação percentual das mulheres na candidatura de vereadores. Em outras palavras, busca-se mensurar em quanto estas cotas estão atingindo o objetivo a que se propõem.

Algumas autoras da Economia Feminista fazem fortes críticas à noção de eficiência econômica, por ter ela um viés de gênero que desconsidera práticas externas ao mercado e que, por seu turno, influenciam nos resultados finais, haja vista que os agentes econômicos não são autônomos (mais detalhes podem ser encontrados em Staveren (2003) e Barker (1995)). Não se desconsidera, neste estudo, estas inter-relações, porque a decisão de participar, ou não, da esfera política depende de fatores externos a ela, envolvendo as demais formas de trabalho remunerado e não remunerado. Entretanto, opta-se por continuar utilizando este ferramental por dois motivos específicos: (i) o objetivo da utilização do método contempla apenas a avaliação do efeito numérico da participação feminina nas eleições em termos de resultado, a partir da existência de uma meta específica; e (ii) inexistem dados mais apurados sobre os candidatos, bem como estatísticas de gênero municipais que reflitam as dimensões de trabalho, o que limita as possibilidades de incorporação das práticas externas à esfera pública nesta avaliação.

O DEA é apoiado em três suposições:

1. Produz resultados que são particularmente sensíveis a erros de medida;
2. Não permite a comparação de escores de eficiência entre estudos distintos, porque mede as práticas de acordo com as observações analisadas; e
3. É sensível à especificação dos fatores (insumos e produtos) e ao tamanho do grupo sob análise.

Guiando-se por isso, duas medidas devem ser adotadas. A primeira delas, referenciando o item 2, exige que a comparação entre os anos de 2012 e 2016 somente seja possível dentro de uma mesma amostra, haja vista que, embora tendo por objetivo avaliar todos os municípios do Brasil, algumas observações são perdidas por falta de informações ou, como se verá adiante, pela inexistência de representação feminina. Quando for contrastado índices de eficiência ao longo do trabalho, todos

eles estarão relacionados a uma mesma fronteira de eficiência, não se incorrendo em comparações equivocadas.

Além disso, dada a sensibilidade à presença de observações extremas – que deslocam a fronteira de eficiência, de tal modo que a relação das DMUs com ela seja subestimada – é necessária a verificação da presença de *outliers* e, caso algum seja identificado, deve-se proceder com sua eliminação. O procedimento adotado para isso é o *jackstrap*.

Tendo-se considerado estas suposições, é possível proceder com o cálculo da fronteira de eficiência desenvolvido por Charnes, Cooper e Rhodes (1978). De acordo com a técnica, o objetivo principal é avaliar a eficiência relativa de DMUs (*decision making unit*) – que podem ser firmas, setores da economia, divisões regionais, entre outros – utilizando a definição segundo o qual, para uma unidade eficiente, nenhum produto pode ter sua produção aumentada sem que sejam ampliados seus insumos ou que os insumos não podem ser diminuídos sem que haja redução no produto.

Para o cálculo, são utilizados como possíveis DMUs (n) os municípios brasileiros. Como o modelo conta apenas com 1 insumo (k) e 1 produto (m), são construídas duas matrizes: a matriz X de insumos ($k \times n$) e a matriz Y de produtos ($m \times n$), que serão matrizes linha, onde cada coluna representa uma DMU. Em ambas, é necessário que os coeficientes sejam não negativos e todas as linhas e colunas contenham, pelo menos, um coeficiente positivo. Deste modo, dado que todos os municípios possuem mulheres candidatas ao legislativo, o que não ocorre entre os eleitos, exige-se que aqueles onde a representação de vereadoras é nula sejam eliminados da amostra. Nestes casos, assume-se que a DMU tenha eficiência zero, porque a participação feminina nas eleições não se efetiva nos resultados.

Para a i -ésima DMU, são representados os vetores x_i e y_i para insumo e produto, respectivamente, de modo que, para cada DMU, pode ser possível obter uma medida de eficiência, que é a razão entre o produto e o insumo, ponderados por seus respectivos vetores de peso (u e v):

$$\text{Eficiência da DMU}_i = \frac{uy_i}{vx_i} \quad (01)$$

Pressupondo a orientação a produto, objetiva-se minimizar a razão entre insumos e produtos, de tal modo que, dado o insumo disponível, maximiza-se o resultado. Tem-se o seguinte problema de programação matemática:

$$\begin{aligned}
 & \text{MIN}_{u,v} (vx_i/uy_i) \\
 & \text{sujeito a:} \\
 & vx_j/uy_j \geq 1 \\
 & u, v \geq 0
 \end{aligned}
 \tag{02}$$

Por meio da dualidade em programação linear e considerando retornos variáveis à escala²⁵ (que substituem o axioma da proporcionalidade de insumos e produtos pela máxima da convexidade), deriva-se uma forma envoltória da Equação (02), dada por:

$$\begin{aligned}
 & \text{MAX}_{\varphi, \lambda} \varphi \\
 & \text{sujeito a:} \\
 & -\varphi y_i + Y\lambda \geq 0 \\
 & x_i - X\lambda \geq 0 \\
 & \lambda \geq 0 \\
 & N_1\lambda = 1,
 \end{aligned}
 \tag{03}$$

em que $1 \leq \varphi < \infty$ corresponde ao máximo de produto, mantendo-se constante a utilização dos insumos em questão; e λ é um vetor ($n \times I$), cujos valores são calculados de forma a obter a solução ótima, na qual a DMU eficiente terá todos os valores iguais a zero e as demais terão os pesos utilizados na combinação linear como referência. Para as unidades ineficientes, o DEA fornece seus respectivos *benchmarks*, ou DMUs de referência, que correspondem à projeção dessas unidades na fronteira de eficiência. A última restrição faz a adequação do modelo a retornos variáveis, representando a restrição de convexidade $N_1\lambda = 1$, em que N_1 é um vetor ($n \times I$) de algarismos unitários.

O valor encontrado para a solução do problema é maior ou igual a 1. Como há uma dificuldade de se trabalhar numericamente com tal solução, procede-se com a obtenção da medida de eficiência, dada pelo inverso de φ .

²⁵ Este modelo é conhecido como BCC, em homenagem a seus idealizadores (Banker, Charnes e Cooper). Ele permite que DMUs que operam com baixos valores de *input* tenham retornos crescentes de escala e as que operam com valores altos, retornos decrescentes. Maiores detalhes, ver Banker, Charnes e Cooper (1984).

3.3.1.1 Método de detecção de observações extremas

Com o intuito de averiguar a distribuição empírica dos dados e identificar as possíveis observações discrepantes, utiliza-se a metodologia desenvolvida por Souza e Stosic (2003), denominada de *jackstrap*. Esta é uma combinação de um método determinístico (*jackknife*) com um estocástico (*bootstrap*), apoiado num estimador denominado de *leverage*, que corresponde ao desvio padrão das medidas de eficiência antes e depois da remoção de cada DMU do conjunto amostral. Formalmente, o *leverage* da i -ésima DMU é definido por:

$$\ell_i = \sqrt{\sum_{k=1; k \neq i}^K (\theta_{ki}^* - \theta_k)^2 / K - 1}, \quad (04)$$

em que i faz referência à DMU removida, k a todas as demais da amostra e θ ao indicador de eficiência. O numerador do somatório relaciona, portanto, a diferença entre a eficiência calculada sem a i -ésima observação e o conjunto de eficiências originais, de tal modo que grandes desvios em relação à média global indicam a ocorrência de *outliers*. Para Souza e Stosic (2005), este critério de corte é $\ell_i = 0,02$. Valores superiores a ele indicam a necessidade de excluir a observação da amostra.

3.3.2 Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)

De acordo com Almeida (2004), as informações utilizadas em contextos espaciais podem estar associadas a dois componentes – o atributo do fenômeno analisado e a localização geográfica deste. Mediante o AEDE, testa-se a hipótese de que a variável em análise seja distribuída aleatoriamente, de tal modo que, além de promover a visualização da distribuição espacial das eficiências, é possível identificar padrões espaciais, bem como a ocorrência de *clusters*.

Esta dependência entre unidades de análise testa a possibilidade de um dado município i depender espacialmente de $j \neq i$, o que se torna quantificado a partir de uma matriz de pesos, ou matriz de proximidade, que considera critérios de avizinhamto. Neste trabalho, utiliza-se a convenção da rainha, que estabelece como proximidade todas as unidades que estão no entorno imediato do município.

A autocorrelação espacial, que indica a dependência em relação à vizinhança, é mensurada pela estatística I de Moran, formalmente definida por:

$$I = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} (x_i - \bar{x})(x_j - \bar{x})}{\sum_i (x_i - \bar{x})^2}, \quad (05)$$

em que n corresponde ao número de municípios analisados, x aos índices de eficiência calculados na etapa anterior e w_{ij} à matriz de pesos (ANSELIN, 1995). Variando entre -1 e 1, o I de Moran identifica um intervalo de correlações espaciais negativas e positivas, respectivamente. Entretanto, este indicador global não revela interações a nível local, invisibilizando dinâmicas diferenciadas no espaço. Para isso, Anselin (1995) propôs uma alternativa que, embora tenha a mesma média que o I de Moran anterior, tem a capacidade de identificar padrões de associação espacial local – o I de Moran local.

Considerando que z_i e z_j são os desvios das médias das unidades avaliadas, o indicador do município i é dado por:

$$I_i = \sum_i z_i \sum_j w_{ij} z_{ij}. \quad (06)$$

Calculados para toda a amostra, o I de Moran local univariado identifica *clusters* espaciais estatisticamente significantes. Estes podem assumir os formatos Alto-Alto (AA) e Baixo-Baixo (BB), quando a correlação espacial é positiva, indicando que índices de eficiência altos tendem a ser vizinhos de outros valores também altos (ou que valores baixos são avizinados por baixos valores); assim como Alto-Baixo (AB) e Baixo-Alto (BA), com correlação espacial negativa, nos quais um valor alto é circundado por valores baixos, ou o contrário (ALMEIDA, 2004).

3.3.3 Base de dados

Os dados utilizados neste ensaio são coletados a partir das estatísticas disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral no que concerne às Eleições Municipais dos anos de 2012 e 2016. Para as variáveis de participação política, opta-se por utilizar valores relativos de modo a minimizar os efeitos dos diferenciais de tamanho entre as cidades, haja vista que não somente o número de candidatas se amplia conforme aumenta o número de habitantes, mas também há acréscimos nas cadeiras

do legislativo (a Constituição Federal estabelece um número máximo de vereadores – variando entre 9 para os municípios até 15 mil habitantes e 55 para aqueles com mais de 8 milhões –, mas são as Leis Orgânicas Municipais que regem a quantidade exata).

Tabela 7 – Variáveis utilizadas na análise

<i>Fonte</i>	<i>Variáveis</i>
Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal	<ul style="list-style-type: none"> - População - Taxa de urbanização - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Expectativa de anos de estudo - Renda <i>per capita</i> - Taxa de fecundidade - Razão de dependência - Representação de mulheres na PEA
Censo 2010	<ul style="list-style-type: none"> - Representação de brancos na população - Horas de trabalho remunerado
Estatísticas de Gênero (IBGE)	<ul style="list-style-type: none"> - % do rendimento das mulheres na família - % das famílias chefiadas por mulheres - Razão de rendimento dos ocupados
Secretaria Especial de Política para as Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Conselho Municipal de política para as mulheres.

Fonte: Elaboração própria.

Além das informações relacionadas à participação política, a Tabela 7 traz os diferentes indicadores utilizados para explicar a configuração institucional e cultural dos municípios, sendo utilizada como forma de caracterizar a estrutura de poder entre homens e mulheres.

3.4 AS EVIDÊNCIAS DA INTER-RELAÇÃO ENTRE PODER POLÍTICO E GÊNERO NAS ELEIÇÕES DE 2012 E 2016

Após discutir as cotas de gênero na política como forma de promover a igualdade entre homens e mulheres em um espaço específico da esfera pública, é possível dar prosseguimento à análise, abordando de que modo seus resultados têm sido percebidos nos municípios brasileiros. Para isso, traça-se um breve histórico da introdução deste tipo de cota no país, seguido de uma explanação sobre a configuração das eleições de 2012 e 2016. Por fim, avança-se na discussão proposta pelo ensaio em termos da relação que se estabelece entre a representação feminina na eleição e sua participação entre vereadores eleitos, discernindo também como as características políticas nos municípios podem ser associados à

organização social e cultural, em termos de gênero, de cada unidade avaliada.

3.4.1 A inserção política das mulheres no Brasil: quadro geral.

As mulheres brasileiras conquistaram o direito ao voto antes que a maioria dos países da América Latina, que só o adquiriram na década de 1950. Desde este marco, o país presenciou três momentos de participação feminina: (i) de 1932 a 1937, em que há a efetivação da conquista de cidadania política, com um crescente número de votantes e candidatas, interrompido pela ditadura varguista; (ii) de 1937 a 1985, que incluem o Governo Vargas até o fim da ditadura militar, representado por uma apatia política em termos de participação nos cargos de poder, mas com incrementos do eleitorado, paralelos ao nascimento e organização política dos movimentos feministas; e (iii) a partir de 1985, com a redemocratização do país, em que começam a aparecer sinais lentos de mudança, bem como os resultados das medidas tomadas com a finalidade de reverter as desigualdades em termos políticos (PINTO (2003); SCHUMAHER e CEVA (2015)).

Dentre tais medidas, a mais importante é a cota política de gênero, que representa a expressão da legitimidade das demandas feministas – com o reconhecimento político dos sujeitos coletivos – e um “(...) reflexo da manifestação de novas formas de afirmação política” (ARAÚJO, 1998, p. 72). Não é considerada, portanto, um privilégio para a mulher, ao tentar induzir sua maior participação, mas uma expressão de universalidade (MONTAÑO, 2007).

Na América Latina, a emergência das cotas dá-se em um contexto de grandes mudanças institucionais, associado a uma revalorização dos movimentos feministas. De acordo com Araújo e García (2006), os principais motivos para a adoção das medidas foram:

1. *Processo de Redemocratização das nações da região* – os novos governos eleitos inseriram em suas plataformas o comprometimento com políticas de igualdade, dentre as quais a equidade de gênero aparece. Muito disso se deve à necessidade de reconhecimento internacional das novas democracias, de modo que era imperativo a legitimação de direitos constitucionais e instituições democráticas que transpusessem as noções de clientelismo e personalismo político. A isso, soma-se a incorporação dos direitos da mulher na agenda internacional, especialmente da Organização das Nações Unidas, de modo que

sua defesa nos países latino-americanos soava como expressão de comprometimento com a sociedade moderna.

2. *Novo design institucional* – em virtude da redemocratização e por não possuir uma rigidez estabelecida, as novas instituições facilitaram não apenas a inclusão de novos atores na política, mas também novas propostas, o que é mais difícil de acontecer em democracias consolidadas.
3. *Conferências de mulheres organizadas pela ONU* – as convenções internacionais, especialmente a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, formalizaram uma agenda feminista reconhecida por todas as nações signatárias da organização, de tal modo a promover nelas novas práticas políticas. Dentre estas, é possível destacar a criação de órgãos e políticas que tinham por finalidade a inclusão das mulheres nos espaços de decisão e, especialmente, na América Latina, a legitimação de formatos de inserção que denunciavam as dificuldades de acesso às esferas de poder.
4. *Estabelecimento de redes de organizações de mulheres na região* – dada a grande participação feminina nos movimentos contrários à ditadura, o espaço feminista ganha apoio popular dentro das nações, de tal modo a se reconhecer a importância de situá-la no contexto regional e debater a democratização do poder.
5. *Efeito contágio argentino* – adotadas a partir de 1991 sob a pressão da Rede de Feministas Políticas, os efeitos positivos das cotas na Argentina auxiliaram na difusão da medida pelos países da região. Fazendo uso da cota de gênero em 1995 e adotando-a definitivamente em 1997, o Brasil foi, portanto, um dos pioneiros na conquista do voto das mulheres e se somou entre as nações latino-americanas que adotaram a medida afirmativa no início das discussões internacionais em torno da mesma. Entretanto, na comparação com os vizinhos, a vanguarda não se mantém em termos de resultado, o que pode ser observado na Tabela 8.

Considerando a representação na Câmara dos Deputados, o país tem uma participação feminina de apenas 9,9%, que é inferior à de países que não utilizam a cota na legislação, mas que fazem uso de representações voluntárias pelos partidos políticos, como é o caso chileno, com representação de 15,8% de mulheres, ou daqueles que sequer utilizam alguma forma de inserção reconhecida, como o Panamá, com participação de 18,3%. A situação é um pouco melhor no caso do legislativo municipal, em que a representação de mulheres brasileiras se amplia para 13,3%, superando agora o Panamá e a Guatemala.

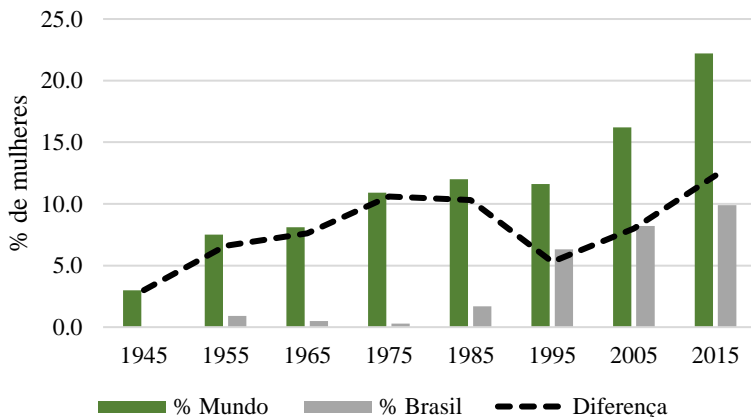
Tabela 8 - Configuração política de gênero dos países da América Latina

	<i>Voto</i>	<i>Quota</i>	<i>Quota Voluntária dos Partidos</i>	<i>% no Legislativo Nacional</i>	<i>% no Legislativo Municipal</i>
Equador	1929	1997	Não	41,6	28,6
Brasil	1932	1997	Não	9,9	13,3
Uruguai	1932	2009	Sim	16,2	17,8
República Dominicana	1942	1997	Não	26,8	33,2
Guatemala	1945	-	Sim	13,9	2,1
Panamá	1946	-	Não	18,3	11,1
Argentina	1947	1991	Sim	35,8	-
Venezuela	1947	-	Não	14,4	-
Costa Rica	1949	1997	Sim	33,3	38,6
Chile	1949	-	Sim	15,8	24,8
Bolívia	1952	1997	Sim	53,1	44,1
México	1953	1996	Sim	42,4	38,3
Colômbia	1954	2011	Não	19,9	17,0
Honduras	1955	2000	Não	25,8	22,4
Peru	1955	1997	Não	27,7	30,5
Nicarágua	1955	2009	Sim	45,7	24,0
Paraguai	1962	1996	Sim	15,0	21,9

Fonte: ARAÚJO e GARCÍA (2006), IPU (2016), CEPAL (2016) e PROMUL (2016).

Esse diferencial de resultados, de acordo com Spohr et al. (2016), se deve à combinação entre o tipo de sistema eleitoral e a utilização de uma legislação específica, de tal modo que quando utilizado em listas fechadas é possível promover resultados mais expressivos. Mesmo considerando-se essa conjunção de fatores, os avanços percebidos nas esferas de poder público pelas mulheres brasileiras têm se dado a um ritmo menor do que a média mundial. Conforme Blay e Avelar (2017), entre 1975 e 1995 – período que segue a I Conferência Mundial da Mulher – houve uma redução da diferença de representação política feminina do Brasil com relação aos demais países, quando se passou de 10,6 pontos percentuais para 5,3, sendo possível também presenciar o maior crescimento político interno (entre 1985 e 1995, avança-se de 1,7% para 6,3%). A partir daí, de acordo com a Figura 6, embora tenha havido continuidade no incremento da representatividade no país (em 2005 alcança-se 8,2% e, em 2015, 9,9%), amplia-se novamente a distância da média mundial, que atinge 12,3 pontos percentuais em 2015.

Figura 6 – Comparação da participação feminina no poder legislativo nacional, 1945 a 2015 (Brasil e média mundial)

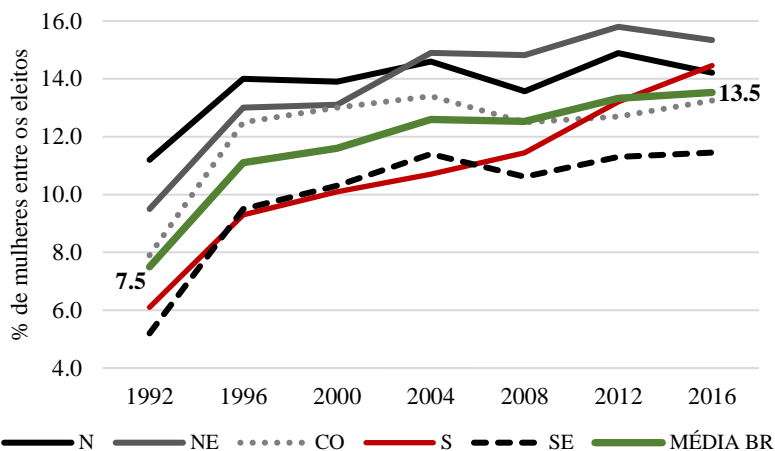


Fonte: BLAY & AVELAR (2017, p. 48).

Em termos de efeitos práticos, esta configuração política se confronta com mais sinais contraditórios. De um lado, constituindo-se em maioria entre os eleitores desde 1998, o Brasil conta com mais de 74 milhões de mulheres votantes, que compreendem 52% do eleitorado. Além disso, o país elegeu uma figura feminina ao seu principal cargo político o que, mesmo com o fim abrupto de seu segundo mandato, mostra uma mudança do perfil androcêntrico na política nacional. Do lado oposto, indicando que essa mudança não é tão premente, está a participação nos cargos executivos municipais que é de apenas 12%, valor que atinge 4% quando se consideram os governos estaduais – na eleição de 2014, 63% das unidades federativas contaram com mulheres entre as candidatas ao governo, mas apenas Maria Suely Silva Campos conseguiu a vitória, de tal modo que Roraima é hoje o único estado tendo à frente uma mulher entre os governadores do país.

A perspectiva comparada com outras nações, assim como o retrato das últimas eleições, mostra que a representação das mulheres nas esferas de poder é extremamente inferior à participação masculina, mas tem evoluído no tempo e em todas as regiões do país. Em termos de legislativo municipal, foco deste ensaio, a média de inserção feminina no Brasil se ampliou em 6 pontos percentuais entre 1992 (anterior à primeira utilização da cota) e 2016, o último ciclo eleitoral, sendo mais da metade desse valor associado à eleição de 1996 (ver Figura 7).

Figura 7 – Evolução da representação feminina entre os vereadores eleitos, por regiões do Brasil (1992-2016)



Fonte: MIGUEL e DE QUEIROZ (2006) e TSE.

Esse maior crescimento logo após a introdução da lei de cota é observado em todas as regiões do país, com exceção do Sul, que entre 1996 e 2016 ampliou a participação feminina em 5 pontos percentuais (além do crescimento de 3,4 observado entre 1992 e 1996), saindo da segunda região com pior representação de mulheres para a segunda com maior inserção feminina nos 24 anos considerados. Esse resultado é especialmente importante entre as eleições de 2012 e 2016, o que pode indicar a maior efetividade da cota nos estados da região. O Norte, por outro lado, apresenta o comportamento mais estável, embora suas médias de representação estejam entre as maiores, situação bastante distinta da região Sudeste que tem se mantido com os piores níveis de inserção feminina na política municipal do Brasil.

Considerando que as cotas indicam a participação de um mínimo de 30% de mulheres entre os candidatos ao legislativo, seu efeito parece estar sendo positivo, dado o incremento de representação, mas está distante do impacto desejado. Daí residem duas possíveis explicações: ou o formato da lei de cota é frágil quando aplicado a listas abertas – por estabelecer vagas apenas para candidaturas e sem estipular as formas de inserção das mulheres nos partidos políticos, bem como não prever sanções em caso de descumprimento –, ou o processo de mudança da distribuição dos cargos de poder é ainda mais lento que as transformações

nos demais setores da sociedade. Das análises já realizadas, há uma confluência destas duas possibilidades. É possível que haja uma questão cultural que se sobrepõe ao desenho do sistema político (IPEA, 2015), assim como a falta de reformas institucionais no executivo e legislativo e nos sistemas eleitoral e judicial pode também sinalizar uma maior dificuldade do país em ampliar a representatividade das mulheres nos cargos de poder (CEPAL, 2015).

3.4.2 As eleições municipais do pós-2009: as tendências do país

As eleições de 2012 e 2016 compreendem o sétimo e oitavo ciclo eleitoral, respectivamente, após a redemocratização do país, bem como os primeiros processos desde a última alteração na lei de cotas de gênero no cenário municipal (2009). Nesta menor unidade política do Brasil, observou-se um crescimento no número de candidaturas ao legislativo, o que vai ao encontro da lei de cotas, e uma estagnação no executivo municipal, mantendo-se praticamente constante o número de prefeituras que têm a mulher na posição política mais importante.

Passa-se de pouco mais de 32,42% de candidatas ao cargo de vereador em 2012 para 33,22% em 2016, e de 13,58% para 13,74% entre as eleitas ao legislativo municipal, incrementos muito aquém do esperado pelas cotas de participação. Estes resultados, entretanto, parecem ser extremamente heterogêneos no país, especialmente quando se contrastam os resultados do legislativo e a forma como se dá as candidaturas ao executivo municipal.

No que concerne ao posto máximo das prefeituras municipais, os resultados de mulheres sendo eleitas prefeitas são observados em todas as regiões do país, mas há uma maior concentração no Nordeste (sendo de 16,17% em 2012 e de 15,97% em 2016). Em 2012, 65 municípios do Brasil tiveram apenas mulheres concorrendo ao executivo nas prefeituras e destes, 58,5% estavam localizados nesta região. Na última eleição, a dominância das mulheres se reduziu a 56 cidades, das quais quase 52% são nordestinas. Em muito esta configuração se aproxima das médias de participação, já que as menores inserções nas candidaturas se dão no Sul e Sudeste.

Para o cargo de vereador, a participação das mulheres manteve-se, em grande parte dos municípios brasileiros, em níveis inferiores a 15% nos dois ciclos eleitorais considerados. Em 2012, a cidade com maior inserção feminina entre os eleitos para a Câmara de Vereadores foi Fronteiras, no Piauí, com quase 67% de representação. Próximo a ela, com mais da metade dos eleitos, estavam outros 22 municípios em que a

composição feminina era maioria, sendo quase 70% localizado na região Nordeste do Brasil. Deste grupo diminuto, quatro também tinham a mulher no comando de suas prefeituras – Fortim (CE), São Miguel do Gostoso (RN), Governador Jorge Teixeira (RO) e Juazeirinho (PB). Já no ano de 2016, dois municípios obtiveram quase 64% de mulheres entre os vereadores eleitos – Uruçuí (PI) e Senador La Rocque (MA) – além de outras 22 cidades que atingiram valores próximos da equidade de participação. Dentre estas, quase 71% estão no Nordeste, e quatro delas obtiveram vitórias femininas nas prefeituras – Amapá do Maranhão (MA), Olho D'Água do Borges (RN), Calumbi (PE) e Arcoverde (PE).

Em termos de processo eleitoral e de resultado, as Tabelas 9 e 10 trazem as informações médias municipais das unidades federativas e das regiões para os cargos executivos e legislativos, respectivamente, explorando também a representação dos municípios em que as mulheres ou não são eleitas, ou não estão participando ativamente da vida política.

No quesito 'participação média' nas eleições, existe um perfil destoante quando se abordam as duas funções em questão. Para o executivo municipal, que não é alvo das cotas, a participação média das mulheres concorrendo ao cargo máximo é reduzida e heterogênea, com ampliação dos diferenciais entre os ciclos eleitorais analisados. Regionalmente, variou, em 2012, entre 9,35% no Sul e 16,87% no Nordeste e, em 2016, entre 8,90% e 17,86% nas mesmas regiões, embora intraregionalmente as variações também sejam consideráveis.

Mantiveram inserções superiores a 20% nas duas eleições os Estados do Maranhão (21,36% e 22,58%) e do Rio Grande do Norte (21,60% e 24,64%), permanecendo com participação inferior a 10% as unidades federativas de Minas Gerais (9,94% e 8,62%), Rio Grande do Sul (8,42% e 8,53%) e Santa Catarina (8,36% e 8,60%). Tais extremos estão associados ao peso dos municípios que não tiveram sequer uma mulher entre os concorrentes ao cargo de prefeito. Para as melhores inserções, o número médio de municípios nesta situação encontra-se na casa dos 51%, ampliando-se para quase três quartos nos estados com as piores participações.

Essa configuração eleitoral tem importância nas chances de vitória e na maior representatividade feminina no total de prefeitos. A região onde elas apresentam maiores conquistas é o Nordeste, com 16,17% dos municípios em 2012 e 15,97% em 2016, merecendo destaque o crescimento das prefeitas no Rio Grande do Norte (passando de 19,76% para 28,14% de seus municípios tendo uma mulher à frente da administração pública), Alagoas (que vai de 15,69% para 20,59%) e

Pernambuco (que passa de 9,19% para 14,29%), com Ceará e Bahia perdendo em participação feminina entre as eleitas ao executivo.

Tabela 9 – Representação média feminina de candidatas e eleitas aos cargos executivos nas eleições de 2012 e 2016

UF	Eleição				Resultado	
	% média de participação de mulheres		Municípios sem participação (%)		Municípios com eleitas (%)	
	2012	2016	2012	2016	2012	2016
AC	12,73	17,12	63,64	45,45	0,00	9,09
AM	10,85	12,22	66,13	62,90	9,68	8,06
AP	16,35	22,46	50,00	33,33	18,75	20,00
PA	15,12	16,59	57,34	54,55	15,38	14,69
RO	12,41	13,05	67,31	67,31	7,69	11,54
RR	19,56	22,36	46,67	20,00	20,00	26,67
TO	20,03	18,47	53,96	57,55	15,83	17,99
<i>Média N</i>	<i>15,81</i>	<i>16,57</i>	<i>58,35</i>	<i>55,80</i>	<i>13,36</i>	<i>14,73</i>
ES	12,17	7,82	67,95	75,64	11,54	5,13
MG	9,94	8,62	75,97	76,79	7,97	7,27
RJ	12,16	10,79	59,78	58,24	11,96	8,79
SP	13,37	12,50	63,72	65,11	11,32	11,37
<i>Média SE</i>	<i>11,49</i>	<i>10,20</i>	<i>69,96</i>	<i>71,21</i>	<i>9,65</i>	<i>8,83</i>
AL	17,17	20,18	56,86	53,92	15,69	20,59
BA	13,67	14,88	67,15	63,21	14,87	13,33
CE	15,90	16,15	63,04	63,04	18,48	13,59
MA	21,36	22,58	49,77	47,47	18,89	18,89
PB	21,03	16,96	56,50	64,57	21,52	17,49
PE	12,78	17,05	68,11	56,59	9,19	14,29
PI	14,92	16,10	67,71	66,82	12,56	9,42
RN	21,60	24,64	60,00	49,70	19,76	28,14
SE	16,69	16,10	57,33	60,00	14,67	13,33
<i>Média NE</i>	<i>16,87</i>	<i>17,86</i>	<i>61,80</i>	<i>59,28</i>	<i>16,17</i>	<i>15,97</i>
GO	12,19	12,35	71,95	70,08	10,57	13,93
MS	13,61	11,37	67,95	71,79	11,54	8,97
MT	14,34	13,91	65,25	63,83	12,77	10,64
<i>Média CO</i>	<i>13,08</i>	<i>12,66</i>	<i>69,25</i>	<i>68,47</i>	<i>11,40</i>	<i>12,10</i>
PR	11,23	9,58	71,95	77,33	9,77	7,30
RS	8,42	8,53	67,95	79,35	7,06	6,07
SC	8,36	8,60	65,25	79,86	7,51	8,19
<i>Média S</i>	<i>9,35</i>	<i>8,90</i>	<i>69,25</i>	<i>78,80</i>	<i>8,08</i>	<i>7,01</i>

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Tabela 10 – Representação média feminina de candidatas e eleitas aos cargos legislativos nas eleições de 2012 e 2016

UF	Eleição		Resultado			
	% média de participação de mulheres		% média de participação entre vereadores eleitos		Municípios sem participação	
	2012	2016	2012	2016	2012	2016
AC	32,41	33,07	13,90	13,28	22,73	22,73
AM	31,99	31,89	11,39	13,01	22,58	17,74
AP	32,48	33,97	19,94	19,31	0,00	0,00
PA	31,95	32,60	15,55	14,19	14,69	17,48
RO	30,67	32,82	12,15	10,32	30,77	32,69
RR	33,32	32,51	13,73	13,28	20,00	13,33
TO	32,47	33,90	16,52	15,92	19,42	16,55
<i>Média N</i>	<i>32,05</i>	<i>32,99</i>	<i>14,89</i>	<i>14,21</i>	<i>19,15</i>	<i>18,53</i>
ES	32,31	32,31	7,81	8,88	42,31	32,05
MG	33,09	33,01	11,33	11,01	30,95	32,59
RJ	31,62	32,43	9,14	9,39	31,52	30,77
SP	32,87	33,23	11,99	12,65	25,74	24,14
<i>Média SE</i>	<i>32,89</i>	<i>33,03</i>	<i>11,30</i>	<i>11,45</i>	<i>29,50</i>	<i>29,21</i>
AL	32,69	33,14	15,81	14,81	11,76	17,65
BA	31,82	32,92	12,60	12,24	23,98	25,68
CE	32,88	32,47	17,65	16,66	13,59	12,50
MA	32,65	33,16	18,71	17,70	9,22	14,29
PB	32,95	33,20	14,65	13,87	21,52	21,97
PE	28,65	32,01	13,31	12,71	19,57	24,59
PI	33,46	33,51	16,94	17,00	18,83	16,52
RN	33,68	33,82	20,88	20,93	10,18	11,38
SE	32,21	33,30	15,42	16,32	12,00	17,33
<i>Média NE</i>	<i>32,29</i>	<i>33,02</i>	<i>15,80</i>	<i>15,34</i>	<i>17,24</i>	<i>19,09</i>
GO	32,40	33,55	12,05	12,71	29,27	28,98
MS	32,79	33,04	13,90	13,73	17,95	20,51
MT	32,08	33,15	13,17	13,91	25,53	29,08
<i>Média CO</i>	<i>32,37</i>	<i>33,34</i>	<i>12,70</i>	<i>13,25</i>	<i>26,24</i>	<i>27,59</i>
PR	31,24	33,26	11,43	12,22	33,83	26,20
RS	33,26	34,27	14,36	16,69	22,98	15,99
SC	32,89	33,45	13,70	13,74	24,91	21,84
<i>Média S</i>	<i>32,49</i>	<i>33,73</i>	<i>13,21</i>	<i>14,46</i>	<i>27,10</i>	<i>21,11</i>

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Outros destaques positivos, localizados na segunda região com maior representação de prefeitas, são os Estados de Roraima (em que

quase 27% de seus municípios são liderados por mulheres) e Acre, que passa de uma representação nula para quase 10% de inserção feminina em seus postos executivos municipais.

Para a Câmara de Vereadores, que obedece à cota política de gênero, há uma grande homogeneidade, colocando todos os municípios e as médias estaduais e regionais em uniformidade, guiadas pela participação estabelecida pela lei. Ainda assim, é possível observar aumentos marginais da inserção feminina em praticamente todas as unidades federativas entre 2012 e 2016, o que pode ser um indicativo do maior cumprimento da regra estabelecida em 2009.

No que concerne às candidaturas, há ampliação de seus valores em 3.039 municípios e redução em 2.291 cidades, mantendo-se constante a participação em 209 localidades. Entre as eleitas, a distribuição de municípios foi mais equânime, com 1.767 reduzindo a representação das mulheres entre os eleitos, 1.927 não tendo variação e 1.845 se ampliando²⁶. Essa distribuição mostra que avanços na inserção feminina na menor unidade política do país não são garantidos entre os ciclos eleitorais, especialmente porque apenas 1.092 municípios cresceram em participação tanto nas eleições quanto em seus resultados. Nos extremos, tem-se ainda 550 cidades que entre 2012 e 2016 continuarem sem mulheres eleitas ao legislativo, 776 que se livraram desta condição entre os anos considerados, mas 737 que tiveram algum nível de inserção nas Câmaras de Vereadores em 2012 e a anularam na eleição seguinte.

Em termos estaduais, no pequeno intervalo delimitado pelos valores da participação média nas eleições, tem-se as menores representações médias no Amazonas (31,99% e 31,89% em 2012 e 2016, respectivamente) e as maiores inserções no Rio Grande do Sul (33,26% e 34,27%), o que, neste último caso, compensa, de algum modo, a baixíssima representatividade entre as candidatas ao executivo. Esta representação em torno da cota de 30% de participação, entretanto, indica uma contradição quando se avaliam os resultados eleitorais observados, já que as porcentagens médias da participação de mulheres entre os vereadores eleitos caem aproximadamente pela metade. As menores inserções femininas, que ocorrem na região sudeste em 2012 e 2016, representam uma queda de mais de 20 pontos percentuais entre a

²⁶ A distribuição espacial das variações do número de mulheres candidatas e eleitas ao legislativo entre 2012 e 2016 pode ser encontrado no Apêndice D, no qual constam as divisões entre os municípios que ampliaram, mantiveram constante ou reduziram suas participações nos ciclos eleitorais citados.

representatividade na eleição e no resultado, de tal modo que neste processo parece haver características específicas que continuam deslocando a mulher da participação efetiva de poder.

No legislativo, a participação e eleição das mulheres nordestinas dá continuidade à posição de líder entre as regiões com maior inserção feminina no legislativo, embora a região que mais cresceu entre as duas eleições tenha sido o Sul. Nele, todos os Estados mostraram acréscimos de participação, com destaque ao Rio Grande do Sul (que passa de 14,36% de participação feminina entre os eleitos para 16,69%).

Novamente, parte desta variação da representação das mulheres se deve à quantidade de municípios que sequer contam com uma representante feminina entre os vereadores eleitos. No Sul, o número de municípios nesta situação decresce em todos os Estados, sendo especialmente relevante no Paraná (com queda de quase 8 pontos percentuais) e no Rio Grande do Sul (com variação de 7 pontos percentuais). No lado oposto, permanece o Sudeste, com participação feminina média entre os eleitos de aproximadamente 11% e com quase 30% de seus municípios sem a presença de mulheres nas câmaras, situação relativamente próxima ao do Centro-Oeste.

Em termos de unidade federativa, Rondônia e Minas Gerais ocupam um espaço indesejado em 2016, tendo as maiores ausências de mulheres no legislativo municipal, com mais de 32% de suas cidades nesta situação, o que se associa a médias baixas de inserção, de 10,32% e 11,01%, respectivamente. As menores representações, entretanto, ficam a cargo do Espírito Santo (que mesmo ampliando a inserção feminina ainda se encontra em 8,88%) e do Rio de Janeiro que se mantém sem grandes incrementos, atingindo 9,39% dos eleitos. Distante dessa realidade está o Amapá, único Estado em que todos os municípios contam com pelo menos uma mulher no legislativo nas últimas duas eleições, de tal modo que a participação feminina nestes postos está entre as mais altas do país: 19,94% em 2012 e 19,31% em 2016.

3.4.3 A eficiência das cotas nos municípios brasileiros

Com o intuito de averiguar a distribuição empírica dos dados e obter os locais mais destoantes em termos de participação feminina, utiliza-se a metodologia de Souza e Stosic (2003), com aplicação do procedimento *jackstrap*. A partir desta, nenhum município foi identificado por alterar sobremaneira a fronteira de eficiência, de tal modo que é possível proceder com a análise sem a remoção de nenhuma observação avaliada.

A incorporação das DMUs no cálculo de eficiência, entretanto, exige que a participação feminina entre os eleitos ao legislativo seja maior que zero. Assume-se, portanto, que tais municípios possuam eficiência zero, embora não possam ser inseridos diretamente na delimitação da fronteira. Esta exclusão não compromete a análise ou causa um viés de seleção se tais observações se distribuem de maneira aleatória, como é o caso do grupo nesta situação.

Dos municípios brasileiros, utiliza-se como amostra 5.539 deles, para os quais existem informações disponíveis nos dois períodos avaliados.²⁷ Destes, 4.989 tiveram alguma participação feminina em pelo menos um dos ciclos eleitorais. Eliminando-se as demais informações com representação nula, restam 8.465 unidades de observação entre os anos 2012 e 2016, nas quais se procede com a análise envoltória de dados.

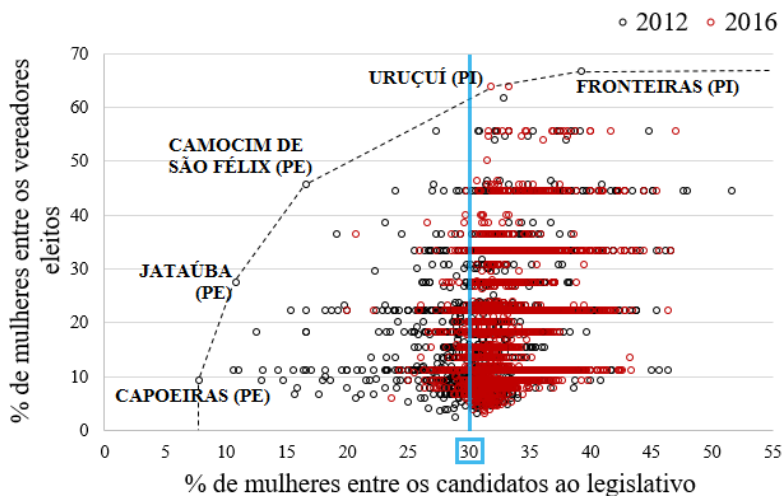
3.4.3.1 A construção da fronteira de eficiência

O cálculo da eficiência municipal das cotas de participação de gênero no Brasil, conforme a Figura 8, identifica a existência de cinco municípios 100% eficientes – ou seja, dada a configuração de mulheres nas eleições, conseguiram as maiores representações femininas entre os eleitos. Todos são localizados na região Nordeste e grande parte deles está associado ao primeiro ciclo eleitoral analisado: Capoeiras (PE), Jataúba (PE), Camocim de São Félix (PE), Uruçuí (PI) – único caso de 2016 – e Fronteiras (PI). Isso mostra que a fronteira de eficiência das unidades nordestinas serve de referência para todos os demais municípios brasileiros, mas o *benchmark* específico para cada observação municipal dependerá de seu nível de participação política nas eleições. Isso está relacionado aos retornos variáveis de escala que considera as melhores práticas possíveis (maior inserção de mulheres entre os eleitos) a partir do arranjo específico das eleições²⁸.

²⁷ Grande parte das informações são perdidas em função das decisões em relação a candidaturas impugnadas. Na falta de resultados oficiais, o TSE deixa seus números de representação em aberto, sem que se tenha acesso.

²⁸ O trabalho de ARAÚJO e ALVES (2007) realizou uma avaliação da relação entre candidatura e elegibilidade das mulheres através da Taxa Relativa de Sucesso (TRS). De acordo com os autores, a TRS corresponde à “porcentagem de mulheres candidatas que foram eleitas, dividida pela porcentagem de homens candidatos eleitos” (p. 572). A unidade garante que as chances de homens e mulheres se elegerem são iguais; e quando maior que

Figura 8 – Fronteira de eficiência para a cota de participação política



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Nestes termos, a fronteira de eficiência é delimitada por três municípios que são considerados eficientes apesar de não cumprirem a cota eleitoral (linha azul na Figura 8). Como indicado na Tabela 11, Capoeiras (PE), por exemplo, tem uma das mais baixas participações de mulheres nas eleições à Câmara de Vereadores do Brasil em 2012 (7,8%), mas ainda assim consegue uma representação feminina entre os eleitos de 9,1% (o que é superior à observada em 28% dos municípios brasileiros no mesmo ciclo eleitoral). Estes também são os casos de Jataúba (PE) e Camocim de São Félix (PE), com participação nas eleições de 10,8% e

1, as chances das mulheres se elegerem, relativamente aos homens, é maior. Entretanto, este indicador analisa as possibilidades de mulheres e homens em contextos políticos femininos e masculinos, respectivamente, como se mulheres concorressem apenas com mulheres e homens, com homens. Dado que a cota se restringe ao processo eleitoral, com candidatas disputando os mesmos votos e as mesmas vagas, o sucesso das mulheres parece estar mais relacionado quando em comparação ao número total de candidatos e de eleitos. Sendo este o caso da análise realizada no presente trabalho, o Anexo E traz a relação entre a TRS dos municípios e a eficiência dos mesmos, indicando que, apesar de estarem apoiadas em pressupostos diferentes, os indicadores são associados positivamente.

16,7% e com resultados de 27,3% e 45,5%, respectivamente. Para todos os três, a eleição de 2016 traz uma piora na relação entre representação feminina enquanto candidatas e eleitas porque, embora passem a obedecer a cota de participação política, as mulheres perdem espaço no legislativo, com exceção de Capoeiras, que amplia a representação de 9,1% para 18,2%.

Tabela 11 – Configuração política dos *benchmarks* de inserção feminina no legislativo municipal de 2012 e 2016

<i>Municípios</i>	<i>Eficiência</i>		<i>% de mulheres entre candidatas</i>		<i>% de mulheres entre os eleitos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>
Capoeiras (PE)	1,0	0,28	7,8	33,3	9,1	18,2
Camocim de São Félix (PE)	1,0	0,42	16,7	34,1	45,5	27,3
Fronteiras (PI)	1,0	0,34	39,3	35,0	66,7	22,2
Jataúba (PE)	1,0	0,14	10,8	33,3	27,3	9,1
Uruçuí (PI)	0,70	1,0	34,8	31,8	45,5	63,6

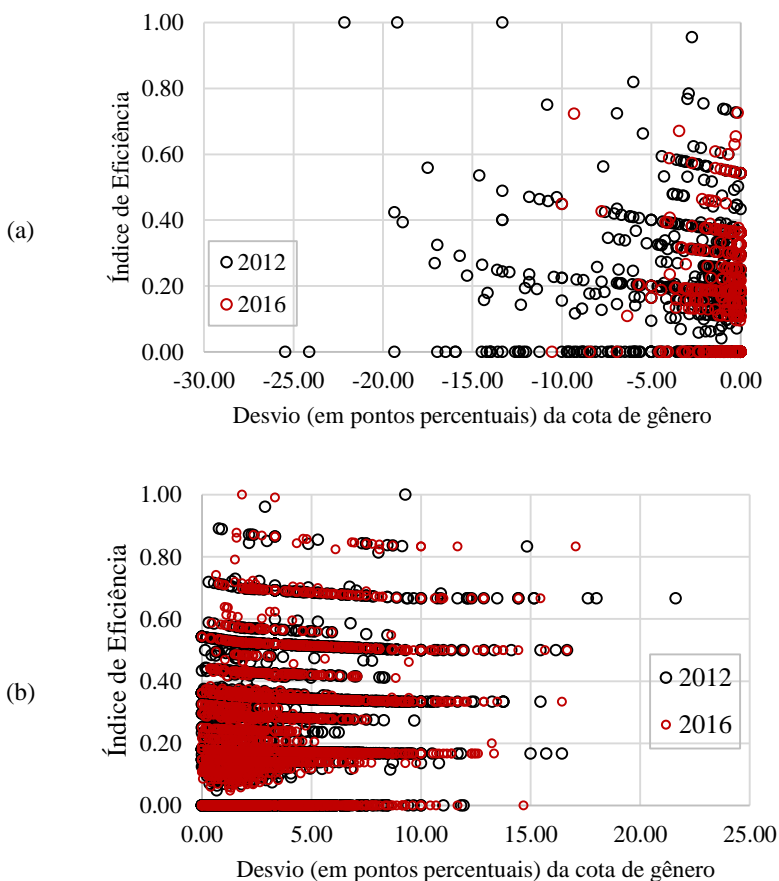
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Dentre os municípios de referência que possuem participação nas eleições superior à 30% nos dois períodos considerados, embora em ambos tenha havido queda relativa de mulheres entre os candidatos, há uma grande redução na inserção feminina na Câmara dos Vereadores de Fronteiras (PI), que passa de mais da metade para 22,2%, sendo observado crescimento em Uruçuí (PI), que se manteve próximo da igualdade de representação em 2012 e 2016. Somados aos demais municípios que são referência na presente análise, todos são de pequeno porte (com menos de 50 mil habitantes) e possuem níveis de desenvolvimento entre baixo e médio, com a representação feminina para o legislativo sendo bastante heterogênea, variando entre 7,84% e 39,3% e, no que concerne ao resultado, as mulheres eleitas ocupam entre 9,1% e 66,67% das cadeiras das Câmaras de Vereadores.

A relação entre a participação das mulheres nas candidaturas e a eficiência municipal da cota é revelada na Figura 9, de modo que cada um dos pontos sinalizados faz referência a um município brasileiro e, de acordo com a cor, aos anos de 2012 e 2016. Tomando como referência o desvio em relação aos 30% de participação definido pela cota, é possível perceber que valores não muito distantes deste nível dominam as observações, especialmente na parte positiva. Na negativa, a concentração se dá mais fortemente entre os municípios associados a

2012, de tal modo que é possível indicar um deslocamento conjunto das observações no ano de 2016, embora verticalmente os resultados não tenham se alterado sobremaneira. Há municípios com desvios maiores que -10, mas com eficiências superiores a 50% (além de três *benchmarks*), assim como existem muitos casos em que o diferencial em relação à cota é de 10 pontos percentuais com eficiências próximas a 20%.

Figura 9 – Relação entre o desvio da cota de participação e o índice de eficiência nos municípios brasileiros (2012 e 2016)



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Considerando índices de eficiência superiores a 60%, a chance de um município em 2012 estar abaixo da cota era de 12,50%, enquanto que acima dela a possibilidade se ampliava para 87,50%. Em 2016, houve um crescimento do número de observações acima do valor estipulado pela medida afirmativa, de tal modo que 96% das chances de um município estar nas maiores eficiências se associa àqueles cumpridores da cota. Essa variabilidade indica uma baixa correlação entre a participação feminina nas candidaturas e a eficiência (de 0,02 em 2012 e de 0,03 em 2016), embora ela seja positiva, o que se permite afirmar que, em média, o eleitorado responde positivamente a maiores opções de candidatos, mas em uma proporção bem inferior ao esperado pelo efeito das cotas.

3.4.3.2 A avaliação dos índices de eficiência em grupos específicos

Da construção da fronteira de eficiência, fica evidente que há uma grande discrepância em seus resultados. Dividindo-se o indicador em quatro estratos, e separando aqueles que não apresentam nenhuma mulher entre os eleitos, observa-se de forma mais objetiva a heterogeneidade política nacional (ver Tabela 12). Ainda que a representatividade média de mulheres nas eleições não seja muito variável (limitado em 2012 entre 31,06% e 33,76% e, em 2016, entre 32,89 e 36%), a média de participação feminina entre os eleitos varia em 51,03 pontos percentuais no primeiro ciclo e em 55,80 pontos percentuais no segundo, justamente o que serve para caracterizar as escalas de eficiência. O grupo mais numeroso, nos dois anos, é o que possui eficiência inferior a 25%, totalizando 2.173 municípios em 2012 e 2.219 em 2016, ou seja, quase 40% das unidades avaliadas. Este estrato tem uma média de vereadoras eleitas pouco acima de 10%, valor bem abaixo do definido na cota de participação. No extremo oposto, com eficiência superior a 50%, encontram-se cerca de 500 municípios em cada um dos anos (menos de 10% das cidades avaliadas), estando estes próximos da efetivação do valor proposto pelas cotas.

A fim de identificar a variabilidade dos índices de eficiência de acordo com características de inserção feminina específicas, faz-se uso de alguns critérios de comparação de tal modo a confrontar os cinco principais municípios de cada categoria. Para isso, utiliza-se como referência as maiores e menores participações de candidatas e as maiores inserções femininas entre os eleitos no ano de 2016 (as informações referentes a 2012 estão disponíveis no Apêndice F).

Tabela 12 – Municípios por grupos de eficiência das cotas de participação política

<i>Eficiências</i>	<i>Média de participação de mulheres (%)</i>		<i>Média de Eficiência (%)</i>	<i>Número de Municípios</i>
	<i>Candidatos</i>	<i>Eleitos</i>		
<i>2012</i>				
<i>Nula (Sem Eleitos)</i>	31,96	0,00	0,00	1326
$0 < \text{efic} \leq 0,25$	32,36	10,50	16,61	2173
$0,25 < \text{efic} \leq 0,50$	32,81	21,90	34,56	1532
$0,50 < \text{efic} \leq 0,75$	33,76	35,91	56,15	478
$\text{efic} > 0,75$	31,06	51,03	86,61	30
<i>2016</i>				
<i>Nula (Sem Eleitos)</i>	32,89	0,00	0,00	1287
$0 < \text{efic} \leq 0,25$	32,96	10,57	16,56	2219
$0,25 < \text{efic} \leq 0,50$	33,50	22,10	34,49	1524
$0,50 < \text{efic} \leq 0,75$	34,05	36,01	56,03	485
$\text{efic} > 0,75$	36,00	55,80	85,73	24

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Diferentemente da Tabela 12, que revela um comportamento regular entre as médias de participação das mulheres e a eficiência, a Tabela 13 demonstra as fortes discrepâncias que podem ser observadas na análise individual dos municípios analisados. Dentre os cinco municípios com maior participação de mulheres entre as candidatas em 2016, nenhum deles supera a linha dos 50%, embora estejam muito próximos disso. Variando entre 45,5% e 47,1%, produziram inserções entre os eleitos no intervalo de 22,2% a 55,6% o que, mesmo sendo representações relativamente altas para as médias do Brasil, podem produzir resultados bem abaixo do esperado em termos de eficiência. Ainda assim, em comparação a 2012, todos estes municípios conseguiram melhorar seus indicadores, embora sem se deslocar entre os grupos da Tabela 12.

No extremo oposto, entre as menores participações, têm-se desvios negativos da cota de quase 11 pontos percentuais, valores que são bem inferiores aos observados em 2012. No ciclo eleitoral anterior, os municípios com menor representação nas eleições variavam a presença feminina entre 4,5% e 11,1%, passando para mais de 30% em 2016. Isso é um indicativo do maior compromisso dos partidos com a alteração na cota realizada em 2009, de tal forma que mesmo as menores participações nas eleições não são mais tão baixas como em anos anteriores. Entretanto, essa nova configuração não garante efetivação da inserção – há

ocorrências de nenhum eleito, como em Monjolos e Itaberaba, assim como de representação acentuada, caso de Araripe. Ainda assim, com raras exceções, pode-se associar a menor participação das mulheres nas eleições com índices de eficiência mais baixos e mais voláteis, especialmente em decorrência dos grandes diferenciais femininos na etapa final do processo eleitoral.

Tabela 13 – Destaques municipais nos extremos da inserção das mulheres nas eleições e nos resultados de 2016

<i>Municípios</i>	<i>Eficiência</i>		<i>% de mulheres entre candidatas</i>		<i>% de mulheres entre os eleitos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>
<i>MUNICÍPIOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATAS</i>						
Olho D'Água do Borges (RN)	0,67	0,83	42,1	47,1	44,4	55,6
Abel Figueiredo (PA)	0,35	0,50	32,6	46,7	22,2	33,3
Quevedos (RS)	0,17	0,33	36,8	46,4	11,1	22,2
Lupércio (SP)	0,33	0,50	40,7	45,7	22,2	33,3
Linha Nova (RS)	0,67	0,67	37,5	45,5	44,4	44,4
<i>MENOR PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATAS</i>						
Monjolos (MG)	0,35	0,0	31,1	19,4	22,2	0,0
Itapejara D'Oeste (PR)	0,0	0,45	16,0	20,0	0,0	22,2
Araripe (CE)	0,14	0,72	31,4	20,7	9,1	36,4
Itaberaba (BA)	0,0	0,0	32,7	21,6	0,0	0,0
Brás Pires (MG)	0,17	0,43	32,2	22,2	11,1	22,2
<i>MAIOR PARTICIPAÇÃO DE ELEITAS¹</i>						
Senador La Rocque (MA)	0,84	0,99	34,8	33,3	54,5	63,6
São José do Divino (PI)	0,89	0,88	30,9	31,6	55,6	55,6
Cabeceiras do Piauí (PI)	0,35	0,87	31,9	32,4	22,2	55,5
Bueno Brandão (MG)	0,51	0,87	34,5	32,7	33,3	55,6
Caroebe (RR)	0,51	0,86	35,0	33,3	33,3	55,6

¹ Encontra-se neste grupo o *benchmark* de eficiência Uruçuí (PI). Após ele e Senador La Rocque (MA), seguem 17 municípios com representação feminina igual, de 55,6%. Neste sentido, optou-se por apresentar na tabela aqueles com maiores níveis de eficiência

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Apesar disso, não se pode falar que há forte correlação entre o nível de inserção feminina nas eleições e o indicador de eficiência. A evidência para isso está nos municípios que compreendem as maiores participações de mulheres entre os vereadores eleitos: embora as Câmaras sejam formadas por maiorias femininas, a representação nas eleições está inserida no grande grupo de observações em torno da lei de cota. Ademais, este grupo demonstra uma participação relativamente alta em ambas as eleições, de modo que características externas à relação “inserção nas eleições-representação efetiva” podem explicar melhor a manutenção de boas práticas para a igualdade política.

Os critérios de análise utilizados na Tabela 13 servem como exemplos extremos dentro dos parâmetros incluídos no cálculo da eficiência, mas também funcionam como referência para as grandes discrepâncias observadas no tratamento dos municípios brasileiros quando o assunto é inserção das mulheres na política. Neste diagnóstico, é necessário destacar as flutuações na eficiência quando se discutem os grandes municípios do país já que, até aqui, eles foram invisibilizados pelas ocorrências das cidades de pequeno porte.

Com esse objetivo, a Tabela 14 sintetiza as informações das capitais das unidades federativas do Brasil. A configuração política revela um comportamento mais homogêneo em termos de eficiência, muito embora se deva ao pequeno intervalo de inserção feminina e à baixa representatividade entre os eleitos. No quesito candidaturas, observa-se um crescimento de 1,3 pontos percentuais na média de participação nas capitais, com uma dinâmica de acréscimos da representação feminina em 23 cidades, assim como o maior cumprimento da cota em 2016 (restando três capitais com participação aquém do esperado – Belém, Salvador e Fortaleza). Entre as eleitas, indo ao encontro das análises já realizadas, os movimentos são mais variados, mas de forma geral se mantêm relativamente baixos, incluindo uma pequena queda na média de vereadoras das cidades avaliadas.

Mesmo com tais mudanças, há ausência de representação feminina no legislativo das câmaras das capitais estaduais. Em 2012, essa era a situação de Florianópolis e Palmas, enquanto em 2016 essa marca foi transferida para Cuiabá (embora na capital catarinense a inserção tenha sido ampliada para apenas 4,3% na última eleição). Entre os maiores níveis de eleitas há também mudanças – Macapá e Rio Branco, que tinham mais de 20% de mulheres em 2012, caíram para pouco mais de 10% em 2016, enquanto Natal, São Paulo e Curitiba registraram comportamento inverso.

Tabela 14 - Configuração política das capitais na inserção feminina no legislativo municipal de 2012 e 2016

<i>Município</i>	<i>Eficiência</i>		<i>% de mulheres entre candidatos</i>		<i>% de mulheres entre os eleitos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>
Rio Branco	0,37	0,19	31,4	31,1	23,5	11,8
Manaus	0,21	0,16	27,4	30,5	12,2	9,8
Macapá	0,36	0,21	29,3	30,5	21,7	13,0
Belém	0,24	0,14	29,0	29,6	14,3	8,6
Porto Velho	0,23	0,30	30,0	31,3	14,3	19,0
Boa Vista	0,30	0,23	31,7	31,5	19,0	14,3
Palmas	0,0	0,17	30,3	30,9	0,0	10,5
Vitória	0,11	0,11	29,7	31,6	6,7	6,7
Belo Horizonte	0,04	0,16	28,9	31,0	2,4	9,8
Rio de Janeiro	0,25	0,22	30,1	31,6	15,7	13,7
São Paulo	0,18	0,32	30,0	30,8	10,9	20,0
Maceió	0,47	0,30	28,9	32,0	28,6	19,0
Salvador	0,20	0,31	27,7	29,6	11,6	18,6
Fortaleza	0,27	0,23	29,6	29,9	16,3	14,0
São Luís	0,21	0,15	29,8	31,2	12,9	9,7
João Pessoa	0,12	0,18	29,3	31,1	7,4	11,1
Recife	0,26	0,25	28,5	30,2	15,4	15,4
Teresina	0,33	0,17	30,3	30,5	20,7	10,3
Natal	0,22	0,44	30,9	30,7	13,8	27,6
Aracaju	0,14	0,13	30,0	30,3	8,3	8,3
Goiânia	0,20	0,23	26,2	30,6	11,4	14,3
Campo Grande	0,22	0,11	31,1	32,2	13,8	6,9
Cuiabá	0,06	0,0	30,7	31,3	4,0	0,0
Curitiba	0,22	0,34	28,0	30,9	13,2	21,1
Porto Alegre	0,22	0,17	30,6	31,8	13,9	11,1
Florianópolis	0,0	0,07	31,0	31,4	0,0	4,3

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Diante dessa configuração, os níveis de eficiência não poderiam ser maiores do que 44%, limite observado para as capitais em 2016. Deste modo, as cidades politicamente mais relevantes dos estados parecem estar sujeitas a dois fenômenos: no que concerne à inserção eleitoral, há maior variabilidade e centralidade dos partidos políticos, de tal modo que, pela facilidade de serem cobrados pelo cumprimento da lei, tenham maior incentivo prévio a cumpri-la; e, pelo lado da eleição efetiva, as dificuldades são ampliadas, seja porque a relação candidato/vaga é muito alta e/ou porque as condições para as candidaturas, em geral, são

insuficientes para promovê-las em ambientes mais competitivos e que, por seu turno, demandam um esforço de reconhecimento político muito maior.

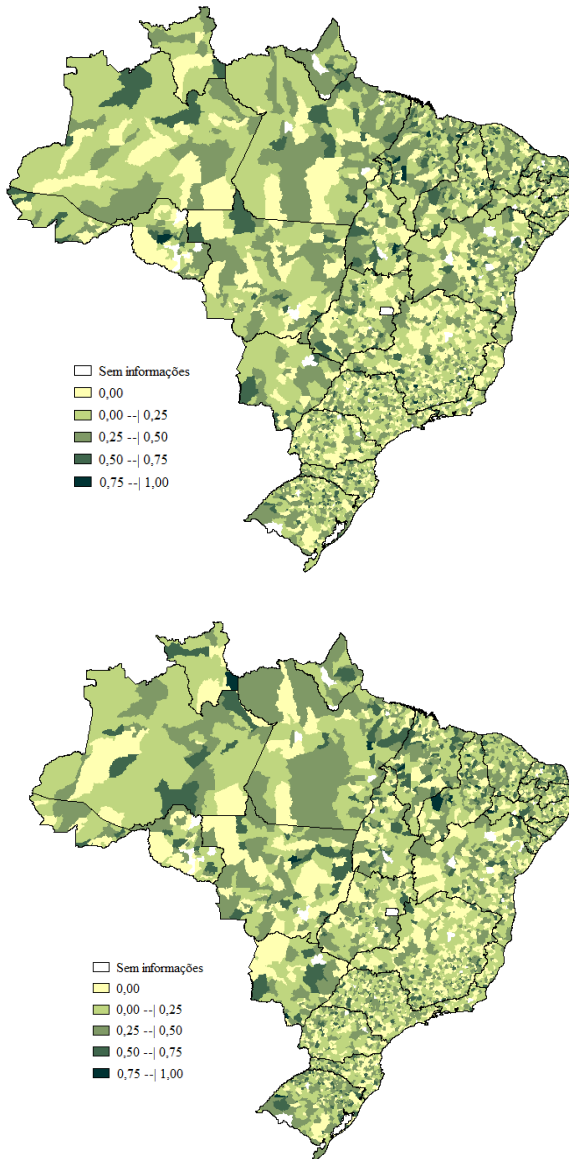
3.4.3.3 A alocação espacial dos índices de eficiência

Até aqui, a preocupação do ensaio esteve restrita a diagnosticar a eficiência das cotas de participação pós-2009 e como se dá seu desenho em termos de inserção feminina entre candidatos e eleitos nas unidades geográficas específicas. Ainda que tenham ocorrido algumas rápidas referências à localização das observações, esta subseção se dedica a discutir a heterogeneidade dos resultados já encontrados em termos de distribuição espacial, de tal modo a observar se existe algum padrão na forma como a inserção política das mulheres nas menores esferas públicas de representação democrática se processa no país.

Para dar início a isso, a alocação geográfica dos índices de eficiência dos municípios em 2012 e 2016 pode ser visualizada na Figura 10, na qual a coloração mais escura indica maiores práticas de inserção política dado o arranjo nas eleições. Visualmente, é difícil vislumbrar um padrão espacial bem definido, mas algumas considerações podem ser delineadas:

1. Os municípios com baixa eficiência (inferior a 50%) estão distribuídos espacialmente por todo o país e representam, em cada um dos anos, aproximadamente 91% das unidades avaliadas (sendo 24% formado por municípios que não têm mulheres no legislativo municipal).
2. No extremo oposto, estão os pouco mais de 500 municípios que em 2012 e/ou 2016 obtiveram índices de eficiência superiores a 0,50.
3. Dentre as variações, poucos foram as observações que se mantiveram no mesmo nível de eficiência (menos de 11%), de tal forma que 2.437 municípios observaram melhoras em suas práticas e pouco mais do que isso (2.495) pioraram seu desempenho. Essa relação se traduz em um mapa de distribuição das eficiências em 2016 levemente mais claro que quando comparado à 2012. A relação entre tais variações pode ser observada espacialmente no Apêndice G.

Figura 10 – A eficiência das cotas nos municípios brasileiros em 2012 e 2016, respectivamente



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

4. A nível de unidade federativa, as médias do índice de eficiência variam entre 0,33 e 0,12 em 2012, e 0,33 e 0,14 em 2016, de tal modo a estarem menos heterogêneas entre si. Em termos de classificação, é possível observar a permanência das melhores práticas no Rio Grande do Norte, Amapá e Maranhã, com Ceará e Piauí invertendo as posições entre si, como pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 – UFs com maiores médias de eficiência em 2012 e 2016

<i>Estado</i>		<i>Média de Eficiência</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Número de Municípios</i>
<i>Top 5 de 2012</i>	Rio Grande do Norte	0,33	0,21	167
	Amapá	0,31	0,15	14
	Maranhão	0,29	0,18	217
	Ceará	0,28	0,20	184
	Piauí	0,26	0,20	223
<i>Top 5 de 2016</i>	Rio Grande do Norte	0,33	0,21	167
	Amapá	0,31	0,13	14
	Maranhão	0,28	0,20	217
	Piauí	0,26	0,20	223
	Ceará	0,26	0,18	184

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Nas demais posições (as tabelas completas encontram-se disponíveis no Apêndice H), é necessário destacar a melhora do Rio Grande do Sul, que sai da 12^a posição para a 6^a, com suas médias de eficiência ampliando-se de 0,22 para 0,26; do Mato Grosso, que passa da 17^a colocação para a 11^a (e as médias variam entre 0,21 e 0,22); e do Amazonas, que salta do 23^o lugar para o 17^o (com seus índices médios de eficiência indo de 0,18 para 0,21). Comportamento oposto é observado em Rondônia, que cai da 18^a colocação para a 24^a (variação de -4 pontos percentuais) e Pernambuco, que vai de 10^o para 18^o lugar, perdendo 3 pontos percentuais. Mantiveram-se nas piores colocações os estados do Paraná (22^o), Rio de Janeiro (25^o) e Espírito Santo (26^o), embora apenas no Rio de Janeiro não tenha havido ampliação das médias de eficiência.

5. A grande dispersão dos resultados dos municípios e as evidências da heterogeneidade entre as médias de eficiência das unidades federativas podem sinalizar a ocorrência de padrões espaciais, provavelmente associados a fatores culturais, de modo que

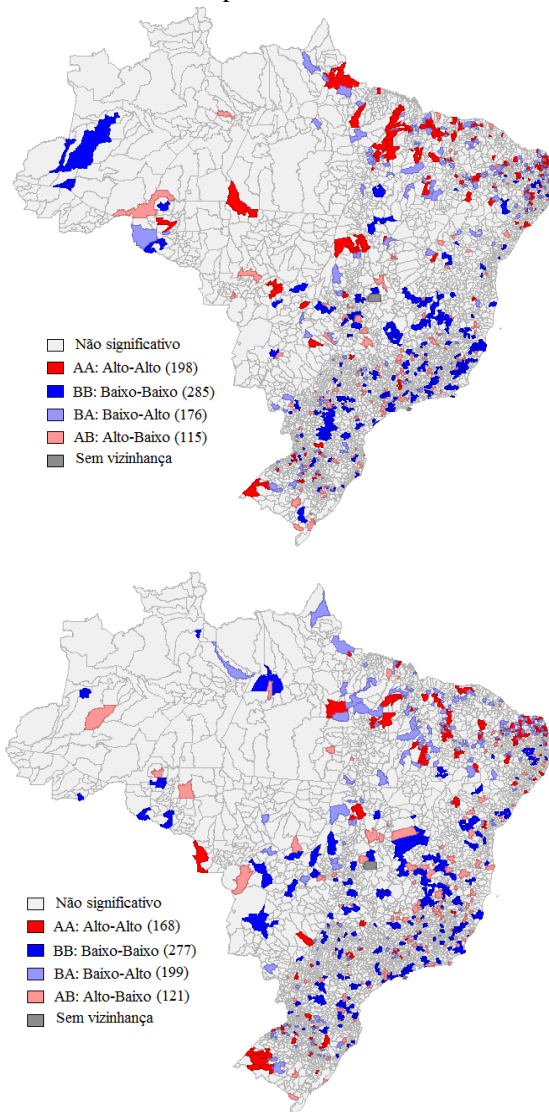
unidades com maiores níveis de eficiência podem ser vizinhas de outras na mesma situação, indicando uma possível dependência espacial na forma de *clusters* de eficiência.

Com o intuito de testar a possibilidade de ocorrência de padrões espaciais na distribuição da eficiência das cotas políticas de gênero nos municípios brasileiros, utiliza-se o *I* de Moran Global, que avalia o nível de correlação da variável entre as unidades no espaço, assim como o Local, a fim de verificar a existência e a localização de possíveis *clusters*.

Em termos gerais, o *I* de Moran identificou fraca associação espacial para o indicador de eficiência (de 0,07 em 2012 e de 0,05 em 2016), embora esses valores sejam estatisticamente significativos a 1%. Deste modo, pode-se assumir que há certa dependência entre o nível das práticas políticas das observações, mas ela se reduz entre os dois ciclos eleitorais aqui analisados. Para identificar melhor que tipo de associação ocorre e onde ela está localizada, parte-se para a avaliação local.

A Figura 11 mostra a distribuição dos padrões espaciais observados, sendo especialmente relevante para o debate aqueles classificados como Alto-Alto e Baixo-Baixo, ao fazerem referência à autocorrelação espacial positiva. Em termos de AA, a quantidade de *clusters* envolve 3,57% dos municípios avaliados em 2012 e 3,03% em 2016, sendo mais expressivos nas Regiões Norte e Nordeste do país, tanto em municípios do interior dos Estados, quanto no litoral. Isso significa que, nestes espaços, observações com altos índices de eficiência das cotas são avizinhas por municípios que também possuem altos valores para essa variável, revelando a dependência espacial. Embora no Sul e Sudeste a representação seja menor, há a delimitação de um *cluster* no Rio Grande do Sul que, tendo início em 2012, se amplia em 2016 para incluir vários municípios da região oeste do Estado gaúcho. Isso vai ao encontro do trabalho de Gilard (2015) que, a partir da avaliação das eleições municipais na Suíça, mostra um crescimento da participação feminina na política se mais mulheres são eleitas nas imediações na eleição anterior. Entretanto, essa relação tende a decrescer ao longo do tempo, sendo restabelecida conforme for a renovação feminina nos cargos de poder. Um processo contrário a isso é observado na fronteira entre Maranhão e Pará, com a dissolução do agrupamento existente no primeiro processo eleitoral avaliado.

Figura 11 – *Clusters* de eficiência da inserção feminina no legislativo municipal em 2012 e 2016, respectivamente



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Mesmo com este novo *cluster* formado no Rio Grande do Sul, as Regiões Sudeste e Sul continuam concentrando numerosos pequenos agrupamentos do tipo Baixo-Baixo (municípios de menor eficiência circundados por localidades com eficiências também reduzidas). Entre 2012 e 2016, o comportamento observado foi de um maior espreadimento das cidades classificadas como BB em direção ao centro-oeste, assim como a diluição da formação de baixas eficiências no centro dos Estados de Santa Catarina e Paraná e no Amazonas.

Daí observa-se que, apesar da grande heterogeneidade em termos de resultados de eficiência das cotas, há similaridades espaciais em alguns locais que podem indicar práticas eleitorais semelhantes, conjugadas com uma configuração social e cultural que influencia os resultados das eleições. Embora haja a constatação dessas diferenças ente localidades, o que não é controlado ao se avaliar apenas a relação baseada na representação feminina em todo o processo eleitoral, é difícil delimitar o que pode estar correlacionado com níveis de eficiência tão distintos. Algumas variáveis municipais podem contribuir na compreensão dos diferentes êxitos do processo de inclusão das mulheres na atividade política, o que não minimiza (nem substitui) a ampliação da oferta de candidaturas proporcionadas pelas cotas e os efeitos da decisão individual do voto que, como destacado por Alves, Cavenaghi e Alcântara (2007), vão desde às preferências individuais à qualidade e ao valor do investimento da campanha eleitoral²⁹.

A fim de caracterizar essa heterogeneidade política, estabelecem-se correlações entre a eficiência municipal das cotas e algumas variáveis que assumem um dos três critérios: (i) enquadram-se na caracterização tradicional do município (população, porcentagem de brancos na população, taxa de urbanização e localização geográfica³⁰); (ii) são indicadores que remetem ao processo de desenvolvimento e que,

²⁹ Em relação às preferências, Aguilar, Cunow e Desposato (2015) avaliaram, mediante dois experimentos, o *efeito gênero* nas escolhas de eleitores e encontraram um viés pró-mulher de 7% no comparativo de candidatos brancos, sem diferenças significativas entre homens e mulheres negros. Isso reforça ainda mais a dificuldade de compreender o porquê de os eleitores, apesar de sinalizarem positivamente para a participação feminina na política, não promoverem uma inserção significativa da mulher na esfera de decisão.

³⁰ A localização geográfica corresponde a uma variável categórica baseada nas regiões brasileiras, seguindo os códigos de área do IBGE (1 = Norte, 2 = Nordeste, 3 = Centro-Oeste, 4 = Sudeste e 5 = Sul).

portanto, são associados com a busca pela igualdade de gênero, seja como causa ou consequência (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, expectativa de anos de estudo, renda *per capita* e existência de conselho municipal de políticas para as mulheres³¹); e (iii) compreendem quantificações dos processos sociais que, na forma de *proxies*, tentam promover a caracterização da interseção das esferas públicas (da política e do mercado de trabalho remunerado) com aquelas atividades realizadas no âmbito doméstico (média de horas semanais trabalhadas pelas mulheres – atividade remunerada –, taxa de fecundidade total, razão de dependência, razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao rendimento médio dos homens ocupados, média do percentual de rendimento das mulheres na família em relação ao rendimento familiar total e proporção de famílias que tem a mulher como responsável).

As correlações constantes na Tabela 16 não implicam direção de causalidade, apenas permitem observar quais variáveis apresentam alguma relação observável com o indicador de eficiência e se esta associação é estatisticamente significativa. A partir disso, é possível caracterizar, com parcimônia, os municípios que apresentaram as melhores práticas políticas no que concerne às mulheres nas eleições de 2012 e 2016.

Dentre os parâmetros selecionados, observam-se pequenas mudanças entre os ciclos eleitorais analisados, com algumas variáveis deixando de mostrar relação significativa com o índice de eficiência calculado, enquanto as demais têm seus valores reduzidos³². Este é o caso do tamanho da população, da porcentagem de brancos e da representação das famílias chefiadas por mulheres. Diferentemente disso, está a expectativa de anos de estudo, que passa a ser fracamente associada com a eficiência. As relações estatisticamente significativas, entretanto, têm seus valores tendendo a zero, o que serve para indicar uma direção, mas não registra uma forte dependência entre os fatores analisados.

Nestes termos, É possível retomar a ideia de uma mudança da configuração política já sinalizada anteriormente: enquanto que em 2012 as maiores eficiências estavam associadas a municípios menores em

³¹ A existência de Conselho Municipal de Política para Mulheres (CMPM) é representada por uma *dummy* que assume valor 1 quando da presença no município e 0, caso contrário.

³² Essa redução das correlações pode estar associada à defasagem temporal de grande parte das variáveis que caracterizam os municípios, já que são apoiadas no Censo de 2010.

termos populacionais, com menos pessoas concentradas nas cidades, com uma população menos negra e concentrada nas regiões Norte e Nordeste, em 2016 há uma evolução no sentido de se fazer pesar as conquistas femininas observadas especialmente na região Sul, na qual a porcentagem de brancos é maior e em que a cisão entre municípios de pequeno e grande porte não chega a representar comportamentos distintos em relação às eficiências.

Tabela 16 – Correlação da eficiência calculada com variáveis que caracterizam os municípios em termos de configuração geral, desenvolvimento e arranjo de gênero

<i>Variável</i>	<i>Eficiência</i>	
	<i>2012</i>	<i>2016</i>
População	-0,03*	-0,02
% de brancos na população	-0,06***	0,00
Taxa de urbanização	-0,07***	-0,06***
Localização geográfica	-0,12***	0,07***
IDHM	-0,11***	-0,07***
Expectativa de anos de estudo	-0,02	-0,02*
Renda <i>per capita</i>	-0,10***	-0,04***
Existência de CPM	-0,05***	-0,05***
Horas de trabalho remunerado	-0,09***	-0,05***
Taxa de fecundidade	0,08***	0,05***
Razão de dependência	0,11***	0,06***
Razão de rendimentos dos ocupados	0,09***	0,05***
% de rendimento das mulheres na família	0,12***	0,09***
% de famílias chefiadas por mulheres	0,03**	0,01
% de mulheres na PEA	-0,06***	-0,3**

* Estatisticamente significativo a 10%;

** Estatisticamente significativo a 5%;

*** Estatisticamente significativo a 1%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE, Censo 2010, Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estatísticas de Gênero.

No que concerne às características municipais relacionadas aos indicadores tradicionais de desenvolvimento humano, a direção das variáveis confirma que nos municípios mais eficientes, o IDHM e a renda *per capita* são menores, não havendo a correspondência que se espera teoricamente entre a maior dinâmica econômica e bem-estar com melhores níveis de participação política das mulheres (e vice-versa). Como o desenvolvimento é um processo de longo prazo, é possível que a relação teórica estabelecida se confirme, mas tratando-se de um retrato,

num determinado momento do tempo, as informações empíricas tendem a contradizê-la.

Além disso, é possível que esse resultado seja impactado pela falta de sensibilidade dos indicadores de desenvolvimento à questão de gênero. O IDHM, por exemplo, não ajusta seus valores de acordo com o sexo, o que permitiria evidenciar a perda potencial de bem-estar quando em situações de desigualdade de gênero, penalizando a avaliação da sociedade³³. O mesmo ocorre para a renda *per capita* já que ela leva em consideração, a partir das noções de contabilidade nacional, apenas o que é produzido no trabalho remunerado, ignorando a ampla gama de atividades consideradas não-trabalho que são fundamentais à reprodução do sistema monetário, auxiliando-o em seu processo de geração de riquezas.

Também indo de encontro às expectativas relacionadas à ação política, a presença de Conselhos Municipais de Política para as Mulheres (CMPM) não está associada a maiores níveis de eficiência política municipais. Isso não significa que os conselhos não estejam cumprindo o seu papel na promoção de uma maior equidade de gênero, apenas que sua representatividade nos municípios com melhores práticas não é grande (em tempo, os CMPM existem em menos de 17% das observações analisadas).

Em relação às variáveis alinhadas à Economia Feminista, as correlações mostram duas características importantes. De um lado, os municípios mais eficientes estão relacionados com maior igualdade no que concerne ao *gap* salarial, à maior participação do rendimento das mulheres na renda familiar e à maior porcentagem de famílias chefiadas por elas (o que pode superestimar a variável anterior). Isso sugere uma associação da maior participação política feminina com uma configuração mais equilibrada de forças entre homem e mulher, tanto no mercado, quanto na esfera doméstica.

De outro lado, a configuração anterior é concomitante com municípios onde a taxa de fecundidade e a razão de dependência são maiores, e as horas de trabalho feminino remunerado, em relação às demais mulheres no Brasil, são menores. Disso resulta que maiores eficiências estão associadas a municípios em que as mulheres, em média, possuem mais dependentes e trabalham remuneradamente por menos

³³ Esse tipo de indicador já é amplamente utilizado a nível internacional, como é o caso do *Gender Development Index* (GDI).

horas, mas ainda assim conseguem estar em posição mais equitativa em relação aos homens, tanto política quanto economicamente³⁴.

Justificar este diferencial de configurações, com a maior inserção feminina no Sul em 2016, implica adentrar no terreno das suposições, mas algumas hipóteses parecem ser factíveis. Embora seja necessário que os ganhos eleitorais observados se mantenham, as conclusões já referenciadas de Gilard (2015) podem ser boas explicações para o crescimento significativo da eficiência, especialmente no Rio Grande do Sul, já que o adensamento da eleição de mulheres pode ser capaz de, em seus primeiros momentos, promover um espraiamento destes efeitos nas cidades do entorno. Tal resultado poderia ser ainda maior se a ausência até então percebida fosse justificada por falta de oportunidades de inserção na política, uma vez que as capacidades de liderança feminina estão culturalmente presentes nas mulheres das regiões interioranas no Rio Grande do Sul, já que elas ficaram responsáveis, ao longo dos séculos XIX e XX, pela manutenção doméstica e das estâncias rurais, enquanto os maridos lançavam-se em guerras regionais, nas práticas comerciais de longa distância e na migração pelo interior do país (PEDRO, 2013).

Quanto ao predomínio dos Estados do Nordeste entre os municípios mais eficientes, assim como entre as maiores inserções políticas, distintas podem ser as linhas de argumentação. Primeiramente, a situação de pobreza, que grande parte da população concentrada nesta região viveu ao longo de anos, pode ter demandado a inserção das mulheres no mercado de trabalho, ainda que informal, para garantir uma renda a mais na família, não sendo suficiente aquela trazida pelo homem chefe de família. A necessidade da divisão da responsabilidade de sustento pode, portanto, ter implicado em uma inserção antecipada na esfera pública das mulheres dos arranjos familiares pobres, o que por consequência possibilitaria também uma maior participação e aceitação delas na política. Análise semelhante pode ser encontrada no trabalho de Davis (2016) que, embora esteja focado no trabalho escravo americano, permite estabelecer uma associação entre forças mais equitativas para homem e mulher quando estes passam por situações críticas.

Disso aparece uma segunda suposição, de caráter mais cultural, em que a maior inserção localizada de mulheres seria herança do processo de colonização e miscigenação do qual o Brasil hoje é resultado. Neste

³⁴ Como maiores eficiências estão relacionadas a menores níveis de renda *per capita*, esta maior equidade de gênero pode também indicar que ambos estejam em situação econômica mais deficitária.

sentido, a população descendente de alemães, italianos, poloneses e japoneses, por exemplo, concentrados na região Sudeste e Sul do Brasil, guardariam mais arraigado consigo a divisão sexual do trabalho, tornando mais rígido e demorado o alcance da equidade de participação política, ou mesmo a inserção das mulheres neste terreno. Na região Nordeste e Norte, por outro lado, que teve sua formação apoiada especialmente na migração africana, as mulheres já chegaram no país inseridas no mercado de trabalho, ainda que na forma de escravas, dividindo tarefas com os homens. Esta relação menos hierárquica entre os sexos pode também ser responsável pela maior representatividade das mulheres quando a elas foi permitido o direito de votar e ser votada. Não surpreende, portanto, que a primeira eleitora brasileira tenha sido, justamente, uma potiguar.

Ao testar algumas hipóteses teóricas da concentração regional da maior participação de mulheres na política no Norte e Nordeste, Miguel e De Queiroz (2006) não conseguiram encontrar provas que as confirmassem, seja passando pela maior valorização da educação em locais onde a média de escolaridade é menor, ou pelo fato de que populações mais feminizadas em virtude de migrações seriam grandes eleitoras de mulheres. Entretanto, Miguel, Marques e Machado (2015, p.721) conseguiram mostrar uma forte associação entre a maior inserção feminina na política com a presença de capital familiar (que corresponde à “existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política”). Embora este seja importante para todos os candidatos, independentemente do gênero, permanece sendo relativamente mais determinante no sucesso das mulheres. Como essa hereditariedade política é um indicativo de atraso, encontra-se mais inserido nos partidos tradicionais com viés de centro e direita, tendo maior peso nas regiões economicamente menos desenvolvidas, o que justificaria parte dos resultados observados na região.

Ainda que seja difícil isolar apenas um dos fatores que podem justificar a representação política das nordestinas, cabe ainda fazer um adendo para a ligação que pode existir entre a inserção das mulheres nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas em comparação aos municípios mais dinâmicos. De acordo com Saffiotti (2013), a redução da participação feminina entre as tarefas econômicas nos primeiros anos do século XX, período que coincide com a internalização das forças capitalistas de produção, indica que o processo de industrialização contribuiu para uma *donadecasificação*, nos termos de Connel e Pearse (2015). Este termo distingue a importância que o lar tinha enquanto economia familiar para torná-lo um espaço despojado de papel econômico significativo, separando estruturalmente a esfera doméstica da

economia de mercado e circunscrevendo grande parte das mulheres a esta lógica. Neste sentido, quanto mais inserido na dinâmica de mercado o município estiver, menor será a interação da esfera privada à esfera pública e, portanto, menor a transposição das mulheres entre um espaço e outro.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno da baixa participação política das mulheres promoveu a criação de práticas de inclusão que buscam minimizar as enormes disparidades de gênero existentes em termos políticos. Na forma como se tem dado em alguns países da América Latina e, especialmente, no Brasil, a alternativa escolhida – as cotas de participação – tem servido para lançar luz ao problema, mas parece não estar conseguindo transferir a inserção feminina nas eleições para a representação democrática efetiva.

Ao avaliar esta medida em termos municipais, a cota de participação nas candidaturas ao legislativo parece, de fato, promover uma maior inserção da mulher nos postos de poder, já que existe uma relação positiva, embora pequena (que vai de 0,02 em 2012 para 0,03 em 2016), entre a oferta de candidatas e a eficiência dos municípios em tornar essas candidaturas em elegibilidade de fato. Entretanto, enquanto uma medida específica com finalidade orientada, mostra um alto grau de ineficiência, porque garante uma participação nas eleições que não se efetiva nos resultados e que se revela extremamente heterogênea entre a regiões brasileiras.

O instrumento de curto prazo para inserção feminina na política e promoção da igualdade de gênero neste espaço específico é relevante por lançar as mulheres nesta esfera, mas altera de forma modesta a composição das cadeiras, sendo incapaz de, por si só, modificar a lógica por detrás da baixa participação das mulheres e reconfigurar o retrato do sistema político brasileiro. Confirma-se, assim, a hipótese de que, mesmo após a alteração da lei realizada em 2009, a maior representação de mulheres nas eleições não tem significado uma participação correspondente entre os eleitos.

Para isso, torna-se mandatória que a problematização se dê em termos de estratégias que removam os obstáculos para uma mudança das relações de poder, localizadas especialmente fora da esfera política. Isso implica a necessidade de, para além dos números de participação propriamente ditos, compreender os instrumentos culturais que moldam as escolhas individuais. A Economia Feminista tem muito a contribuir com isso.

O presente estudo se constitui em uma tentativa de relacionar a avaliação da cota política de gênero com noções que se aproximam desta corrente crítica. Entretanto, reconhece as limitações de suas conclusões porque elas se baseiam em dados municipais frágeis para representar as desigualdades entre homens e mulheres. Para avançar ainda mais é necessário lançar luz ao que se processa no ambiente privado, responsável por não somente limitar a inserção das mulheres na esfera pública, mas também por influenciar suas escolhas (enquanto eleitoras e futuras candidatas), já que é ali que o poder de barganha se traduz em decisão política.

Mediante a disponibilidade de informações municipais, encontra-se a associação de uma maior eficiência da participação política com algumas variáveis que podem indicar maior equidade de gênero, embora esta ocorra em locais para os quais também se percebem maiores razões de dependência e menor tempo gasto com trabalho remunerado, refletindo uma configuração bastante marcada em termos regionais. A questão regional, por seu turno, revela uma fraca associação espacial para o indicador de eficiência, podendo-se assumir que existe certa dependência entre as práticas políticas. Mais do que isso, é possível identificar uma inflexão nos padrões de distribuição entre os maiores níveis de inserção feminina nos espaços decisórios, através do qual a região Nordeste, embora continue entre os maiores níveis de representatividade, passa a disputar os primeiros lugares com o Sul que, até então, tinha desempenho reduzido.

A maior inserção feminina na política não consiste apenas de uma igualdade numérica, mas na possibilidade de essas mulheres eleitas ampliarem as conquistas referentes às demandas femininas, discutindo, por exemplo, sobre a diferença salarial entre os sexos enquanto problema institucional e criando políticas públicas específicas que atuem sobre o trabalho de cuidado, que é um dos principais limitadores à maior articulação das mulheres com a vida pública. Desta interação cada vez mais intensa – em fazer política e não apenas ser alvo desta – é que podem se criar ciclos de reforço que sejam capazes de fazer emergir uma participação feminina mais efetiva e equitativa. Embora a cota de gênero indique baixos níveis de eficiência, ela parece continuar se constituindo na melhor ferramenta de curto prazo para lançar as mulheres no cenário político. É possível que seus impactos sejam percebidos, no Brasil, apenas quando as conquistas já observadas forem mantidas continuamente, porque aí já se terá uma representação política descolada do caráter compulsório a que ainda está atrelada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 2

AGARWAL, B. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. **Feminist Economics**, v. 3, n.1, p. 1-51, 1997.

AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230-242, 2015.

ALMEIDA, E.S. **Curso de econometria espacial aplicada**. Piracicaba: ESALQ-USP, 2004.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, p. 71-91, 1998.

ARAÚJO, C.; GARCÍA, A.I. Latin America: the experience and the impact of quotas in Latina America. In: DAHLERUP, D. **Women, Quotas and Politics**. Routledge Research in Comparative Politics Series. Londres: Routledge, p. 3-31, 2006.

ARAÚJO, C.; ALVES, J.E.D. Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.M. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17, n.2, p. 83-105, Dez./2012.

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.M.; DE ALCÂNTARA, A.P. Participação das mulheres nas eleições de 2004: avaliação da política de cotas no Brasil. **Gênero**, Niterói, v.7, n.2, p. 195-215, 2007.

ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association – LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

BACCHI, C. Arguing for and against quotas: theoretical issues. In: DAHLERUP, D. **Women, Quotas and Politics**. Routledge Research in Comparative Politics Series. Londres: Routledge, p. 3-31, 2006.

BANKER, R.D.; CHARNES, H.; COOPER, W.W. Some models for estimating technical and scale inefficiencies in data envelopment analysis. **Management Science**, v. 30, n. 9, p. 1078-1092, 1984.

BARKER, D. Economists, Social Reformers, and Prophets: A Feminist Critique of Economic Efficiency. **Feminist Economics**, v. 1, n. 3, p. 26-39, 1995.

BERNE, A. **Equal representation for women: why it is unjust for men to represent the majority in government when writing and passing legislation regarding women's reproductive rights**. University of Colorado, Undergraduate Honors Theses, 2016.

BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Org.) **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

CARRASCO, C. Mujeres, sostenibilidad y deuda social. **Revista de Educación**, Número Extraordinário, p. 169-191, 2009.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Guía de Asistencia Técnica para la Producción y el Uso de Indicadores de Género**. Unidad Mujer y Desarrollo. Cepal: Santiago, 2006.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Informe Anual 2012 – Los bonos en la mira. Aporte y Carga para las Mujeres**. Santiago: CEPAL, 2013.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **América Latina y el Caribe: una mirada al futuro desde los Objetivos de Desarrollo del Milenio**. Informe regional de monitoreo de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) en América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2015.

CHARNES, A.; COOPER, W. W.; RHODES, E. Measuring the efficiency of decision making units. **European Journal of Operational Research**, n. 2, 1978.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, A. A. A. Quotas: A Pathway of Political Empowerment. In: CORNWALL, A.; EDWARDS, J (Ed). **Feminisms, Empowerment and**

Development: Changing Women's Lives. Londres/Nova York: Zed Books, 2014.

DAHLERUP, D. **Women, Quotas and Politics.** Routledge Research in Comparative Politics Series. Londres: Routledge, p. 3-31, 2006.

DAHLERUP, D.; FREIDENVALL, L. Quotas as a 'Fast Track' to Equal Political Representation for Women - Why Scandinavia is no longer the model. 19º International Political Science Association's World Congress. **Anais**, Durban, 2003.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FERBER, M.A; NELSON, J. (Ed.) **Beyond Economic Man:Feminist Theory and Economics.** 1ª Ed. Chicago: University Press, 1993.

FERREIRA, C.M.C.; GOMES, A.P. **Introdução à análise envoltória de dados: teoria, modelos e aplicações.** Viçosa: Editora UFV, 2009.

GILARD, F. The temporary importance of role models for women's political representation. **America Journal of Political Science**, v. 59, n. 4, p. 957-970, Out./2015.

GÓRECKI, M.A. KUKOLOWICZ, P. Gender quotas, candidate background and the election of women: a paradox of gender quotas in open-list proportional representation systems. **Electoral Studies**, v. 36, p. 65-80, 2014.

GROSSI, M. P.; MIGUEL, S.M. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**, ano 9, p. 167-206, 2001.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Ano 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HEWITSON, G. A survey of feminist economics. **Division Papers**, La Trobe University, Series A 01.01, 2001.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - Indicadores.** Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/retrato/apresentacao.html>>. Acesso: Abril de 2015.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: IPEA, 2015.

KUIPER, E.; SAP, J. (Ed.) **Out of the Margin: Feminist Perspective on Economics**. 1ª Ed. Londres/Nova York: Routledge, 1995.

MARX, J.; BORNER, J.; CAMINOTTI, M. Cuotas de género y acceso femenino al Parlamento: los caos de Argentina y Brasil en perspectiva comparada. **Política**, n. 46, p. 61-81, Santiago, 2006.

MENDONÇA, R.F.; OGANDO, A.C. Discursos sobre o feminino: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais** v. 28, n. 83, p. 195 – 243, Out./2013.

MIGUEL, L.F. Political representation and gender in Brazil: quotes for women and their impact. **Bulletin of Latin America Research**, v. 27, n. 2, p.197-214, 2008.

MIGUEL, L. F. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres Iris Marion Young e Pierre Bordieu. **Revista de Sociologia Política**, v. 18, n. 36, p. 25-49, Jun./2010.

MIGUEL, L.F. Desvelo e interesse na teoria feminista. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

MIGUEL, L.F. Gênero e Representação Política. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, L.F. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 93, São Paulo, p. 1-17, 2017.

MIGUEL, L.F.; DE QUEIROZ, C.M. Diferenças regionais e o êxito relativo das mulheres em eleições municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 14, n.2, Mai./Ago 2006.

MIGUEL, L.F.; FEITOSA, F. O gênero no discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n.1, p. 201-221, 2009.

MIGUEL, L.F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos deputados. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 721-747, 2015.

MONTAÑO, S. **Manual de capacitación: Gobernabilidad democrática e igualdad de género en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2007.

MONTAÑO, S. Sobre el Estado, la heterodoxia y el aporte del feminismo. In: BÁRCENA, A.; PRADO, A. (Ed.) **Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI**. Santiago: Cepal, 2015.

MOURA, S.N.C. A separação entre esfera pública e privada: um confronto entre John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Carole Pateman. **Revista Gênero & Direito**, v. 1, p. 13-25, 2014.

MUELLER, U. Lost in representation? Feminist identity economics and women's agency in India's local governments. **Feminist Economics**, v. 22, n. 1, p. 158-182, 2016.

NUSSBAUM, M. **Women and Human Development: the capabilities approach**. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 2000.

OLIVEIRA, J.M. Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, n.22, p. 25-39, 2010.

OROZCO, A. P. Economía del género y economía feminista – conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 10, n. 24, Jan./Jun. 2005.

OROZCO, A.P. **Perspectivas feministas en torno a la Economía: el caso de los cuidados**. Madrid: Consejo Económico y Social, Colección Estudios, 2006.

PEDRO, J.M. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORI, M.; PINSKY, C.B.(Org.) **História das Mulheres no Brasil**.10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PHILLIPS, A. **The politics of presence**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PHILLIPS, A. De uma política de ideias a uma política de presença? **Estudos Feministas**, Ano 9, p. 268 – 290, 2001.

PINTO, C. R.J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, A. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, C.L.; SCHMIDT, S.P. (Org.). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Mulheres, 2004.

RUDDICK, S. **Maternal Thinking: towards a politics of peace**. Toronto: The Women's Press, 1989.

SAFFIOTTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHUMAHER, S.; CEVA, A. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SEN, A. **Development as Freedom**. Nova York: Random House, 1999.

STAVEREN, I. Feminist fiction and feminist economics – Charlotte Perkins Gilman on efficiency. In: BARKER, D.; KUIPER, E. **Toward a Feminist Philosophy of Economics**. Londres/Nova York: Routledge, 2003.

SOUZA, M.C.S.; STOSIC, B. Jackstrapping DEA Scores for Robust Efficiency Measurement. XX Encontro Nacional de Econometria (SBE). **Anais**. Porto Seguro, 2003.

SOUZA, M.C.S.; STOSIC, B. Technical efficiency of the brazilian municipalities: correcting nonparametric frontier measurements for

outliers. **Journal of Productivity Analysis**, Springer-Netherlands, v. 24, n. 2, p. 157-181, 2005.

SPOHR, A.P.; MAGLIA, C.; MACHADO, G. OLIVEIRA, J.O. Participação política de mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Estudos Feministas**, v. 24(2), n.292, p. 417-441, Mai./Ago, 2016.

TOSOLD, L. Do problema do essencialismo a outra maneira de se fazer política. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012.

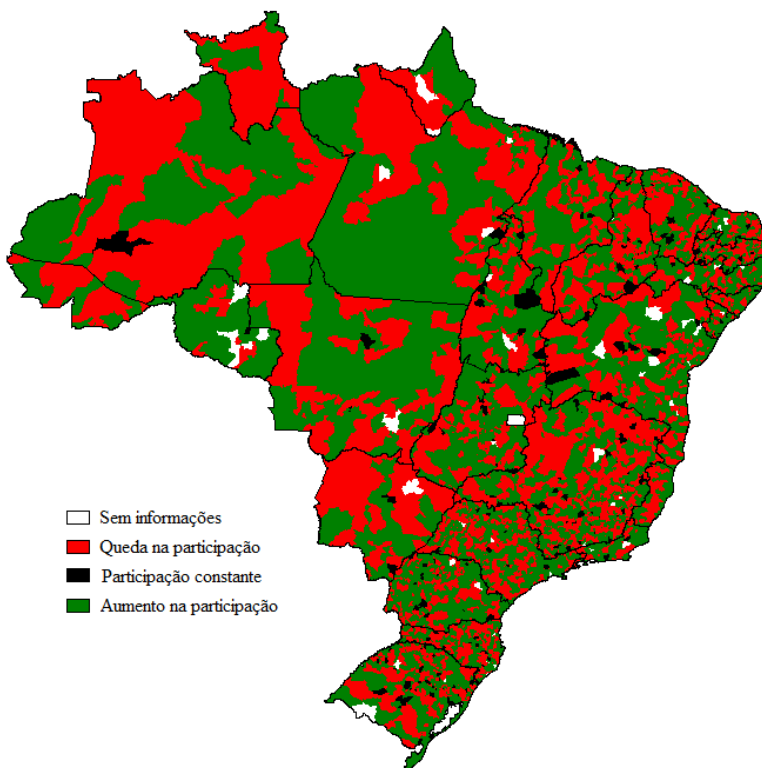
VARIKAS, E. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. **Estudos Feministas**, Ano 4, n. 1, 1996.

VENEZIANI, M. **Experiencias Latinoamericanas: Mecanismos de Cuotas a Favor de la Participación Política de las Mujeres**. Santo Domingo: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para Promoción de la Mujer (ONU/INSTRAW), 2006.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

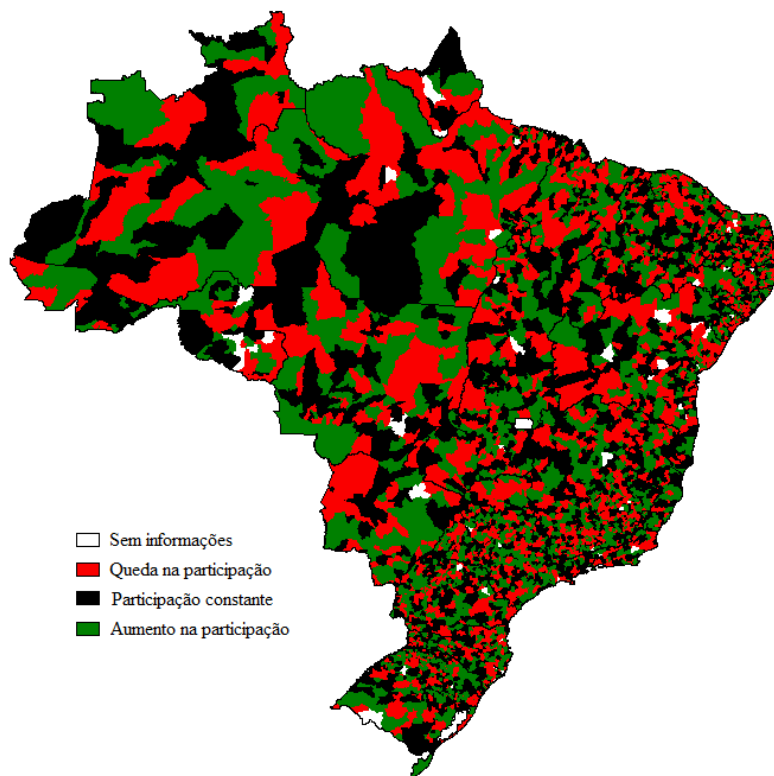
APÊNDICE D – Comparação entre os níveis de inserção das mulheres na eleição e entre as eleitas (2012-2016)

Tabela D1 – Variação na inserção feminina entre os candidatos ao legislativo (2012 e 2016)



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

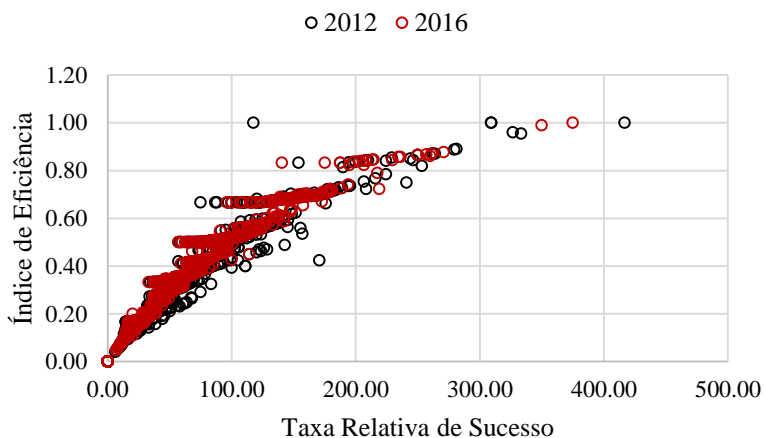
Tabela D2 – Variação na inserção feminina entre os eleitos ao legislativo (2012 e 2016)



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

APÊNDICE E – Comparação entre a Taxa Relativa de Sucesso e o índice de eficiência das cotas

Figura E1 – Relação entre a Taxa Relativa de Sucesso (TRS) e a eficiência das cotas nos municípios



Fonte: Resultados da pesquisa.

APÊNDICE F – Comparação dos indicadores municipais de inserção feminina na política de acordo com critérios de análise

Tabela F1 – Destaques municipais nos extremos da inserção das mulheres nas eleições e nos resultados de 2012

<i>Municípios</i>	<i>Eficiência</i>		<i>% de mulheres entre candidatas</i>		<i>% de mulheres entre os eleitos</i>	
	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>	<i>2012</i>	<i>2016</i>
MUNICÍPIOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATAS						
Santa Filomena do Maranhão (MA)	0,67	0,69	51,6	33,3	44,4	44,4
Passagem Franca do Piauí (PI)	0,67	0,67	48,0	44,4	44,4	44,4
São José do Bonfim (PB)	0,67	0,34	47,6	36,4	44,4	22,2
São João do Jaguaribe (CE)	0,50	0,36	46,7	30,8	33,3	22,2
Lagoa d'Anta (RN)	0,17	0,0	46,4	34,6	11,1	0,0
MENOR PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATASⁱ						
Cafeara (PR)	0,0	0,0	4,5	30,8	0,0	0,0
Lupionópolis (PR)	0,0	0,0	5,9	32,3	0,0	0,0
Tocantínia (TO)	0,0	0,0	10,6	33,3	0,0	0,0
Braganey (PR)	0,42	0,17	10,6	32,1	11,1	11,1
Nova Esperança do Sul (PR)	0,39	0,34	11,1	36,0	11,1	22,2
MAIOR PARTICIPAÇÃO DE ELEITASⁱⁱ						
Barras (PI)	0,96	0,24	39,3	32,6	66,7	15,4
Governador Jorge Teixeira (RO)	0,95	0,51	27,3	34,8	55,6	33,3
Paraú (RN)	0,89	0,71	30,8	31,0	55,6	44,4
Silvanópolis (MG)	0,89	0,68	30,9	35,3	55,6	44,4
Ilicínea (MG)	0,87	0,35	32,1	31,9	55,6	22,2

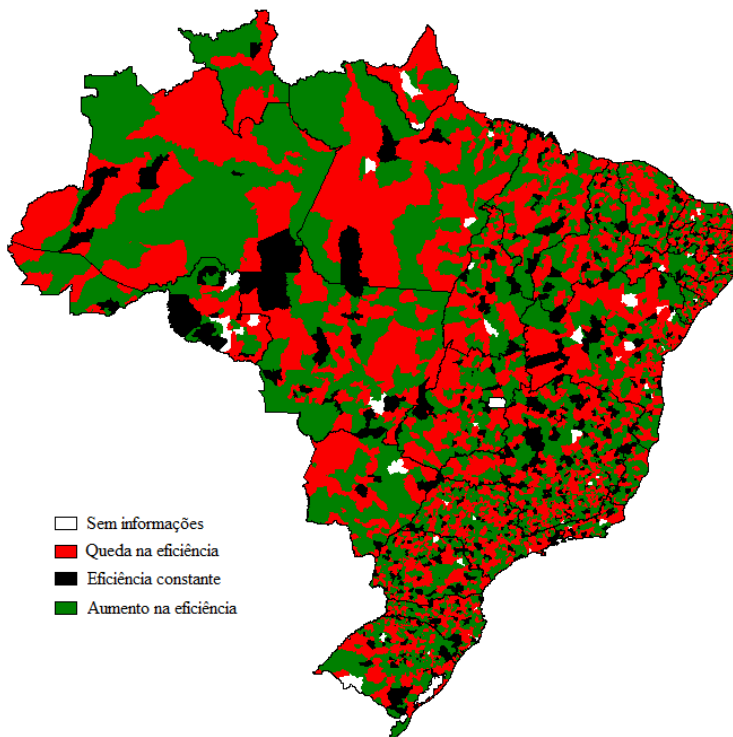
ⁱEncontram-se neste grupo os benchmarks de eficiência Capoeiras (PE) e Jataúba (PE).

ⁱⁱEncontra-se neste grupo o benchmark de eficiência Fronteiras (PI). Após ele e Barras (PI), seguem 16 municípios com representação feminina igual, de 55,6%. Neste sentido, optou-se por apresentar na tabela aqueles com maiores níveis de eficiência

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

APÊNDICE G – Comparação entre as variações dos índices de eficiência de 2012 e 2016

Tabela G1 – Variação no índice de eficiência (2012 e 2016)



Fonte: Resultados da pesquisa.

**APÊNDICE H – Ranking dos níveis médios de eficiência por
unidade federativa (2012 e 2016)**

Tabela H1 – Média de eficiência das UFs em 2012

<i>Estado</i>	<i>Média de Eficiência</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Frequência</i>
Rio Grande do Norte	0,33	0,21	167
Amapá	0,31	0,15	14
Maranhão	0,29	0,18	217
Ceará	0,28	0,20	184
Piauí	0,26	0,20	223
Tocantins	0,26	0,20	139
Alagoas	0,25	0,17	102
Pará	0,25	0,16	143
Sergipe	0,24	0,16	75
Pernambuco	0,23	0,20	183
Paraíba	0,23	0,17	223
Rio Grande do Sul	0,22	0,17	494
Acre	0,22	0,18	22
Mato Grosso do Sul	0,22	0,16	78
Santa Catarina	0,21	0,17	293
Roraima	0,21	0,15	15
Mato Grosso	0,21	0,17	141
Rondônia	0,20	0,20	52
Bahia	0,20	0,16	406
Goiás	0,19	0,17	245
São Paulo	0,19	0,15	642
Paraná	0,18	0,17	397
Amazonas	0,18	0,14	62
Minas Gerais	0,18	0,16	853
Rio de Janeiro	0,15	0,14	91
Espírito Santo	0,12	0,14	78

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

Tabela H2 – Média de eficiência das UFs em 2016

<i>Estado</i>	<i>Média de Eficiência</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Frequência</i>
Rio Grande do Norte	0,33	0,21	167
Amapá	0,31	0,13	14
Maranhão	0,28	0,20	217
Piauí	0,26	0,20	223
Ceará	0,26	0,18	184
Rio Grande do Sul	0,26	0,17	494
Sergipe	0,25	0,18	75
Tocantins	0,25	0,18	139
Alagoas	0,23	0,17	102
Pará	0,22	0,17	143
Mato Grosso	0,22	0,19	141
Paraíba	0,22	0,17	223
Santa Catarina	0,21	0,17	293
Mato Grosso do Sul	0,21	0,17	78
Roraima	0,21	0,20	15
Acre	0,21	0,18	22
Amazonas	0,21	0,16	62
Pernambuco	0,20	0,18	183
Goiás	0,20	0,17	245
São Paulo	0,20	0,16	642
Bahia	0,19	0,16	406
Paraná	0,19	0,16	397
Minas Gerais	0,17	0,16	853
Rondônia	0,16	0,15	52
Rio de Janeiro	0,15	0,14	91
Espírito Santo	0,14	0,14	78

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do TSE.

4 A INTERSEÇÃO DE ESCOLA E FAMÍLIA NO DESEMPENHO ESCOLAR: INDÍCIOS DO DIFERENCIAL DE GÊNERO NO BRASIL

I do not assume that woman is better than man. I do assume that she has a diferente way of looking at things.

(Susan B. Anthony, 1893)

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A evolução da participação da mulher nos sistemas educativos acompanhou as modificações da sociedade como um todo, ampliando-se em decorrência de processos demográficos e econômicos, mas também por uma mudança cultural significativa nos papéis do feminino e masculino. De acordo com Beltrão e Alves (2009), o grande diferencial observado no acesso das mulheres à educação ao longo do século XX se traduziu em brechas de gênero nos quais níveis educacionais distintos dos homens não correspondiam a características biológicas, mas a condições históricas e estruturais que delinearão a sociedade brasileira.

A fim de minimizar essas diferenças, iniciativas internacionais, como as Conferências da Mulher, o Fórum Mundial da Educação e as Metas do Milênio, alinharam compromissos que buscavam igualdade de acesso para homens e mulheres a todos os níveis de educação, assim como eliminação de estereótipos de gênero nas práticas escolares. Combinados, os resultados foram positivos, de tal modo que quase metade das mulheres brasileiras entre 25 e 64 anos possuem o 2º grau completo, valor que se amplia para 65% no grupo etário de 25 a 34 anos. Para os homens, essa representatividade já é inferior, de 43% e 56%, respectivamente. Quando se considera o Ensino Superior, as diferenças pró-mulher também são perceptíveis, especialmente na faixa de 25 a 34 anos, compreendendo quase 18% das mulheres e 13% dos homens (OCDE, 2014).

A redução no diferencial médio de escolaridade entre homens e mulheres é parte do processo de empoderamento feminino, mas deve ser interpretada com cautela se continua reproduzindo ideias de hierarquização de gênero a partir das determinações estruturais e ideológicas, marcadas precocemente pela divisão sexual do trabalho e robustecidas pelos estereótipos sexuais difundidos no lar, no sistema educacional, na economia e na sociedade (ROSERMBERG, PIZA e MONTENEGRO, 1990). Parte deste determinismo biológico foi deslocado da menor inserção das mulheres no sistema educacional, antes

da reversão das brechas de participação feminina, para a avaliação do desempenho dos alunos, de tal modo que muitos de seus diferenciais tornaram-se justificativa para uma interpretação de superioridade intelectual de um sexo sobre outro, eliminando-se qualquer efeito relacionado ao reforço de estereótipos.

No que concerne à equiparação de inteligências, apoiando-se no trabalho de Deary et al. (2003), Pinker (2010) afirma que as diferenças entre os sexos, em média, são pequenas, mas podem ser grandes nas extremidades, de tal modo que à medida que nos afastamos dos extremos, a discrepância de gênero diminui uniformemente. A hipótese de Pinker (2010)³⁵, termo que será utilizado para designar o comportamento descrito pela autora, afirma que “os homens são, simplesmente, mais variáveis. Seus ‘meios’, ou os escores médios do grupo, são basicamente os mesmos das mulheres, mas seus escores individuais distribuem-se com mais abrangência” (PINKER, 2010, p. 27)³⁶.

A fim de testar a validade do argumento compartilhado e defendido por Pinker (2010), o presente ensaio tem como principal objetivo avaliar as diferenças observadas no desempenho de meninos e meninas brasileiros nos moldes seguidos pela autora, embora se promova uma associação destes com outras variáveis que têm por finalidade caracterizar o ambiente familiar e a forma como pode se dar a reprodução dos estereótipos sexuais. Para isso, utilizam-se os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), buscando-se identificar como se

³⁵ A ideia trazida no trabalho de Deary et al. (2003) e retomada por Pinker (2010) não é recente e já serviu como argumento para a inabilidade feminina em muitas atividades profissionais específicas. Em 1920, Desmond MacCarthy, em uma troca de artigos de opinião com Virgínia Woolf, afirmou que “(...) apesar da educação, em atividades que requerem o puro intelecto, elas [as mulheres] não rivalizam com os homens”. Dando continuidade a seu argumento, explorará justamente a questão que vem à tona quase um século mais tarde, embora seu foco esteja na cauda superior: “isso não significa, porém, que uma pequena porcentagem das mulheres não seja tão inteligente quanto qualquer homem inteligente, tão boas artistas, tão boas narradoras quanto eles, só que parecem ficar abaixo dos poucos homens que são os melhores de todos” (WOOLF, 2013, p. 45).

³⁶ A defesa deste argumento serviu, inclusive, para apoiar o discurso de Larry Summers, que se transformou em uma das principais causas de sua renúncia como reitor da Universidade de Harvard. De acordo com ele, as *diferenças inatas* poderiam explicar a menor participação feminina nas posições mais altas da carreira científica.

distribuem as notas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos do 5º e 9º Anos, além do 3º Ano do Ensino Médio.

De acordo com Wilder e Powell (1989), a avaliação do desempenho educacional tem demonstrado duas persistências: (i) grandes diferenças são observadas nas avaliações de Matemática ou de habilidades quantitativas, em que os meninos tendem a ir melhor que as meninas; e (ii) elas se saem melhor nos testes de habilidades verbais. Evidência disso pode ser encontrada nas informações do PISA de 2015, um programa de avaliação de desempenho para estudantes de 15 anos próximos à finalização da educação básica. Em Ciências, disciplina que não está inserida nas provas do Saeb, os meninos apresentam, na média internacional, um desempenho de 4 pontos percentuais a mais do que as meninas, o que é estatisticamente significativo, mas numericamente pouco diferente³⁷. No Brasil, o diferencial de pontos converge para isso, estando as maiores desigualdades na variabilidade dos desempenhos: no caso masculino, a distância das médias dos 10% piores e os 10% melhores é de 240 pontos, estando 55,6% dos avaliados entre aqueles classificados até o Nível 2³⁸ e apenas 0,9% no Nível 5 ou mais (proporção que corresponde a 8,9% nos países da OCDE); entre as meninas, o diferencial é de 222 pontos, com a representação aumentando para 57,5% entre os dois primeiros níveis e reduzindo-se para 0,5% entre os dois últimos (em comparação a 6,5% dos destaques femininos da OCDE).

Em matemática, esse comportamento se repete, embora se ampliem as representações dos sexos nos grupos extremos. Tem-se 66,6% dos meninos e 73,7% das meninas entre os mais baixos níveis e 1,2% e 0,6%, respectivamente, entre os mais altos. Por outro lado, em termos de leitura, as meninas estão consistentemente acima dos meninos, sem haver ocorrência de país em que eles tenham tido desempenho melhor. Em 2015, elas superam, na média internacional, 27 pontos, valor que no Brasil é de 24, mantendo-se as maiores discrepâncias internas no sexo masculino. Aqui, os piores desempenhos são ocupados por 55,7% dos meninos e 46,5% das meninas, enquanto nos estratos superiores passa-se

³⁷ O maior diferencial médio de desempenho dos meninos (superior a 15 pontos percentuais) foi observado na Áustria, Costa Rica e Itália. Por outro lado, em 22 países as meninas vão melhores, ultrapassando a marca de 15 pontos na Albânia, Bulgária, Finlândia, Geórgia, Macedônia, Jordânia, Catar, Trindade e Tobago e Emirados Árabes.

³⁸ A pontuação do PISA é classificada em 6 níveis. Quanto maior ele for, melhores são os desempenhos dos estudantes.

para 1,2% e 1,7%, respectivamente, constituindo-se no único espaço de avaliação onde elas são mais representativas no Brasil.

A fim de explicar estes diferenciais, duas justificativas são utilizadas (em grande parte das vezes, de forma excludente): a biologia e a socialização dos indivíduos. As explicações biológicas para as experiências cognitivas de homens e mulheres centram-se nas diferenças genéticas e cromossômicas e nos distintos hormônios secretados pelas glândulas endócrinas, bem como na forma como tais características modificam a estrutura, a organização e o funcionamento do cérebro. No que concerne à socialização, os principais enfoques se associam ao *rol* do sexo que, no formato da construção do gênero, integram-se com os comportamentos e experiências esperadas de acordo com o fato de ser homem ou mulher. Neste sentido, as crianças seriam tratadas de modo distinto desde o seu nascimento (ou mesmo antes disso), refletindo-se em experiências escolares diferentes, que se reforçariam com as técnicas pedagógicas do corpo discente, assim como por materiais e livros textos que trazem consigo o estereótipo de gênero (WILDER e POWELL, 1989).

O ensaio caminha, portanto, para uma tentativa de reunir os conceitos que se debruçam sobre as características biológicas do diferencial de sexo à produção acadêmica que valoriza a construção social em cima das noções de homem e mulher – o gênero – que tem, recentemente, se distanciado cada vez mais das características essencialistas dos indivíduos. Esta talvez seja uma das principais divergências entre os autores que avaliam o aproveitamento escolar dos alunos, de tal modo que se torna premente a necessidade de confrontar as suposições de ambos e ver em quanto elas convergem. Como afirma Pinker (2012), e que também é aceito neste ensaio, a possibilidade de homens e mulheres serem biologicamente distintos não vai de encontro com os princípios feministas, simplesmente porque as possíveis diferenças a serem identificadas não implicam na superioridade de um sexo sobre outro.

4.1.1 O problema de pesquisa e sua importância

A ideia de que as meninas apresentam, em média, desempenhos semelhantes aos dos meninos, estando mais concentradas fora das extremidades da distribuição serve de motivação para este ensaio. Entretanto, a constatação, ou não, dessa realidade na educação brasileira, longe de colocar algum gênero na posição de vencedor ou de perdedor, permitirá perceber as diferenças cognitivas entre os sexos em termos de

como, quanto e quando as práticas de socialização e outras experiências que separam homens e mulheres podem influenciar suas habilidades intelectuais.

De acordo com a OCDE (2009), existem pelo menos três razões para a investigação das diferenças de gênero no sistema educacional: (i) compreender as fontes de qualquer inequidade; (ii) melhorar a performance média; e (iii) ampliar a nossa compreensão de como os alunos aprendem. O olhar para as esferas e características que afetam o desempenho dos estudantes pode auxiliar no desenho de políticas que tenha a preocupação com a qualidade da educação e a equidade dos sexos.

Isso se torna ainda mais premente quando, conforme Wilder e Powell (1989), observam-se evidências de uma queda dos diferenciais de desempenho desde 1970 – os meninos parecem estar se aproximando das meninas nos testes de habilidade verbal a ponto de as diferenças não serem estatisticamente significativas, enquanto elas ampliaram seus resultados nas avaliações de matemática. Se esta convergência, de fato, está sendo observada ao longo do tempo, pode ser porque parte dos diferenciais atribuídos apenas aos aspectos biológicos ainda trazem consigo noções de gênero. Entretanto, de acordo com Helbern (2012), o foco nas diferenças médias entre homens e mulheres não é útil porque, ao desconsiderar a variabilidade dos escores, pode fornecer conclusões equivocadas sobre o tema em análise. É possível, por exemplo, que a distância entre a média de duas distribuições, como o desempenho de meninos e meninas em provas específicas, esteja diminuindo, embora a diferença em suas caudas esteja se ampliando, de tal modo que a afirmação da inexistência de diferenciais entre os sexos iria de encontro à observância dos fatos.

Ao transitar na fronteira entre o biológico e a cultura, evidenciando-se as diferenças e rompendo com a noção de que elas representam um determinismo biológico, este trabalho busca responder ao seguinte questionamento: é possível observar, no Brasil, um desempenho educacional entre meninos e meninas que tenha médias semelhantes, mas distribuição nas caudas muito distintas?

Ao fazer isso, objetiva-se testar a validade geral do argumento defendido por Pinker (2010), mas se adiciona a este intento desdobramentos relacionados ao foco das disciplinas avaliadas, ao momento da trajetória escolar em que os testes são feitos e ao ambiente na qual as crianças vivem, evidenciando em que medida seu entorno pode influenciar no resultado tradicionalmente associado apenas às características biológicas. Para atender a tais objetivos, utilizam-se as informações referentes à Avaliação Nacional de Educação Básica (Aneb)

e à Avaliação Nacional de Rendimento Escolar³⁹ (Prova Brasil) realizadas em 2013⁴⁰.

Especificamente, o trabalho desdobra-se em três objetivos:

1. Verificar a distribuição dos desempenhos de meninos e meninas nas provas de Língua Portuguesa (com foco em leitura) e em Matemática (com foco na resolução de problemas) nos três anos de aplicação da prova – 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio –, de tal modo a perceber não apenas os diferenciais de sexo nas disciplinas, mas a forma como esta distribuição evolui conforme se avança nos grupos etários.
2. Observar a mudança do desempenho da etapa anterior conforme se processam interações com variáveis que têm por finalidade caracterizar o ambiente e o contexto familiar dos alunos. Os parâmetros trabalhados são classificados em quatro grupos: (i) localização e tipo de escola, (ii) características da organização familiar; (iii) contexto familiar, e (iv) relação familiar.
3. Averiguar se, dadas as diferenças observadas e controlando-se pelas variáveis analisadas nas etapas anteriores, a desigualdade de desempenho entre meninos e meninas é estatisticamente significativa nos quantis da distribuição e se essa diferença tem se modificado nas séries consideradas.

Mediante isso, a hipótese do trabalho é de que, embora o desempenho de meninos e meninas seja diferente, é possível que variáveis que reflitam o caráter familiar ou o entorno escolar possam minimizar os efeitos meramente associados ao sexo. Adiciona-se ao questionamento de quem é melhor em dada disciplina a pergunta de como podemos fazer deste diferencial um exercício para pensar em formas de melhorar potencialmente a aprendizagem daqueles que estão apresentando maiores dificuldades educacionais.

A avaliação de desempenho, tendo por pano de fundo o olhar da Economia Feminista, perpassa, assim, a percepção do gênero em dois momentos específicos: (i) as notas sendo produtos, além das habilidades

³⁹ O diagnóstico da educação básica no Brasil é realizado, desde 1990, pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Sob o nome Sistema de Avaliação da Educação Básica – o Saeb –, o Brasil aderiu às demandas do Banco Mundial, a partir do qual passaria a ser possível avaliar as condições e a qualidade do ensino brasileiro (BONAMINO e FRANCO, 1999).

⁴⁰ Os resultados de 2015 foram divulgados apenas no fim de 2016.

individuais e do diferencial de sexo, da estrutura e organização doméstica, na qual a mulher é percebida como a principal responsável, o que reforça os estereótipos que se processam na esfera do lar e se traduzem em desempenhos distintos; e (ii) as notas podendo delinear experiências diferenciadas quando traduzidas em responsabilidades econômicas o que, dadas as diferenças de valorização entre as esferas privadas e públicas, significariam um reforço à divisão sexual das funções.

4.1.2 Organização do ensaio

Este ensaio está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na segunda seção são exploradas as formas como podem se processar as diferenças de desempenho de meninos e meninas, considerando-se inicialmente a situação histórica – onde se tinham discrepâncias no acesso por sexo – para a noção biopsicossocial, que reúne os elementos biológicos e sociais, dentre os quais encontra-se a relação escola-família e a forma de socialização na esfera doméstica. A terceira seção evidencia a metodologia utilizada, de tal modo que na quarta exploram-se os resultados concernentes aos três objetivos específicos. A última seção traz as considerações finais.

4.2 AS DIFERENÇAS DE DESEMPENHO E O ENTRELAÇAMENTO COM OUTRAS DIFERENÇAS

4.2.1 Uma escola possível para meninos e meninas

Antes de adentrar na discussão em torno dos desempenhos escolares de meninos e meninas, é necessário percorrer brevemente o espaço educacional ocupado historicamente na vida das mulheres. O caminho entre a impossibilidade à educação até a reversão do *gap* de gênero indica que, durante grande parte da história recente, o diferencial de aprendizagem entre os sexos esteve atrelado apenas a fatores socioculturais. Embora, legalmente, não haja mais qualquer tipo de impedimento à instrução feminina, com os números de sua inserção nos sistemas educacionais confirmando este fato, não se deve ignorar o efeito desta carga sobre variáveis que impactam o desempenho estudantil, de tal modo que o ranço da exclusão e da associação de sua educação com finalidades específicas ainda possa se manter.

O início da defesa pelo direito das mulheres à educação é marcado pelo pioneirismo de Wollstonecraft (2016)⁴¹ que, ainda no século XVIII, advogava pela instrução feminina e pela igualdade na formação de ambos os sexos. Estas mesmas ideias, pouco tempo depois, ganhavam respaldo no Brasil com Nísia Floresta, que definia a educação como instrumento para alcançar a emancipação feminina. Entre estas visionárias e a realidade educacional dos períodos na qual estavam inseridas há, entretanto, uma grande diferença. Naquela sociedade brasileira, a educação de meninos e meninas não era, de forma alguma, universal, assim como não eram processos únicos a formação das distintas configurações de classe, etnia e raça (LOURO, 2013).

No que concerne à educação das mulheres, havia um consenso de que elas deveriam ser educadas, não instruídas, o que significa que o ideário de maternidade, pureza e moralidade cristã estariam por detrás da definição de seu caráter. De acordo com Louro (2013), a preparação para a esfera doméstica se constitui, portanto, na justificativa para a instrução feminina já que, como pilar de sustentação do lar, tinha sob sua responsabilidade a educação das futuras gerações e a função social de formar os cidadãos, o que é representado pela expressão cultural no seu papel e, legalmente, pela delimitação deste posto na primeira lei de instrução pública do Brasil, de 1827.

Nesta mesma lei, entretanto, estabelecia-se a obrigatoriedade do ensino primário para todos os brasileiros como forma de combater os altos níveis de analfabetismo, embora às mulheres fosse reservada a criação de escolas especiais (AZEVEDO e FERREIRA, 2006). Em um país que conjugava o modelo primário-exportador e o trabalho escravo, a força da lei era minimizada diante do baixo grau de investimento em educação, que a associava apenas à formação de um reduzido corpo para as carreiras liberais.

A grande mudança se dá no início do século XX. As transformações nas esferas política e econômica que se traduzem no início da industrialização e acentuação da urbanização do país, servem como impulsionadores da formação de uma classe média, na qual se exige das mulheres uma reconfiguração de seus papéis no âmbito doméstico, de modo que a escolarização em larga escala das meninas se associa a tal fenômeno (GRACIANI, 1982; AREND, 2013). A partir daí, amplia-se efetivamente a rede pública de escolas destinadas a ambos os sexos,

⁴¹ A publicação *Reivindicação dos Direitos da Mulher* é, originalmente, de 1792.

embora o rol de currículos específicos continuasse a ser uma prática comum. Em 1942, por exemplo, com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, a educação feminina permanece como sendo um tipo especial, paralela à educação secundária, na qual se reforça sua função na organização social (AZEVEDO e FERREIRA, 2006).

A partir dos anos 1960, entretanto, as escolas mistas passam a ser a regra no país, de tal modo que ali se iniciam trajetórias similares de estudo para meninos e meninas desde a alfabetização. A efetivação completa se dará a partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 que, com a atribuição de equivalência dos cursos secundários (o normal e o científico dariam, ambos, acesso ao Ensino Superior), promove a perda da principal marca de gênero no sistema de ensino. Isso, por seu turno, amplia o número de mulheres com a formação básica completa e a inserção feminina nas universidades, de tal modo que, embora não tivesse a pretensão de ser pró-mulher, representa uma das principais medidas de expansão educacional feminina (AREND, 2013).

Neste interregno, portanto, a educação que perpassa as mulheres passou pelas seguintes inflexões (ROSEMBERG, 2013):

1. Conversão cristã em função do caráter feminino corruptível, sendo os ensinamentos baseados em livros de preces.
2. Educação comedida com vistas à formação de cidadãos.
3. Defesa de educação diferenciada para meninos e meninas por elas serem vistas como menos inteligentes e mais frágeis.
4. Inclusão da Economia Doméstica no currículo feminino.
5. Crítica à escola mista pela promiscuidade associada a ela.
6. Estímulo à formação de mulheres professoras em função de sua vocação para o magistério.
7. Combate à educação diferenciada em função de sua posterior ocupação em postos de trabalho menos qualificados e com menor remuneração.
8. Defesa da ampliação da educação das mulheres para que isso impacte positivamente na redução da fecundidade e impeça o círculo vicioso da pobreza.
9. Retomada da defesa da educação diferenciada para melhorar o desempenho das mulheres em matemática.
10. Reivindicação da coeducação, ou seja, uma educação sem diferenças de gênero nos conteúdos e práticas pedagógicas.

Embora algumas destas visões tenham promovido retrocessos acentuados na inserção feminina no espaço educacional e na possibilidade de acesso à instrução, serviram como cenário para uma mudança radical nos níveis de escolaridade do país que atingiram ambos os sexos. Como

resultado, o Brasil saiu, em 1872, de taxas de analfabetismo de 88,5% entre as mulheres e de 80,2% entre os homens para níveis equivalentes de 26,6% em 1985, chegando, em 2010, em 9,8% dos homens, valor que supera o resultado das mulheres (9,1%). Este indicador torna-se ainda mais baixo quando se desconsidera o peso da população idosa – entre os indivíduos de 15 a 29 anos, há apenas 1,9% de mulheres analfabetas em comparação a 3,6% dos homens nessa situação (ROSEMBERG, 2013; IBGE, 2014).

De acordo com Beltrão e Alves (2009), a reversão da brecha de gênero na educação brasileira se deu na década de 1980, ocorrendo na educação elementar para os grupos nascidos a partir de 1930. Apesar de ambos os sexos terem tido um crescimento da escolaridade, as mulheres tiveram incrementos mais rápidos. Em 1960, o número médio de anos de estudo era de 1,9 para homens e 1,7 para mulheres. Em 2000, passou-se para 5,1 e 5,5, respectivamente.

4.2.2 As diferenças dos desempenhos nas curvas de sino

Após a forte inserção das mulheres nos espaços educacionais e da observância de comportamentos escolares diferenciados para os sexos, muitas foram as pesquisas realizadas, especialmente na área da Biologia/Medicina, que tinham por finalidade investigar as habilidades cognitivas por gênero. Dentre essas, ganhou-se espaço a noção de que mais homens ocupam a extremidade superior das distribuições de desempenho e sucesso profissional, o que explicaria porque poucas mulheres foram vencedoras do Prêmio Nobel e porque recebem menos no mercado de trabalho. Algumas dessas justificativas já foram contestadas indiretamente nos ensaios anteriores a partir do olhar da Economia Feminista, de modo que resta verificar em que medida o diferencial biológico pode auxiliar na compreensão das desigualdades de gênero.

De acordo com Hyde (2005) e Hyde e Linn (2006), que defendem a hipótese da similaridade de gênero, homens e mulheres possuem comportamentos cognitivos muito semelhantes, embora as diferenças possam variar substancialmente entre idades e em contextos específicos. Neste sentido, fatores além do gênero devem ser investigados para ajudar a compreender a persistência de desempenhos distintos nas disciplinas de Línguas e Matemática. Indo de encontro a isso, outros autores, como Park, Lubinski e Benbow (2007), concentram a análise nas caudas da distribuição de desempenhos, a partir do qual é possível extrair as maiores diferenças observadas entre meninos e meninas.

Isso pode estar associado ao fato de que, embora as diferenças médias sejam pequenas e estáveis ao longo do tempo, os desempenhos referentes a habilidades cognitivas dos meninos apresentam maior variância, o que justificaria sua representatividade entre as melhores avaliações (HEDGES e NOWELL, 1995; DEARY ET AL., 2003). Em outras palavras, há mais homens concentrados nas caudas das distribuições de desempenho cognitivo, enquanto as mulheres estão mais presentes no comportamento médio, de tal modo que a curva de distribuição masculina seria mais achatada que a feminina.

De acordo com Pinker (2012), esse comportamento pode ser resumido às seguintes ideias:

1. Quando duas curvas de distribuição de frequência se sobrepõem, quanto maior a proximidade do fim da curva, maiores são as diferenças entre os grupos. Assim, para muitas características, a curva dos homens é mais plana e longa que a das mulheres, o que significa mais indivíduos masculinos nos extremos (na distribuição inferior, é mais provável encontrar homens com dislexia, dificuldade de aprendizagem, déficit de atenção, atraso mental; no extremo oposto, também haverá maioria de homens entre aqueles com maiores capacidades cognitivas).
2. Para outras características, os valores médios dos sexos diferem em pequenas quantidades e em sentidos diferentes, o que enquadraria atributos em que os homens são melhores – como a resolução de problemas matemáticos formulados com palavras – e nos quais mulheres se destacam – como é o caso do cálculo matemático.

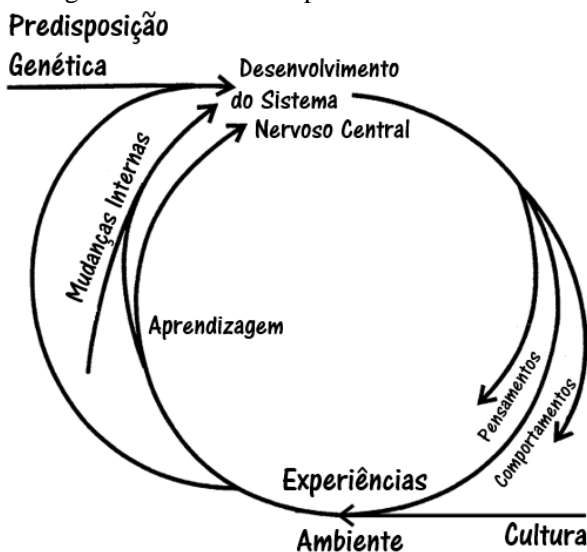
Esta possível sobre-representação masculina nos extremos, entretanto, não deve fazer referência direta às noções de *papel adequado* e *lugar natural* dos sexos, o que carece de sentido científico e não pode servir como impedimento à liberdade (PINKER, 2012). Neste sentido, Halpern (2012) elucida que a natureza não trabalha sozinha, de tal modo que o desenvolvimento cognitivo é resultado dos fatores naturais associados ao sexo, mas também do ambiente no qual esse indivíduo está inserido. Embora tais esferas sejam independentes, a combinação entre elas pode gerar resultados inesperados.

Essa concepção compreende a hipótese biopsicossocial. Referenciada pela primeira vez por Engel (1977), ao perceber a necessidade de compreender como as doenças são afetadas por diferentes níveis organizacionais, desde a social até a molecular, a hipótese passou a servir como referência para algumas variáveis que são, ao mesmo tempo, biológicas e sociais, não podendo ser classificadas em apenas uma

destas categorias. Este é o caso do processo de aprendizagem e de sua inter-relação com o sexo.

O processo educacional se constitui em um evento social e biológico, que depende do que já é conhecido pelo indivíduo e também das estruturas neurais. Diferenciais de aprendizagem estão atrelados às experiências e aos processos biológicos, que se superpõem continuamente. De acordo com Helpern (2012), a biologia responde ao ambiente, ao mesmo tempo em que as pessoas ajustam o seu entorno para torná-lo compatível com suas capacidades naturais observadas. Essa relação pode ser observada a partir da Figura 12.

Figura 12 – Diagrama do modelo biopsicossocial



Fonte: HELPERN (2012, p. 16)

Neste modelo biopsicossocial, os pensamentos e comportamentos (que, em um primeiro momento, são condicionados pelo cérebro) podem alterar a experiência vivida pelos indivíduos a partir de sua interação com elementos culturais e de socialização o que, por seu turno, implica em aprendizagem e novos desenvolvimentos neurais. A predisposição genética interfere desde o início da vida, mas também pode ser impactada por estímulos ambientais. Neste sentido, *“the experiences that people have throughout life can create, reduce, or magnify sex differences in the biology of males and females”* (HELPERN, 2012, p. 16).

4.2.3 A esfera doméstica como um espaço de compartilhamento de experiências

A concepção biopsicossocial citada na subseção anterior referencia a ausência de determinismo biológico nas relações sociais. De seu modo, a biologia impõe certas limitações, mas será o ambiente quem determinará o modo como as habilidades são desenvolvidas. Nicholson (2000) rotula esta relação entre corpo, personalidade e comportamento como *fundacionalismo biológico*, no qual se permite que a biologia coexista com aspectos sociais, dissociando-se, portanto, a noção de que diferenças observadas entre os sexos representam deficiências. Neste formato, relativiza-se o biológico, colocando-se o problema da hierarquia social como resultado também das socializações e da cultura (SILVA, 2007).

Em consonância com este modelo, dois espaços interconectados de socialização ganham destaque quando se focaliza as diferenças de desempenho escolar: a esfera doméstica e a escola. A relação entre esses dois espaços implica na divisão de responsabilidades o que, por seu turno, envolve expectativas recíprocas. Embora se persiga a maior inserção dos pais na vida escolar, existe uma preponderância do envolvimento materno que, pela divisão sexual do trabalho educacional, é tomada como natural. Essa configuração, gerada entre os dois principais espaços em que as crianças têm suas experiências de mundo, reproduz a separação das esferas públicas e privadas, assim como a dicotomia dos papéis sexuais, ficando para as mulheres a responsabilidade sobre a casa e a escola (CARVALHO, 2004).

De acordo com Carvalho (2004), as escolas reproduzem de forma estável as desigualdades de gênero, ampliando, ou reduzindo, o capital cultural dos estudantes adquirido no processo de socialização familiar. Um ambiente escolar que adota um modelo cultural que reforça as diferenças de desempenho entre meninos e meninas vindos de diferentes núcleos domésticos tende, pela ótica de gênero, a ser um fracasso. O modelo de parceria família-escola que tanto se preza é, assim, apoiado em uma noção de representação materna voltada exclusivamente ao lar, de tal modo que grande parte do desempenho dos filhos está associado à capacidade da família em reforçar o processo de aprendizagem, reforçando concomitantemente a divisão sexual do trabalho (CARVALHO, 2000).

Se a escola faz uso da reprodução dos diferenciais de desempenho, a esfera do lar também tem responsabilidades sobre a forma de desenvolvimento das habilidades, já que se constitui em um dos principais

espaços em que acontece o processo de socialização dos indivíduos. No que concerne, especificamente, à vida social generificada, a esfera doméstica torna-se um intensificador das diferenças a partir de três frentes: (i) nas identidades socialmente construídas a partir do sexo biológico, (ii) nas estruturas que compreendem a divisão sexual do trabalho, assim como nas normas e regulações que conduzem a distribuição de recursos entre homens e mulheres, e (iii) nos simbolismos, na forma de representações coletivas do feminino e do masculino (STROMQUIST, 2007; HARDING, 1987).

Parte desse processo pode ser rompido, de acordo com Hill e King (1995), a partir da maior escolaridade dos pais, mas especialmente a partir da melhor educação da mãe. Para elas, maiores níveis educacionais implicam em maior produtividade dentro das casas o que, por seu turno, amplia a saúde familiar, as chances de sobrevivência dos filhos e os investimentos em capital humano dos filhos. Além disso, cria condições para que as mulheres possam ter maior poder de barganha dentro da família, rompendo com a distribuição de papéis sexuais e dando aos filhos maior liberdade para o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades, independentemente do gênero a que pertencem.

Embora apoiadas em bases biológicas, as diferenças observadas entre meninos e meninas são, portanto, reforçadas em contextos sociais específicos. Para Helpern (2012), parte dos diferenciais de desempenho estão atrelados à forma como as pessoas utilizam o seu tempo, de tal modo que vivências diferentes entre meninos e meninas – normas sociais que favorecem os filhos homens e maiores retornos associados aos seus investimentos educacionais – podem significar trajetórias escolares distintas. Ainda que a vida das crianças e jovens tenha se tornado bastante similar e não haja mais discriminação à inserção educacional feminina, continua havendo uma distribuição desigual dos trabalhos domésticos entre filhas e filhos, o que se deve, especialmente, aos estereótipos sociais. A educação feminina, neste caso, demanda não apenas recursos físicos, mas medidas que tenham a finalidade de transformar o seu uso do tempo em atividades que promovam seu desenvolvimento (HILL e KING, 1995).

Tais estereótipos podem impactar negativamente no ambiente escolar quando, por exemplo, uma menina adere, de modo inconsciente, à noção de que mulheres não possuem boas habilidades lógicas, distanciando-a do objeto em questão a partir do desenvolvimento de impedimentos e dificuldades que não são natas (HELPERN, 2012). Este efeito, embora de difícil medição, já se constitui em um resultado da inter-relação da esfera doméstica com a escola que, ao não romper com a

reprodução dos papéis sexuais, limita as possibilidades de aprendizagem. Para além deste caso específico, torna-se necessário o reconhecimento de onde estão as origens das maiores diferenças e quais são as alternativas para que os estudantes possam desenvolver suas habilidades por completo.

4.3 METODOLOGIA

4.3.1 Base de dados e variáveis

Como já referenciado anteriormente, todas as informações constantes no trabalho foram extraídas dos microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica, o Saeb, mais especificamente dos questionários das provas da Avaliação Nacional de Educação Básica (Aneb) e da Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (a Prova Brasil) de 2013.

A variável que indica o desempenho nas avaliações corresponde à proficiência do aluno na disciplina transformada na escala do Saeb, tendo média de 250 e desvio padrão de 50. A partir disso, é possível classificar o indivíduo de acordo com os níveis de aprendizagem, que varia, para Língua Portuguesa, em 9 estratos no 5º Ano e em 8 nos demais e, em Matemática, em 10 estratos no 5º Ano e 3º Ano do Ensino Médio e em 9 no 9º Ano.

Além das notas, são utilizadas, como variáveis associadas, as declarações dos alunos referentes aos questionamentos extras, que tratam de caracterizá-lo. Para colocar a análise em termos do enfoque biopsicossocial e também da Economia Feminista, os parâmetros selecionados enquadram-se em quatro quesitos, conforme pode ser visto na Tabela 17: (i) localização e tipo de escola, (ii) características da organização familiar; (iii) contexto familiar, e (iv) relação familiar, sendo este último grupo de parâmetros o que avança na discussão em torno da reprodução das hierarquias de gênero no âmbito familiar.

Por fim, deve-se destacar que, dada a finalidade de estabelecer comparativos diretos entre o desempenho escolar e os parâmetros selecionados, opta-se por transformar as variáveis em *dummies*, mesmo aquelas que são categóricas (a exceção recai sobre o número de pessoas que coabitam a residência). De modo geral, o critério estabelecido faz a separação entre ter ou não ter a característica, independentemente do número de ocorrências que a presença pode identificar (por exemplo, possuir um ou dois carros não modifica o fato de as duas observações estarem sob o mesmo signo – ter carro).

Tabela 17 – Variáveis incluídas na análise dos desempenhos escolares

<i>Grupo</i>	<i>Variável</i>
<i>Localização e tipo de escola</i>	Região onde a escola se localiza
	Área de localização (urbana ou rural)
	Dependência administrativa (pública ou privada)
<i>Características da organização familiar</i>	Cor da pele (branco ou não branco)
	Pai e mãe estão presentes na residência ou coabita com apenas um deles
	Número de pessoas que vivem na residência
<i>Background familiar</i>	Nível de escolaridade da mãe
	Nível de escolaridade do pai
	A família possui carro (<i>proxy</i> para renda da família)
	Trabalha fora
<i>Relação familiar</i>	Exerce trabalho doméstico na residência
	A família tem empregada (que serve aos interesses da Economia Feminista, ao indicar que parte do trabalho doméstico que seria feito por alguém da família é repassado para algum membro externo a ela, assim como pode indicar uma presença constante na residência, atenta aos estímulos educacionais)
	Os pais conversam sobre o que acontece na escola
	Os pais frequentam as reuniões de pais na escola

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MEC/INEP.

4.3.2 Métodos de análise

Com o objetivo de avaliar a hipótese de Pinker (2010), o presente ensaio faz uso de duas abordagens específicas. O primeiro método, que substitui o histograma para mostrar a função de densidade, é a estimativa de densidade *kernel*, uma função não paramétrica que possui a vantagem de não assumir um comportamento distribucional específico (SILVERMAN, 1986).

O estimador *kernel* é dado por:

$$\hat{f}(x) = \frac{1}{nh} \sum_{i=1}^n K\left(\frac{x - X_i}{h}\right), \quad (07)$$

em que h é o parâmetro de suavização, X_i é a amostra aleatória de uma variável aleatória contínua e K é uma função *kernel* corretamente escolhida que satisfaz a seguinte condição:

$$\int_{-\infty}^{\infty} K(x) dx = 1, \quad (08)$$

ou seja, a integral de K é igual à unidade. Assim, $\hat{f}(x)$ se desenha como uma função de densidade que herda as propriedades de continuidade e diferenciabilidade de K .

A forma funcional adotada para K neste trabalho é a do *kernel* Epanechnikov:

$$K(x) = \begin{cases} \frac{3}{4} \left(1 - \frac{1}{5}x^2\right) / \sqrt{5} & \text{se } |x| < \sqrt{5}, \\ 0 & \text{caso contrário} \end{cases} \quad (09)$$

que, além de ser analiticamente simples, possui variância mínima.

A fim de verificar a validade da distribuição, parte-se para o segundo método que tem por finalidade avaliar o impacto do sexo do indivíduo sobre as notas nos testes de Língua Portuguesa e Matemática, controlando-se os demais parâmetros incluídos na análise. Como há grande variabilidade na amostra, o modelo clássico de regressão linear forneceria apenas uma visão parcial da relação, bem como não captaria os diferenciais entre meninos e meninas de acordo com as faixas de desempenho. O método proposto por Koenker e Basset (1978), a regressão quantílica, parece ser o mais indicado.

De acordo com Cameron e Trivedi (2009), as vantagens da regressão quantílica estão na maior robustez diante de distribuições não-normais da variável dependente e da presença de *outliers*, na ausência de suposições sobre a distribuição paramétrica dos erros e, especialmente, na possibilidade de avaliar o impacto dos regressores em pontos específicos da distribuição. Como este último destaque é o que se persegue com este ensaio, estima-se o seguinte modelo:

$$\ln N_i = \beta^\theta + \gamma^\theta L + \delta^\theta C + \rho^\theta B + \sigma^\theta R + \varepsilon_{\theta i}, \quad (10)$$

onde β^θ corresponde aos interceptos estimados para o quantil θ do regressando $\ln N_i$; L, C, B e R são os vetores das variáveis de Localização e Tipo Escolar, Características da Organização Familiar, Contexto Familiar e Relação Familiar, respectivamente, e $\gamma^\theta, \delta^\theta, \rho^\theta$ e σ^θ correspondem aos vetores de parâmetros a eles associados. Por fim, o $\varepsilon_{\theta i}$ referencia o termo de erro.

A Equação (10) será estimada separadamente para as três séries em que a prova é aplicada (5º Ano, 9º Ano e 3º Ano do Ensino Médio), bem como nas duas disciplinas avaliadas – Língua Portuguesa e Matemática, totalizando seis regressões quantílicas. Nestas, a partir de um problema de programação linear, encontrar-se-á para cada variável independente um valor potencialmente diferente para cada quantil de distribuição de $\ln N_i$.

Formalmente, o modelo geral de regressão quantílica é dado por:

$$\begin{aligned} \ln N_i &= x_i \beta_\theta + \varepsilon_{\theta i} \\ \text{com } \text{quant}_\theta(\ln N_i | x_i) &= x_i \beta_\theta \end{aligned} \quad (11)$$

em que x_i é o vetor de variáveis explicativas e β_θ , um vetor dos parâmetros a serem estimados. A segunda linha da Equação (11), em que $\theta \in (0,1)$, é definida a partir do problema:

$$\min_{\beta} \left\{ \sum_{i: \ln N_i \geq x_i' \beta} \theta |\ln N_i - x_i' \beta_\theta| + \sum_{i: \ln N_i < x_i' \beta} (1 - \theta) |\ln N_i - x_i' \beta_\theta| \right\}, \quad (12)$$

que é o mesmo que:

$$\min_{\beta} \left\{ \sum \rho_\theta(\ln N_i - x_i' \beta_\theta) \right\}. \quad (13)$$

Assim, ρ_θ se define por:

$$\rho_\theta(\xi_i) = \begin{cases} \theta \xi, & \text{para } \xi \geq 0 \\ (1 - \theta) \xi, & \text{para } \xi \leq 0 \end{cases} \quad (14)$$

indicando que os resíduos serão multiplicados por θ se forem não-negativos e por $(1 - \theta)$ caso contrário, de tal modo a dar pesos distintos conforme os diferentes quantis ao longo da distribuição.

4.4 AS DIFERENÇAS SÃO RELEVANTES?

4.4.1 A distribuição de desempenho por sexo

A amostra avaliada faz referência aos alunos matriculados em 2013. De acordo com o Inep (2013), em torno de 80% deles correspondem

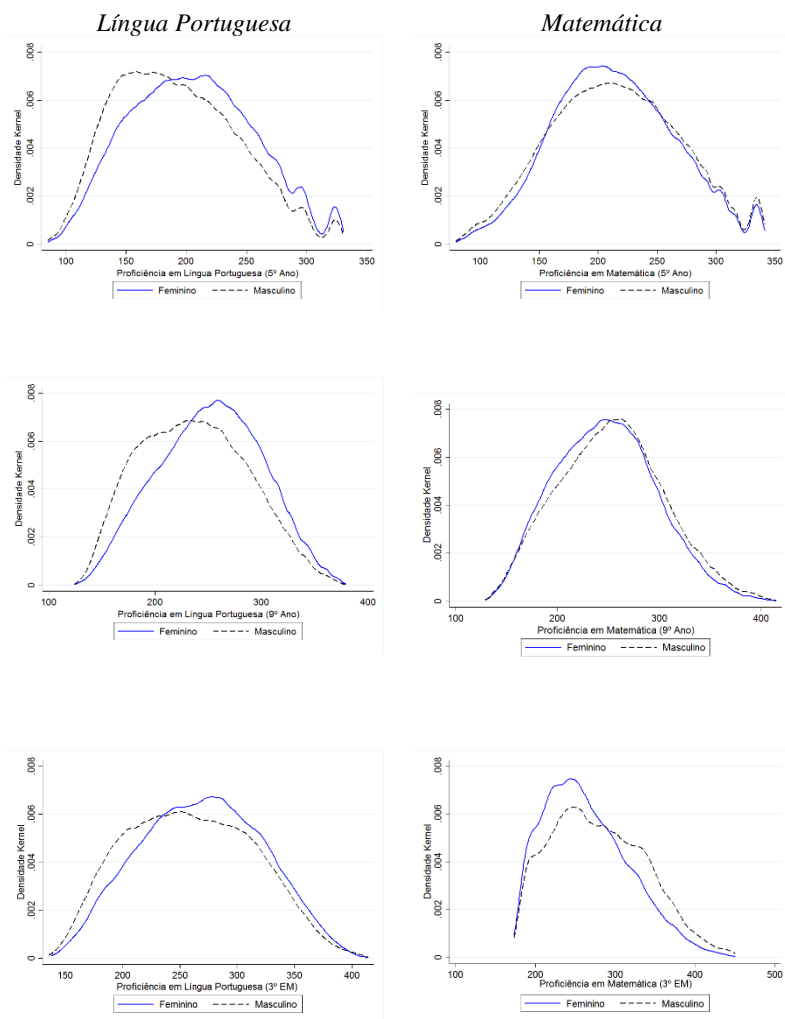
ao Ensino Fundamental. Destes, 52% são meninos. Nos 20% de matrículas restantes, associado ao Ensino Médio, a relação de sexo se inverte, com 54% dos matriculados sendo mulheres.

Buscando perseguir o primeiro dos objetivos específicos propostos pelo ensaio, esta seção explora a distribuição dos desempenhos, por sexo, nas provas de Língua Portuguesa e Matemática nas três séries avaliadas. Os resultados vão ao encontro do trabalho de Wilder e Powel (1989), assim como se aproximam das conclusões do PISA de 2015.

No que concerne à Língua Portuguesa, a Figura 13 e a Tabela 18 destacam que as meninas vão melhores que os meninos em todos os anos considerados da avaliação, ficando acima da pontuação média em mais de dez pontos e atingindo um máximo de diferença no 9º Ano. Além disso, elas também têm maiores médias de notas dentro dos quantis de desempenho. Nos valores extremos, a configuração é distinta: entre os piores resultados, os meninos possuem uma representação levemente acima das meninas, com pequenos desvios; entretanto, na cauda dos melhores desempenhos, a variabilidade é maior, sendo eles mais representativos apenas no pequeno intervalo das notas de proficiência mais altas do 3º Ano do Ensino Médio. Nos termos de Pinker (2010), a Língua Portuguesa não confirmaria, a rigor, médias semelhantes entre meninos e meninas, nem a maior presença dos homens nas extremidades da distribuição, com exceção do último ano do Ensino Básico.

Quanto à Matemática, ainda com referência à Figura 13 e Tabela 18, os resultados de desempenho também não aderem por completo às noções da curva de sino associados às avaliações cognitivas de Pinker (2010). Diferentemente da Língua Portuguesa, aqui são observados espaços em que as meninas possuem médias iguais ou mais altas que os meninos, como é o caso dos quantis mais baixos do 5º Ano. Nesta série, o comportamento da distribuição dos desempenhos é bastante próximo, especialmente nos quantis superiores a 50, com os meninos levemente acima. Abaixo disso, há um descolamento nos quantis menores, refletindo a maior presença masculina entre os piores desempenhos. No 9º Ano, a proximidade da distribuição das curvas também é mantida, com a maior divergência sendo percebida no 3º Ano do Ensino Médio. Neste, amplia-se a diferença entre as médias dos sexos, com maior representação masculina nos quantis mais altos, nos quais a discrepância atinge até 22 pontos.

Figura 13 – Distribuição dos desempenhos dos alunos, por sexo, disciplina e série avaliada



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela 18 – Desempenho dos alunos, por sexo, disciplina e série avaliada

	Série	Menino		Menina		♀/♂	
		Quesito	Média	D.P.	Média		D.P.
Língua Portuguesa	5º Ano	Média	192,25	280,10	204,99	276,36	1,07
		Quantil 1-10	116,52	27,20	122,92	29,89	1,05
		Quantil 11-25	141,58	18,37	153,09	19,09	1,08
		Quantil 26-50	170,03	25,39	185,31	25,18	1,09
		Quantil 51-75	207,07	34,89	221,87	30,29	1,07
		Quantil 76-90	243,43	31,39	256,06	26,65	1,05
	Quantil 91-100	285,74	66,27	295,33	49,26	1,03	
	9º Ano	Média	236,65	298,18	252,02	269,29	1,06
		Quantil 1-10	157,21	16,15	167,70	26,03	1,07
		Quantil 11-25	184,37	16,04	202,05	17,39	1,10
		Quantil 26-50	216,39	25,89	235,91	23,21	1,09
		Quantil 51-75	253,72	27,00	270,03	24,81	1,06
		Quantil 76-90	287,97	25,48	300,46	24,64	1,04
	Quantil 91-100	325,46	53,66	333,91	54,70	1,03	
	3º Ano do EM	Média	259,52	254,33	269,03	208,99	1,04
		Quantil 1-10	171,09	18,88	179,03	21,66	1,05
		Quantil 11-25	201,57	14,03	214,48	16,69	1,06
		Quantil 26-50	237,00	24,55	249,75	21,58	1,05
Quantil 51-75		279,38	24,41	288,36	23,70	1,03	
Quantil 76-90		316,81	21,46	323,00	17,41	1,02	
Quantil 91-100	355,61	44,00	359,75	34,84	1,01		
Matemática	5º Ano	Média	214,36	312,42	213,90	301,65	1,00
		Quantil 1-10	122,75	54,41	128,58	67,92	1,05
		Quantil 11-25	160,16	22,49	164,49	18,61	1,03
		Quantil 26-50	194,23	26,72	194,55	22,36	1,00
		Quantil 51-75	232,65	31,69	229,63	30,56	0,99
		Quantil 76-90	269,07	28,94	264,84	30,09	0,98
	Quantil 91-100	309,85	53,93	306,00	57,41	0,99	
	9º Ano	Média	253,20	348,32	247,75	321,49	0,98
		Quantil 1-10	167,60	23,08	167,52	18,94	1,00
		Quantil 11-25	201,13	15,26	197,88	12,91	0,98
		Quantil 26-50	235,12	23,31	229,47	20,96	0,98
		Quantil 51-75	269,70	20,91	263,64	23,48	0,98
		Quantil 76-90	302,74	24,80	295,27	26,19	0,98
	Quantil 91-100	346,50	110,79	337,53	108,08	0,97	
	3º Ano do EM	Média	279,56	274,34	264,66	223,27	0,95
		Quantil 1-10	191,40	11,23	189,28	12,14	0,99
		Quantil 11-25	219,21	16,19	212,01	12,10	0,97
		Quantil 26-50	253,27	21,56	240,31	15,57	0,95
Quantil 51-75		297,84	27,52	277,12	22,99	0,93	
Quantil 76-90		339,77	19,66	317,82	23,16	0,94	
Quantil 91-100	387,93	59,01	368,91	68,64	0,95		

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Estes resultados, embora bastante elucidativos das diferenças de desempenho entre os sexos, não confirmam a hipótese de comportamentos mais extremos dos meninos, seja na disciplina onde eles se sobressaem, como é o caso de Matemática, ou onde seu desempenho é menor. O que ocorre, na verdade, é que sua maior representação dar-se-á nas caudas que se associam ao comportamento médio – estão nos extremos mais altos em Matemática porque nesta as notas são melhores e, ao contrário, encontram-se nos mais baixos porque em Português apresentam desempenho pior. Tais resultados também foram observados por Machin e Pekkarinen (2008), para os quais os meninos predominam em dois dos quatro extremos possíveis, enquanto as meninas têm maior presença entre as maiores habilidades de Leitura e no reduzido desempenho de Matemática.

Em termos de comportamento médio, estes resultados confirmam os desempenhos observados por Menezes-Filho (2007), bem como sugerem que, no caso da Língua Portuguesa, há uma redução das diferenciais com o passar dos anos, enquanto na Matemática, meninos e meninas tornam-se mais distantes (esse comportamento será verificado a partir das regressões quantílicas da terceira etapa). Nesta disciplina, Fryer e Levitt (2009) também mostraram não haver diferenças entre os sexos no início da escolaridade, embora elas se acentuem conforme se avança no Ensino Básico. A justificativa para isso pode estar associada ao desenvolvimento cerebral e das diferenças inatas, assim como ao crescente distanciamento das meninas em relação à matemática, por não a perceberem como parte do comportamento feminino, o que seria apreendido e reforçado em termos de socialização.

Para a Língua Portuguesa, entretanto, as diferenças são percebidas especialmente nas fases iniciais da escolarização, o que pode estar associado com o maior estímulo que a linguagem evoca no cérebro feminino (OCDE, 2009). Como destacado por Wilder e Powell (1989), os meninos apresentam maiores dificuldades iniciais para aprenderem a ler, mas após atingirem os conhecimentos básicos da disciplina conseguem avançar *pari passu* com as meninas.

4.4.2 A distribuição de desempenho por sexo a partir de interações com variáveis sociais

Desde a execução do Relatório Coleman, em 1966, nos Estados Unidos, a relação do desempenho escolar com variáveis do entorno do aluno ganhou evidência, especialmente ao serem associadas ao contexto socioeconômico e interescolar (COLEMAN, 1966). Seguindo essa linha

e distanciando-se do aspecto essencialista do diferencial entre meninos e meninas, esta subseção explora algumas características escolares básicas e do entorno familiar dos estudantes avaliados, mediante os grupos a que os parâmetros foram classificados na metodologia⁴².

4.4.2.1 Localização e tipo de escola

O primeiro grupo, referente à localização e ao tipo de escola, está sintetizado nas Tabelas 19 e 20, com as figuras de distribuição de densidade *kernel* disponíveis no Apêndice J.

Em termos regionais, a distribuição das matrículas se dá de forma bastante próxima à representatividade da população, acentuando-se marginalmente nas regiões com maiores taxas de fecundidade e razão de dependência. Quase 40% delas estão no Sudeste, seguido pelo Nordeste (30%), Sul (13%), Norte (10%) e Centro-Oeste (7%). No que concerne aos estabelecimentos, a divisão se modifica, com o Nordeste passando a ser o mais representativo (quase 39% das escolas do país). Em seguida, estão Sudeste (31%), Sul (13%), Norte (12%) e Centro-Oeste (5%). Avaliados para os desempenhos, as médias colocam sempre Sul e Sudeste entre as melhores notas, o Centro-Oeste no meio, e Nordeste e Norte nas piores colocações, classificação esta que se mantém quando diferenciado os sexos.

Em Língua Portuguesa, a distância entre a média de meninos e meninas diminui conforme se avança para as maiores séries, mantendo-se a mesma configuração das caudas observada anteriormente – eles são mais representativos entre os alunos com piores notas e elas ocupam mais intensamente o extremo superior. Embora as diferenças regionais sejam acentuadas, é importante frisar que, no 9º Ano, o desempenho das meninas do Norte e Nordeste fica bastante próximo da distribuição masculina de notas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, voltando a se descolar no 3º Ano do Ensino Médio. Soma-se a isso o fato de que nos desempenhos acima da média em todas as séries analisadas, os meninos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que vão piores que as meninas das suas regiões, vão consideravelmente melhor que as meninas das demais regiões. Isso sugere que, embora as diferenças biológicas estejam presentes dentro das regiões, a diversidade regional (que traz consigo

⁴² O número de ocorrências de meninos e meninas nas características avaliadas para as três séries consideradas é encontrado no Apêndice I.

aspectos econômicos, culturais e sociais) pode funcionar como catalisador para melhorar os resultados educacionais.

Tabela 19 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo, localização e tipo de escola

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Região Sul	204,67	253,47	216,53	178,00	1,06
	Região Sudeste	204,52	295,25	218,14	292,37	1,07
	Região Centro Oeste	198,16	165,52	210,18	166,71	1,06
	Região Norte	175,67	154,03	187,34	156,09	1,07
	Região Nordeste	174,35	252,79	186,35	261,48	1,07
	Urbano	195,78	268,08	208,18	261,31	1,06
	Rural	164,99	224,42	178,86	250,12	1,08
	Escola Pública	186,03	209,87	198,93	192,74	1,07
	Escola Privada	225,64	151,48	236,01	149,50	1,05
9º Ano	Região Sul	241,76	218,81	258,40	181,96	1,07
	Região Sudeste	241,45	371,79	259,87	322,51	1,08
	Região Centro Oeste	240,10	166,54	257,71	159,52	1,07
	Região Norte	229,10	175,06	241,38	147,02	1,05
	Região Nordeste	226,70	209,06	238,76	217,21	1,05
	Urbano	238,54	299,95	253,94	269,28	1,06
	Rural	216,46	199,87	232,25	211,79	1,07
	Escola Pública	230,28	153,31	246,13	155,29	1,07
	Escola Privada	274,07	201,09	288,29	180,26	1,05
3º Ano do EM	Região Sul	262,88	141,87	278,43	125,71	1,06
	Região Sudeste	268,60	263,06	279,96	217,02	1,04
	Região Centro Oeste	263,19	132,63	273,00	136,83	1,04
	Região Norte	244,72	138,64	253,45	137,14	1,04
	Região Nordeste	246,43	137,89	253,94	138,55	1,03
	Urbano	260,41	252,61	269,81	208,20	1,04
	Rural	238,76	107,02	248,38	151,99	1,04
	Escola Pública	252,54	244,14	262,12	194,47	1,04
	Escola Privada	298,13	193,37	312,55	188,64	1,05

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

Para Matemática, a ordem de desempenho permanece a mesma, mas há a ampliação das diferenças regionais conforme se passa do 5º Ano para o 3º Ano do Ensino Médio, assim como se reforçam algumas diferenças entre os sexos intra-regionalmente. De modo geral, há maior proximidade entre meninos e meninas que estão nas regiões melhores avaliadas, com a representação masculina sendo levemente superior nas

caudas da distribuição. Este último fator não é observado completamente nas demais regiões, até porque o deslocamento entre as curvas já é mais evidente no 9º Ano. Por fim, a importância da regionalidade (e a similaridade de seus indicadores) é reforçada em Matemática – nos desempenhos acima da média, as meninas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que vão piores que os meninos das suas regiões, têm notas acima dos meninos das outras regiões.

Tabela 20 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo, localização e tipo de escola

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Região Sul	229,93	264,18	227,42	194,35	0,99
	Região Sudeste	229,11	326,87	228,54	316,34	1,00
	Região Centro Oeste	221,28	180,09	217,98	171,16	0,99
	Região Norte	193,53	176,19	193,70	157,08	1,00
	Região Nordeste	192,89	282,22	193,51	279,35	1,00
	Urbano	218,36	294,40	217,14	280,32	0,99
	Rural	183,47	270,96	187,31	309,89	1,02
	Escola Pública	208,13	240,67	207,99	217,49	1,00
	Escola Privada	247,80	170,30	244,11	159,17	0,99
9º Ano	Região Sul	259,23	244,76	255,47	214,16	0,99
	Região Sudeste	259,03	438,38	257,07	397,07	0,99
	Região Centro Oeste	256,61	185,77	251,77	180,00	0,98
	Região Norte	241,45	174,33	232,17	137,76	0,96
	Região Nordeste	242,30	249,50	233,60	243,91	0,96
	Urbano	255,02	354,30	249,65	325,99	0,98
	Rural	233,71	205,47	228,29	217,61	0,98
	Escola Pública	245,73	157,78	240,62	158,71	0,98
	Escola Privada	297,10	245,78	291,64	221,58	0,98
3º Ano do EM	Região Sul	288,40	157,56	278,12	129,61	0,96
	Região Sudeste	287,75	290,00	274,40	242,66	0,95
	Região Centro Oeste	284,21	134,45	269,46	152,44	0,95
	Região Norte	260,07	128,91	246,32	111,85	0,95
	Região Nordeste	266,22	145,53	250,10	121,82	0,94
	Urbano	280,44	272,65	278,12	129,61	0,95
	Rural	259,13	142,01	274,40	242,66	0,95
	Escola Pública	270,84	254,52	256,56	197,99	0,95
	Escola Privada	327,84	256,47	315,65	245,06	0,96

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

No que concerne aos espaços onde as escolas se localizam, a diferença entre o número de matrículas nos estabelecimentos urbanos e rurais é extremamente grande, com menos de 12% deles estando localizados fora das cidades. Este valor vai diminuindo conforme se avança na educação básica – é de 17% nas séries iniciais e 11% nas séries finais do Ensino Fundamental, passando para apenas 4% no Ensino Médio. A menor representatividade, assim como capacidade estrutural, acaba por se refletir em piores desempenhos nas escolas rurais em comparação às instituições urbanas.

Em Língua Portuguesa, as distribuições das notas são bastante descoladas, embora se mantenha, dentro dos grupos, a relação de que as meninas vão melhores na disciplina. Nos extremos inferiores, os meninos das escolas urbanas e rurais tem piores notas que as meninas das duas áreas no 9º Ano e no 3º Ano do Ensino Médio, o que sugere o reforço masculino nos menores desempenhos conforme se avança na trajetória escolar. Na região superior, entretanto, as distâncias permanecem grandes, invertendo-se a ordem de gênero quando se compara os meninos das zonas urbanas e as meninas das zonas rurais.

Para Matemática, as diferenças de sexo intra-urbano e intra-rural são pequenas, sendo mais perceptível a representação masculina nas caudas da distribuição (inferior e superior). A separação entre os desempenhos das escolas urbanas e rurais, entretanto, é considerável, ficando mais entrelaçadas apenas no 3º Ano do Ensino Médio. Neste, as meninas das zonas urbanas têm suas notas distribuídas de forma muito próxima aos meninos das zonas rurais.

Tais relações reforçam que o diferencial de desempenho atribuído aos sexos é constante nas zonas rurais e urbanas, mas os melhores resultados parecem ser também efeito das características que as escolas urbanas trazem consigo, o que possibilita aos meninos irem melhor que as meninas rurais em português, acontecendo o inverso no caso de matemática. Muito provavelmente esse resultado se associa, para além do efeito da urbanização, às condições que as escolas fornecem aos alunos. De acordo com Lewis e Lockheed (2008), o isolamento geográfico, que impacta a manutenção da escola rural, bem como sua qualidade, afeta o processo de participação e aprendizagem dos alunos, o que pode se somar a outras bases de exclusão social. No Brasil, em muitos destes espaços não há biblioteca, energia elétrica, rede de esgoto, banheiros adequados e computadores, além de os professores serem extremamente mal remunerados. Sátyro e Soares (2007) destacam que, embora tenha havido melhorias ao longo dos anos 2000, a educação no campo ainda está

apoiada em recursos muito inferiores aos observados na zona urbana, o que deve se correlacionar ao atraso educacional.

A última delimitação refere-se ao diferencial entre os desempenhos das escolas públicas e privadas. De acordo com o Censo Escolar de 2013, o número de estabelecimentos se distribui no seguinte formato: quase 64% são escolas municipais, 20% são estaduais, 16% são particulares e apenas 0,3% são federais. Nestas, 45,9% das matrículas estão nas escolas municipais, 37% nas escolas estaduais, 16,5% nas privadas e o restante nas instituições federais, sendo que nas séries iniciais há um predomínio das escolas municipais (68,3%), passando para as estaduais nas séries finais do Ensino Fundamental (45,8%) e acentuando-se ainda mais no Ensino Médio (84,8%). Além disso, no Ensino Fundamental, 12,5% das matrículas das escolas públicas correspondem a vagas em tempo integral, representatividade que é de 2,1% nas escolas privadas (funcionalidade esta que teve um acréscimo de 45,2% entre 2010 e 2013).

Em termos de desempenho, há uma grande diferença entre o aluno estudar em escola pública ou particular. Embora as médias de meninos e meninas em cada segmento e série analisada sejam próximas, os diferenciais médios entre os tipos de escola ampliam-se conforme o período da trajetória escolar, acentuando-se ainda mais em Matemática: a diferença de média passa de 39 pontos entre os meninos e 37 entre as meninas no 5º Ano, para 57 e 59 pontos, respectivamente, no 3º Ano do Ensino Médio. Em geral, isso se aproxima das conclusões de Andrade, Franco e Carvalho (2003), já que embora as diferenças variem no tipo de escola, nas privadas a discrepância entre meninos e meninas é menor quanto comparado às escolas públicas.

As lacunas de desempenho de sexo por tipo de escola não são muito acentuadas em nenhuma das disciplinas, mas o impacto da qualidade escolar sobre as meninas em matemática e sobre os meninos em Língua Portuguesa das escolas particulares evidencia que as experiências vivenciadas no ambiente escolar podem modificar sobremaneira a relação dos alunos com as matérias em que o sexo, por si só, delimitaria maiores dificuldades de aprendizagem. Isso vai ao encontro do trabalho de Menezes-Filho (2007), que também destaca que entre 10% e 30% do diferencial de desempenho dos alunos das escolas públicas se relaciona às características das escolas, ficando o restante associado às distinções entre os alunos e suas famílias. Este tipo de relação será explorado no ensaio a partir de agora.

4.4.2.2 Características da organização familiar

O segundo grupo, que aborda a relação do desempenho escolar de meninos e meninas com as características da organização familiar, está sintetizado nas Tabelas 21 e 22, com as figuras de distribuição de densidade *kernel* disponíveis no Apêndice L.

Tabela 21 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e características da organização familiar

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Branco	203,72	243,48	217,33	256,23	1,07
	Não-branco	188,59	215,71	200,63	201,87	1,06
	Pai e mãe	197,22	271,69	209,96	255,81	1,06
	Sem os pais	188,21	163,11	200,48	170,17	1,07
	Somente pai	181,79	172,98	193,86	93,67	1,07
	Somente mãe	191,10	157,71	202,84	164,05	1,06
9º Ano	Branco	248,76	329,05	263,86	279,81	1,06
	Não-branco	230,78	172,92	246,16	170,60	1,07
	Pai e mãe	238,41	292,62	255,18	257,62	1,07
	Sem os pais	234,57	157,91	248,56	163,03	1,06
	Somente pai	232,84	112,38	248,79	101,42	1,07
	Somente mãe	236,34	158,47	250,98	144,43	1,06
3º Ano do EM	Branco	272,13	245,58	283,80	192,04	1,04
	Não-branco	251,76	152,56	260,33	136,69	1,03
	Pai e mãe	261,68	248,61	273,43	184,35	1,04
	Sem os pais	257,37	142,90	264,92	145,60	1,03
	Somente pai	255,38	87,52	272,63	118,26	1,07
	Somente mãe	263,26	140,93	273,48	136,83	1,04

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

A variável referente à cor da pele é bastante representativa da forma como o sexo é impactado por sua interseção com a raça. Além das grandes diferenças observadas entre meninos e meninas brancos (e entre os não brancos), que se amplia conforme se avança na trajetória escolar, a discrepância existente para o mesmo sexo entre os grupos raciais também é considerável. Os indivíduos não brancos possuem desempenho inferior àquele observado pelos brancos em ambas as disciplinas e em todos os períodos analisados, estando mais presentes na primeira metade da distribuição. Isso continua confirmando o trabalho de Soares e Alves (2003) e vai de encontro com os resultados observados por Carvalho

(2004), para a qual o desempenho dos meninos negros é inferior a todos os demais. A divisão da análise por disciplina mostra que, em Língua Portuguesa, essa relação se reafirma, porque, dado que os negros têm piores desempenhos e que as meninas vão melhor, eles estariam nas piores colocações. Entretanto, para Matemática, os estratos inferiores são ocupados de forma equitativa pelos dois sexos, com exceção ao 5º Ano.

Tabela 22 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e características da organização familiar

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Branco	226,42	269,03	226,68	268,81	1,00
	Não-branco	210,83	236,54	209,43	218,81	0,99
	Pai e mãe	219,95	292,25	219,22	280,95	1,00
	Sem os pais	210,13	196,95	209,19	169,39	1,00
	Somente pai	203,04	167,75	202,62	94,71	1,00
	Somente mãe	213,44	175,98	211,64	162,07	0,99
9º Ano	Branco	266,45	390,56	260,87	339,10	0,98
	Não-branco	246,78	192,09	241,26	186,94	0,98
	Pai e mãe	255,82	338,05	251,69	310,00	0,98
	Sem os pais	249,96	187,47	243,44	177,00	0,97
	Somente pai	249,23	117,60	242,81	102,10	0,97
	Somente mãe	251,75	178,69	246,03	172,10	0,98
3º Ano do EM	Branco	293,72	271,20	279,97	213,30	0,95
	Não-branco	270,88	160,90	255,58	134,51	0,94
	Pai e mãe	283,25	268,60	269,40	200,65	0,95
	Sem os pais	274,93	149,85	260,15	144,74	0,95
	Somente pai	279,08	96,24	267,46	92,45	0,96
	Somente mãe	279,56	147,98	267,79	137,86	0,96

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

Para Menezes-Filho (2007), esse diferencial racial está relacionado às características familiares não observáveis, como a menor educação dos pais e níveis de renda mais baixos, dada sua concentração nos estratos inferiores da pirâmide social. Além disso, em termos de retorno esperado, o autor cita a possibilidade de os não-brancos serem menos esforçados, porque não veem o estudo impactando sobremaneira a sua vida – no limite, possuem níveis de repetência mais elevados, chegando ao ponto de sair do sistema escolar com menor número de anos de estudos completos em relação às crianças brancas (HASEMBALG e SILVA, 1990). Essa poderia ser uma das justificativas para que os pontos de maior

contato entre os grupos se deem nos maiores estratos dos 5º e 9º Anos de Português, quando as meninas têm desempenho próximo ao dos meninos brancos, e no 3º Ano do Ensino Médio, quando os meninos negros ficam próximos das meninas brancas.

Como já sugerido, a família tem importantes impactos na trajetória educacional das crianças, de tal modo que a coabitação com os pais pode implicar em desempenhos escolares diferenciados. Isso é especialmente importante diante do movimento de reestruturação dos arranjos familiares, com ampliação do papel da mulher como chefe de família – haja vista o crescimento do número de lares chefiados por elas (37,3% conforme dados do último Censo (IBGE, 2014)) –, assim como redução do número de casamentos, ampliação dos divórcios, queda na taxa de fecundidade, crescimento das famílias monoparentais e homoafetivas (DOS SANTOS, 2008).

Para fins de análise, consideraram-se as seguintes situações: viver apenas com um dos pais ou com ambos, e também não morar com nenhum deles. Entre os meninos, a presença de pai e mãe na família se traduz em maiores desempenhos médios em praticamente todas as situações analisadas (com exceção de, no 3º Ano do Ensino Médio, a média de Português ser maior entre os que vivem apenas com a mãe). Depois disso, a melhor estrutura em termos de desempenho estaria em morar apenas com a mãe. Curiosamente, o efeito de morar apenas com o pai se traduz nas mais baixas médias, atrás de não morar com nenhum dos pais. Isso pode estar associado ao fato de, culturalmente, convergirem dois traços culturais bastante arraigados: aquele que coloca a criação dos meninos como mais fácil, por não precisar tanta interferência em seu desenvolvimento; e aquele que associa a criação paterna como mais liberal, sem tantas regras domésticas. É possível que ocorram menores cobranças dos pais aos filhos quando estes vivem sozinhos o que, conseqüentemente, se refletiria em menores notas. Ao não morar com nenhum dos pais, no caso contrário, alguém deve assumir a postura materna e/ou paterna, dando continuidade à noção de parentesco direto. Da parte das meninas, por outro lado, o efeito paterno é mais significativo, estando ela em pior situação quando não vive com nenhum dos pais. A presença de pai e mãe se constitui na situação ótima, que está bastante próxima do desempenho médio observado quando elas vivem apenas com as mães.

Em termos da distribuição de densidade, a comparação entre morar com pai e mãe e não estar nessa situação (o que agrupa quem mora com apenas um deles ou com nenhum) indica uma aderência grande entre as curvas, especialmente nas maiores séries, no caso de Língua Portuguesa,

ou nas séries mais baixas, no caso de Matemática, com a diferença entre elas indicando os efeitos positivos de ter ambos os pais na residência. Quando se confronta o fato de morar apenas com um dos pais, retoma-se as conclusões em termos de desempenho médio – nas maiores notas, morar apenas com a mãe desloca para a direita a curva de distribuição, sendo seu efeito particularmente maior no 5º Ano.

A dinâmica de organização familiar mostra-se relevante porque implica na compreensão da família como um instrumento de reprodução de valores simbólicos (cultura, costumes e normas), mas principalmente na variação de bem-estar de seus integrantes. Cabe destacar, entretanto, que além da presença materna ou paterna, o número de indivíduos que habitam a residência tem grande importância, especialmente no que concerne às preferências em relação às oportunidades dos membros da família quanto a fatores como educação, saúde e alimentação, por exemplo, que influenciam a qualidade de vida dos envolvidos (CARVALHO e KASSOUF, 2009; SEN, 1987). Tais informações podem ser encontradas na Tabela 1 do Apêndice L.

O desempenho médio de meninos e meninas em todos os anos e séries consideradas desenha um comportamento côncavo – se amplia conforme aumenta o número de indivíduos, atingindo um valor máximo nas famílias compostas por 4 pessoas, a partir do qual as notas médias começam a se reduzir. É interessante notar que esse tamanho seria a família tradicional – pai, mãe e dois filhos, o que está bastante próximo da taxa de fecundidade do país (considerando que, em 2013 – ano de realização da prova – os alunos teriam nascido entre, no mínimo, 1995 e 2013).

4.4.2.3 Contexto familiar

O terceiro grupo, refere-se ao contexto familiar, que tenta caracterizar a família a partir das condições de renda e formação dos pais, assim como da necessidade de a criança ter que exercer uma atividade remunerada fora da esfera do lar. A partir disso, as Tabelas 23 e 24 trazem as informações referentes ao desempenho dos alunos quando perpassados pelas configurações selecionadas, enquanto o Apêndice M traz as figuras de distribuição de densidade *kernel*.

Como era esperado, filhos com mães e pais mais escolarizados possuem desempenhos médios mais altos, com a diferença entre a mãe ter Ensino Superior e não saber ler nem escrever de até 63 pontos entre os meninos e de 66 entre as meninas (que, no caso dos pais, passa para 69 e 74, respectivamente). Em termos de distribuições de densidade, há

deslocamentos para a direita, mantendo-se a estrutura de sexo já observada – meninos vão melhor que as meninas em Matemática e elas tem maiores notas em Língua Portuguesa.

Tabela 23 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e contexto familiar

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Mãe com ES	212,99	280,00	227,15	252,89	1,07
	Mãe lê/escreve	194,79	270,07	207,29	270,27	1,06
	Mãe não lê/escreve	162,50	104,90	173,79	95,02	1,07
	Pai com ES	210,94	291,02	225,02	280,43	1,07
	Pai lê/escreve	196,01	269,14	208,54	261,98	1,06
	Pai não lê/escreve	167,02	96,53	178,52	132,94	1,07
	Tem carro	201,65	272,55	215,82	263,28	1,07
	Não tem carro	180,32	167,71	192,14	166,68	1,07
	Trabalha fora	165,36	140,23	168,54	122,78	1,02
	Não trabalha fora	200,76	259,61	209,84	256,05	1,05
9º Ano	Mãe com ES	260,52	353,72	280,14	255,01	1,08
	Mãe lê/escreve	237,93	296,96	253,87	266,24	1,07
	Mãe não lê/escreve	214,26	86,12	225,43	81,62	1,05
	Pai com ES	262,71	359,22	281,61	264,60	1,07
	Pai lê/escreve	239,20	296,81	255,23	264,97	1,07
	Pai não lê/escreve	216,12	92,84	227,93	97,33	1,05
	Tem carro	243,54	331,25	262,25	284,67	1,08
	Não tem carro	227,23	140,32	240,88	137,24	1,06
	Trabalha fora	221,93	152,32	241,66	130,79	1,09
	Não trabalha fora	241,46	301,64	253,61	270,09	1,05
3º Ano do EM	Mãe com ES	285,42	195,47	302,09	177,02	1,06
	Mãe lê/escreve	261,15	254,27	271,60	205,53	1,04
	Mãe não lê/escreve	231,48	77,21	239,05	87,19	1,03
	Pai com ES	293,37	216,57	309,39	154,26	1,05
	Pai lê/escreve	262,50	255,32	273,30	208,65	1,04
	Pai não lê/escreve	236,20	84,53	240,14	80,49	1,02
	Tem carro	267,11	275,75	281,95	219,94	1,06
	Não tem carro	249,07	126,79	256,17	122,38	1,03
	Trabalha fora	247,02	126,92	260,74	125,71	1,06
	Não trabalha fora	268,89	260,68	272,80	196,54	1,01

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

Tabela 24 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e contexto familiar

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Mãe com ES	236,11	317,38	236,04	285,19	1,00
	Mãe lê/escreve	217,33	299,83	216,27	293,69	0,99
	Mãe não lê/escreve	180,41	139,44	182,59	111,15	0,99
	Pai com ES	234,17	347,69	234,48	306,31	1,00
	Pai lê/escreve	218,67	297,63	217,52	283,01	0,99
	Pai não lê/escreve	186,77	130,32	187,76	153,84	1,00
	Tem carro	225,30	299,44	225,50	282,80	1,00
	Não tem carro	200,47	194,00	200,14	179,40	0,99
	Trabalha fora	188,05	191,48	180,17	142,71	0,95
	Não trabalha fora	223,15	282,45	218,63	278,09	0,98
9º Ano	Mãe com ES	280,59	440,86	280,95	349,76	1,00
	Mãe lê/escreve	254,57	349,59	249,62	321,33	0,98
	Mãe não lê/escreve	229,28	85,78	220,91	84,12	0,96
	Pai com ES	283,45	462,63	282,78	335,54	0,99
	Pai lê/escreve	255,97	350,51	251,03	320,63	0,98
	Pai não lê/escreve	232,12	91,83	224,05	91,06	0,96
	Tem carro	261,72	389,06	259,72	350,93	0,99
	Não tem carro	241,55	144,19	234,72	137,40	0,97
	Trabalha fora	241,30	168,39	240,17	136,63	0,99
	Não trabalha fora	257,34	361,47	249,07	321,12	0,96
3º Ano do EM	Mãe com ES	311,16	226,76	301,57	211,91	0,96
	Mãe lê/escreve	281,35	274,01	267,11	224,70	0,94
	Mãe não lê/escreve	248,36	80,94	235,89	61,64	0,95
	Pai com ES	322,18	256,95	311,01	205,62	0,96
	Pai lê/escreve	282,81	275,17	268,61	229,67	0,95
	Pai não lê/escreve	253,42	91,30	237,50	63,57	0,93
	Tem carro	290,43	295,34	278,72	242,46	0,96
	Não tem carro	264,58	117,53	250,66	106,74	0,94
	Trabalha fora	267,40	149,23	257,71	122,05	0,96
	Não trabalha fora	288,86	283,30	267,81	214,18	0,92

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

De acordo com Barros et al. (2001), a forte correlação entre o nível de escolaridade dos pais e dos filhos (embora aqui isso seja ampliado para as questões de desempenho) está associada ao prazer de ver as crianças aprendendo, de tal modo que pais mais escolarizados atribuem maior valor a essa atividade. No que concerne especificamente à educação

materna, Menezes-Filho (2007) afirma que, além da escolaridade da mãe ser a variável mais importante no desempenho dos alunos, ela também se constitui, quando várias mães de uma mesma escola têm alta escolaridade, em instrumento de pressão sobre a qualidade do ensino, o que impacta indiretamente o desempenho final de seus filhos. O efeito geral dependerá, conforme Kambhampati (2009), do nível de equidade de gênero que é observada na região onde a família vive, de modo que altos níveis de equidade reforçam a autonomia materna, enquanto grandes diferenças reduzem as possibilidades de elas interferirem na vida educacional dos filhos.

Juntamente ao nível de escolaridade dos pais, a renda aparece como um dos principais fatores que influenciam o desempenho dos filhos, já que ela pode se manifestar na infância como característica meramente financeira ou mesmo como característica cultural quando há um diferencial de tratamento entre os sexos. Tem-se, nesse caso, um problema de alocação de recursos escassos quanto ao investimento em educação, que leva em conta, segundo Sen (2000), as convenções estabelecidas, os sistemas de valores da comunidade e o papel econômico e o ganho de poder das mulheres. Nesse sentido, nas palavras de Beltrão (2002, p.1), “(...) quanto menor a renda familiar, menor o número de meninas na escola proporcionalmente ao de meninos”⁴³.

Como o questionário do Saeb não possui uma pergunta voltada diretamente à renda, utiliza-se neste ensaio como *proxy* para ela o fato de a família ter, ou não, carro. Ciente das limitações dessa variável, acredita-se que ela capte o ponto de inflexão entre as crianças de mais baixa renda daquelas que pertencem às famílias com condições de manter este bem de consumo, o que indicaria um poder aquisitivo maior.

Com relação ao desempenho médio, a presença de carro demonstra um impacto positivo em todas as séries avaliadas, assim como nas duas disciplinas, tendo maior variação entre as meninas (o que pode ir ao encontro da ideia de que rendas menores promovem pior alocação de

⁴³ Alguns trabalhos comprovam empiricamente tais relações, como foi evidenciado por Garg e Morduch (1998): a presença de um irmão reduz a chance de a irmã frequentar o segundo grau, situação que piora quando a composição do número de filhos é de uma menina para dois meninos. De acordo com Madeira (1997), nas classes de renda mais altas, as famílias tendem a buscar uma igualdade de oportunidade para seus filhos, independente do sexo, enquanto nas mais baixas, as expectativas educacionais são diferenciadas de acordo com o sexo.

recursos para elas). Nas distribuições de frequência, a presença de carro desloca para a direita as curvas por sexo, embora mantendo-se as relações de desempenho entre eles. Aqui, assim como nos casos anteriores, há o domínio dos meninos nas extremidades que estão de acordo com a relação de comportamento médio na disciplina em questão, embora as médias dos sexos dentro dos grupos avaliados sejam, de fato, muito próximas.

Para Barros et al. (2001), assim como é identificado para a variável em questão, o impacto da existência de carro (ou maior renda), apesar de importante, é menor que a escolaridade dos pais. Isso ocorre porque os maiores níveis educacionais têm a capacidade de elevar a renda de forma permanente, enquanto a renda em si reflete uma fotografia no tempo que pode influenciar o desempenho de forma transitória.

A principal limitação da utilização da *proxy* neste ensaio é que ela não capta os diferenciais dentro dos grupos, especialmente com relação aos mais desprovidos de recursos. Dado que, para estes, o volume de investimentos em educação é menor, cria-se um ciclo de exclusão social no formato da transmissão intergeracional da pobreza, que tende a impactar, em especial, as mulheres. A fim de captar parte do efeito das menores rendas, faz-se um comparativo dos desempenhos entre aqueles que exercem alguma atividade remunerada fora da residência, dando-se especial atenção ao 5º e 9º Anos, já que no 3º Ano do Ensino Médio o número de jovens que concilia educação e trabalho é bastante considerável.

A realização de trabalho remunerado implica em uma piora das médias de desempenho, o que deve estar atrelado ao menor tempo disponível para os estudos. Este resultado traz impactos maiores para as mulheres, embora isso não seja tão visível em termos da distribuição de densidades. Nesta, o principal efeito é sentido no 5º Ano (em Língua Portuguesa e Matemática), com uma mudança no formato das curvas quando se compara os alunos que trabalham com aqueles que só estudam – de um lado assume a feição leptocúrtica com assimetria positiva e, de outra, apresenta distribuição praticamente simétrica, de tal modo a ser visível a concentração dos trabalhadores infantis entre os mais baixos desempenhos, independentemente de serem meninos ou meninas. Isso vai ao encontro dos resultados obtidos por Ono (2015), que avalia o desempenho nas avaliações entre 2007 e 2011. Se as relações anteriores mostraram como determinadas variáveis tem a capacidade de minimizar as diferenças de gênero, ampliando a qualidade e o aproveitamento geral dos estudantes, a relação com trabalho remunerado aproxima os sexos em seu sentido mais negativo, ao piorar a situação de ambos.

4.4.2.4 Características da organização familiar

O quarto e último grupo busca trazer, para além das considerações já feitas, uma contribuição aos aspectos da relação familiar com o desempenho escolar, mediante o qual é possível, *a priori*, esperar algum impacto diferenciado sobre as notas e sobre os sexos. As Tabelas 25 e 26 sintetizam as estatísticas básicas e as distribuições de densidade completas podem ser encontradas no Apêndice N.

Tabela 25 – Estatísticas descritivas da avaliação de Língua Portuguesa, por sexo e relação familiar

Série	Questito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Trab. Doméstico	184,48	168,02	199,52	161,69	1,08
	Não Trab. Doméstico	197,96	256,81	210,99	265,27	1,06
	Tem empregada	193,58	326,58	208,18	367,27	1,07
	Não tem empregada	193,13	226,98	205,39	228,46	1,06
	Pais conversam	194,05	266,90	206,74	262,52	1,06
	Pais não conversam	192,29	156,82	202,46	166,31	1,05
	Pais vão à reunião	197,68	269,97	211,05	244,24	1,06
	Pais não vão à reunião	185,47	202,57	195,96	225,66	1,05
9º Ano	Trab. Doméstico	236,54	177,97	250,59	162,52	1,0
	Não Trab. Doméstico	237,33	299,76	255,00	288,31	1,04
	Tem empregada	235,25	436,68	249,68	351,67	1,06
	Não tem empregada	237,30	215,31	252,78	229,50	1,06
	Pais conversam	236,49	286,52	252,93	259,35	1,07
	Pais não conversam	239,18	152,33	250,78	152,35	1,04
	Pais vão à reunião	238,24	239,35	253,95	217,55	1,06
	Pais não vão à reunião	234,61	263,85	249,58	241,26	1,06
3º Ano do EM	Trab. Doméstico	255,94	212,12	264,20	170,85	1,03
	Não Trab. Doméstico	261,74	202,27	278,35	183,16	1,06
	Tem empregada	258,47	158,05	268,54	130,36	1,03
	Não tem empregada	260,21	242,91	269,68	199,49	1,03
	Pais conversam	260,29	230,56	271,35	194,21	1,04
	Pais não conversam	259,20	145,07	264,29	115,31	1,02
	Pais vão à reunião	260,60	201,14	270,74	154,91	1,03
	Pais não vão à reunião	258,63	193,24	267,74	174,31	1,03

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

Dentre as variáveis selecionadas, é possível estabelecer duas linhas de análise – aquela associada às responsabilidades domésticas e as que

referenciam a relação direta do interesse dos pais com a escolaridade dos filhos. Na primeira, a realização de mais de uma hora diária de trabalho doméstico tem efeitos negativos, tanto para meninos quanto para meninas, embora a representatividade delas entre os que se enquadram nessa característica seja superior em todas as séries analisadas.

Tabela 26 – Estatísticas descritivas da avaliação de Matemática, por sexo e relação familiar

Série	Quesito	Menino		Menina		♀/♂
		Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Trab. Doméstico	206,02	193,34	208,91	168,62	1,01
	Não Trab. Doméstico	220,80	286,87	219,83	282,17	0,99
	Tem empregada	215,72	356,66	218,39	371,87	1,01
	Não tem empregada	215,51	247,35	214,18	238,46	0,99
	Pais conversam	216,47	293,49	215,84	292,78	0,99
	Pais não conversam	214,81	173,24	210,87	143,43	0,98
	Pais vão à reunião	220,04	296,44	220,01	269,47	1,00
	Pais não vão à reunião	207,26	227,96	204,79	232,39	0,98
9º Ano	Trab. Doméstico	252,47	198,49	246,29	181,78	0,97
	Não Trab. Doméstico	254,35	346,52	250,92	364,11	0,98
	Tem empregada	254,38	500,44	249,83	411,06	0,98
	Não tem empregada	253,44	238,89	247,95	264,64	0,97
	Pais conversam	253,30	333,80	248,95	313,18	0,98
	Pais não conversam	255,17	187,94	245,61	181,76	0,96
	Pais vão à reunião	254,70	264,92	249,71	252,41	0,98
	Pais não vão à reunião	251,29	302,87	245,28	288,83	0,97
3º Ano do EM	Trab. Doméstico	274,86	145,67	259,36	138,20	0,94
	Não Trab. Doméstico	282,41	262,80	274,65	233,40	0,97
	Tem empregada	282,87	190,35	268,78	159,41	0,95
	Não tem empregada	279,72	256,53	264,90	207,99	0,94
	Pais conversam	279,67	256,13	267,40	208,74	0,95
	Pais não conversam	281,10	149,01	258,34	112,97	0,91
	Pais vão à reunião	279,37	229,30	266,56	170,94	0,95
	Pais não vão à reunião	279,71	189,34	263,22	177,08	0,94

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

Este impacto não surpreende, haja vista que, embora realizado na residência, o trabalho rivaliza com o tempo disponível para as atividades educacionais. A queda de rendimento implica em notas mais homogêneas dentro deste grupo do que quando comparado aos que não realizam essa atividade, mas é percebida diferentemente de acordo com o sexo. Para os

meninos, o maior efeito negativo sobre o desempenho se dá, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática, no 5º Ano, enquanto para as meninas, sendo os impactos bastante semelhantes no primeiro ano da análise, tornam-se ainda maiores no 3º Ano do Ensino Médio. Em termos de distribuição, a realização de trabalho doméstico indica um deslocamento da curva para a esquerda, de tal modo a permitir, por exemplo, que o desempenho das meninas do 5º Ano que trabalham em casa e o de meninos que não trabalham seja praticamente o mesmo em Língua Portuguesa, enquanto em Matemática a superposição se dá entre os que exercem tal atividade.

Essa configuração pode ser um indicativo de que, enquanto são crianças, as atividades delegadas a meninos e meninas não são tão distintas, ampliando-se a responsabilidade feminina conforme elas crescem. Além de poder assumir tarefas mais importantes à dinâmica familiar, quando comparado ao que exercia quando estava na faixa dos 10-11 anos, pode estar havendo um reforço da divisão sexual do trabalho, de tal modo que as jovens passem a tomar para si as tarefas que antes eram realizadas, em sua maioria, pela mãe.

De acordo com Rosemberg (2001), esse *adultocentrismo* das meninas exerceria sobre elas um efeito no desempenho escolar que é semelhante ao que o trabalho doméstico cumpre nas adultas em relação ao mercado de trabalho. A dificuldade em se avançar politicamente nessa discussão decorre dos reflexos culturais sobre a divisão de tarefas e da invisibilidade que assumem quando são realizadas na esfera doméstica, o que coloca o diferencial de desempenho como uma constante que poderia vir a ser minimizada a partir da modificação dos papéis de gênero, assim como pela provisão de serviços públicos que facilitem as funções domésticas.

Nas famílias de renda mais alta, o substituto para o trabalho doméstico infantil é o emprego doméstico. O que se observa, entretanto, é que seus impactos nas médias de desempenho são muito baixos, beneficiando as mulheres de forma marginal. Ainda assim, em termos de distribuição, revelam-se maiores deslocamentos das curvas nas extremidades superiores, especialmente a partir do 9º Ano. Este efeito, entretanto, pode ser decorrência do menor dispêndio de tempo em atividades do lar, mas também pode captar o efeito renda, já que a manutenção de um funcionário fixo na residência implica em grandes dispêndios financeiros da família.

Dada as relações em termos de trabalho doméstico, resta avaliar de que modo a interação dos pais com os filhos quanto à vida escolar tem representado em modificação nas avaliações. Para a primeira variável,

referente à existência de conversa sobre o dia a dia na escola, há um efeito contraditório: entre os meninos, na maioria dos casos, identifica-se um impacto negativo nas médias de desempenho, enquanto para as meninas os efeitos são positivos, embora pequenos. Esse comportamento pode estar relacionado aos perfis sexuais assumidos pelos sexos no sistema escolar, para os quais as meninas seriam mais bem-comportadas, escutando e seguindo mais facilmente os conselhos da família, enquanto os meninos, por serem mais indisciplinados, tenderiam a ir contra as orientações (SILVA et al., 1999).

As distribuições de densidade, por seu turno, não melhoram sobremaneira a compreensão do fenômeno porque há uma quase sobreposição entre as curvas quando se compara os alunos que têm pais que dialogam sobre o contexto escolar com aqueles em que isso não ocorre, mas é possível observar, novamente, maiores impactos sobre as últimas faixas da distribuição. Neste caso, é presumível que os filhos têm melhores notas porque os pais os incentivam, mas também pode ocorrer um ciclo de reforço no qual os pais conversam justamente porque os filhos apresentam um destaque na trajetória escolar.

Além deste envolvimento espontâneo, é factível confrontá-lo com aquele que assume um formato mais compulsório, a partir da presença dos pais nas reuniões escolares. Esta forma de participação, ao contrário da anterior, tem impactos positivos em todas as médias de desempenho avaliadas, tanto para meninos quanto para meninas, embora não desloque acentuadamente o comportamento das distribuições. O que se percebe, entretanto, é que o efeito é especialmente maior no 5º Ano em Língua Portuguesa e Matemática, talvez porque nesta etapa, dada a maior dependência dos alunos em função da menor idade, a participação mais próxima da família com a escola possa representar uma maior cobrança dos filhos, assim como um maior conhecimento do que se está passando em sala de aula.

Nos demais anos, perde-se esse caráter, muito provavelmente porque os filhos sentem menos a influência da disciplina dos pais. Este caso talvez seja elucidativo de que, conforme Carvalho (2004), as professoras somente precisariam da cooperação dos pais caso as condições de trabalho não estiverem sendo satisfatórias e os alunos não estiverem aprendendo.

O grupo de variáveis analisado mostra que os impactos das relações familiares não são muito efetivos em termos de mudanças significativas no desempenho escolar de meninos e meninas, com exceção do efeito do trabalho doméstico, mantendo-se as relações hierárquicas de notas mesmo quando a participação familiar é mais ativa. As

possibilidades que se apresentam são de que, ou os parâmetros, de fato, não influenciam o comportamento escolar das crianças, ou, ainda que tenham alguma influência, trazem consigo o reforço das representações estereotipadas de um bom comportamento escolar, adequado ao sexo a que se destina.

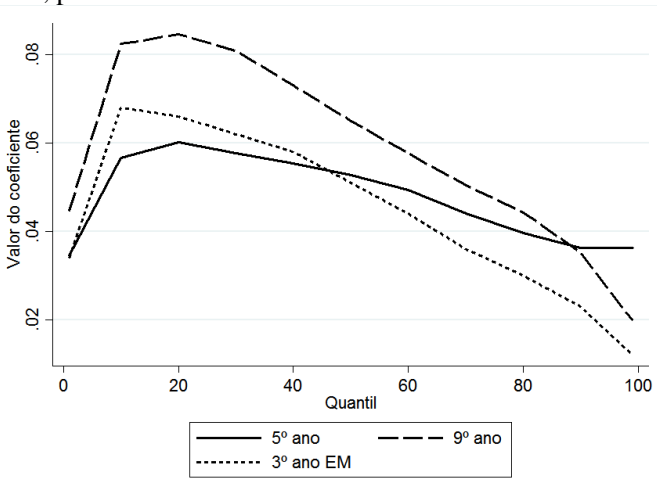
4.4.3 A verificação da validade da diferença a partir da regressão quantílica

Feita a análise do diferencial de desempenho escolar entre os sexos no molde da hipótese de Pinker (2010), cabe, por fim, avaliar se eles são estatisticamente significativos nos intervalos da distribuição, controlados pelas variáveis que serviram de base na compreensão do entorno social dos alunos. Para isso, foram estimadas as regressões por quantis de desempenho, chegando a duas principais conclusões (as figuras e as tabelas de apoio podem ser encontradas no Apêndice O).

A primeira delas, referente à avaliação de Língua Portuguesa, revela que o comportamento dos diferenciais de sexo entre os quantis assume um formato de U invertido (ver Figura 14). Ou seja, os diferenciais entre meninos e meninas são menores nas caudas inferiores da distribuição, ampliando-se conforme aumentam as médias de desempenho e, posteriormente caindo, atingindo o extremo superior com médias muito semelhantes.

Para o 5º Ano, as meninas do primeiro quantil têm uma média de desempenho 3,5% maior que a dos meninos, ampliando-se até o 20º quantil, quando a diferença passa a ser de 6,2%. A partir daí tem início um processo de aproximação lenta dos desempenhos entre os sexos, concluindo-se a distribuição (quantis 90 e 99) com as notas médias femininas sendo 3,7% superiores à média masculina. No 9ª Ano, as diferenças médias entre os sexos já iniciam maiores, em 4,6%, alcançam o pico da divergência também no 20º quantil, mas agora com discrepância de 8,8%, caem daí em diante e finalizam o 99º quantil – o maior desempenho – com a média de notas femininas sendo 2% superior à masculina. Por fim, no 3º Ano do Ensino Médio, a reversão do comportamento de U invertido se passa no 10º quantil, de tal modo que, tendo o desempenho dos sexos iniciado com uma diferença média de 3,5% para as meninas, chega à maior distância entre as notas médias, equivalente a 7%. Daí em diante, caminha-se para uma maior proximidade dos desempenhos que, no quantil das maiores notas, atinge uma diferença de apenas 1,2%.

Figura 14 – Valores dos coeficientes das regressões quantílicas em Língua Portuguesa, por séries avaliadas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

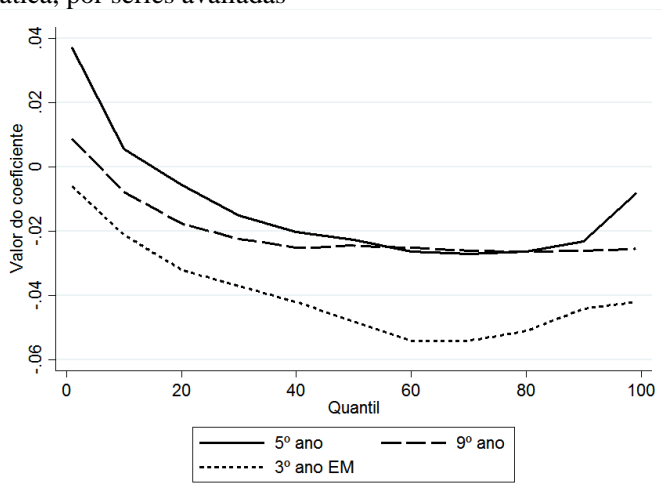
A partir disso, fica evidente que, na disciplina de Língua Portuguesa, o desempenho médio das meninas é superior ao dos meninos, independentemente do quantil a que se refere, ampliando-se especialmente no primeiro terço, a partir do qual começa a fase de redução das diferenças. Ao se comparar esta configuração entre as séries avaliadas, nota-se que ocorre um processo de fortalecimento das discrepâncias nos 5º e 9º Anos, com certa recuperação no último ano do Ensino Médio, no qual a extremidade superior será ocupada por meninos e meninas em condições praticamente iguais na disciplina.

A segunda conclusão se dá em termos da disciplina de Matemática. Nesta, entretanto, o formato das diferenças médias de notas por quantis é de um U suave, replicando-se as variações da Língua Portuguesa – as notas iniciam mais próximas, ampliam-se conforme aumentam as médias na distribuição e voltam a se aproximar conforme a distância do extremo superior diminui, mas agora tendo por destaque os melhores desempenhos masculinos (ver Figura 15).

Para os 5º e 9º Anos, o primeiro quantil inicia com um desempenho médio superior para as meninas de 3,8% e 0,9% respectivamente, mas logo em seguida começam a pesar as notas mais baixas entre elas. No 5º Ano, além desse diferencial inicial “pró-menina”, a maior discrepância “pró-menino” é encontrada no 70º quantil (de -2,7%), onde ocorre a

reversão da trajetória de ampliação da distância entre as notas médias. No último quantil, essa separação já se encontra na ordem de -0,8%. No 9º Ano, entretanto, o U assume um formato de curva porque, uma vez atingido seu valor mínimo, mantém as diferenças oscilando em torno de 2,6%.

Figura 15 – Valores dos coeficientes das regressões quantílicas em Matemática, por séries avaliadas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Por fim, para o 3º Ano, a trajetória de desempenho coloca sempre as médias masculinas acima daquelas obtidas pelas meninas, mesmo se elas se encontram no 1º, no 50º ou no último quantil. A variabilidade, portanto, ocorre no espaço de acentuação das diferenças, em que as notas médias das meninas passam de 0,6% menores para 5,2% mais baixas que a dos meninos, voltando-se a reduzir a distância entre eles a partir daí (no 99º quantil, a diferença é de 4,1%).

Os demais parâmetros estimados pelas regressões quantílicas também corroboram os resultados previamente encontrados, indicando que não apenas o sexo promove diferenciais de desempenho. Outras variáveis consideradas têm efeito relevante e, inclusive, podem impactar mais fortemente na avaliação escolar do que a diferença baseada no fato de ser menino ou menina.

Ao comparar a diferença de comportamento entre as séries, na Matemática fica mais evidente o reforço da distância de desempenho

conforme se avança na trajetória escolar. Para Else-Quest, Hyde e Linn (2010), esse diferencial existe especialmente nos países em que são mais perceptíveis as práticas educacionais diferenciadas para os sexos e em que as mulheres ocupam menores espaços nos cargos de pesquisa e de representação política. Isto, novamente, lança luz ao aprimoramento das diferenças, assim como vai ao encontro da ideia de que o sistema escolar, associado com o arranjo familiar, pode estar implicando em enrijecimento dos estereótipos de gênero.

Ir além da sugestão e afirmar a existência dessa possibilidade ultrapassa os limites desse trabalho, mas existe algo para além dos diferenciais biológicos do sexo que explica o comportamento de reforço das diferenças. Fato é que o crescimento da disparidade de desempenhos tem efeitos ainda mais prementes quando estes passam a apoiar escolhas que impactarão as possibilidades de rendimento futuro, o que ocorre a partir da definição profissional. É possível, portanto, que esta etapa não esteja isenta dos processos ocorridos no intervalo escolar o que, no limite, implicaria em um viés de gênero que reforça a existência de núcleos profissionais masculinos e femininos, aos quais se pode associar atividades de alta e baixa renda (ECCLES, 1994; SAAVEDRA, TAVEIRA e SILVA, 2010). Essa dinâmica deterioraria as vantagens potenciais geradas pelos sistemas educacionais, especialmente em sua capacidade de ampliar os desempenhos conjuntos, independentemente das diferenças biológicas.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intento de promover uma aproximação entre as noções biológicas e socioculturais, referenciadas aqui pela noção de gênero e de reprodução sexual das diferenças, o presente ensaio dedicou-se a responder se o desempenho educacional no Brasil confirma a hipótese divulgada por Pinker (2010) – de que meninos e meninas têm desempenhos educacionais semelhantes, mas com distribuições no rol de notas bastante distintas, de modo que eles ficam concentrados nos melhores e piores desempenhos, enquanto elas adensam a aprendizagem média. A partir desse impulso inicial, avança-se no sentido de identificar características do ambiente familiar e do processo de socialização dos estudantes que podem influenciar estereótipos de gênero, no qual as meninas devem gostar de Língua Portuguesa e meninos, de Matemática.

Utilizando-se dos resultados do Saeb referente às provas de 2013, com o recorte das duas disciplinas citadas e das três séries avaliadas (5º Ano, 9º Ano e 3º Ano do Ensino Médio), observam-se três grandes

conclusões. A primeira delas, referente ao objetivo geral do ensaio, nega parte da hipótese de Pinker (2010): embora, na média, não haja grandes diferenças nos desempenhos por sexo, a maior representação masculina nos extremos depende da disciplina a que se está fazendo a avaliação. Meninos predominam nos maiores extremos de Matemática e nos mais baixos de Língua Portuguesa, enquanto as meninas são maioria nas maiores caudas de Língua Portuguesa, bem como nas menores de Matemática.

Esse padrão é mantido mesmo quando os desempenhos são cruzados por diferentes variáveis, o que adentra a segunda grande conclusão: a maioria das variáveis interpretadas dentro dos critérios de localização e tipo de escola, características da organização familiar, contexto e relação familiar, impactam de forma significativa a distribuição das curvas, de tal forma a ser possível delinear atenuantes para os diferenciais de avaliação entre os sexos. Aqui, portanto, já se confirma a hipótese estabelecida: algumas variáveis tem a possibilidade de minimizar os efeitos associados às distinções biológicas.

Por fim, o ensaio atesta que, controlados todos os parâmetros incluídos na análise, o diferencial de desempenho entre os sexos é significativo em toda a extensão da distribuição das notas, sendo menor nos valores extremos e maior conforme se avança para os meios da distribuição. Neste sentido, a discrepância dos desempenhos assume um formato de U – tradicional quando se refere à Matemática, porque as meninas apresentam desempenho inferior, e invertido para a Língua Portuguesa, quando elas se saem melhores em comparação aos meninos. Além disso, mostra a ocorrência de um reforço das diferenças conforme se avança na trajetória escolar. Dada esta configuração e percebendo-se possibilidades nas quais é possível avançar na ampliação da aprendizagem, fica evidente que o sistema educacional do Brasil serve de ambiente catalisador na promoção da desigualdade de gênero, embora parte desse efeito esteja sob responsabilidade da estrutura familiar que, ao reproduzir valores simbólicos, perpetua hierarquias sociais.

O mero fato de crianças compartilharem do mesmo espaço de aprendizagem não significa, portanto, que as experiências vivenciadas serão as mesmas, de modo que olhar apenas para os números absolutos de participação escolar por gênero esconde um possível processo de fortalecimento das diferenças entre meninos e meninas. Isso se dá porque combina o conteúdo familiar que, de modo geral, é perpassado pela marca do estereótipo de gênero, ao reforço do mesmo nos processos pedagógicos, ainda que na forma de uma ideologia não consciente.

Sendo a educação tão importante para os processos de crescimento econômico e ampliação da qualidade de vida individual e da sociedade, a promoção de uma aprendizagem que, concomitantemente, valoriza as diferenças biológicas e remove delas a hierarquia socialmente construída, tende a conduzir a resultados que implicam na melhor combinação dos fatores humanos. Conforme Helpert (2012), enquanto houver um reforço desses diferenciais, ao se valorizar as habilidades associadas ao ser masculino e desvalorizar aquelas voltadas ao feminino, haverá a necessidade de repensar os valores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – ENSAIO 3

ANDRADE, M.; FRANCO, C.; CARVALHO, J.P. Gênero e desempenho em Matemática ao final do Ensino Médio: quais as relações? **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 27, p. 77-96, Jan./Jun., 2003.

AREND, S.F. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. (Org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 27, p. 213-254, Jul./Dez. 2006.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D.D.; QUINTAES, G. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. IPEA, **Texto para Discussão**, n. 834, Out./2001.

BELTRÃO, K. Acesso à educação: diferenciais entre os sexos. IPEA, **Textos para Discussão**, n. 879, 2002.

BELTRÃO, K.I.; ALVES, J.E.D. Reversal of the gender gap in Brazilian education in the 20th century. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, São Paulo, Jan./Abr. 2009.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 101-132, Nov./1999.

CAMERON, A.C.; TRIVEDI, P.K. **Microeconomics using Stata**. College Station: Stata Press, 2009.

CARVALHO, M.P. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**, v. 22, p. 247-290, 2004.

CARVALHO, M.E.P. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 143-155, Jul./2000.

CARVALHO, M.E.P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, Jan./Abr. 2004.

CARVALHO, S.C.; KASSOUF, A. As despesas familiares com educação no Brasil e a composição de gênero do grupo de irmãos. **Economia Aplicada**, v.13, n. 3, p. 353-375, jul./set. 2009.

COLEMAN, J.S. **Equality of Educational Opportunity**. Washington: Government Printing Office, 1966.

DEARY, I.J.; THORPE, G.; WILSON, V.; STARR, J.M.; WHALLEY, L.J. Population sex differences in IQ at age 11: the Scottish mental survey 1932. **Intelligence**, v. 31, n.6, p. 533-542, Nov./Dez. 2003.

DOS SANTOS, T.S. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. **SER Social**, Brasília, v.10, n. 22, p. 97-128, Jan./Jun. 2008.

ECCLES, J. Understanding women's educational and occupational choices. **Psychology of Women Quarterly**, v.18, n.4, p. 585-609, Dez./1994.

ELSE-QUEST, N.M.; HYDE, J.S.; LINN, M.C. Cross-national patterns of gender differences in Mathematics: a meta-analysis. **Psychological Bulletin**, v. 36, n.1, p. 103-127, 2010.

ENGEL, G. The need for a new medical model: a challenge for biomedicine. **Science**, v. 196, n. 4286, p. 129-136, 1977.

FRYER, R.G.; LEVITT, S.D. An empirical analysis of the gender gap in Mathematics. National Bureau of Economic Research, **NBER Working Paper Series**, n. 15430, 2009.

GARG, A.; MORDUCH, J. **Sibling rivalry**. Technical Report: Harvard Institute for International Development, 1998.

GRACIANI, M. **O ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

HARDING, S. Is there a feminist method? In: HARDING, S. **Feminism and Methodology**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1987.

HASENBALG, C.A.; SILVA, N.V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 5-12, Mai./1990.

HEDGES, L.V.; NOWELL, A. Sex differences in mental test scores, variability, and number of high-scoring individuals. **Science**, v. 269, n. 5220, p. 41-45, Jul./1995.

HELPERN, C.M. **Sex Differences in Cognitive Abilities**. Nova York: Taylor & Francis, 2012.

HEWITSON, G., J. Domestic labor and gender identity. In: BARKER, D. K.; KUIPER, E. **Towarde a Feminist Philosophy of Economics**. Nova York: Routledge, 2003.

HILL, M.A.; KING, E.M. Women's education and economic well-being. **Feminist Economics**, v.1, n.2, p. 21-46, 1995.

HYDE, J.S. The gender similarities hypothesis. **American Psychologist**, v.60, n.6, p. 581-592, 2005.

HYDE, J.S.; LINN, M.C. Gender similarities in Mathematical and Science. **Science**, v. 314, n. 5799, p. 599-600, Out./2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2013: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2014.

KAMBHAMPATI, U.S. Child schooling and work decisions in India: the role of household and regional gender equity. **Feminist Economic**, v. 15, n. 4, p. 77-112, 2009.

LEWIS, M.; LOCKHEED, M. Social exclusion and gender gap in education. Banco Mundial, **Policy Research Working Paper**, n. 4562, 2008.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M.; PINSKY, C.B. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACHIN, S.; PEKKARINEN, T. Global sex differences in test score variability. **Science**, v, 332, p. 1331-1332, 2008.

MADEIRA, F. **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MENEZES-FILHO, N. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**. São Paulo: Instituto Futuro Brasil/IBMEC, 2007.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n., 2000.

OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Equally prepared for life? 15-year-old boys and girls perform in school**. Paris: OECD Publishing, 2009.

OCDE. Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **PISA 2015 Results (Volume 1): Excellence and Equity in Education**. Paris: OECD Publishing, 2016.

ONO, I.B. **O impacto do trabalho infantil no desempenho escolar**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PARK, G.; LUBINSKI, D.; BENBOW, C.P. Contrasting intellectual patterns predict creativity in the arts and sciences: tracking intellectually precocious youth over 25 years.

PINKER, S. **O paradoxo sexual: hormônios, genes e carreira**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

PINKER, S. A. **La Tabla Rasa: la negación moderna de la naturaleza humana**. Barcelona: Editorial Paidós, 2012.

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 9, n.2, p. 15-540, 2001.

ROSEMBERG, F. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C.B.; PEDRO, J.M. (Org.) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

ROSEMBERG, F.; PIZA, E.; MONTENEGRO, T. **Mulher e educação formal no Brasil: estado de arte e bibliografia**. São Paulo: Reduz/INEP, 1990.

SAAVEDRA, L.; TAVEIRA, M.C., SILVA, A.D. A representatividade das mulheres em áreas basicamente masculinas: fatores explicativos e pistas para a intervenção. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v.11, n.1, p. 49-59, Jan./Jun. 2010.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. A infraestrutura das escolas brasileiras de Ensino Fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. IPEA, **Texto para Discussão**, n. 1267, 2007.

SEN, A. Gender and Cooperative Conflicts. **Wider Working Papers**. Helsinki: ONU, 1987.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, C.A.D.; BARROS, F.; HALPERN, S.C.; SILVA, L.A.D. Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinados. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 207-225, Jul./1999.

SILVA, D.P.M. Superando as desigualdades de gênero: o papel da escola. **Gênero**, Niterói, v.8, n.1, p. 253-280, 2007.

SILVERMAN, B.W. **Density estimation for statistics and data analysis**. Londres: Chapman and Hall, 1986.

SOARES, J.F.; ALVES, M.T.G. Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, p.147-165, Jan./Jun. 2003.

STEELE, C.M.; ARONSON, J. Stereotype Threat and the Intellectual Test Performance of African Americans. **Journal Personality and Social Psychology**, v. 69, n. 5, p. 797-811, 1995.

STROMQUIST, N. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 1, São Paulo, p. 13-25, Jan./Abr. 2007.

WILDER, G.Z.; POWELL, K. Sex differences in teste performance: a survey of the literature. **College Board Report**, n. 89(3), 1989.

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

APÊNDICE I – Número de observações de acordo com as características

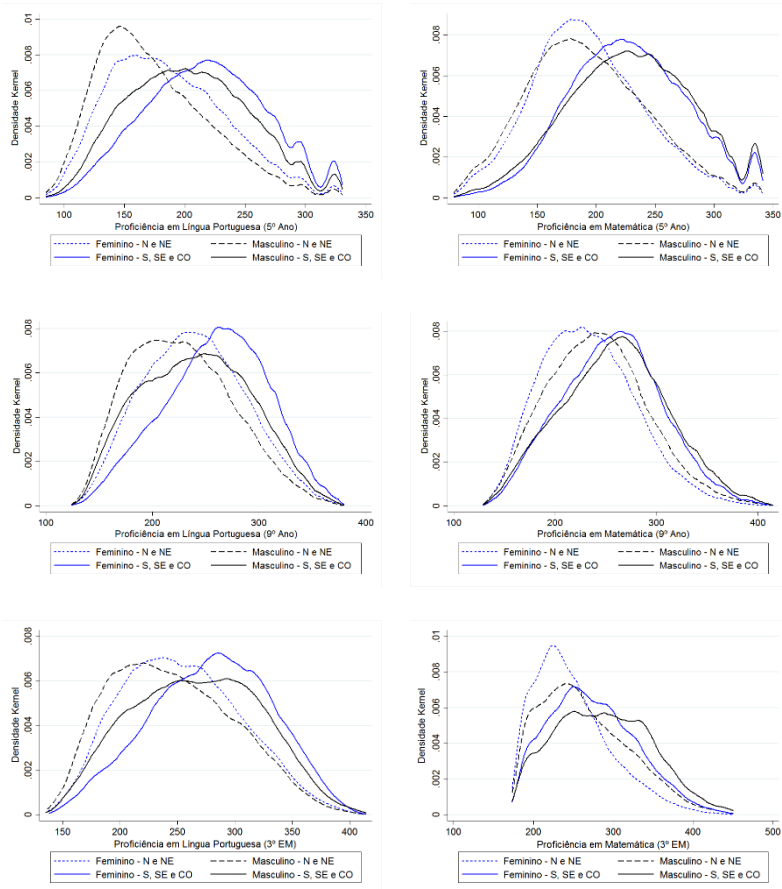
Tabela I1 – Número de meninos e meninas da amostra, por característica específica e série avaliada

Variáveis	5º Ano		9º Ano		3º Ano EM	
	♂	♀	♂	♀	♂	♀
<i>Região Sul</i>	145.910	141.954	142.761	148.877	4.719	5.038
<i>Região SE</i>	376.458	363.889	421.712	433.808	9.564	11.000
<i>Região CO</i>	85.952	84.286	73.016	77.365	5.274	6.739
<i>Região Norte</i>	104.284	103.151	81.982	93.691	7.559	9.530
<i>Região NE</i>	253.848	253.848	230.157	277.997	12.086	16.875
<i>Urbano</i>	887.405	860.131	877.456	951.074	35.803	45.812
<i>Rural</i>	96.038	86.997	72.172	80.664	3.399	3.370
<i>Escola Pública</i>	964.583	928.486	928.651	1.010.383	27.157	35.117
<i>Escola Priv</i>	18.860	18.642	20.977	21.355	12.045	14.065
<i>Branco</i>	281.727	272.114	294.064	326.103	14.155	16.755
<i>Não-branco</i>	654.795	635.671	634.169	681.770	24.237	31.360
<i>Pai e mãe</i>	549.730	524.371	47.467	565.544	23.689	26.789
<i>Sem os pais</i>	53.110	51.215	54.928	73.453	3.338	6.568
<i>Somente pai</i>	48.401	33.013	47.467	36.148	1.650	1.515
<i>Somente mãe</i>	262.827	285.127	256.927	319.478	8.954	12.331
<i>Mãe com ES</i>	118.150	95.166	94.134	82.227	9.109	9.469
<i>Mãe lê/escreve</i>	898.128	875.077	894.913	959.012	37.159	45.809
<i>Mãe não lê/esc</i>	50.575	49.035	47.043	66.029	1.757	3.067
<i>Pai com ES</i>	105.593	83.820	69.347	60.181	6.755	6.653
<i>Pai lê/escreve</i>	843.496	824.737	827.219	888.025	34.839	42.761
<i>Pai não lê/esc</i>	84.257	80.257	80.854	106.418	3.215	5.051
<i>Tem carro</i>	515.763	474.002	518.985	501.005	23.114	25.490
<i>Não tem carro</i>	467.680	473.126	430.643	530.733	16.088	23.692
<i>Trabalha fora</i>	188.074	84.780	211.245	106.935	12.013	10.436
<i>Não trab. fora</i>	724.519	813.399	702.626	893.331	26.384	37.912
<i>Trab. Dom.</i>	279.294	387.623	293.280	623.937	12.366	28.985
<i>Ñ Trab. Dom.</i>	633.908	509.521	619.927	376.435	26.025	19.440
<i>Tem empreg.</i>	128.512	104.676	133.632	110.052	5.666	5.350
<i>Ñ tem empreg.</i>	813.875	808.965	785.125	890.045	32.162	42.047
<i>Pais conv.</i>	751.994	765.120	677.788	761.189	27.213	36.344
<i>Pais não conv.</i>	174.025	143.902	241.640	247.375	11.049	11.854
<i>Pais reunião</i>	544.716	566.558	543.744	592.605	16.712	20.581
<i>Pais ñ reunião</i>	438.727	380.570	405.884	439.133	22.490	28.601

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

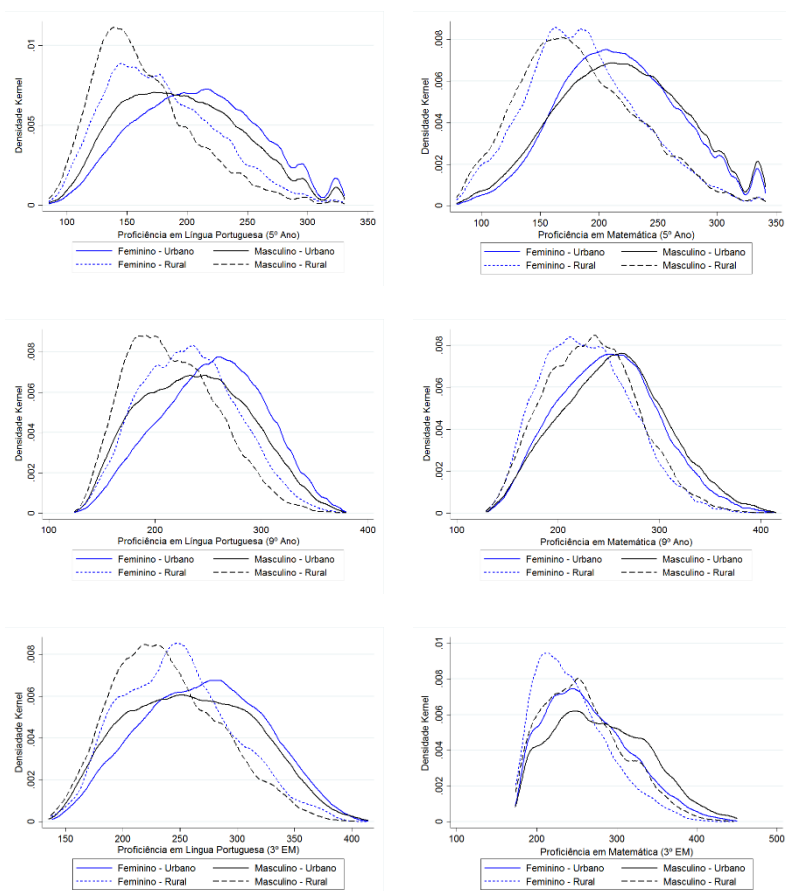
APÊNDICE J – A distribuição dos desempenhos de acordo com a localização e o tipo de escola

Figura J1 – Densidade Kernel para a interação sexo e região da instituição, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



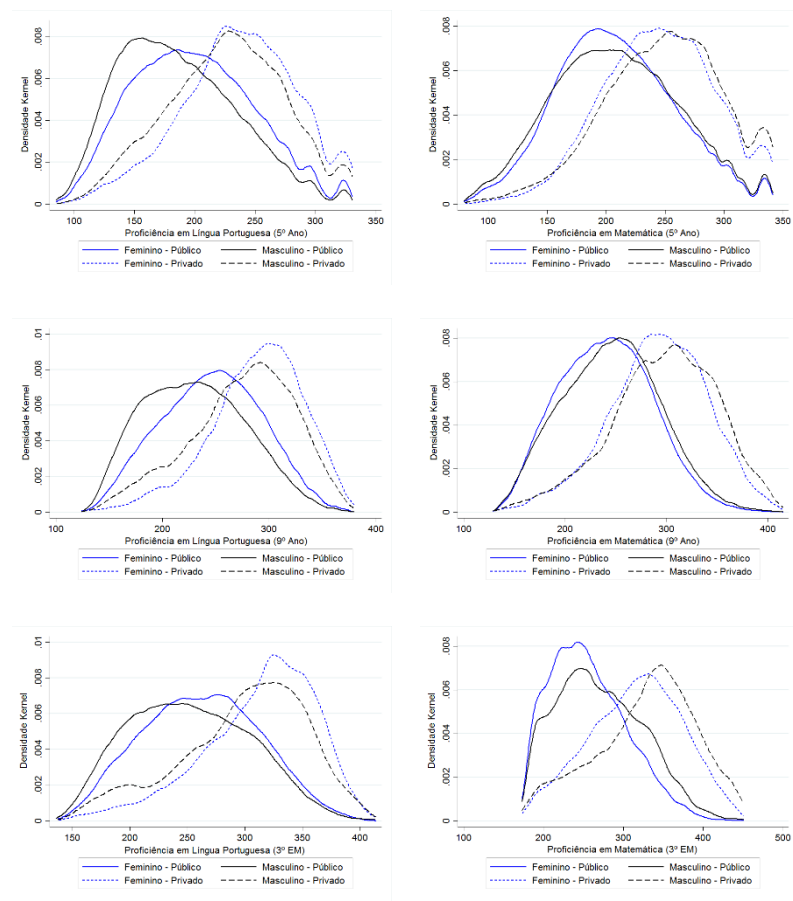
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura J2 – Densidade Kernel para a interação sexo e localização da escola (área urbana ou rural), em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

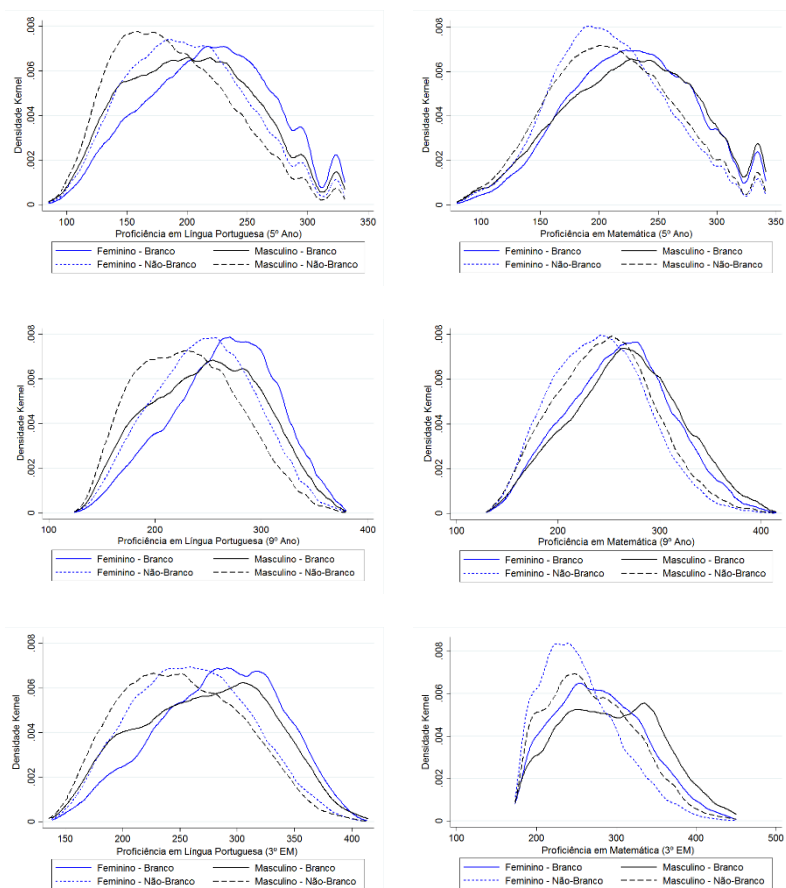
Figura J3 – Densidade Kernel para a interação sexo e tipo de instituição (privada ou pública), em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

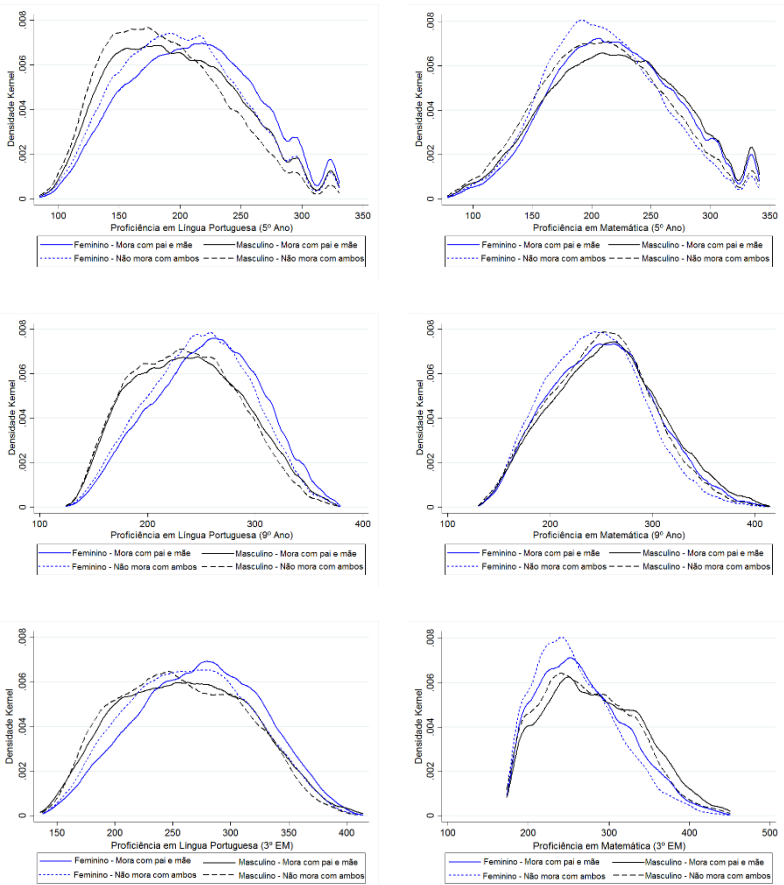
APÊNDICE L – A distribuição dos desempenhos de acordo com as características da organização familiar

Figura L1 – Densidade Kernel para a interação sexo e cor da pele, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



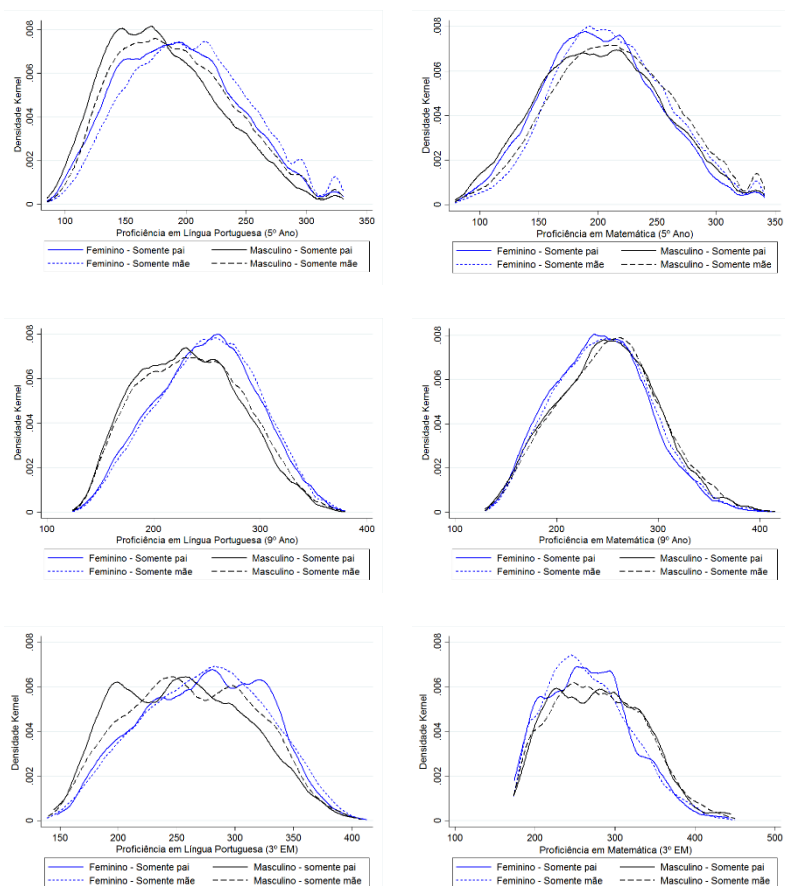
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura L2 – Densidade Kernel para a interação sexo e morar com pai e mãe, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura L3– Densidade Kernel para a interação sexo e morar somente com o pai ou somente com a mãe, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

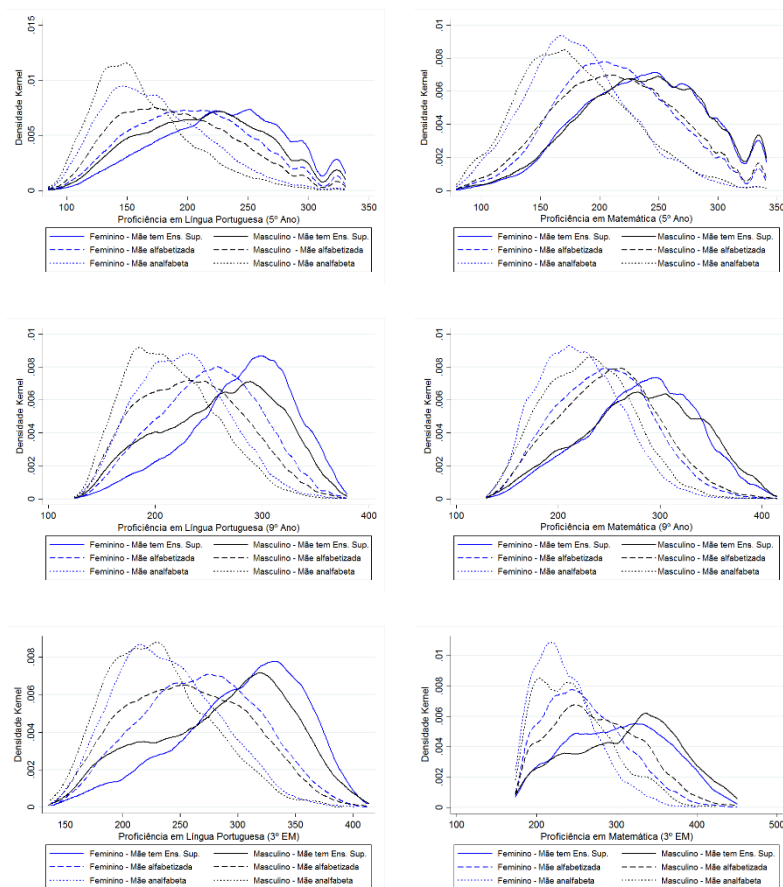
Tabela L1 – Estatísticas descritivas das avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, por sexo e número de pessoas que vivem na residência do aluno

		Quesito	Menino		Menina		♀/♂
			Média	D.P.	Média	D.P.	
5º Ano	Língua Portuguesa	2	191,51	129,32	207,71	148,06	1,08
		3	201,95	174,91	215,76	168,55	1,07
		4	202,29	215,57	214,50	195,54	1,06
		5	190,14	160,62	202,26	171,23	1,06
		6 ou mais	179,52	157,64	189,72	146,42	1,06
	Matemática	2	211,87	144,15	214,29	133,43	1,01
		3	224,06	197,19	223,76	179,12	1,00
		4	225,21	230,97	223,76	212,15	0,99
		5	213,31	184,14	211,84	177,24	0,99
		6 ou mais	201,55	191,98	199,40	154,87	0,99
9º Ano	Língua Portuguesa	2	236,62	137,29	251,49	123,94	1,06
		3	241,34	193,92	258,04	185,74	1,07
		4	242,49	243,56	259,06	224,06	1,07
		5	233,64	178,73	249,22	134,28	1,07
		6 ou mais	224,56	110,87	237,79	116,80	1,06
	Matemática	2	250,80	164,30	245,71	154,55	0,98
		3	256,87	222,69	252,88	233,22	0,98
		4	259,85	277,41	255,52	265,27	0,98
		5	250,87	207,89	245,19	152,59	0,98
		6 ou mais	241,20	115,19	233,73	107,76	0,97
3º Ano do EM	Língua Portuguesa	2	255,77	111,79	264,10	102,48	1,03
		3	262,65	159,83	273,68	147,37	1,04
		4	264,64	192,77	275,46	137,54	1,04
		5	258,62	130,91	267,54	125,85	1,03
		6 ou mais	247,45	114,47	255,15	105,11	1,03
	Matemática	2	272,42	118,42	259,74	98,48	0,95
		3	282,03	168,24	267,67	150,63	0,95
		4	286,52	209,77	271,56	154,79	0,95
		5	277,36	148,82	264,32	130,03	0,95
		6 ou mais	267,62	112,16	250,74	102,13	0,94

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP

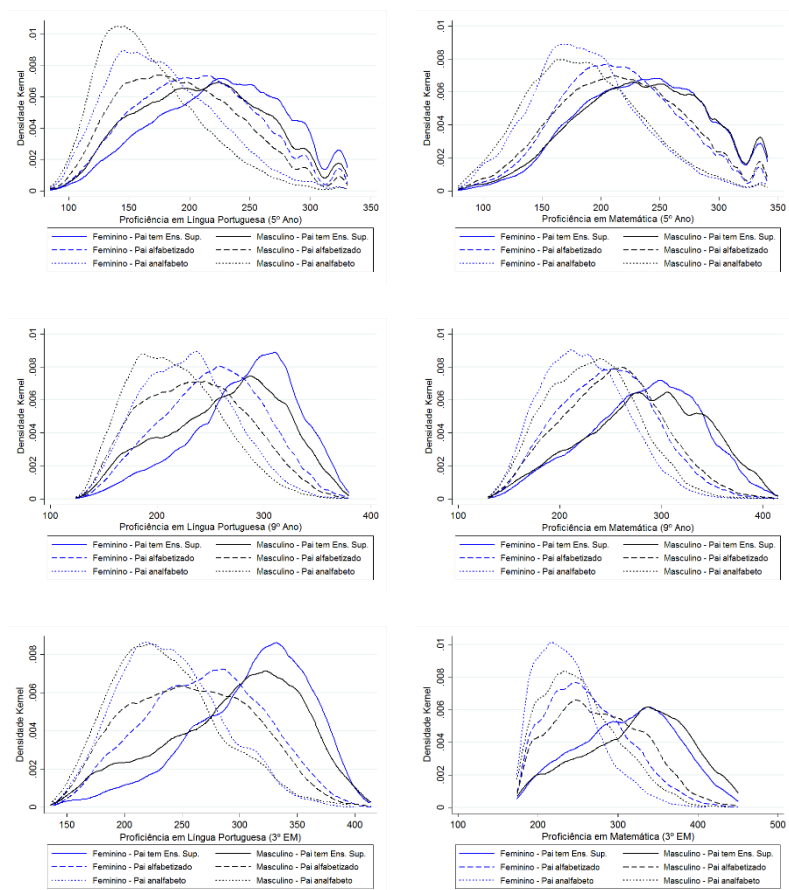
APÊNDICE M – A distribuição dos desempenhos de acordo o contexto familiar

Figura M1 – Densidade Kernel para a interação sexo e níveis de escolaridade da mãe, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



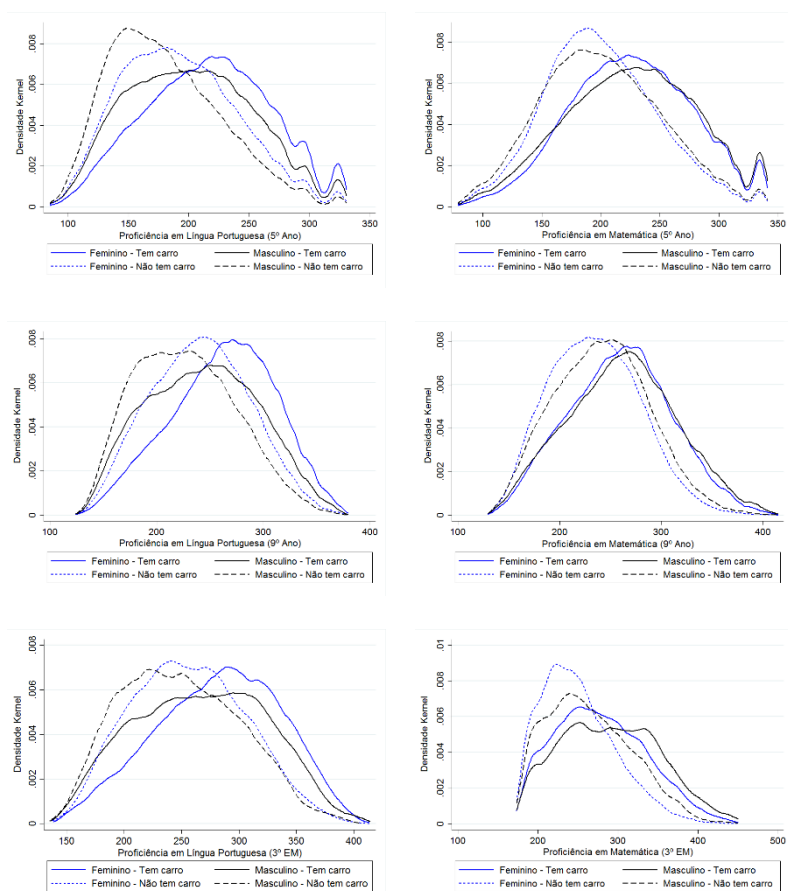
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura M2 – Densidade Kernel para a interação sexo e níveis de escolaridade do pai, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



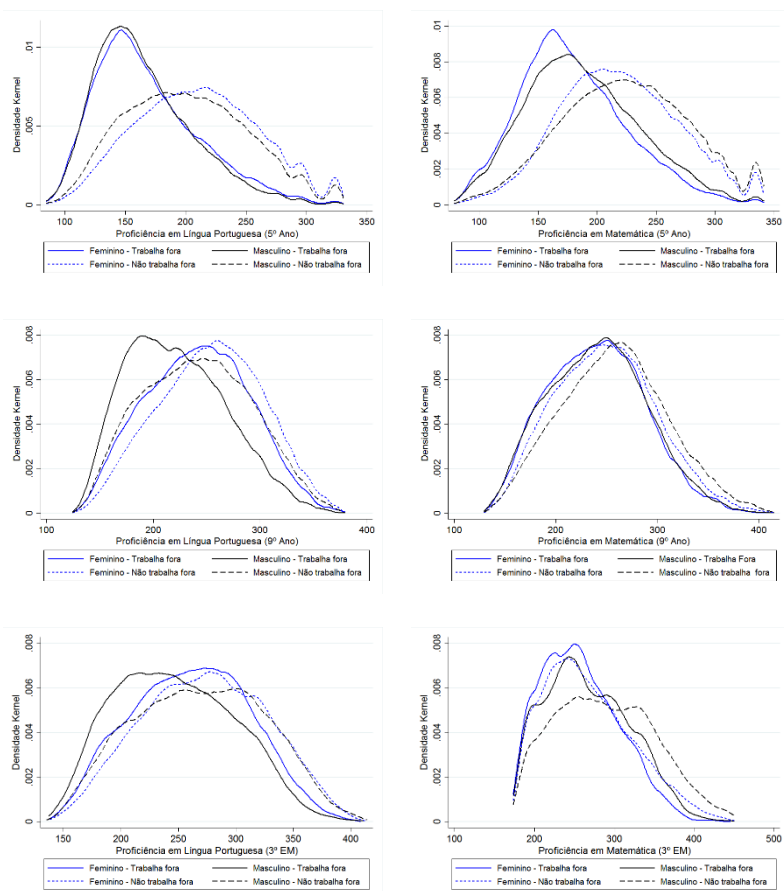
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura M3 – Densidade Kernel para a interação sexo e ter carro, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

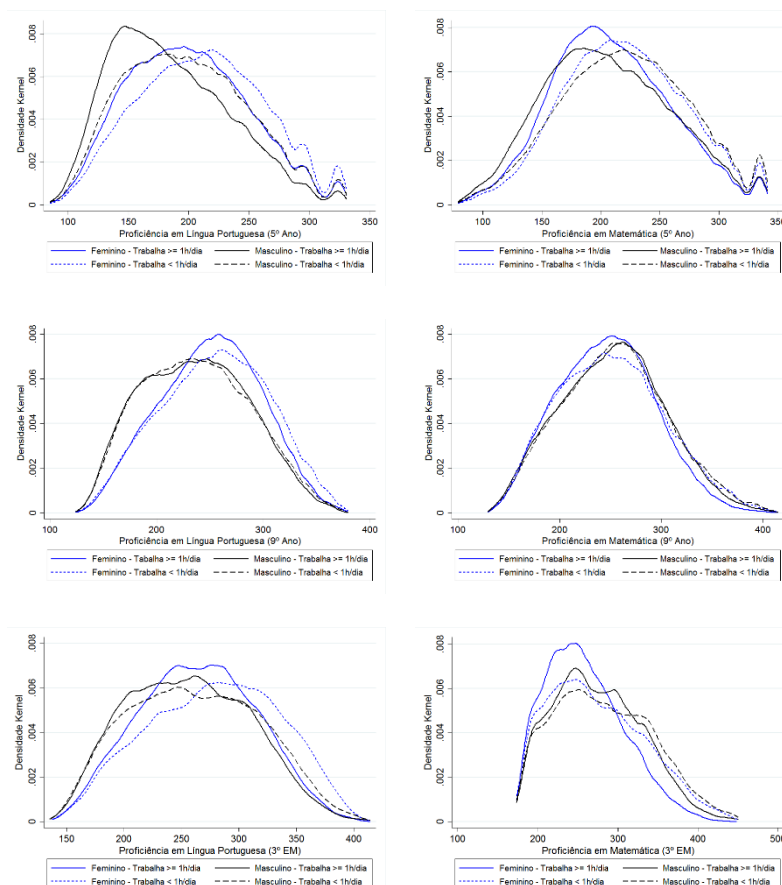
Figura M4 – Densidade Kernel para a interação sexo e trabalho remunerado, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

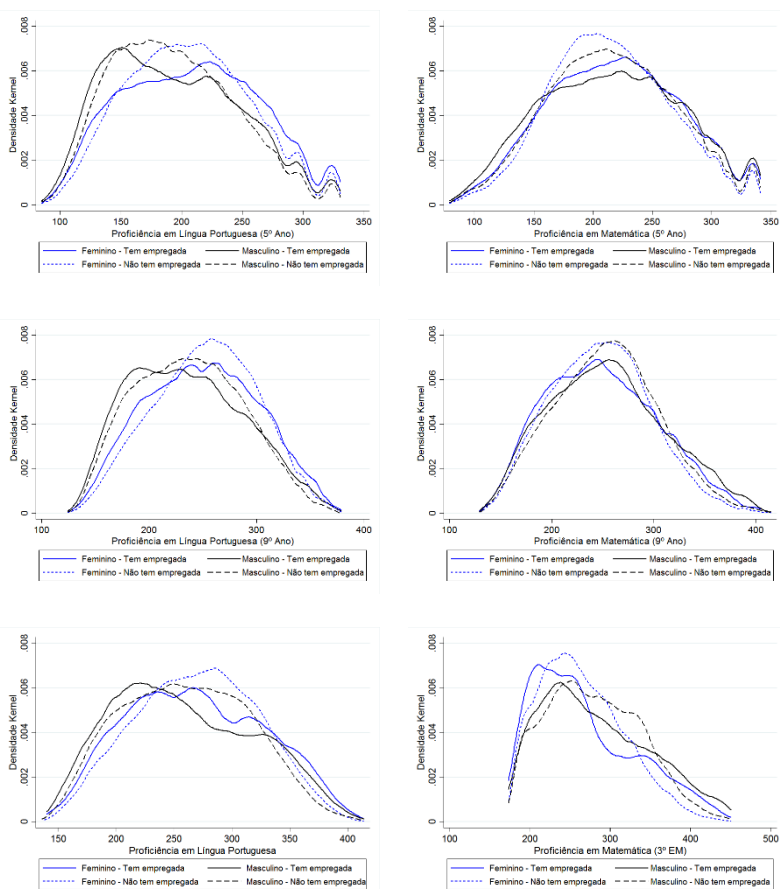
APÊNDICE N – A distribuição dos desempenhos de acordo as relações familiares

Figura N1 – Densidade Kernel para a interação sexo e trabalho doméstico, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



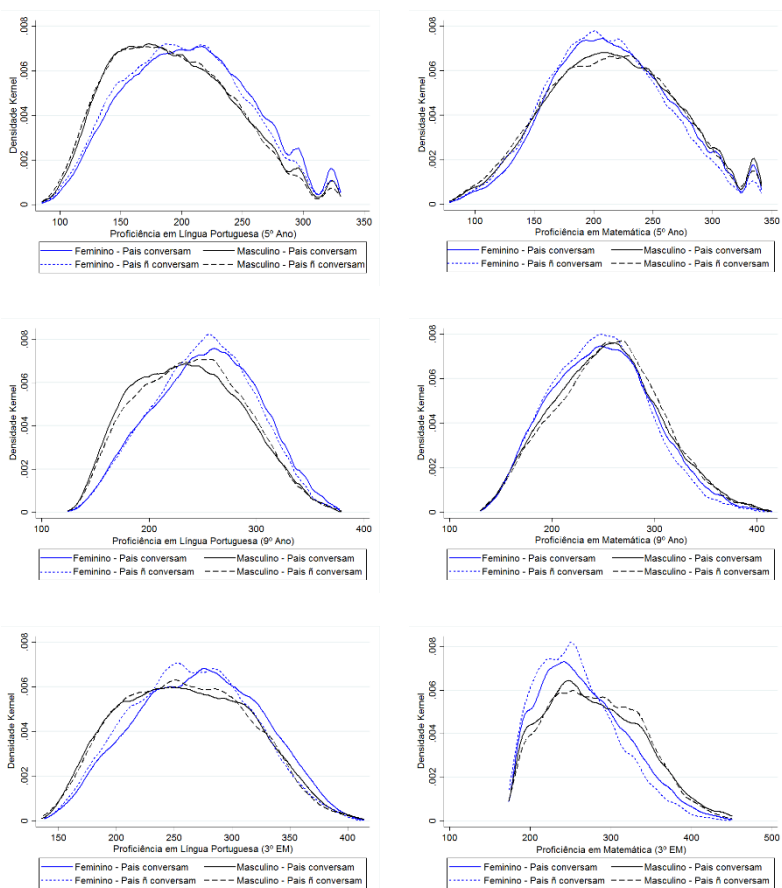
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura N2 – Densidade Kernel para a interação sexo e tem empregada na residência, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



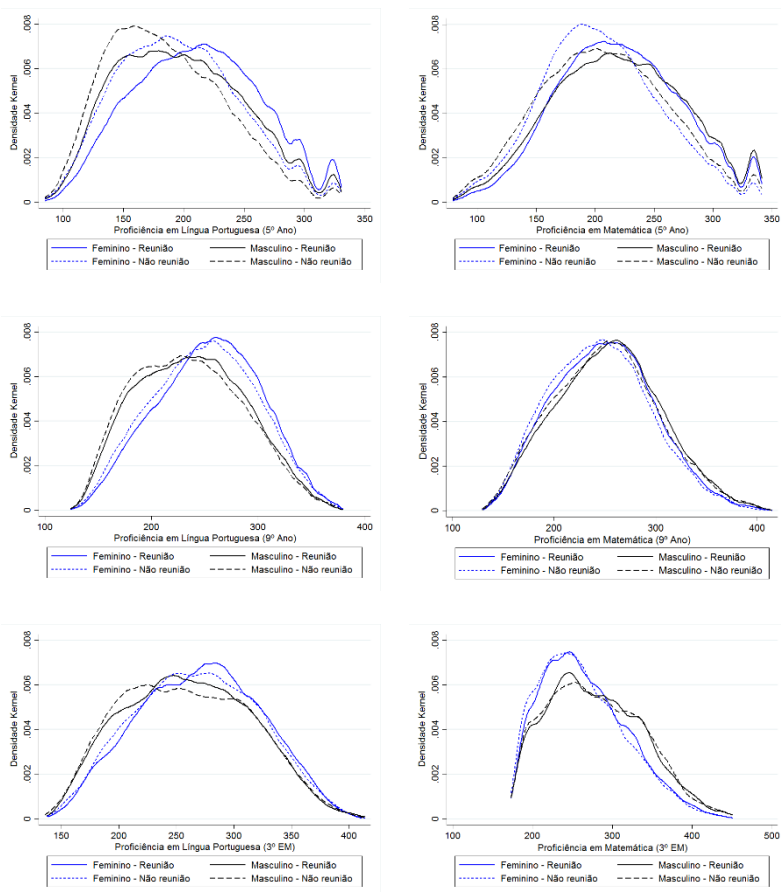
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura N3 – Densidade Kernel para a interação sexo e interesse dos pais na vida escolar, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

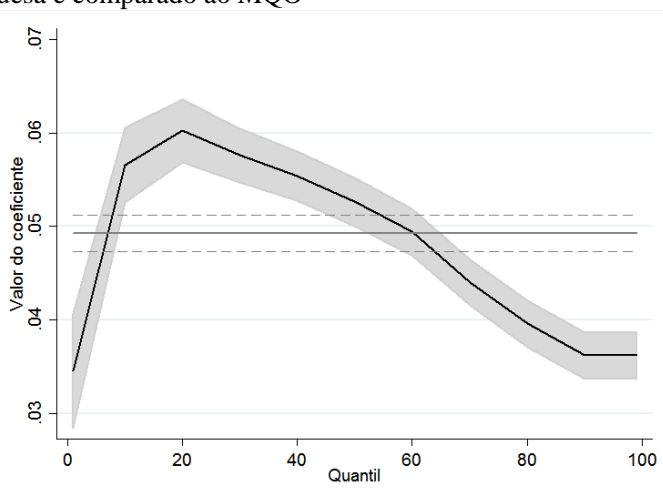
Figura N4 – Densidade Kernel para a interação sexo e participação dos pais nas reuniões escolares, em Língua Portuguesa e Matemática nas séries consideradas



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

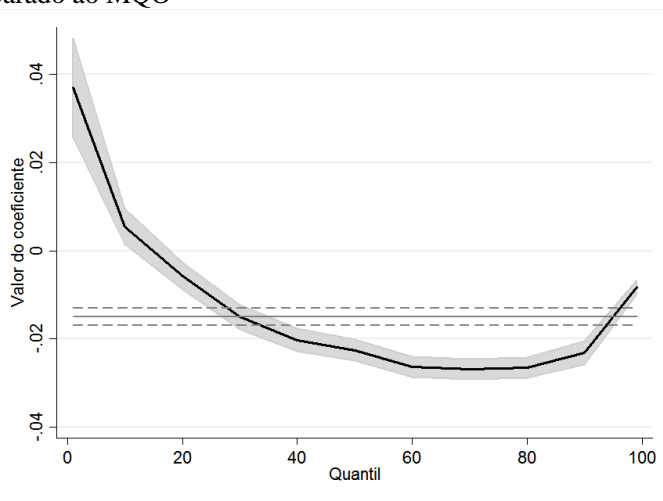
APÊNDICE O – Resultados das Regressões Quantílicas

Figura O1 – Coeficientes de gênero do 5º Ano, por quantil em Língua Portuguesa e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura O2 – Coeficientes de gênero do 5º Ano, por quantil em Matemática e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O1 – Resultados das regressões quantílicas do 5º Ano em Língua Portuguesa nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,032***	-0,036***	-0,022***	-0,009***	-0,009***
<i>Sudeste</i>	0,045***	0,076***	0,093***	0,072***	0,072***
<i>Sul</i>	0,066***	0,096***	0,096***	0,067***	0,067***
<i>Centro-Oeste</i>	0,052***	0,068***	0,069***	0,049***	0,049***
<i>Escola Estadual</i>	-0,174***	-0,223***	-0,148***	-0,089***	-0,089***
<i>Escola Municipal</i>	-0,176***	-0,228***	-0,166***	-0,106***	-0,106***
<i>Escola Privada</i>	-0,095***	-0,073***	-0,042***	-0,026***	-0,026***
<i>Rural</i>	-0,031***	-0,050***	-0,071***	-0,060***	-0,060***
<i>Feminino</i>	0,035***	0,057***	0,053***	0,036***	0,036***
<i>Branco</i>	0,007*	0,024***	0,025***	0,021***	0,021***
<i>Tem carro</i>	0,029***	0,040***	0,045***	0,036***	0,036***
<i>Mãe Ensino Superior</i>	0,022***	0,040***	0,037***	0,026***	0,026***
<i>Pai Ensino Superior</i>	0,019***	0,014***	0,009***	0,006***	0,006***
<i>Trabalha fora</i>	-0,081***	-0,127***	-0,161***	-0,136***	-0,136***
<i>Trabalho doméstico</i>	-0,013***	-0,032***	-0,036***	-0,024***	-0,024***
<i>Mora Só Mãe</i>	0,018***	0,030***	0,029***	0,022***	0,022***
<i>Mora Só Pai</i>	-0,005	0,006	0,006	0,004	0,004
<i>Mora Pai e Mãe</i>	0,022***	0,038***	0,039***	0,034***	0,034***
<i>Tem Empregada</i>	-0,020***	-0,029***	-0,032***	-0,024***	-0,024***
<i>Pais Conversam</i>	-0,001	-0,002	-0,007***	-0,007***	-0,007***
<i>Pais Reuniões</i>	0,024***	0,031***	0,038***	0,036***	0,036***
<i>Qt pessoas</i>	-0,005***	-0,011***	-0,015***	-0,013***	-0,013***
<i>Constante</i>	4,814***	5,107***	5,378***	5,607***	5,607***

*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O2 – Resultados das regressões quantílicas do 5º Ano em Matemática nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,043***	-0,039***	-0,013***	-0,005**	0,008*
<i>Sudeste</i>	0,070***	0,093***	0,109***	0,088***	0,042***
<i>Sul</i>	0,095***	0,117***	0,113***	0,080***	0,040***
<i>Centro-Oeste</i>	0,105***	0,083***	0,077***	0,054***	0,028***
<i>Escola Estadual</i>	-0,191***	-0,200***	-0,134***	-0,067***	-0,011***
<i>Escola Municipal</i>	-0,185***	-0,201***	-0,149***	-0,082***	-0,017***
<i>Escola Privada</i>	-0,092	-0,066***	-0,042***	-0,013	0,006***
<i>Rural</i>	-0,075***	-0,086***	-0,064***	-0,046***	-0,031***
<i>Feminino</i>	0,037***	0,006***	-0,023***	-0,023***	-0,008***
<i>Branco</i>	0,002	0,016***	0,021***	0,020***	0,006***
<i>Tem carro</i>	0,056***	0,048***	0,051***	0,042***	0,014***
<i>Mãe Ensino Superior</i>	0,020	0,040***	0,032***	0,024***	0,007***
<i>Pai Ensino Superior</i>	0,017	0,013***	0,009***	0,006**	0,002
<i>Trabalha fora</i>	-0,115***	-0,142***	-0,132***	-0,099***	-0,056***
<i>Trabalho doméstico</i>	-0,031***	-0,035***	-0,034***	-0,021***	-0,004***
<i>Mora Só Mãe</i>	0,057***	0,044***	0,030***	0,023***	0,005
<i>Mora Só Pai</i>	0,029*	0,011*	0,004	0,004	0,001
<i>Mora Pai e Mãe</i>	0,054***	0,050***	0,041***	0,033***	0,011***
<i>Tem Empregada</i>	-0,023**	-0,028***	-0,022***	-0,017***	-0,005***
<i>Pais Conversam</i>	-0,009	-0,001	-0,006***	-0,007***	0,000
<i>Pais Reuniões</i>	0,031***	0,030***	0,033***	0,031***	0,011***
<i>Qt pessoas</i>	-0,010***	-0,010***	-0,011***	-0,009***	-0,003***
<i>Constante</i>	4,828***	5,182***	5,444***	5,646***	5,776***

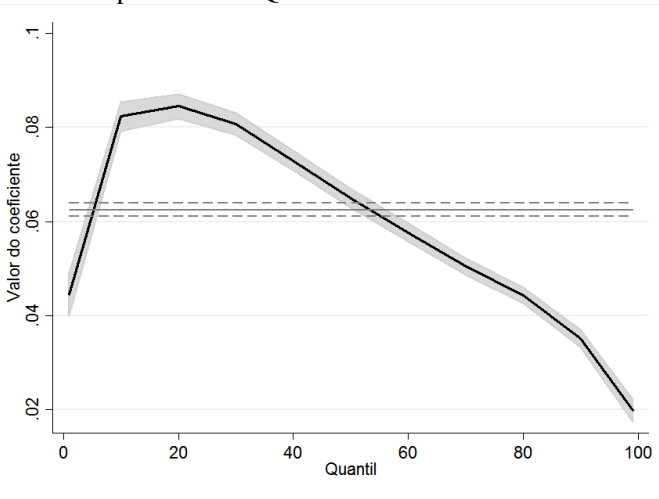
*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

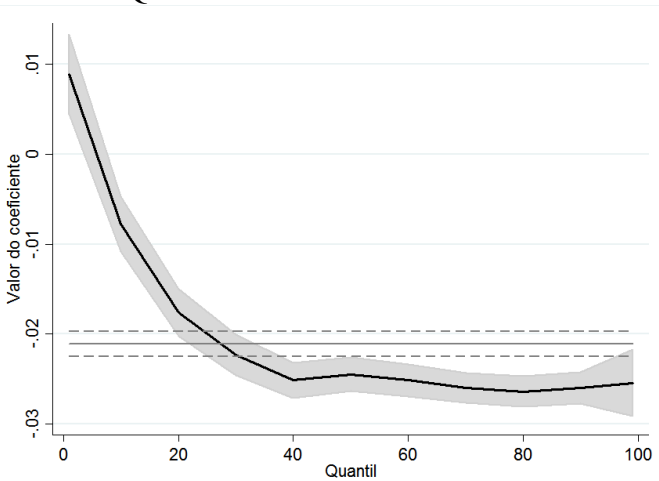
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura O3 – Coeficientes de gênero do 9º Ano, por quantil em Língua Portuguesa e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura O4 – Coeficientes de gênero do 9º Ano, por quantil em Matemática e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O3 – Resultados das regressões quantílicas do 9º Ano em Língua Portuguesa nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,017***	-0,033***	-0,027***	-0,009***	-0,001
<i>Sudeste</i>	0,001	0,009***	0,031***	0,033***	0,022***
<i>Sul</i>	0,020***	0,032***	0,030***	0,019***	0,008***
<i>Centro-Oeste</i>	0,012***	0,028***	0,032***	0,025***	0,015***
<i>Escola Estadual</i>	-0,093***	-0,253***	-0,178***	-0,111***	-0,069***
<i>Escola Municipal</i>	-0,087***	-0,241***	-0,172***	-0,111***	-0,068***
<i>Escola Privada</i>	0,000	-0,072***	-0,048***	-0,032***	-0,022***
<i>Rural</i>	-0,014***	-0,022***	-0,045***	-0,042***	-0,028***
<i>Feminino</i>	0,045***	0,082***	0,065***	0,035***	0,020***
<i>Branco</i>	0,015***	0,031***	0,037***	0,026***	0,018***
<i>Tem carro</i>	0,009***	0,020***	0,027***	0,020***	0,011***
<i>Mãe Ensino Superior</i>	0,006	0,038***	0,042***	0,031***	0,022***
<i>Pai Ensino Superior</i>	0,015***	0,025***	0,032***	0,025***	0,015***
<i>Trabalha fora</i>	-0,027***	-0,051***	-0,059***	-0,036***	-0,024***
<i>Trabalho doméstico</i>	0,004***	0,005***	0,001	0,000	-0,001
<i>Mora Só Mãe</i>	0,013***	0,027***	0,022***	0,019***	0,014***
<i>Mora Só Pai</i>	0,011**	0,016***	0,010***	0,010***	0,006**
<i>Mora Pai e Mãe</i>	0,018***	0,031***	0,026***	0,024***	0,018***
<i>Tem Empregada</i>	-0,020***	-0,047***	-0,052***	-0,035***	-0,024***
<i>Pais Conversam</i>	-0,008***	-0,011***	-0,015***	-0,010***	-0,006***
<i>Pais Reuniões</i>	0,012***	0,019***	0,020***	0,013***	0,007***
<i>Qt pessoas</i>	-0,001*	-0,006***	-0,009***	-0,008***	-0,004***
<i>Constante</i>	5,041***	5,376***	5,613***	5,778***	5,875***

*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O4 – Resultados das regressões quantílicas do 9º Ano em Matemática nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,011***	-0,017***	-0,009***	-0,002*	0,006**
<i>Sudeste</i>	0,012***	0,032***	0,056***	0,049***	0,042***
<i>Sul</i>	0,032***	0,058***	0,057***	0,034***	0,020***
<i>Centro-Oeste</i>	0,024***	0,036***	0,047***	0,036***	0,030***
<i>Escola Estadual</i>	-0,162***	-0,297***	-0,231***	-0,186***	-0,135***
<i>Escola Municipal</i>	-0,158***	-0,286***	-0,225***	-0,180***	-0,132***
<i>Escola Privada</i>	-0,064*	-0,102***	-0,082***	-0,067***	-0,056***
<i>Rural</i>	-0,009***	-0,021***	-0,031***	-0,026***	-0,021***
<i>Feminino</i>	0,009***	-0,008***	-0,024***	-0,026***	-0,025***
<i>Branco</i>	0,015***	0,031***	0,035***	0,029***	0,023***
<i>Tem carro</i>	0,011***	0,024***	0,032***	0,029***	0,024***
<i>Mãe Ensino Superior</i>	0,011***	0,046***	0,044***	0,039***	0,032***
<i>Pai Ensino Superior</i>	0,007	0,020***	0,037***	0,033***	0,023***
<i>Trabalha fora</i>	-0,022***	-0,041***	-0,030***	-0,023***	-0,022***
<i>Trabalho doméstico</i>	0,005**	0,006***	0,002	0,001	-0,005***
<i>Mora Só Mãe</i>	0,020***	0,028***	0,026***	0,019***	0,018***
<i>Mora Só Pai</i>	0,017***	0,013***	0,009***	0,008***	0,005
<i>Mora Pai e Mãe</i>	0,023***	0,030***	0,030***	0,027***	0,029***
<i>Tem Empregada</i>	-0,027***	-0,038***	-0,038***	-0,034***	-0,022***
<i>Pais Conversam</i>	0,001	-0,009***	-0,013***	-0,010***	-0,006***
<i>Pais Reunões</i>	0,009***	0,019***	0,018***	0,016***	0,015***
<i>Qt pessoas</i>	-0,001	-0,003***	-0,006***	-0,005***	-0,004***
<i>Constante</i>	5,133***	5,458***	5,682***	5,855***	5,951***

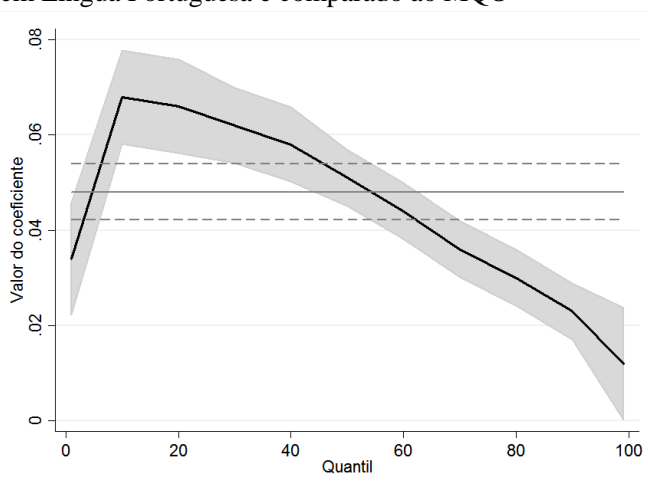
*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

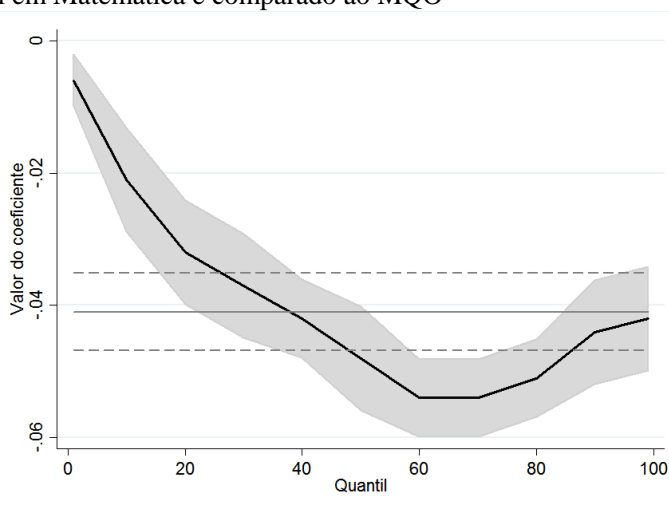
Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura O5 – Coeficientes de gênero do 3º Ano do Ensino Médio, por quantil em Língua Portuguesa e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Figura O6 – Coeficientes de gênero do 3º Ano do Ensino Médio, por quantil em Matemática e comparado ao MQO



Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O5 – Resultados das regressões quantílicas do 3º Ano do Ensino Médio em Língua Portuguesa nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,015***	-0,021***	-0,016***	0,002	0,012**
<i>Sudeste</i>	0,019***	0,058***	0,064***	0,048***	0,037***
<i>Sul</i>	0,014	0,046***	0,044***	0,029***	0,027***
<i>Centro-Oeste</i>	0,023***	0,049***	0,044***	0,033***	0,022***
<i>Escola Estadual</i>	-0,088***	-0,239***	-0,203***	-0,127***	-0,074***
<i>Escola Municipal</i>	-0,045***	-0,204***	-0,175***	-0,105***	-0,065***
<i>Escola Privada</i>	-0,040***	-0,091***	-0,078***	-0,052***	-0,030***
<i>Rural</i>	-0,004	-0,048***	-0,074***	-0,063***	-0,034***
<i>Feminino</i>	0,034***	0,068***	0,051***	0,023***	0,012***
<i>Branco</i>	0,019*	0,025***	0,036***	0,026***	0,017***
<i>Tem carro</i>	-0,004	0,005	0,024***	0,017***	0,011**
<i>Mãe Ensino Superior</i>	-0,001	0,027***	0,044***	0,031***	0,018***
<i>Pai Ensino Superior</i>	-0,006	0,054***	0,044***	0,033***	0,017***
<i>Trabalha fora</i>	-0,022***	-0,052***	-0,049***	-0,034***	-0,030***
<i>Trabalho doméstico</i>	0,004	-0,006	-0,019***	-0,023***	-0,017***
<i>Mora Só Mãe</i>	0,036***	0,046***	0,061***	0,048***	0,026***
<i>Mora Só Pai</i>	0,032***	0,022*	0,035***	0,026***	0,005
<i>Mora Pai e Mãe</i>	0,010***	0,031***	0,044***	0,036***	0,022***
<i>Tem Empregada</i>	-0,016***	-0,045***	-0,054***	-0,029***	-0,004
<i>Pais Conversam</i>	0,001	0,000	-0,002	-0,001	-0,004
<i>Pais Reunões</i>	0,021***	0,005	0,007**	0,001	-0,005
<i>Qt pessoas</i>	-0,004***	0,002	-0,003**	-0,005***	0,001***
<i>Constante</i>	5,126***	5,456***	5,743***	5,913***	5,932

*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

Tabela O6 – Resultados das regressões quantílicas do 3º Ano do Ensino Médio em Matemática nos quantis selecionados

<i>Variável</i>	<i>1%</i>	<i>10%</i>	<i>50%</i>	<i>90%</i>	<i>99%</i>
<i>Nordeste</i>	-0,001	-0,009**	-0,002	0,015***	0,015**
<i>Sudeste</i>	0,017***	0,034***	0,067***	0,072***	0,051***
<i>Sul</i>	0,008***	0,048***	0,078***	0,061***	0,032***
<i>Centro-Oeste</i>	0,012***	0,029***	0,059***	0,053***	0,031***
<i>Escola Estadual</i>	-0,069***	-0,245***	-0,257***	-0,177***	-0,132***
<i>Escola Municipal</i>	-0,040	-0,192***	-0,209***	-0,154***	-0,112***
<i>Escola Privada</i>	-0,046***	-0,119***	-0,097***	-0,055***	-0,031***
<i>Rural</i>	-0,009**	-0,028***	-0,059***	-0,059***	-0,062***
<i>Feminino</i>	-0,006***	-0,021***	-0,048***	-0,044***	-0,042***
<i>Branco</i>	0,000	0,021***	0,029***	0,025***	0,022***
<i>Tem carro</i>	0,007***	0,021***	0,033***	0,024***	0,020***
<i>Mãe Ensino Superior</i>	0,001	0,015**	0,049***	0,035***	0,012***
<i>Pai Ensino Superior</i>	0,007***	0,052***	0,059***	0,046***	0,021***
<i>Trabalha fora</i>	-0,006***	-0,024***	-0,035***	-0,032***	-0,037***
<i>Trabalho doméstico</i>	0,002	0,006	-0,013***	-0,030***	-0,021***
<i>Mora Só Mãe</i>	0,001	0,026***	0,047***	0,042***	0,030***
<i>Mora Só Pai</i>	0,006	0,030*	0,037***	0,044***	0,022**
<i>Mora Pai e Mãe</i>	-0,001	0,015***	0,039***	0,042***	0,020**
<i>Tem Empregada</i>	-0,010***	-0,031***	-0,040***	-0,026***	-0,014***
<i>Pais Conversam</i>	0,005**	0,000	-0,008**	-0,007*	-0,012**
<i>Pais Reuniões</i>	0,000	0,008**	0,005	0,007*	-0,003
<i>Qt pessoas</i>	0,001	0,001	-0,001	-0,002	0,001
<i>Constante</i>	5,263***	5,539***	5,819***	5,977***	6,043***

*** Estatisticamente significativo a 1%

** Estatisticamente significativo a 5%

* Estatisticamente significativo a 10%

Fonte: Resultados da pesquisa com base nos dados do MEC/INEP.

5 À GUIA DE CONCLUSÃO

What matters is precisely this; the unspoken at the edge of the spoken.
(Virginia Woolf, 1912)

O intento de conjugar a Economia Feminista como manifestação teórica no país e aporte para a compreensão das diferenças no ambiente político e educacional trouxe, a este trabalho, resultados relevantes. Para além das dificuldades de se investigar um tema bastante novo na discussão acadêmica brasileira em Economia que, por sua natureza, coloca-se em constante aperfeiçoamento, os ensaios convergiram para o entendimento de que a questão de gênero, mesmo com os grandes avanços observados ao longo do último século, continua sendo premente à compreensão das estruturas sociais.

Nesta direção, é positiva a percepção de que, no Brasil, já existe uma discussão em Economia Feminista, mas ela é extremamente incipiente e não se configura como um campo de pesquisa bem delineado na Economia. Pela interdisciplinariedade associada à temática de gênero, muitos dos conceitos defendidos pela corrente crítica são discutidos na produção acadêmica interna, mas a grande maioria de seus enfoques estão associados à Sociologia, Filosofia ou História. Das possibilidades teóricas que a corrente fornece, abre-se um grande nicho de pesquisa, seja pelos temas a que ela se propõe estudar, ou pelos métodos distintos nos quais se apoia, que podem contribuir com o debate econômico, especialmente ao assumir um caráter nacional, adequado à realidade da estrutura social brasileira.

Ao apoiar a compreensão da forma como se dá a inserção política das mulheres, esta corrente já desloca o debate da mera falta de vontade de participação, apoiada no estereótipo de que elas não são afeitas à política, para aquele em que o tempo das atividades na esfera pública rivaliza com as responsabilidades da esfera doméstica, de tal modo que a ampliação da participação feminina se dá quando elas possuem maior poder de barganha no que concerne à divisão sexual do trabalho. A constatação de que há um baixo nível de efetividade da cota de gênero na política, com as maiores inserções das mulheres nas eleições não se traduzindo em níveis próximos à igualdade entre os eleitos ao legislativo municipal, limita a ruptura com a lógica da reprodução das hierarquias entre homens e mulheres nos espaços de poder. Entretanto, a manutenção desta medida parece ser necessária, mas não suficiente, para que seja criado um novo modo de fazer política. Isso é ainda mais significativo

quando a reduzida representação feminina tem dificuldades em promover políticas voltadas ao universo das mulheres, a partir do qual é possível dar condições a elas para se inserirem de forma ativa nos espaços de poder.

Ao se aproximar da esfera biológica, o olhar da Economia Feminista revela que, embora existam comportamentos educacionais distintos entre meninos e meninas, o ambiente escolar e familiar tem promovido um reforço, de tal modo a reproduzir estereótipos de gênero. Negar a hipótese de Pinker (2010) significa afirmar que, embora, na média, não haja grandes diferenças nos desempenhos por sexo, a maior representação masculina nos extremos depende da disciplina a que se está fazendo a avaliação, com os meninos predominando nos extremos mais altos de Matemática e as meninas, em Língua Portuguesa. Entretanto, esse diferencial lança a discussão de que, justamente nos espaços onde elas se saem melhores, há desvalorização profissional, de modo que a distinção biológica, ao não determinar relação de superioridade entre as habilidades, acaba transferindo para a esfera social uma relação de poder que, criada culturalmente, pode ser minimizada diante da revalorização dos espaços e da economia como um todo.

Sob o olhar da Economia Feminista é possível identificar o quanto a relação entre academia, política e educação pode ser próxima. Primeiramente, enquanto a Ciência Econômica for perpassada por seu viés androcêntrico, continuará apoiando-se em teorias que reproduzem a invisibilidade de diferentes agentes, dentre os quais as mulheres compreendem apenas uma parte dos sujeitos. Diante disso, as políticas públicas que se apoiam em seus conceitos também serão um espaço nos quais as medidas se definem como neutras ao gênero quando, na verdade, podem produzir resultados extremamente distintos entre homens e mulheres. Isso, por seu turno, reforçado pela reduzida participação feminina nos espaços de poder, repassa à sociedade uma relação de forças desigual em termos de gênero.

Nesta configuração e simultaneamente, o ciclo entre política e educação também continua servindo de empecilho à melhora na qualidade dos sistemas educacionais. A ausência de representatividade feminina não se traduz em políticas que tenham por finalidade impactar variáveis que promovem reduções nos diferenciais de desempenho. Mantidas ou acentuadas as diferenças, reforça-se a noção de que as meninas, por seu sexo, devem ficar restritas a espaços específicos do mercado de trabalho, de tal modo que a esfera política se torna um espaço completamente distante de qualquer tipo de aspiração. Este ciclo somente é rompido quando se desafia as estruturas arraigadas – o que acontece, por exemplo, quando se insere a mulher como sujeito da economia, ou

quando ela passa a atuar ativamente na esfera política ou, ainda, quando ela deixa de perceber uma diferença de habilidade como limitadora de suas possibilidades.

O grande desafio que a Economia Feminista coloca à análise de gênero da economia é a necessidade de ter que repensar todos os conceitos apreendidos na formação básica da disciplina porque eles, sozinhos e na forma como foram desenvolvidos, não dão conta de explicar a complexidade das relações sociais. Essa ruptura implica a necessidade de ter um novo olhar sobre tópicos já consolidados, assim como vislumbrar formas metodológicas alternativas para inserir na lógica de mercado – associada à esfera produtiva – os conceitos de trabalho não-remunerado, cuidado, reprodução e sociabilidade, fazendo do *homo economicus* uma representação mais atenta das vivências de homens e mulheres.

O que se desenvolve neste conjunto de ensaios é uma tentativa inicial de reunir o olhar até então desprezado pela Economia de Gênero a aspectos trazidos pela Economia Feminista, de tal modo a adentrar em uma esfera sem abandonar o constructo que a outra tem desenvolvido – inclusive em termos de técnicas. Sabe-se que, em função disso, há uma permanência no espaço definido pelo *mainstream*, tão criticado na versão mais recente. Entretanto, acredita-se que, para além das inúmeras limitações, é também necessário promover uma conjugação dos esforços das duas disciplinas – a Economia de Gênero e a Economia Feminista – porque, ao se enveredar no terreno da versão de ruptura, as chances de que se formem campos de discussão separados e que não dialogam entre si são grandes. Neste caso, nenhuma das visões avança e, por consequência, limitam-se as possibilidades de a Economia, enquanto construção teórica, ir se adequando a um conhecimento mais inclusivo.